

Lucas Rovaris Cidade

**A (RE)ASCENSÃO CHINESA E A INTENSIFICAÇÃO DAS  
RELAÇÕES SINO-SUL-AMERICANAS: CONSEQUÊNCIAS AO  
PROCESSO DE REGIONALIZAÇÃO DA AMÉRICA DO SUL**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Patrícia  
Fonseca Ferreira Arienti

Florianópolis  
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Cidade, Lucas Rovaris

A (Re)Ascensão Chinesa e a Intensificação das Relações Sino-Sul-Americanas : Consequências ao Processo de Regionalização da América do Sul / Lucas Rovaris Cidade ; orientadora, Patrícia Fonseca Ferreira Arienti - Florianópolis, SC, 2016.

205 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais.

Inclui referências

1. Relações Internacionais. 2. América do Sul. 3. China. 4. Processo de Regionalização. 5. Regionalismo. I. Fonseca Ferreira Arienti, Patrícia . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. III. Título.

Lucas Rovaris Cidade

**A (RE)ASCENSÃO CHINESA E A INTENSIFICAÇÃO DAS  
RELAÇÕES SINO-SUL-AMERICANAS: CONSEQUÊNCIAS AO  
PROCESSO DE REGIONALIZAÇÃO DA AMÉRICA DO SUL**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre em Relações Internacionais”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais.

Florianópolis, 18 de abril de 2016.

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Clarissa Franzoi Dri  
Coordenadora do Curso de Pós-Graduação em Relações  
Internacionais/UFSC

**Banca Examinadora:**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Patrícia Fonseca Ferreira Arienti  
Orientadora  
Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC

---

Prof. Dr. Rogério Santos da Costa  
Universidade do Sul de Santa Catarina/Unisul

---

Prof. Dr. Helton Ricardo Ouriques  
Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC

---

Prof. Dr. Pedro Antônio Vieira  
Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC



Dedicado a Luiz Rovaris e Francisca Bez Batti Rovaris (*in memoriam*)



## AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas e instituições criaram as condições para eu pudesse elaborar este trabalho. Minha gratidão, portanto, não é uma mera formalidade, e representa um sentimento de reconhecimento importante daqueles que me cercam. Desse modo, sou grato:

À Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) pela infraestrutura, acolhimento institucional e por frequentemente me mostrar o quão pouco sei sobre o mundo e o quanto ainda tenho a aprender.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro no decorrer desses dois últimos anos.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI) pela dedicação com a qual encaram suas respectivas missões de educadores, pelos ensinamentos e por toda ajuda.

À minha orientadora de dissertação, Profa. Dra. Patrícia Fonseca Ferreira Arienti, pela atenção, paciência, solicitude e gentileza com que me tratou nesses últimos anos.

Ao meu orientador de estágio-docência, Prof. Dr. Jaime César Coelho, por ser uma referência de espírito crítico e de reflexão sobre os problemas que nos rodeiam.

Aos amigos e colegas pela companhia, motivação e pela compreensão em minhas ausências nos últimos anos.

A Maria de Lourdes Rovaris e Maria Luiza Rovaris Cidade por tudo o que sou.

A todos que, porventura, tenha esquecido de nominar, deixo também meus sinceros agradecimentos.





*“Art. 4º [...]Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações”.*

(Constituição da República Federativa do Brasil de 1988)

*“No Governo Lula, a América do Sul será nossa prioridade”.*

(Celso Amorim, em discurso de posse como ministro das Relações Exteriores do Brasil. Janeiro de 2003).

*“Precisamos dar uma forma importante ao relacionamento com a China. Não desenvolvemos um conceito pleno de como vai ser nossa relação com a China. Essa é uma autocrítica. Não deu tempo. Precisamos pensar mais profundamente nisso”*

(Celso Amorim, em entrevista ao Estadão ao fim do seu mandato, apontando os desafios futuros para a política externa brasileira. Novembro de 2010).



## RESUMO

No presente trabalho, procura-se investigar se o processo de reascensão chinesa e a intensificação das relações sino-sul-americanas estimularam alterações na força e no sentido do processo de regionalização na América do Sul ao longo do período 2001-2015. Para analisar essa questão, uma hipótese é sugerida. Indica-se que, por impactar significativamente nos termos de troca, no nível de crescimento econômico e nas condições de implementação de políticas de desenvolvimento das nações sul-americanas, o processo de reascensão chinesa e a intensificação das relações sino-sul-americanas influenciaram significativamente na socialização dos Estados da América do Sul. Dessa forma, o processo de regionalização da América do Sul foi intensificado ao longo dos anos 2000 num contexto de estímulos chineses à autonomia dessas nações pela melhora de seus indicadores das contas externas e de crescimento econômico. A partir da crise financeira internacional de 2007-2008, no entanto, propõe-se que a maior assertividade chinesa sobre a região contribuiu decisivamente para a deterioração dos termos de troca de muitos países sul-americanos e para limitações ao crescimento econômico e à capacidade de implementação de políticas de desenvolvimento industriais das nações mais ricas da América do Sul – Brasil e Argentina. Nesse cenário, o processo de regionalização perdeu força. Isso ficou claro em alguns episódios que evidenciaram certa paralisia na condução dos regionalismos e pelas tendências de formação de alianças e projetos com Estados extrarregionais por parte de alguns países da América do Sul.

**Palavras-chave:** América do Sul; Regionalismo; Processo de Regionalização; China.



## ABSTRACT

This dissertation aims to investigate whether the process of Chinese rise and the intensification of Sino-South American relations stimulated changes in the strength and direction of the South American regionalization process over the 2001-2015 years. A main hypothesis is recommended to verify this question. It is suggested that the process of Chinese rise and the intensification of Sino-South American relations decisively influenced the socialization between South American States due to the impact of such a phenomena on the balance of payments, the level of economic growth and the conditions of implementation of development policies of the South American governments. It is assumed that the variation of these factors had repercussions on the South American regionalization process. In this way, the South American regionalization process was intensified in the 2000s in a scenario of Chinese stimulus to the autonomy of these nations by the improvement of their balance of payments and economic growth. However, since the 2007-2008 international financial crisis, a increase in Chinese assertiveness on the region contributed significantly to changes in some socioeconomic indicators. In this scenario, the worsening of terms of trade of many South American countries, the low economic growth of Brazil and Argentina and their inability to implement industrial development policies have deteriorated the sense of authonomy of some South American countries. In this scenario, the South American regionalization process lost part of its momentum.

**Keywords:** South America; Regionalism; Process of regionalization; China.



## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Modelo de Análise político-contingente (2001-2015) .....	61
---	----





## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Data de Estabelecimento das Relações Diplomáticas entre a RPC e alguns países da América Latina.....	77
Quadro 2 – Participação da RPC no total de comercializado pelos países Sul-Americanos .....	116
Quadro 3 – Índice de Correlação entre o Resultado da Balança Comercial Sul-Americana com o mundo e o Resultado da Balança Comercial sino-sul-americana .....	119
Quadro 4 – Taxa Média de Crescimento Econômico de nações sul-americanas (2001-2014) .....	122



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Comércio de países selecionados da América Latina com a RPC e com o resto do mundo.....	96
Gráfico 2 - IDEs e Contratos de Construção chineses na América do Sul (2005-2015) .....	98
Gráfico 3 - Setores dos IDEs e Contratos de Construção chineses na América do Sul.....	99
Gráfico 4 - Saldo da Balança comercial de países sul-americanos selecionados (US\$ bi) .....	113
Gráfico 5 - Índice de preço das commodities (ano base = 2010).....	114
Gráfico 6 - Saldo da Balança Comercial de países da América do Sul com a RPC (US\$ bi).....	118
Gráfico 7 - Exportações Brasileiras à América do Sul (2001-2015).....	127
Gráfico 8 - Exportações chinesas à América do Sul (US\$ bilhões).....	129
Gráfico 9 - Três principais produtos importados da RPC por países latino-americanos selecionados (2014) .....	203
Gráfico 10 - Três principais produtos exportados à RPC por países latino-americanos selecionados (2014) .....	204



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ACE - Acordos de Complementação Econômica  
AL – América Latina  
ALADI – Associação Latino-Americana de Integração  
ALALC - Associação Latino Americana de Livre Comércio  
ALBA – Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América  
ALCA – Área de Livre Comércio das Américas  
APEC - Fórum de Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico  
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento  
BM – Banco Mundial  
BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul  
CALC - Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento  
CAN – Comunidade Andina  
CECA - Comunidade Europeia do Carvão e do Aço  
CEE – Comunidade Econômica Europeia  
CELAC - Comunidade dos Estados Latino Americanos e do Caribe  
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe  
CIC - China Investment Corporation  
CMC – Conselho do Mercado Comum do MERCOSUL  
CUT – Central Única dos Trabalhadores  
EUA – Estados Unidos da América  
FARC – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia  
FIESP - Federação das Indústrias de São Paulo  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
FOCEM – Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL  
FSR – Fundos Soberanos de Riqueza  
GATT - General Agreement on Tariffs and Trade  
GWT - Guerra Global contra o Terrorismo  
IIRSA - Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana  
MCCA - Mercado Comum Centro Americano  
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul  
NAFTA - North America Free Trade Agreement  
NSSF - National Social Security Fund  
OEA – Organização dos Estados Americanos  
OMC – Organização Mundial do Comércio  
OPA – Operação Pan-Americana  
OTCA - Organização do Tratado de Cooperação Amazônica  
PIB – Produto Interno Bruto

PT – Partido dos Trabalhadores  
RC – República da China (Taiwan)  
RPC – República Popular da China  
TCA - Tratado de Cooperação Amazônica  
TPP - Trans-pacific Partnership  
TTIP - Transatlantic Trade and Investment Partnership  
UAE - União Aduaneira Euroasiática  
UE – União Europeia  
UNASUL – União de Nações Sul-Americanas  
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas  
ZEE - Zonas Econômicas Especiais

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	27
<b>1.REGIONALISMOS E PROCESSOS DE REGIONALIZAÇÃO EM ESTADOS SUBDESENVOLVIDOS: CONSTRUINDO UM MODELO DE ANÁLISE</b> .....	39
<b>1.1. Como é pensado o processo de regionalização nas Relações Internacionais</b> .....	41
<i>1.1.1. Pensamentos sobre o processo de regionalização nas Relações Internacionais estadunidense e europeia</i> .....	41
<i>1.1.2. Pensamentos sobre o processo de regionalização nas Relações Internacionais dos países latino-americanos</i> .....	49
<b>1.2. Construindo um modelo de análise político-contingente</b> .....	52
<i>1.2.1. Particularidades do processo de regionalização sul-americano</i> 53	
<i>1.2.2. Modelo de Análise</i> .....	60
<b>2. O PROCESSO DE (RE)ASCENSÃO CHINESA E A INTENSIFICAÇÃO DAS RELAÇÕES SINO-SUL-AMERICANAS</b> .....	63
<b>2.1. Breve Histórico da Ascensão Chinesa: reformas domésticas e desenvolvimento econômico organizado pelo Estado</b> .....	64
<b>2.2. Relações sino-sul-americanas</b> .....	75
<i>2.2.1. Início das relações da América Latina com a República Popular da China</i> .....	75
<i>2.2.2. Os Anos 1980 e as dificuldades de aprofundamento das relações sino-latino-americanas</i> .....	83
<i>2.2.3. A década de 1990: aproximação política e início da intensificação das relações econômicas entre a RPC e a América Latina</i> .....	89
<i>2.2.4. A intensificação sem precedentes das relações entre a China e a América Latina no Século XXI</i> .....	93
<b>2.3. Ascensão chinesa e intensificação das relações com a América do Sul: quais as consequências?</b> .....	102

<b>3. DESDOBRAMENTOS DA REASCENSÃO CHINESA E DA INTENSIFICAÇÃO DAS RELAÇÕES SINO-SUL-AMERICANAS SOBRE A BALANÇA COMERCIAL, O CRESCIMENTO ECONÔMICO E AS CONDIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES SUL-AMERICANAS .....</b>	<b>111</b>
<b>3.1. O papel do processo de reascensão chinesa e da intensificação das relações sino-sul americanas na balança comercial e nos termos de troca dos países sul-americanos.....</b>	<b>112</b>
<b>3.2. O papel do processo de reascensão chinesa e da intensificação das relações sino-sul americanas sobre o crescimento econômico das nações da América do Sul.....</b>	<b>121</b>
<b>3.3. O papel do processo de reascensão chinesa e da intensificação das relações sino-sul americanas na organização produtiva regional...123</b>	
<b>4. HISTÓRICO DO COMPORTAMENTO DAS DINÂMICAS REGIONAIS: ANALISANDO AS VARIAÇÕES NA FORÇA E NO SENTIDO DO PROCESSO DE REGIONALIZAÇÃO SUL-AMERICANO.....</b>	<b>133</b>
<b>4.1. Comportamento das dinâmicas regionais sul-americanas anteriores à intensificação das relações com a China (Sécs. XIX-XX) .....</b>	<b>135</b>
<b>4.2. Comportamento das dinâmicas regionais sul-americanas no decorrer da intensificação das relações com a China (2001-2015) 149</b>	
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>167</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>173</b>
<b>ANEXO 1 – Investimentos diretos externos chineses na América do Sul (2005-2015).....</b>	<b>191</b>
<b>ANEXO 2 – Contratos de construção de empresas chinesas executados na América do Sul.....</b>	<b>197</b>
<b>ANEXO 3 – Principais produtos da pauta importadora e exportadora dos países sul-americanos com a República Popular da China (RPC) .....</b>	<b>203</b>







## INTRODUÇÃO

Em discurso de posse como Ministro das Relações Exteriores em janeiro de 2003, o Embaixador Celso Amorim afirmou:

no Governo Lula, a América do Sul será nossa prioridade [...] Consideramos essencial aprofundar a integração entre os países da América do Sul nos mais diversos planos. [...] Uma América do Sul politicamente estável, socialmente justa e economicamente próspera é um objetivo a ser perseguido não só por natural solidariedade, mas em função do nosso próprio progresso e bem-estar (AMORIM, 2003, s.p.).

A partir desse marco, uma série de políticas públicas e discursos passaram a consolidar a América do Sul como região prioritária à política externa brasileira nos anos 2000. Gradativamente, diversas iniciativas concebidas em governos anteriores foram reformadas e ampliadas, assim como uma série de reuniões, grupos especiais, fóruns e organizações foram criados de modo a constituir uma estrutura densa e multitemática de regimes e organizações regionais<sup>1</sup>.

Todavia, a maior aproximação política e econômica com os países sul-americanos não foi exclusivamente procurada pelo Brasil na década de 2000. A República Popular da China (RPC), em processo de reascensão desde a década de 1970, igualmente intensificou seu interesse político sobre as nações da região no início do século XXI em busca de insumos ao seu processo de desenvolvimento e de mercados para suas

---

<sup>1</sup> No período, empreendimentos concebidos nos governos anteriores, como a Iniciativa para a Integração Regional Sul-Americana (IIRSA) e as Cúpulas de Países da América do Sul, foram institucionalizadas em torno da UNASUL, uma organização que passou a congrega as nações da região para discussão de temas político-estratégicos. Similarmente, após momentos de dificuldades ocasionados pela desvalorização cambial brasileira de 1999 e pela crise argentina de 2001, o MERCOSUL foi reformado com o objetivo de superar suas dimensões estritas de “regionalismo aberto”<sup>1</sup> e explorar a centralidade do Estado na condução do desenvolvimento e das dimensões sociais do bloco. Outras iniciativas da década de 2000 que caracterizaram um processo de regionalização mais amplo, como a Comunidade dos Estados Latino Americanos e do Caribe (CELAC) e a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA), foram arquitetadas respectivamente por Brasil e Venezuela. Todos esses projetos representaram um momento de significativa agregação dos países sul-americanos ao restante da América Latina e, de maneira contundente, conformaram um espaço de socialização à parte dos projetos estadunidenses de agregação hemisférica.

exportações (VADELL, 2011, p. 57-58). O momento para essa aproximação sino-sul-americana não poderia ter sido mais oportuno. Os Estados Unidos, defensores habituais das Américas como sua área de influência exclusiva, passaram a direcionar sua política externa à Eurásia para a conformação da Guerra Global ao Terror (GWT). Nesse cenário, a despeito da liberalização econômica unilateral prosseguir como principal receituário estadunidense ao desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, as tratativas hemisféricas de formação de acordos de livre comércio com os países latino-americanos foram momentaneamente abandonadas por Washington.

A lacuna deixada pelos EUA no hemisfério americano, no entanto, foi apenas um dos fatores que contribuíram para o maior engajamento entre a RPC e os países sul-americanos. Para a China, a possibilidade de maior contato com o sistema internacional – algo negado a Pequim durante o século das humilhações (1839-1949) e no período maoísta (1949-1976) – e a entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001 desempenharam papéis relevantes para a intensificação das relações com muitas nações, inclusive com os Estados sul-americanos. Por sua vez, as nações da América do Sul exibiam a necessidade de captação de investimentos e empréstimos externos, assim como precisavam de mercados para suas exportações, o que serviu de incentivo ao processo de intensificação das relações com a China. Essa maior aproximação foi vista por muitos políticos e teóricos como uma clara projeção de poder de Pequim sobre a América Latina. O governo chinês, por sua vez, se utilizou do seu *Policy Paper on Latin America and the Caribbean*<sup>2</sup> e de muitos discursos para afirmar que sua presença na região objetivava apenas extrair vantagens econômicas, e não político-estratégicas (THE STATE COUNCIL OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA, 2008).

À primeira vista, a concorrência política e econômica pelo espaço sul-americano não parece ser algo necessariamente impactante à capacidade de agregação dos países da região. Na realidade, o auge das dinâmicas regionais sul-americanas ocorreu justamente no período de maior crescimento da projeção chinesa sobre a América do Sul. A percepção de que a RPC não representava uma ameaça às pretensões de

---

<sup>2</sup> O *Policy Paper on Latin America and the Caribbean* é um documento do Conselho de Estado chinês divulgado em 2008 que explicita as políticas e as razões do maior engajamento sino-latino-americano. Para visualizar o documento, consultar The State Council of The People's Republic of China (2008).

unidade regional sul-americana também era fruto da identidade amistosa pela qual muitos governos da região trataram a RPC no período 2001-2015<sup>3</sup>.

No entanto, propõe-se estabelecer uma relação que, a despeito de ser indireta, atribui, à RPC, certa responsabilidade pelos desdobramentos recentes do processo de regionalização sul-americano. Sugere-se que as crescentes repercussões do projeto de reascensão político-econômica da China no sistema internacional vem atingindo em cheio o nível de crescimento, a balança comercial, as políticas de desenvolvimento e o modo de inserção internacional e regional das nações sul-americanas. Desse modo, considera-se que a capacidade de união dos países sul-americanos no período 2001-2015 esteve muito ligada às suas respectivas capacidades de autonomia frente ao sistema internacional e aos incentivos e restrições externos proporcionados pelo relacionamento dessas nações com a RPC. Como será observado no capítulo inicial, para levar essa argumentação adiante, parte-se do pressuposto de que os processos de regionalização em países subdesenvolvidos são altamente dependentes das dinâmicas externas para sua intensificação.

Assim, objetiva-se com o presente trabalho verificar se o processo de reascensão chinesa e a intensificação das relações sino-sul-americanas estimularam alterações na força e no sentido do processo de regionalização sul-americano ao longo do período 2001-2015. Em outras palavras, busca-se compreender se tais fenômenos implicaram a intensificação ou o enfraquecimento do referido processo de regionalização (força) e se incentivaram um processo de regionalização ou de “desregionalização” (sentido). Para responder a essa questão, propõe-se uma hipótese. Sugere-se que a reascensão chinesa e a intensificação das relações sino-sul-americanas apresentaram duas consequências distintas sobre o processo de regionalização na América do Sul ao longo dos anos 2001-2015.

Inicialmente, sob um cenário de alta do preço das commodities nos mercados internacionais, propõe-se que a reascensão chinesa e a intensificação das relações sino-sul-americanas auxiliaram no aumento do crescimento econômico sul-americano e em melhoras nos termos de troca de muitos países da região. Durante boa parte dos anos 2000, esses fatores foram importantes para que houvesse aumento na percepção de

---

<sup>3</sup> Cabe lembrar que essa identidade de amizade é conferida em contrapartida ao papel de ameaça pelos quais são tratadas as nações que explicitamente colonizaram ou subjugararam os países sul-americanos, como os europeus e os EUA.

autonomia dos governos dessas nações. Esse período de maior autonomia possibilitou a mobilização de ideias e normas de agregação regional que resultaram numa intensificação do processo de regionalização na América do Sul. Nesse primeiro momento, os impactos dos desvios de comércio e de constrangimentos chineses à implementação de certas políticas de desenvolvimento nacionais – fatores prejudiciais ao processo de regionalização – foram amenizados pelos acontecimentos supracitados.

Num segundo momento, no entanto, sugere-se que o cenário externo inicialmente favorável se alterou. A partir da crise financeira internacional de 2007-08, a RPC intensificou a procura por mercados para seus produtos nas regiões periféricas – inclusive na América do Sul. Num contexto de maior oscilação dos preços das commodities nos mercados internacionais, os impactos da reascensão chinesa e da intensificação das relações sino-sul-americanas foram negativos aos respectivos resultados da balança comercial de muitas nações sul-americanas. Além disso, a concorrência de muitos produtos exportados pela China, especialmente os provenientes das indústrias intensivas em mão de obra, causaram constrangimentos crescentes à implementação de políticas de desenvolvimento que pudessem alavancar o crescimento econômico e melhorar os termos de troca, especialmente ao Brasil e à Argentina. Por esses motivos, a autonomia das nações sul-americanas foi expressivamente prejudicada. Para alguns membros, foi intensificada a percepção de que o processo de regionalização deveria tomar novos rumos. Nesse ponto, acordos unilaterais com países extrarregionais e divergências sobre os encaminhamentos das dinâmicas econômicas ficaram mais evidentes. Tais fatores contribuíram significativamente para a diminuição da força e do sentido do processo de regionalização no período de crise internacional de 2007-08 até 2015.

Alguns esclarecimentos são aqui importantes para a sustentação conceitual da referida hipótese e para evitar quaisquer desentendimentos do objeto de pesquisa. Conforme aborda a literatura sobre os regionalismos da disciplina de Relações Internacionais<sup>4</sup>, entende-se que os termos “região”, “regionalismo”, “processo de regionalização” e “integração regional” são conceitos teóricos distintos entre si. No presente trabalho, considera-se que as “regiões” são territórios socialmente delimitados aos quais se dá algum tipo de reconhecimento único, seja ele

---

<sup>4</sup> Ao longo deste trabalho, as Relações Internacionais serão tratadas como uma disciplina, já que contemplam diversos campos de investigação científica e apresentam teorias próprias que concorrem à explicação dos fenômenos da política mundial e temas correlatos.

geográfico (clima, vegetação etc.), sócio-político e/ou identitário. As regiões, portanto, não são espaços naturalmente constituídos. Dependem, nesse sentido, da agência humana para sua construção em certos momentos históricos e com propósitos específicos<sup>5</sup>. Cabe lembrar que as regiões não necessariamente são fenômenos internacionais, já que elas também podem se situar em espaços subnacionais<sup>6</sup>. Além disso, por se tratarem de fenômenos socialmente construídos, as regiões podem ser identificadas através dos discursos de distintos atores sociais<sup>7</sup>.

Na literatura sobre o tema, a definição do termo “regionalismo” é muito mais controversa do que o conceito de “região”<sup>8</sup>. Ao longo deste trabalho, os regionalismos serão caracterizados por projetos que abrangem políticas públicas conduzidas cooperativamente e conjuntamente por

---

<sup>5</sup> A própria etimologia da palavra “região” confere a necessidade e a importância da agência humana na construção desses espaços. Conforme aponta Söderbaum (2003), a palavra “região” vem do verbo latino “*regere*”, que significa “reger, comandar e/ou governar” (p. 6). A partir dessa origem conceitual, é mister notar que a avaliação dos interesses de quem constrói as regiões fazem parte da agenda de pesquisa do campo dos regionalismos. Para mais informações, ver Söderbaum e Shaw (2003).

<sup>6</sup> A literatura sobre o tema ainda tem considerações acerca das definições de sub-regiões, mesorregião, microrregião, macrorregião e termos correlatos. Para evitar quaisquer tipos de interpretações equivocadas, esses termos serão evitados ao longo do presente trabalho. Para mais considerações acerca de alguns desses conceitos, ver pp. 10-13 de Fawn (2009).

<sup>7</sup> Nesse sentido, por exemplo, a América do Sul é caracterizada como região porque uma série de ideias e discursos conferem a esse espaço o título de “região”.

<sup>8</sup> Para Söderbaum (2003), por exemplo, os regionalismos são definidos como as ideias, identidades e ideologias relacionadas a um projeto regional (p. 7). Para Fawn (2009), os regionalismos podem ser definidos como um impulso a uma ordem regionalista, seja em uma determinada área geográfica ou como um tipo de ordem mundial (p. 13). Fawn (2009) ainda complementa que o termo “regionalismo” sugere uma política de cooperação e coordenação entre os atores dentro de uma determinada região e que essa coordenação política pode definir ainda mais a região. É importante ressaltar que a literatura sobre regionalismos frequentemente divide os “novos” regionalismos dos “antigos”. Essa divisão não será utilizada aqui por não agregar substancialmente na explicação do que se trata o regionalismo. Para mais informações sobre o debate, consultar Söderbaum e Shaw (2003) e Warleigh-Lack (2006).

diferentes atores sociais – sobretudo os Estados - numa dada região<sup>9</sup>. Esses projetos regionais frequentemente abrangerem um ou mais regimes regionais – como regimes produtivos e/ou comerciais – que, por sua vez, podem ser definidos como “[...] conjuntos implícitos ou explícitos de princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisão aos quais é esperada a convergência de expectativa dos atores” (KEOHANE, 1982, p. 325, tradução nossa). Nos regionalismos, é comum o fomento de identidades sociais compartilhadas que são mobilizados a fim de estabelecerem relações de amizade e união para o enfrentamento dos desafios proporcionados pela convivência regional e pelo sistema internacional. Cabe ressaltar que os regionalismos não necessariamente precisam ser institucionalizados para serem reconhecidos como tal. O Mercado Comum do Cone Sul (MERCOSUL), a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e a União Europeia são exemplos de regionalismos institucionalizados, enquanto o *North American Free Trade Agreement* (NAFTA) elucida um tipo de regionalismo não institucionalizado.

Frequentemente, os regionalismos são caracterizados de maneira equivocada como sinônimos de “projetos de integração regional”. O termo “integração regional” denota um processo que abrange exclusivamente a eliminação paulatina e sequencial das restrições à livre troca de bens, serviços, capitais e pessoas e que frequentemente inclui a noção de entrega de porções de soberania estatal a algum tipo de autoridade supranacional (LIMA, 2013, p. 178-179). Esse conceito é problemático por dois motivos principais. Primeiramente, porque carrega consigo uma sequência de fenômenos que culminam na liberalização comercial como único objetivo possível dos Estados participantes de um regionalismo. Nesse sentido, de acordo com seu significado, a maior integração provocaria necessariamente uma teleologia de maior liberalização econômica e menor autonomia decisória do Estado. Em segundo lugar, essa definição é limitada em seu escopo visto que os regionalismos podem envolver processos de cooperação muito mais abrangentes do que aqueles estritamente econômico-comerciais observados pelos processos de integração regional<sup>10</sup>. Todo processo de

---

<sup>9</sup> Definição elaborada pelo autor com base nos textos de Söderbaum (2003) e Fawn (2009). Para críticas acerca das definições usuais de região e regionalismo, consultar Mansfield e Milner (1999).

<sup>10</sup> Lima (2013) tem uma boa diferenciação dos conceitos de integração regional e regionalismo. Para a autora, “do ponto de vista conceitual, integração implica redução ou eliminação de restrições à livre troca de bens, serviços, capitais e



integração regional é, portanto, um tipo de regionalismo, mas o contrário não é necessariamente verdadeiro<sup>11</sup>. Para evitar confusões conceituais, o uso do termo “integração regional” será evitado ao longo desta dissertação.

Em muitos trabalhos acadêmicos que abordam as dinâmicas regionais na disciplina de Relações Internacionais, o objeto de pesquisa geralmente se refere a algum tipo de regionalismo particular. Diferentemente desses estudos, procura-se dar um destaque ao processo de regionalização (e não a um regionalismo específico). Por regionalização, entende-se

um processo explícito, mas não necessariamente institucionalizado de maneira formal, de adaptação das normas estatais, processos de decisão política, de estilos de políticas, de conteúdo político, de estruturas de oportunidades políticas, de economias e de identidade (potencialmente, tanto a nível das elites quanto popular) para ambos alinharem e formarem um novo conjunto coletivo de prioridades, normas e interesses a nível regional, que pode então evoluir, dissolver ou chegar ao equilíbrio<sup>12</sup> (WARLEIGH-LACK, 2006, p. 758, tradução nossa).

---

peças e, em alguns casos, delegação de soberania a uma autoridade supranacional. Em suma, integração pressupõe a formação de um espaço econômico integrado e coordenação regional de políticas públicas. O regionalismo, por outro lado, implica processos de cooperação em áreas diversas, militar, política, econômica, energia, técnica, e reflete prioridades de política externa, sendo relevante a dimensão geoestratégica. O regionalismo, ao contrário dos processos de integração, tem objetivos bem menos ambiciosos e, por ser uma dinâmica majoritariamente intergovernamental, envolve graus muito variados de coordenação de políticas governamentais e quase nenhuma delegação de soberania, a não ser no que diz respeito à coordenação específica das questões em negociação” (LIMA, 2013, p. 178-179).

<sup>11</sup> Há discordâncias quanto à diferença conceitual entre “regionalismo” e “integração regional”. Warleigh-Lack (2006), por exemplo, considera que “integração regional” e “regionalismo” são sinônimos. Para que tenham o mesmo valor conceitual, no entanto, o autor considera que deve existir um entendimento de que ambos os conceitos representam o mesmo fenômeno, qual seja, “[...] a formação de blocos regionais, processos e *clusters* na economia política global” (WARLEIGH-LACK, 2006, p. 757, tradução nossa).

<sup>12</sup> Ao explicitar a ideia da regionalização como um processo social, procura-se evitar um erro comum de algumas abordagens teóricas que tratam o regionalismo como um fenômeno evolutivo. Nesse sentido, argumenta-se que a regionalização

O enfoque analítico conferido ao “processo de regionalização” (e não a algum “regionalismo”) se dá por dois motivos. Primeiramente, o conceito de regionalização permite trabalhar com processos históricos (WARLEIGH-LACK, 2006, p. 758-759). Isso significa que, ao utilizar o conceito de “regionalismo”, os pesquisadores frequentemente o tratam como algo finalizado ou como um fim em si. Esse tipo de abordagem ao tema, no entanto, desconsidera que os regionalismos sofrem mutações ao longo do tempo e nunca são processos finalizados. Tampouco consideram que processos de “desregionalização” também podem ocorrer numa dada região. Assim, tratar o fenômeno da regionalização como um processo histórico permite evitar posturas teleológicas. Em segundo, cabe lembrar que uma dada região pode apresentar diversos regionalismos que exibem temas diferentes, correlacionados ou sobrepostos. Pensar o processo de regionalização (e não os regionalismos isoladamente) auxilia no entendimento das dinâmicas sociais mais amplas envolvendo os atores sociais de uma dada região.

Conforme já indicam o objetivo e a hipótese acima expostos, o presente trabalho adota uma metodologia de estudo de caso<sup>13</sup>. A escolha desse tipo de método investigativo objetiva contribuir às teorias e abordagens dos campos de estudos sobre os regionalismos e para o acúmulo de conhecimento científico acerca do processo de regionalização da América do Sul do começo do século XXI. No mundo anglo-saxão e europeu da disciplina de Relações Internacionais, tanto o campo da integração europeia quanto o campo dos “novos regionalismos” se dedicam aos estudos de como os regionalismos são criados e mantidos. Tais campos se mantiveram separados por pouco mais de uma década<sup>14</sup> e, desde meados dos anos 2000, alguns esforços vêm sendo realizados para que, na medida do possível, essas linhas investigativas apresentem discussões teóricas compartilhadas em suas agendas de pesquisa<sup>15</sup>. Conforme será melhor abordado no primeiro capítulo, o presente trabalho procura construir diálogos entre ambos esses campos.

---

é um processo que é sustentado pelos Estados e outros atores sociais em alguns momentos, mas não em outros.

<sup>13</sup> De acordo com Sprinz e Wolinsky-Nahmias (2004), as metodologias existentes na disciplina de Relações Internacionais podem ser divididas em cinco tipos. São elas: análise descritiva; estudos de caso; análise quantitativa (estatística); modelos formais; e estudos que envolvem mais de um método.

<sup>14</sup> Cabe aqui ressaltar que o campo dos “novos regionalismos” foi criado somente na década de 1990. Já o campo de investigação científica sobre a integração europeia teve início na década de 1950 com o texto seminal de Haas (2004).

<sup>15</sup> Consultar, por exemplo, Warleigh-Lack (2004) e Krapohl e Fink (2013).

No Brasil, os textos da disciplina de Relações Internacionais que tratam das dinâmicas regionais são majoritariamente caracterizados pela ausência de teorias específicas ao tema. Geralmente, esses estudos são meramente descritivos ou situam-se em arcabouços teóricos mais amplos cujo entendimento das regiões, dos regionalismos e dos processos de regionalização é secundário. Apesar da pouca existência de literatura teórica própria sobre o assunto, procura-se construir um modelo de análise com base em referências que pensem as dinâmicas regionais sul-americanas e/ou latino-americanas como objeto central de análise e de acordo com algumas características sociais próprias dos atores que compõem o espaço sul-americano.

A verificação da validade da hipótese nesse estudo de caso se dará, ao longo do trabalho, de maneira a seguir alguns passos. No primeiro capítulo, será realizado uma breve revisão do pensamento sobre as regiões, regionalismos e processos de regionalização na literatura existente na disciplina de Relações Internacionais. Para tal, serão feitas considerações acerca do pensamento sobre o tema nas Relações Internacionais estadunidense e europeia, assim como no Brasil e na América Latina. Num segundo instante, serão feitas discussões sobre algumas particularidades do processo de regionalização sul-americano, sobretudo a centralidade do Estado na criação e condução desse fenômeno e as características de subdesenvolvimento que distinguem essas nações. A partir dessas considerações, será proposto um modelo de análise que contemple como o processo de reascensão chinesa e a intensificação das relações sino-sul-americanas alteraram as capacidades materiais das nações sul-americanas e, desse modo, impactaram significativamente na socialização dos Estados da região e nas variações no processo de regionalização/“desregionalização” no período 2001-2015.

Por sua vez, no segundo capítulo, as variáveis independentes do modelo de análise – a saber, o processo de reascensão chinesa e de intensificação das relações sino-sul-americanas – serão apresentadas. Nessa parte, apesar de breves, as considerações serão essencialmente históricas e descritivas. Não se procura exibir toda a história do processo de reascensão chinesa, nem os múltiplos contatos entre a RPC e as nações sul-americanas. De fato, busca-se exibir tão somente os elementos que são significativos à variável dependente, qual seja, as variações na intensidade e no sentido do processo de regionalização sul-americano.

Posteriormente, no terceiro capítulo será dado enfoque a como as variáveis independentes – a reascensão chinesa e a intensificação das relações sino-sul-americanas - vêm atingindo o crescimento econômico, a balança comercial e as estruturas produtivas de muitos países da região.

Argumenta-se que tais impactos foram decisivos para os tipos de socializações que os Estados sul-americanos exibiram entre si e, dessa forma, foram importantes para explicar as variações do processo de regionalização sul-americano, ao menos no período 2001-2015. Para cumprir seu objetivo, serão utilizados quadros e gráficos de modo a caracterizar as dimensões das variáveis independentes, assim como os impactos sobre as estruturas de produção e crescimento dos países da região.

Por sua vez, no último capítulo, será exibido o caso a ser estudado: as variações na força e no sentido processo de regionalização sul-americano. Inicialmente, de modo a dar uma imagem ampla do grau e das variações na agregação das nações sul-americanas, será realizado um breve apanhado histórico de como se comportaram as dinâmicas regionais do século XIX ao XX. Num segundo momento, será dado foco aos quinze primeiros anos do século XXI e de como o processo de reascensão chinesa e a intensificação das relações sino-sul-americanas impactam no processo de regionalização da América do Sul.

De modo geral, o tema escolhido e a abordagem que privilegia os aspectos externos à região para a explicação das variações na força e no sentido do processo de regionalização são justificados por alguns fatores principais. Inicialmente, há certa crença histórica – em autores latino-americanos de diversos espectros políticos – que a formação de regionalismos se refere a uma das políticas de melhora das condições socioeconômicas dos países da região. Nesse sentido, projetos de regionalização que variam na quantidade e qualidade dos membros, escopo e temas têm sido levados a cabo nas últimas décadas com diferentes resultados.

O Brasil tem sido uma das nações sul-americanas mais assertivas no que tange à construção de instituições, regimes, fóruns e diálogos com seus vizinhos. Muitos dos seus processos regionais mais audaciosos – como o MERCOSUL e a UNASUL – foram caracterizados pela grande ambição inicial do projeto, mas por dificuldades e constrangimentos no momento da sua operacionalização. Além disso, as relações com parceiros estratégicos, como a Argentina, vêm sendo caracterizadas por situações mistas de cooperação e competição dependendo do tema e do período analisado. Em suma, mesmo com a vontade política de maior engajamento regional, impedimentos estruturais têm se mostrado significativos à paralisação das dinâmicas regionais ou ao afastamento dos Estados sul-americanos uns aos outros.

Nesse sentido, argumenta-se que essas dificuldades não são somente próprias das dinâmicas dos governos da região. Assim, é de se

esperar que a despeito das frequentes mobilizações de identidades regionais em torno do histórico de colonização europeia, do subdesenvolvimento e da condição de região explorada, os países sul-americanos historicamente apresentam percalços na concretização de seus processos de regionalização. Propõe-se que, além das dinâmicas internas próprias das regiões, diferentes episódios que levam a alterações na força e no sentido do processo de regionalização podem ser explicados a partir de atores e fenômenos externos às regiões. Dessa forma, ao menos no período analisado, acredita-se que o processo de reascensão chinesa e a intensificação das relações sino-sul-americanas representam fatores importantes ao entendimento de como os regionalismos sul-americanos foram afetados no início do século XXI.



## 1. REGIONALISMOS E PROCESSOS DE REGIONALIZAÇÃO EM ESTADOS SUBDESENVOLVIDOS: CONSTRUINDO UM MODELO DE ANÁLISE

Nas Relações Internacionais estadunidense e europeia, os campos da “integração europeia” e dos “novos regionalismos” foram criados para estudar as regiões, os regionalismos e os processos de regionalização. Essas contribuições mostram que os regionalismos são usualmente fenômenos de origens multidimensionais que envolvem atores e processos sociais altamente específicos e complexos. No entanto, essas abordagens frequentemente não são ajustadas para analisarem empiricamente o processo de regionalização sul-americano por se concentrarem demasiadamente nas experiências de regionalização dos países desenvolvidos. Assim, muitas das particularidades das dinâmicas regionais sul-americanas geralmente não são contempladas por essas ferramentas investigativas.

Já nas Relações Internacionais brasileira e latino-americana, os estudos sobre as regiões, regionalismos e processos de regionalização geralmente são histórico-descritivos. Desse modo, a despeito da grande quantidade de trabalhos acadêmicos sobre o assunto, as discussões teóricas ainda são pouco privilegiadas e desenvolvidas. Algumas das pesquisas que se dedicam sobre o tema de maneira a se embasar em alguma teoria específica geralmente o fazem a partir dos pensamentos cepalinos clássico e contemporâneo e das teorias da dependência. A preocupação desses estudos, todavia, é majoritariamente normativa e/ou prescritiva. Além disso, esses estudos estão situados em arcabouços teóricos mais amplos cujo entendimento das regiões, dos regionalismos e dos processos de regionalização é secundário. Comumente, ambas escolas de pensamento meramente recomendam que o processo de regionalização é um dos meios para a superação do subdesenvolvimento e é ferramenta de enfrentamento das repercussões do processo de globalização.

A partir desse cenário de inadequação das teorias e perspectivas vigentes sobre o processo de regionalização sul-americano, três objetivos são almejados com o presente capítulo. Primeiramente, busca-se apresentar as supracitadas contribuições e avaliar o quanto elas auxiliam na análise do processo de regionalização sul-americano. Não será objetivo deste capítulo exibir todas as teorias e abordagens disponíveis, mas tão somente as que representam o *mainstream* do pensamento sobre a temática regional e aquelas que tem mais a contribuir para a variável dependente deste trabalho, a saber, as variações no processo de regionalização sul-americano. Em segundo lugar, busca-se apresentar

duas particularidades principais do processo de regionalização sul-americano, tais quais, a primazia dos Estados como agentes fundamentais da condução de tal fenômeno e a caracterização dessas nações como subdesenvolvidas. Por fim, procura-se formar um modelo de análise que contemple alguns dos fatores explicativos às variações na força e no sentido do processo de regionalização sul-americano ao longo dos anos 2001-2015.

Para cumprir seus objetivos, o presente capítulo foi dividido em duas seções. Na primeira, será exibido um breve histórico dos estudos sobre as regiões, regionalismos e processos de regionalização da disciplina de Relações Internacionais e fazer considerações sobre elementos que auxiliem na explicação do processo de regionalização sul-americano. Já na segunda seção, será exibido algumas considerações teóricas sobre o protagonismo das nações sul-americanas como agentes do processo de regionalização e a sua diferenciação como Estados subdesenvolvidos. Em seguida, será apresentado o modelo de análise a ser explorado nos capítulos subsequentes.



## **1.1. Como é pensado o processo de regionalização nas Relações Internacionais?**

A presente subseção tem o objetivo exibir um pouco do pensamento sobre as regiões, regionalismos e processos de regionalização nas Relações Internacionais. Para tal, foi dividida em duas partes. Na primeira, será apresentado como são pensados tais temas nas Relações Internacionais estadunidense e europeia. Já na segunda subseção, será exibido como alguns autores brasileiros e latino-americanos refletem sobre os assuntos. Ao longo dessa seção, será dada prioridade aos autores que façam parte das teorias mais utilizadas nas Relações Internacionais para abordar as dinâmicas regionais ou aos pesquisadores que ofereçam contribuições teóricas para a construção do modelo de análise – objetivo da seção subsequente.

### *1.1.1. Pensamentos sobre o processo de regionalização nas Relações Internacionais estadunidense e europeia*

Os estudos e debates sobre as regiões, regionalismos e processos de regionalização existem em muitas disciplinas, como a Geografia, a Economia<sup>16</sup> e as Relações Internacionais/Ciência Política. Especificamente nas Relações Internacionais, o primeiro campo de discussões sobre a temática – o campo da integração europeia – foi fundado a partir das discussões da publicação da obra seminal *The Uniting of Europe* de Ernst Haas em 1958 (HAAS, 2004). Tal livro foi lançado num momento específico e importante do sistema internacional e do

---

<sup>16</sup> A despeito dessa seção apresentar como foco como as diferentes perspectivas da disciplina de RI observam os regionalismos, é importante também ressaltar que muitos economistas igualmente exibem suas próprias teorias de integração regional. Nessas perspectivas, o caráter de prescrição à políticas públicas é frequentemente central aos seus respectivos modelos de análise. No mundo anglo-saxão, os economistas tendem a enfatizar as relações de mercado entre bens e fatores de produção de uma região em detrimento dos aspectos institucionais e políticos (MATTLI, 1999, p. 19). Nesse ponto, eles buscam observar como a integração econômica impacta nos ganhos e perdas em termos de prosperidade e bem-estar (Idem, 1999). Duas teorias econômicas dominam o *core* desses estudos: a teoria de formação de união aduaneira e a teoria de área monetária ótima. A primeira delas busca entender as implicações de prosperidade no que tange à criação de novas relações de comércio e dos termos de troca (Idem, 1999). Já a segunda teoria procura investigar as condições em que a integração monetária é eficiente numa dada região (Idem, 1999, p. 19-21).

processo de regionalização europeu. Após a Segunda Guerra Mundial, alguns Estados da Europa Ocidental aprofundaram seus laços políticos num contexto de acirramento das tensões da Guerra Fria e de expansão significativa das economias, fluxos de comércio e investimentos regionais. A formação da Comunidade Econômica Europeia (CEE) no mesmo ano da divulgação do livro de Haas foi um importante indicador de um período de grandes expectativas de prosperidade através da agregação regional para os tempos de paz vindouros.

Partindo de uma abordagem neofuncionalista<sup>17</sup>, Haas (2004) não se preocupou em realizar uma mera leitura histórico-descritiva do processo de regionalização europeu verificado a partir da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA). Inserido no debate teórico das Relações Internacionais anglo-saxã, o autor procurou exibir ferramentas teóricas que desafiassem o realismo clássico e o idealismo, perspectivas dominantes de então. Segundo comenta o próprio autor:

eu queria mostrar que a fetichização do poder, o *Primat der Aussenpolitik*<sup>18</sup>, era muito menos uma lei de política do que era reivindicada por esses estudiosos [realistas]. Mas eu também queria mostrar que o idealismo kantiano, que viu no direito mais internacional da estrada para a paz mundial era tão desnecessário como era (e é) ingênuo. Eu queria mostrar que existem outros caminhos para a paz do que poder ou direito (HAAS, 2004, p. xiv, tradução nossa).

As ideias de Haas (2004), dominantes por muito tempo nos estudos sobre as dinâmicas regionais europeias, afirmam que a participação em processos de regionalização e integração regional é resultado da ação voluntária de atores sociais domésticos fortes (HAAS, 2004, p. xxxi). Para essa abordagem, portanto, o processo de regionalização é justificado, num primeiro momento, por demandas societárias que levam à ação governamental de entrega de partes da sua soberania a instituições supranacionais para o cumprimento de diferentes necessidades funcionais. À medida em que essas organizações supranacionais cumprem as expectativas e demandas dos atores que a conceberam e dos demais atores que foram afetados, a tendência é que setores da sociedade passem a pedir maior intervenção de instituições supranacionais em

---

<sup>17</sup> Mesmo que Haas (2004) seja lido como um autor neofuncionalista, tal autor também afirma que sua obra igualmente apresenta forte ligação com o construtivismo, especialmente pela sua crítica às abordagens da *rational choice*.

<sup>18</sup> Expressão em alemão que significa “primado da política externa”.

detrimento dos seus governos nacionais<sup>19</sup> (Idem, 2004, xxxiii). Além disso, o cumprimento das expectativas em uma área – como o comércio – levaria, quase certamente, à integração em outras áreas - como a defesa - por exemplo<sup>20</sup> (Idem, 2004, p. 291-292). Nesse sentido, tal perspectiva apresenta uma tendência de contínua retroalimentação do processo de “integração regional” que levaria à conformação de supranacionalismos ou federalismos.

O livro de Haas (2004) teve grande repercussão na Ciência Política e nas Relações Internacionais e estimulou uma série de debates sobre as condições em que a formação de regionalismos era possível e por quais motivos os Estados decidiam integrar suas economias. Na década de 1960, foram produzidas algumas respostas pessimistas aos neofuncionalistas, especialmente baseadas no realismo clássico americano. Tais textos criticaram sobretudo os prognósticos de Haas (2004) de que o processo de regionalização europeu tenderia ao seu desenvolvimento e aprofundamento. Com o tempo, essas publicações passaram a conformar o que seria conhecido nas teorias da “integração europeia” como “abordagens intergovernamentalistas”. Hoffmann (1966), o principal autor dessa corrente, afirma que

o Estado-nação é ao mesmo tempo uma forma de organização social e - na prática, se não em todas as marcas de uma teoria - um fator de não-integração internacional; mas aqueles que argumentam em favor de um mundo mais integrado, quer sob o poder mais centralizado ou através de várias redes de agências regionais ou funcionais, tendem a esquecer a velha máxima de

---

<sup>19</sup> Para Haas (2004), a criação e atuação das instituições representam um processo de duas vias. Assim como elas são concebidas a partir de certos grupos sociais, sua operacionalização também afeta o comportamento desses e de demais atores (p. xxxii). Nesse sentido, uma vez estabelecidas, as instituições regionais afetam a agregação regional na medida em que cumprem as expectativas e demandas de diferentes atores de modo a que esses solicitem maior intervenção federal/regional em detrimento à nacional (Idem, 2004, xxxiii). Ao operarem sob um framework supranacional, os empresários e trabalhadores tendem a expandir seus laços políticos para além das fronteiras nacionais e, assim, inclinam-se a também reforçar os laços regionais/federalistas. Além disso, para Haas (2004), a socialização sob esse contexto de regionalização/federalização crescente pressiona à reavaliação e reformulação dos interesses de grupos políticos domésticos frente a essa regionalização (p. xxxiv).

<sup>20</sup> Tal característica ficou conhecida na literatura como efeito ou processo de *spillover*.

Auguste Comte que *ne détruit que ce qu'on remplace*<sup>21</sup>: a nova "fórmula" terá que fornecer não somente uma ordem mundial, mas também um tipo de organização social em que os líderes, elites e cidadãos se sintam confortáveis (p. 862-863, tradução nossa).

Dessa forma, para os intergovernamentalistas, o processo de regionalização ocorreria somente em circunstâncias históricas específicas. A formação de instituições supranacionais apenas seria possível através da realização de barganhas entre Estados com interesses geopolíticos momentâneos. O processo de regionalização, portanto, seria um fenômeno de exceção e efêmero ao mundo concebido pela tradição realista – a rigor, caracterizado por um ambiente competitivo ou conflitivo em que as unidades sociais básicas seriam exclusivamente os Estados-nação (WIENER e DIEZ, 2004, p. 9).

Durante boa parte do período da Guerra Fria, as abordagens neofuncionalistas e intergovernamentalistas competiram entre si para a explicação dos fenômenos regionais. A partir do fim dos anos 1980, novas perspectivas foram criadas ao passo em que o processo de regionalização europeu intensificava seu ritmo e tomava direcionamentos inéditos até então<sup>22</sup>. Desse novo conjunto de abordagens que à época emergiu, a teoria intergovernamentalista liberal, criada a partir da publicação dos trabalhos de Moravcsik (1997, 1998) e Moravcsik e Schimmelfennig (2009), foi provavelmente a que mais exibiu repercussões no campo da integração europeia. Nessa versão do intergovernamentalismo, os autores agregam um modelo liberal de formação de preferências; outro modelo de barganha internacional; e um último modelo de escolha institucional baseado na *rational choice*<sup>23</sup> (POLLACK, 2006, p. 36).

<sup>21</sup> Frase escrita em língua francesa no trecho original. Em tradução literal significa “destrói somente o que um substitui”.

<sup>22</sup> Atualmente, o campo da integração europeia exhibe muitas abordagens e teorias que interpretam o processo de regionalização europeu de maneira *sui generis*. Muitas dessas perspectivas provêm ou apresentam diálogo com as teorias e abordagens da disciplina de Relações Internacionais e/ou dos campos da Economia Política Internacional e/ou de Análise de Política Externa. Para maiores informações, consultar a coleção organizada por Wiener e Diez (2004).

<sup>23</sup> A *rational choice* é uma abordagem metodológica que busca explicar o comportamento individual e coletivo em ambientes sociais específicos (POLLACK, 2006, p. 32). Para cumprir seu objetivo, a *rational choice* reúne três elementos que formam a essência da sua metodologia (Idem, 2006). São eles: o individualismo metodológico; a maximização de utilidade ou *goal-seeking*; e a existência de vários constrangimentos institucionais ou estratégicos à escolha

A partir da sobreposição desses três modelos, os autores afirmam que os regionalismos são constituídos através das escolhas racionais de diferentes atores sociais que se sucedem de maneira a obedecer uma série de acontecimentos ordenados. Inicialmente, as disputas de diferentes grupos sociais domésticos conformam as preferências dos Estados<sup>24</sup>. Por muitas vezes, as preferências de diferentes Estados refletem interesses conflitivos e apresentam problemas de ação coletiva no âmbito regional. Nesses casos, com suas preferências formadas, esses Estados barganham em acordos substantivos no ambiente regional a fim de levarem adiante seus interesses. Após uma série de negociações, os Estados chegam a conclusões acerca dos termos barganhados e criam organizações regionais que asseguram seus compromentimentos realizados previamente<sup>25</sup>.

Apesar da riqueza teórica dessas abordagens, dois fatores principais impulsionaram alterações nos estudos sobre as regiões nas Relações Internacionais. Primeiramente, o campo de estudos da “integração europeia” nunca conseguiu realizar análises profundas sobre os regionalismos e processos de regionalização localizados fora da Europa (MALAMUD, 2004, p. 1). Em segundo lugar, a intensificação de uma série de processos de regionalização no sistema internacional a partir do fim da Guerra Fria e a conformação de regionalismos de diversos tipos e escopos impulsionaram produções acadêmicas inicialmente isoladas,

---

individual (Idem, 2006). O individualismo metodológico significa que a unidade básica de análise é o indivíduo (2006). Dessa forma, a *rational choice* não pretende derivar os comportamentos individuais da sociedade, mas sim, explicar o comportamento individual e coletivo através da agregação de escolhas individuais (Idem, 2006). Para que isso se verifique, as preferências dos atores são tidas como fixas, transitivas e dadas de maneira exógena.

<sup>24</sup> Nesse ponto, cabe ressaltar que as preferências dos Estados são epifenomenais aos resultados das disputas sociais domésticas (Idem, 2006, p. 32-33).

<sup>25</sup> Para Moravcsik (1998), as preferências de cada Estado são concebidas a partir de pressões de grupos e instituições domésticas. Os Estados, então, desenvolvem estratégias e barganham uns com os outros para atingirem acordos substantivos que cumpram suas respectivas preferências nacionais mais eficientemente do que fariam através de ações unilaterais. Por fim, os Estados escolhem os tipos de instituições que asseguram os acordos previamente feitos. A partir desse *framework*, Moravcsik (1998) defende a ideia de que as “grandes barganhas” – essencialmente motivadas por preferências estatais que objetivavam ganhos comerciais – explicam os desenvolvimentos do regionalismo europeu desde a década de 1950.

mas que logo foram congregadas em torno do campo dos “novos regionalismos” nas Relações Internacionais.

Assim como o campo da “integração europeia”, os “novos regionalismos” se fundamentam nas múltiplas teorias e abordagens das Relações Internacionais para a realização dos seus estudos (SÖDERBAUM, 2003, p. 8-12). Diferentemente do primeiro campo, no entanto, as abordagens dos “novos regionalismos” procuraram alterar a forma com a qual as Relações Internacionais observavam a formação de regionalismos. A investigação científica sobre tal fenômeno, em tese, não se dedicaria exclusivamente ao caso da Europa ocidental, mas também, buscaria abranger outros processos de regionalização verificados no sistema internacional.

Segundo Söderbaum (2003), a divisão dos regionalismos entre “novos” e “velhos” corresponde às diferenças de periodização histórica e padrões de regionalização. Inicialmente, de acordo com o autor, os velhos regionalismos correspondem aos movimentos de regionalização verificados a partir do fim da II Guerra Mundial e que findaram ao fim dos anos 1960 e início da década de 1970 (SÖDERBAUM, 2003, p. 4). A segunda onda, por sua vez, seria observada a partir do fim dos anos 1980 e seria caracterizada, sobretudo, por formas de regionalização típicas de um ambiente de globalização (Idem, 2003; HETTNE, 2003, p. 30). Enquanto os “velhos” regionalismos consistiriam em fenômenos tipicamente estatais e exibiriam foco estrito nos regimes preferenciais de comércio e em alianças de segurança, os “novos” regionalismos seriam caracterizados pela diversidade de atores sociais envolvidos, múltiplas temáticas e maior alcance geográfico (Idem, 2003).

Apesar dessa tentativa de reorganizar os estudos sobre os temas regionais, as perspectivas dos ‘novos regionalismos’ ainda não são adequadas para a análise empírica das dinâmicas regionais sul-americanas por alguns motivos. Inicialmente, o campo ainda carece de conceituações menos divergentes dos termos “região”, “regionalismo” e “processo de regionalização”. Essas diferenças de conceituação refletem que os pesquisadores ainda necessitam definir com maior rigor o objeto ao qual estudam para que exista maior diálogo entre as diferentes abordagens do mesmo campo<sup>26</sup>.

---

<sup>26</sup> Vale lembrar que diferenças conceituais são comuns num mesmo campo de investigação científica. Isso porque são as distintas teorias que dão conteúdo a muitos dos termos abordados. No entanto, é de se esperar que haja certa convergência acerca dos da variável dependente a qual se propõe a explicar. Nesse caso, as distintas definições acerca dos termos “região”, “regionalismo” e

Em segundo lugar, a divisão entre “velhos” e “novos” regionalismos é questionável. A alegação de que os “velhos regionalismos” não incluem atores sociais domésticos ou transnacionais é duvidosa. A própria teoria neofuncionalista afirma desde a década de 1950 que o início do processo de regionalização parte de atores sociais domésticos fortes que demandam ações de aproximação política regional dos seus respectivos Estados. Por sua vez, a afirmação de que os “velhos” regionalismos exibem escopo limitado não necessariamente ocorre (WARLEIGH-LACK, 2006, p. 753-754). Mesmo antes da assinatura do Ato Único Europeu (1986), o processo de regionalização da Europa já poderia ser descrito como complexo pela harmonização das legislações domésticas e pela existência de políticas produtivas comuns (Idem, 2006). As diferenças de alcance geográfico, por sua vez, não representam características suficientemente fortes para diferenciar os regionalismos em velhos ou novos. Vale lembrar, por exemplo, que a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC)<sup>27</sup> e o Mercado Comum Centro Americano (MCCA) foram fundados em 1960, enquanto a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) foi criada ainda em 1967<sup>28</sup>. A separação dos regionalismos entre “velhos” e “novos” igualmente dificulta o entendimento das regiões, regionalismos e processos de regionalização como fenômenos históricos cuja trajetória vem sendo construída principalmente após o fim da II Guerra Mundial.

Em terceiro lugar, apesar do campo dos “novos regionalismos” se propor a estudar a ocorrência de diversos tipos de regionalismos, os autores, universidades e revistas que o compõem são majoritariamente europeus ou estadunidenses. Desse modo, as teorias utilizadas e as preocupações normativas que guiam esses estudos refletem, em alguma medida, os interesses nacionais desses pesquisadores<sup>29</sup>, além de impactarem decisivamente no tipo de conhecimento científico

---

“processos de regionalização” dificultam substancialmente o diálogo entre os autores do mesmo campo.

<sup>27</sup> Na América do Sul, a ALALC foi formada por Brasil, Argentina, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai, além do México como representante norte-americano (CERVO e BUENO, 1992, p. 261). A ALALC foi posteriormente denominada Associação Latino-Americana de Integração (ALADI).

<sup>28</sup> Para maiores argumentações contra a divisão entre os regionalismos “velhos” e “novos”, consultar Warleigh-Lack (2006).

<sup>29</sup> Isso não significa que autores específicos não possam ter preocupações normativas que não sejam orientadas por questões mais amplas do campo em que estão inseridos.

produzido<sup>30</sup>. Além do mais, ainda há concentração dos estudos dos “novos regionalismos” em casos europeus e pouca análise empírica de outros processos de regionalização (KRAPOHL, 2008, p. 2). Essas características do campo dos “novos regionalismos” acabam por refletir decisivamente na pouca exploração das particularidades histórico-sociais de cada região, regionalismo e processo de regionalização.

Assim como a separação entre os regionalismos “velhos” e “novos”, a divisão dos estudos dos regionalismos nos campos da “integração europeia” e dos “novos regionalismos” é igualmente problemática. Isso porque esses campos teriam muito a ganhar caso dialogassem mais já que se situam na mesma disciplina e tomam os debates metateóricos e as teorias de Relações Internacionais como suas principais fontes de produção científica. Alguns autores, inclusive, vêm defendendo a união desses campos, especialmente porque tratam, basicamente, do mesmo fenômeno: os regionalismos e os processos de regionalização. Assim, conforme sustenta Waleigh-Lack (2006),

[...] as abordagens dos novos regionalismos e da teoria da integração não são paradigmas separados, mas sim, subcampos do mesmo paradigma. Embora frequentemente usem uma terminologia diferente, ambos os conjuntos de estudiosos examinam a mesma variável dependente: a formação de blocos regionais, processos e *clusters* na economia política global. Os dois [campos] partem de perspectivas da ciência política para abraçar a interdisciplinaridade e para concentrar-se sobre as funções, escopo, desenvolvimento e impacto da regionalização. Eles não são reflexos de diferentes meta-entendimentos de relações internacionais (idealismo e realismo); em vez disso, dentro de cada campo, estudiosos que poderiam ser chamados de idealistas ou realistas contribuem para o debate. As subsecções do mesmo paradigma como os novos regionalismos e a teoria da integração, portanto, não devem ser concebidos como rivais incomensuráveis (p. 757, tradução nossa).

A despeito da riqueza teórica dessas contribuições, os problemas supracitados dificultam substancialmente a utilização sem ressalvas

---

<sup>30</sup> Consultar Wæver (1998) para mais detalhes de como as diferentes escolas de pensamento nacional impactam no tipo de conhecimento produzido na disciplina de Relações Internacionais.



dessas abordagens para análise do processo de regionalização sul-americano, ao menos se considerado o *mainstream* teórico dos campos da “integração europeia” e dos “novos regionalismos”. Na próxima seção, serão apresentados como alguns autores latino-americanos abordam e observam as dinâmicas regionais sul-americanas para que, na última seção do presente capítulo, sejam feitas considerações para a construção do modelo de análise do presente trabalho.

### **1.1.2. Pensamentos sobre o processo de regionalização nas Relações Internacionais dos países latino-americanos**

Nas Relações Internacionais brasileira e latino-americana, o pensamento sobre as regiões, regionalismos e processos de regionalização é majoritariamente dominado por textos histórico-descritivos e/ou por publicações que não deixam explícito seu referencial teórico<sup>31</sup>. Os trabalhos que exibem desenvolvimentos teóricos e que ao menos tangenciam essas temáticas encontram-se no campo da Economia Política, sobretudo no pensamento cepalino e nas teorias da dependência. Apesar disso, essas contribuições se dedicam mais às possibilidades e condições de desenvolvimento das economias subdesenvolvidas do que ao entendimento das regiões, regionalismos e processos de regionalização. Dentro da preocupação normativa específica a qual se propõem, tais autores prescrevem políticas públicas regionais como um dos meios de enfrentamento das instabilidades, constrangimentos e desafios ao desenvolvimento. A despeito dessas limitações, tais obras trabalham com algumas particularidades dos Estados sul-americanos que serão importantes para a construção do modelo de análise na seção posterior.

Prebisch (1962), autor representante do pensamento cepalino clássico, observa na integração regional<sup>32</sup> um mecanismo pelo qual os governos latino-americanos devem procurar a fim de se desenvolverem.

---

<sup>31</sup> Ao afirmar isso, não se pretende realizar nenhum tipo de crítica a essas publicações pela sua natureza histórico-descritiva, mas tão somente afirmar que os desenvolvimentos teóricos ainda são pouco desenvolvidos nas Relações Internacionais dos países latino-americanos. Consultar Lima (2011), Pecequillo (2013) para exemplos de publicações histórico-descritivas do processo de regionalização sul-americano. Para exceção a essa regra, ver, por exemplo, Malamud (2004).

<sup>32</sup> “Integração regional” é o termo utilizado pelo próprio autor. Vale ressaltar que o conceito de “regionalismo” passou a ser utilizado sobretudo a partir dos anos 1980.

Isso porque, para o autor, no início dos anos 1960, os processos de industrialização latino-americanos aconteciam de maneira separada e geralmente implicavam indústrias monopolistas protegidas por um nível de tarifação alto (PREBISCH, 1962, p. 176). Isso era problemático ao consumidor pelos preços elevados e ruim para a economia pela baixa produtividade relativa dessas indústrias (Idem, 1962).

Além disso, tal autor afirma que a alocação nacional dos parques industriais era ineficiente porque os mercados nacionais são comparativamente menores do que os regionais (Idem, 1962, p. 177). Nesse sentido, Prebisch (1962) sustenta que o avanço do processo de industrialização deve ocorrer de modo a distribuir as indústrias de maneira racional a cada país para a formação de cadeias industriais regionais (p. 182). Assim, segundo comenta o próprio autor:

é cada vez mais evidente que a solução fundamental do problema econômico e social na América Latina encontra-se na industrialização e modernização da agricultura, e esses propósitos fundamentais não podem ser alcançados sem a formação progressiva do Mercado Comum Latino-Americano. A América Latina não saberá escapar a esta lei histórica: a industrialização não pode ser realizada em pequenos compartimentos<sup>33</sup> (PREBISCH, 1962, p. 175, tradução nossa).

Os estudos de Prebisch (1962), portanto, não visavam a explicar o regionalismo em si, mas sobretudo, prescrever um modelo de desenvolvimento conjunto aos países latino-americanos. É interessante notar que as experiências de integração regional verificadas na América Latina ao longo dos anos 1960, como a Associação Latino Americana de Livre Comércio (ALALC), basearam-se, em alguma medida, nas ideias cepalinas de integração regional<sup>34</sup>. A despeito de seu objetivo ser muito mais normativo do que o de outras teorias e abordagens sobre o regionalismo, Prebisch (1962) tem muito a contribuir para as perspectivas sobre os regionalismos latino-americanos porque parte do princípio que esses fenômenos são conformados por países cujo constrangimento externo à ação política é alto.

---

<sup>33</sup> Prebisch (1962) via os processos de industrialização latino-americanos no começo dos anos 1960 como “[...] vinte compartimentos herméticos e incomunicáveis [...]” (p. 176).

<sup>34</sup> Prebisch (1962), no entanto, criticou o a condução da ALALC por ela não incluir a liberalização dos produtos industriais.

Por sua vez, Marini (1992, 1993), um dos maiores expoentes da teoria marxista da dependência, também analisa como os regionalismos latino-americanos são constrangidos pelo sistema capitalista internacional. Tal autor aponta que a estruturação desigual do comércio internacional gera não somente uma transferência de mais-valia dos países subdesenvolvidos aos desenvolvidos e superexploração da força de trabalho na periferia. Além desses resultados, a exclusividade de produção de artigos primários causa, dentre outras coisas, “[...] a impossibilidade da integração das economias latino-americanas por elas mesmas” (MARINI, 1992 *apud* SOUZA e SILVA, 2013, p. 156).

Para Marini (1992, 1993), nesse sentido, a integração se torna possível apenas em situações políticas de afrouxamento das relações de dependência. Para que isso ocorra, no entanto, a procura por políticas de enfrentamento às tendências capitalistas estruturais é um fator a ser perseguido pelos governos. Nesse âmbito, por exemplo, Marini (1993) exalta o peronismo argentino, o movimento trabalhista brasileiro, o Chile de Allende, o sandinismo nicaraguense, as revoluções populares bolivianas (1952) e venezuelana (1958) como movimentos políticos de superação do capitalismo e de busca de congregação regional.

Assim como muitos economistas, Marini (1993) também prescreve o que acredita ser o modo mais adequado de integração latino-americana. Para o autor, o regionalismo latino-americano deve

[...] envolver a construção de uma nova economia baseada na incorporação de um grande número de pessoas para o trabalho e o consumo, através da repartição adequada do investimento, uma verdadeira revolução educacional, a supressão das altas taxas de sobre-exploração do trabalho e, assim, melhor distribuição de renda. Claramente, este resultado não pode ser alcançado sem que a integração econômica também signifique avançar em direção à integração política, que envolva a formação de um Estado supranacional na América Latina (MARINI, 1993, s.p., tradução nossa).

Além disso, segundo comenta o próprio autor:

chegamos ao ponto em que nossa sobrevivência como Brasil, México, Chile, Venezuela depende da nossa capacidade de construir novas superestruturas políticas e legais, dotadas de poder de negociação, resistência e pressão necessária para ter presença efetiva nos superestados que já

existem ou estão a emergir na Europa, Ásia e na América<sup>35</sup> (MARINI, 1993, s.p., tradução nossa).

As contribuições de Prebisch (1962) e Marini (1993) indicam dois aspectos importantes das dinâmicas regionais que serão melhor exploradas ao longo deste trabalho. Inicialmente, segundo apontam os autores, os processos de regionalização da América do Sul frequentemente demandam autonomia das nações da região frente ao sistema internacional para sua devida operacionalização. Esse aspecto é significativo visto que não basta a mera intencionalidade dessas nações em se agregarem politicamente e economicamente, mas igualmente devem ser observadas as condições com as quais essas nações se relacionam com o sistema internacional. Em segundo lugar, a recomendação de políticas de regionalização como uma das formas de superação do subdesenvolvimento é um importante indicativo das expectativas com as quais o governo, a sociedade e a opinião pública observam historicamente o processo de regionalização e a formação de regionalismos.

## **1.2. Construindo um modelo de análise político-contingente**

Na presente seção, procura-se apresentar o modelo de análise que será explorado no decorrer do presente trabalho e, para alcançar esse fim, foi dividida em duas partes. A primeira parte procura apresentar algumas considerações importantes à construção do modelo de análise, sobretudo as características particulares do processo de regionalização sul-americano, como a primazia dos Estados da região na condução desse fenômeno e as características de subdesenvolvimento dessas nações. Por sua vez, a segunda subseção busca apresentar o modelo de análise que será aplicado para a análise empírica nos capítulos posteriores.

---

<sup>35</sup> É importante ressaltar que Marini (1992, 1993) escreveu tais considerações no começo da década de 1990 no momento de emergência sem precedentes dos regionalismos. Nota-se que Prebisch (1962) e Marini (1992, 1993) têm muito a contribuir sobre a importância dos regionalismos como mecanismos de superação do subdesenvolvimento, mas não tratam das condições políticas e econômicas pelos quais os regionalismos são possíveis de serem formados.

### 1.2.1. Particularidades do processo de regionalização sul-americano

Conforme observado na seção anterior, os regionalismos são fenômenos complexos cujas origens são geralmente difusas e contemplam mais de uma variável explicativa. Nesse ponto, o estudo das especificidades de cada regionalismo pode auxiliar no entendimento de suas dinâmicas próprias. O objetivo dessa subseção é apresentar algumas singularidades do regionalismo sul-americano que são importantes ao modelo de análise que se pretende construir na subseção posterior.

O primeiro aspecto particular do processo de regionalização sul-americano é a importância histórica dos Estados – sobretudo dos poderes Executivos – como protagonistas da criação e operacionalização de tal fenômeno (MALAMUD, 2004, p. 13). Essa característica exhibe duas decorrências principais que serão abordadas no modelo de análise. Primeiramente, isso significa que o processo de regionalização na América do Sul é caracterizado, em última instância, pelo processo decisório dos Estados e pela possibilidade de cooperação regional através de negociações bilaterais e coletivas. Em segundo lugar, é importante ressaltar que a decisão dos Estados de uma dada região de intensificar o processo de regionalização ocorre sob contextos e cenários específicos que incluem, dentre outras coisas, a capacidade de autonomia dessas nações<sup>36</sup>.

Mas como é explicada as motivações dos Estados no seu processo decisório de intensificar ou não um certo processo de regionalização? Nas Relações Internacionais são sugeridos dois tipos de lógica que explicam a ação dos Estados e demais atores sociais (WENDT, 2001, p. 1023). O primeiro tipo de pensamento – a “lógica da consequência” (“*logic of consequences*”) - afirma que os atores são racionais na escolha das estratégias na busca de consequências ótimas dados os seus interesses. De acordo com esse modelo, as ações dos atores são tomadas a partir de cálculos dos custos e benefícios das opções disponíveis para que a tomada de decisão seja realizada de maneira instrumental em favor da opção com menores custos e maiores benefícios<sup>37</sup> (Idem, 2001). Esse tipo de

---

<sup>36</sup> Além disso, como muitas abordagens construtivistas indicam, qualquer processo social é embasado por conjuntos de ideias, identidades e interesses dos atores sociais que os compõem. Para mais informações sobre essas considerações, consultar, por exemplo, Ruggie (1998).

<sup>37</sup> Esse modelo de pensamento é problemático. De acordo com Wendt (2001), “esta é uma definição subjetiva de racionalidade em que uma escolha racional não é o que vai realmente maximizar o *pay-offs* de um ator (podemos chamar a

pensamento é majoritariamente utilizado pelas abordagens da *rational choice* nas Relações Internacionais, por referências que se baseiam na microeconomia ou por textos que assumam o pressuposto que os atores sociais exibem racionalidade nas suas ações (FEARON e WENDT, 2002, p. 54). Isso inclui, portanto, grande parte do *core* das Relações Internacionais americanas, como o neorealismo (WALTZ, 1979); o neoliberal institucionalismo (KEOHANE, 1982); a “nova” teoria liberal e a teoria liberal intergovernamentalista (MORAVCSIK, 1997, 1998; MORAVCSIK e SCHIMMELFENNIG, 2009).

O segundo *framework* que procura explicar a ação dos agentes sociais concebido nas Relações Internacionais é a “lógica da adequação” (“*logic of appropriateness*”). Em vez de agirem puramente em termos racionais, tal modelo afirma que os atores tomam suas decisões com base no que é normativamente apropriado<sup>38</sup> (WENDT, 2001, p. 1024-1025). Em seu nível mais profundo, essa lógica funciona através da internalização de normas (Idem, 2001). À medida em que os atores vão sendo socializados a normas específicas, eles passam a internalizá-las como parte da sua própria identidade (Idem, 2001). Desse modo, as identidades formadas a partir de normas específicas criam interesses coletivos no cumprimento das próprias normas (Idem, 2001). O resultado é um autoconstrangimento internalizado (“*internalized self-restraint*”), o que em outras palavras significa que um ator seguirá as normas não porque é do seu autointeresse, mas porque é a coisa certa a fazer em sua sociedade<sup>39</sup> (Idem, 2001). Nas Relações Internacionais, tal tipo de *framework* é majoritariamente ressaltado pelos construtivistas para questionar as teorias e abordagens do *core* das Relações Internacionais (WENDT, 2001; FEARON e WENDT, 2002).

As lógicas “da consequência” e “da adequação” não são modelos de ação necessariamente antagônicos e excludentes entre si. Pelo contrário, March e Olsen (1998) sugerem que ambas as lógicas devem ser

---

isso uma visão “objetiva” de racionalidade), mas o que o ator pensa que irá fazê-lo. Além disso, não problematiza como os atores definem os seus interesses. Mesmo uma pessoa autodestrutiva ou imoral pode ser racional nesse sentido” (p. 1023, tradução nossa).

<sup>38</sup> Para Wendt (2001), existem muitos exemplos de como os Estados se guiam pela “lógica da adequação”. A não invasão das Bahamas pelo Estados Unidos, para o autor, seria melhor explicada pela crença de que isso seria errado do que por supostos cálculos racionais feitos pelos Estados Unidos.

<sup>39</sup> O interesse dos atores em seguir as normas não é característica inerente de sua natureza, mas sim, refere-se a um interesse coletivo construído socialmente a partir de socializações às normas.

levadas em consideração para a análise do processo decisório. Segundo os autores,

[...] a ação política em geral não pode ser explicada exclusivamente em termos de uma lógica de consequência ou adequação. Qualquer ação particular provavelmente envolve elementos de cada uma delas. Os atores políticos são constituídos tanto por seus interesses, pelo qual eles avaliam as consequências esperadas, e pelas regras inerentes às suas identidades e instituições políticas. Eles calculam consequências e seguem as regras, e a relação entre as duas [lógicas] é muitas vezes sutil (MARCH e OLSEN, 1998, p. 952, tradução nossa).

A despeito da análise conjunta dessas lógicas ser recomendada, não existe conceito ou método para agregar esses dois tipos de raciocínio. Isso porque ambas as lógicas partem de origens metateóricas, metodológicas e ontológicas distintas e, portanto, são inconciliáveis nos termos em que esses conceitos estão postos. Fearon e Wendt (2002) chegam a sugerir que isso somente seria possível caso fosse introduzida uma nova distinção linguística ou conceitual para capturar esses *frameworks* de ação.

Mesmo assim, apesar da impossibilidade de conciliação, o diálogo entre as abordagens “racionalistas” e “construtivistas” é importante para a realização de trabalhos empíricos e para o desenvolvimento de ambas as perspectivas<sup>40</sup>. Nesse sentido, será mantida a diferença conceitual das duas lógicas partindo-se do pressuposto de que existem problemas na explicação da ação de um determinado ator em somente em uma dessas bases. Nesse ponto, portanto, a manutenção da diferença entre as lógicas

---

<sup>40</sup> De acordo com Fearon e Wendt (2002), embora existam algumas diferenças importantes entre as duas abordagens, argumenta-se que existem também áreas de acordo substanciais [...]. Nosso objetivo não é sugerir que não há necessidade de discussão, ou que o racionalismo e o construtivismo deveriam ou poderiam ser sintetizados em uma única perspectiva. [Nosso objetivo] é indicar, em vez disso, que as pesquisas mais interessantes provavelmente trabalham com a ideia de ignorar interpretações de soma zero do relacionamento entre essas abordagens e, em vez disso, tratam de questões que atravessam a clivagem racionalista/construtivista, como é vulgarmente entendida. Um argumento-chave para esta conclusão é que, em nossa opinião, o racionalismo e o construtivismo são mais proveitosamente vistos de forma pragmática como ferramentas analíticas, ao invés de posições como metafísicas ou descrições empíricas do mundo (p. 52, tradução nossa). Para mais detalhes sobre o debate e sobre os encaminhamentos sugeridos, consultar Fearon e Wendt (2002).

“da consequência” e “da adequação” se dará de maneira meramente conceitual e didática<sup>41</sup>.

Essas considerações apresentam grande significância para os estudos dos processos de regionalização com protagonismo estatal, como o sul-americano. A partir delas, pode-se assumir que, ao engajarem em projetos regionais, as decisões dos Estados são guiadas tanto por princípios de racionalidade quanto por questões normativas presentes na ordem internacional e no espaço doméstico ao qual estão inseridos. Dessa forma, o *boom* dos regionalismos verificados no sistema internacional a partir do fim dos anos 1980 não pode ser explicado apenas por decisões racionais dos Estados que se encontravam num contexto de intensificação do processo de globalização, mas também pelo papel relevante que as questões normativas desempenharam à época.

Conforme exemplificam os pensamentos de Prebisch (1962) e Marini (1993) citados na seção anterior, o processo de regionalização da América Latina/América do Sul tem sido observado por autores com preocupações normativas variadas como um mecanismo legítimo e adequado de busca pelo desenvolvimento<sup>42</sup>. No começo dos anos 1990, essa visão era igualmente compartilhada por uma série de organizações internacionais, tomadores de decisão e setores da sociedade (VIGEVANI e RAMANZINI JR, 2014, p. 526-527). A Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), por exemplo, foi uma das organizações internacionais que passaram a caracterizar o processo de regionalização como um instrumento recomendável à inserção internacional das nações latino-americanas (CEPAL, 1994). À mesma época, tomadores de decisão brasileiros pertencentes a espectros políticos diversos como Celso Lafer e Samuel Pinheiro Guimarães, por exemplo, igualmente corroboravam à aproximação com o entorno sul-americano,

---

<sup>41</sup> Esses tipos de lógica estão inseridos no debate construtivista-racionalista das Relações Internacionais e só existem como tal pelo fato da disciplina de RI estar organizada em torno dos seus grandes debates. Assim, a “lógica da adequação” foi criada nesses termos por autores construtivistas para se contrapor a “lógica da consequência” que, segundo esses pensadores, vigorava como método do *core* americano das RI.

<sup>42</sup> Vigevani e Ramanzini Jr. (2010) apresentam um interessante estudo sobre a evolução do pensamento sobre a “integração regional” no Brasil. Para os autores, esse tipo de pensamento começou a crescer de importância no Brasil sobretudo no contexto dos governos Jânio Quadros e João Goular a partir da operacionalização da Política Externa Independente. Para mais informações e detalhes, consultar os autores.



sobretudo com a Argentina (VIGEVANI e RAMANZINI JR., 2010, p. 474-478).

Assim como existem questões normativas envolvidas na ação das nações sul-americanas em se engajarem num processo de regionalização, há também certas expectativas substantivas por parte dos Estados da região e segmentos das suas sociedades. Historicamente, ao se engajarem em processos de regionalização, os Estados sul-americanos almejam apresentar melhoras em ao menos uma das seguintes cinco dimensões:

1. aumento do nível de crescimento econômico;
2. melhora dos termos de troca;
3. aprimoramento das condições de desenvolvimento;
4. aumento da captação de investimentos externos;
5. aumento do senso de segurança<sup>43</sup>.

Na história recente da América do Sul, por exemplo, a Comunidade Andina e o MERCOSUL<sup>44</sup> foram criados para cumprirem os quatro primeiros itens, enquanto a UNASUL foi concebida a fim de abranger o terceiro e o último desses elementos<sup>45</sup>.

Em situações que algumas dessas expectativas não sejam cumpridas, podem ser esperadas reações que variam de acordo com a perspectiva teórica e metodológica tomada. Aqueles que se utilizam da lógica “da adequação”, por um lado, afirmariam inicialmente que estruturas intersubjetivas socialmente construídas é que dão significado às estruturas materiais. Desse modo, num processo de regionalização, os Estados podem exibir interesses diversos a despeito das pressões materiais que possam sofrer. Nesse tipo de lógica, os interesses variam num espectro que parte do autointeresse egoísta e culmina no interesse coletivo (necessariamente altruísta) (WENDT, 1994, p. 386). Nesse

---

<sup>43</sup> Krapohl e Fink (2013) sugerem alguns desses fatores. Para esses autores, os processos de regionalização econômica dos países subdesenvolvidos têm o objetivo de melhorar as respectivas posições competitivas globais através da liberalização regional. Para os autores, tal processo de regionalização tem por objetivo aumentar os fluxos de investimento e do nível das exportações de maneira agregada.

<sup>44</sup> O próprio Tratado de Assunção, acordo fundador do MERCOSUL, considera que “[...] a ampliação das atuais dimensões de seus mercados nacionais, através da integração, constitui condição fundamental para acelerar seus processos de desenvolvimento econômico com justiça social” (MDIC, 1991)

<sup>45</sup> Cabe ressaltar, todavia, dois aspectos relevantes. Primeiramente, isso não significa que os regionalismos sul-americanos foram criados de modo a buscar somente esses objetivos. Além disso, nota-se que os regionalismos não necessariamente têm a capacidade de cumprir todas essas expectativas.

sentido, nenhum tipo de predição específica é capaz de ser realizada já que os interesses, as identidades e o comportamento dos Estados é contingente e decorrente das socializações específicas desses atores.

As perspectivas das Relações Internacionais que se apoiam na lógica “da consequência”, por sua vez, trabalham com a ideia de que os interesses dos Estados são constantes, dados de maneira exógena aos processos de socialização e essencialmente egoístas. De acordo com esses pressupostos, existem expectativas de alguns comportamentos particulares dos Estados que apresentem piora em uma ou umas das dimensões acima expostas quando inseridos num processo de regionalização. Inicialmente, em *ceteris paribus*, é de se esperar que os Estados insatisfeitos passem a barganhar no nível regional em busca de melhora dos termos políticos e econômicos previamente acordados. Em situações em que as negociações não apresentem resultados expressivos, os Estados usualmente tendem a não cooperar ou até mesmo podem passar a revisar suas estratégias de inserção regional, o que em outras palavras, significa o enfraquecimento do processo de regionalização no qual estão inseridos.

O subdesenvolvimento das nações que compõem o processo de regionalização sul-americano se refere à segunda particularidade importante à construção do modelo de análise. É interessante notar que, por essa caracterização, esses Estados frequentemente encontram dificuldades em atingir algumas dessas cinco expectativas supracitadas. Muitas teorias de desenvolvimento, sobretudo aquelas que enfatizam o histórico de subdesenvolvimento das nações sul-americanas, argumentam que todos esses cinco fatores apresentados dependem, comumente, das interações dessas nações com os países centrais.

Desse modo, primeiramente, o crescimento econômico dos Estados sul-americanas é geralmente atrelado às variações de desempenho da economia internacional. Em segundo lugar, por serem usualmente produtores de artigos primários, seus termos de troca dependem tanto dos níveis de preços das *commodities* verificados nos mercados internacionais quanto do tamanho da demanda internacional. Em terceiro, pela sua repetida incapacidade de geração de poupança interna, essas nações frequentemente dependem de investimentos estrangeiros para o crescimento da atividade econômica. Além disso, suas condições de desenvolvimento estão altamente atreladas aos incentivos e estímulos sistêmicos. Por fim, sua soberania e seu senso de segurança são frequentemente ameaçados por atores externos pela ausência de capacidade militares expressivas. Nesse sentido, de acordo com a lógica “da consequência”, a ausência de autonomia (*i.e.* capacidade de ação

frente aos constrangimentos do sistema internacional) representa um impedimento histórico à intensificação do processo de regionalização sul-americano, o que não é necessariamente verificado nos países desenvolvidos.

Esse quadro ainda é agravado pela especialização produtiva em *commodities* e pela decorrente competição das nações da região por mercados para a exportação e pela captação de investimentos diretos. Caso pensado sob a lógica “da consequência”, essa competição tende a gerar restrições à capacidade de cooperação regional porque as percepções dos custos e benefícios do processo de regionalização variam de acordo com os ganhos relativos decorrentes desse processo. Desse modo, conforme apontam Krapohl e Fink (2013),

a percepção generalizada é que a integração regional entre os países industrializados é bem sucedida, enquanto a integração regional entre países em desenvolvimento enfrentaram dificuldades. Mesmo assim, os países em desenvolvimento também se integram regionalmente. As regiões em desenvolvimento utilizam a integração regional não somente para a liberalização do comércio internacional, mas também para melhorarem suas posições em termos de competitividade global. Não obstante, a concorrência interna aos fluxos de investimento e de exportação extrarregionais é um obstáculo à cooperação. (p. 473, tradução nossa).

Na América do Sul, a assimetria das capacidades materiais dos Estados que compõem os processos de regionalização tende a tornar a competição entre essas nações ainda mais problemática. Isso porque em regionalismos assimétricos, a matriz de custos e benefícios tende a ser distribuída de maneira desigual entre os Estados participantes<sup>46</sup> (KRAPOHL e FINK, 2013, p. 474-476).

---

<sup>46</sup> Krapohl e Fink (2013) se utilizam de abordagens neoliberal institucionalistas ligadas a microeconomia para explicar a distribuição dos benefícios de um processo de integração regional. Em casos de homogeneidade dos membros de um regionalismo, esses tendem a se beneficiar equanimemente desse processo pela baixa rivalidade e exclusividade de consumo dos bens escassos (“*club goods*”). Em contraste, quando existem recursos comuns (“*common pool resources*”), a cooperação tende a ser difícil porque existe rivalidade e não exclusão no consumo. Desse modo um investimento num país causa perdas relativas a outro. Para mais detalhes, ver pp. 474 de Krapohl e Fink (2013).

### 1.2.2. Modelo de Análise

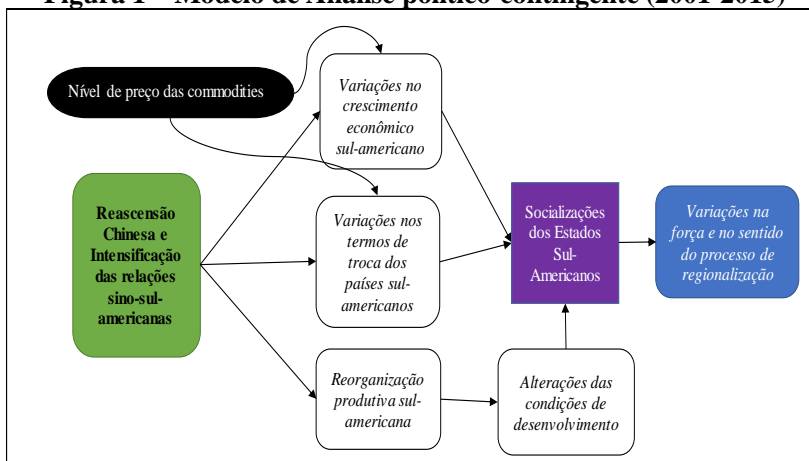
A partir das considerações realizadas na subseção anterior, o modelo de análise do presente trabalho está adaptado a algumas condições do processo de regionalização sul-americano. Isso significa, em primeiro lugar, que os Estados da região são os principais atores a conduzirem do processo de regionalização. Nas Relações Internacionais, a ação dos Estados é explicada a partir de duas abordagens teóricas principais: a lógica “da consequência” e a lógica “da adequação”. A primeira dessas lógicas consegue exibir predições claras quanto aos encaminhamentos do processo de regionalização. De acordo com tal perspectiva, a piora nas condições materiais de um ou mais Estados tende a frear o processo de regionalização. Por sua vez, a lógica “da adequação” exibe pouca capacidade de predição e, portanto, tem menos capacidade de fazer prognósticos *a priori* de socializações específicas. Ao utilizar tal perspectiva, a investigação ocorreria sobre as normas que legitimam a regionalização como política pública desejável, assim como as particularidades das socializações, identidades e interesses dos Estados que se engajam nesse processo.

Muitas das variáveis do modelo de análise busca explicar os contextos particulares que o processo de regionalização sul-americano dos anos 2001-2015 esteve inserido. Ao focar na no processo de reascensão chinesa e na intensificação das relações sino-sul-americanas como variáveis independentes desse modelo, procura-se afirmar que a ação dos Estados sul-americanos em buscar a regionalização se deu sob circunstâncias específicas. Argumenta-se que esses fenômenos não exibiram nenhum tipo de pressão num sentido mecânico ou automático sobre o processo de regionalização sul-americano, mas impactaram decisivamente na socialização das nações sul-americanas e, dessa forma, foram importantes variáveis nos resultados dessa regionalização.

Como pode ser observado no Modelo de Análise (Figura 1), será argumentado ao longo dos próximos capítulos que o processo de reascensão chinesa e a intensificação das relações sino-sul-americanas levaram, sobretudo a partir dos anos 2000, a variações no crescimento das nações sul-americanas, a alterações nos termos de troca e a um processo lento, mas crescente, de reorganização produtiva regional. Reitera-se que na referida década as variações de crescimento foram positivas, assim como muitos países desfrutaram de melhoras nos termos de troca a partir do aumento da demanda chinesa por produtos primários e pelo preço alto das *commodities*. Esses fatores afetaram decisivamente as bases da socialização dos Estados sul-americanos e contribuíram substancialmente

para um aumento da percepção de autonomia dessas nações. A partir de uma série de ideias e normas que mobilizavam os governos da região em torno dos projetos regionais, foram verificados os alicerces para que os governos intensificassem o processo de regionalização sul-americano. Isso ocorreu através de uma série de políticas públicas regionais e pela criação e reforma de uma série de regimes e organizações multitemáticos.

**Figura 1 – Modelo de Análise político-contingente (2001-2015)**



No entanto, a modificação do cenário externo a partir da crise financeira internacional de 2007-2008 apresentou alguns desdobramentos importantes às relações sino-sul-americanas. No período, verificou-se uma maior procura da RPC pelos mercados sul-americanos para suas exportações e uma queda substancial dos preços das *commodities*. Nesses contextos, foram observadas deteriorações expressivas de alguns dos termos de troca de muitas nações sul-americanas. Igualmente, uma maior concorrência entre produtos chineses e similares sul-americanos foi verificada, assim como desvios de comércio regionais que proporcionaram constrangimentos à implementação de políticas industriais por parte dos países sul-americanos. A partir dessa alteração do cenário externo, sugere-se que o processo de regionalização perdeu força, sobretudo após 2010. Isso porque a perda de autonomia de algumas nações e a insatisfação de alguns membros com esses resultados econômicos impulsionaram a revisão de alguns aspectos de suas respectivas políticas externas.

Por serem fenômenos históricos, a ascensão econômica chinesa e intensificação das relações sino-sul-americanas – variável independente

do modelo de análise (em verde) – terão o seu significado apresentado no capítulo posterior. Por sua vez, a variável interveniente “Nível de preços da *commodities*” incide diretamente sobre as relações entre as variáveis independentes e as demais variáveis. O nível de preços das *commodities* é importante para a observação da variação do nível de crescimento econômico e dos termos de troca das nações sul-americanas. Por sua vez, a variável dependente – “processo de regionalização sul-americano” – exhibe, em tese, alterações em sua força e em seu sentido<sup>47</sup>. Isso significa, em primeiro lugar, que o processo de regionalização pode ser mais vigoroso em certos momentos do que em outros, o que representa as variações na *força*. Além disso, tal fenômeno igualmente pode apresentar modificações em seu *sentido* e se tornar um processo de “desregionalização”. Outras variáveis presentes no modelo são, a princípio, autoexplicativas e serão melhor trabalhadas nos capítulos posteriores à medida que o caso for analisado.

---

<sup>47</sup> Segundo foi apresentado na Introdução, por processo de regionalização entende-se “um processo explícito, mas não necessariamente institucionalizado de maneira formal, de adaptação das normas estatais, processos de decisão política, de estilos de políticas, de conteúdo político, de estruturas de oportunidades políticas, de economias e de identidade (potencialmente, tanto a nível das elites quanto popular) para ambos alinharem e formarem um novo conjunto coletivo de prioridades, normas e interesses a nível regional, que pode então evoluir, dissolver ou chegar ao equilíbrio” (WARLEIGH-LACK, 2006, p. 758, tradução nossa).

## **2. O PROCESSO DE (RE)ASCENSÃO CHINESA E A INTENSIFICAÇÃO DAS RELAÇÕES SINO-SUL-AMERICANAS**

De acordo com o modelo de análise apresentado no capítulo anterior, sugere-se que o processo de reascensão chinesa e a intensificação das relações sino-sul-americanas afetaram substancialmente os níveis de crescimento, os termos de troca e a efetividade das políticas de desenvolvimento de algumas nações sul-americanas no período 2001-2015. Sustenta-se que a alteração desses indicadores implicou modificações nos tipos de socializações das nações da região e, desse modo, resultaram em alterações do processo de regionalização nos anos analisados.

A partir dessas considerações, o objetivo do presente capítulo é exibir as variáveis independentes do modelo de análise exibido previamente, a saber, o processo de reascensão chinesa e a intensificação das relações sino-sul-americanas. Procura-se, dessa maneira, explicar os contornos históricos do modelo de desenvolvimento chinês e do aprofundamento das relações da RPC com a América Latina para que, nos próximos capítulos, seja verificado se essas variáveis explicam, ao menos em parte, a alteração de comportamento das dinâmicas sul-americanas.

Para cumprir sua finalidade, o presente capítulo foi dividido em três seções. Na primeira parte, procura-se elencar, de maneira breve, os principais motivos que vem levando à reascensão chinesa – sobretudo as percepções sistêmicas do papel da China na contenção da URSS e o momento de inflexão de sua política de desenvolvimento no decorrer dos anos 1970. Já na segunda seção, busca-se exibir um breve histórico das relações sino-latino-americanas e indicar o que se entende pela intensificação dessas relações. Por fim, na última seção, procura-se fazer algumas reflexões sobre o atual estado das relações sino-sul-americanas e exibir as principais consequências desse relacionamento para as nações da América do Sul.

## **2.1. Breve Histórico da Ascensão Chinesa: reformas domésticas e desenvolvimento econômico organizado pelo Estado**

Os chineses formam uma das civilizações mais antigas da história da humanidade. Enquanto os povos ocidentais exibiram processos próprios de ascensão, apogeu e declínio, a sociedade chinesa manteve-se relativamente intacta nos últimos quatro milênios. Isso ocorreu a despeito dos ciclos de prolongados e sangrentos conflitos internos, de enfraquecimento e derrota de diferentes autoridades dinásticas e da subsequente reunificação sob novos líderes.

Por muitos séculos, o Império Chinês provavelmente foi a organização política com maiores capacidades econômicas do mundo (LYRIO, 2010, p. 17). De modo independente às sociedades mesopotâmica, grega e egípcia, por exemplo, a civilização chinesa também se dedicou aos estudos sobre a astronomia, matemática, música, engenharia e agricultura (POMAR, 2003, p. 24). Ainda no período anterior a Cristo, a China já apresentava uma das maiores obras arquitetônicas da humanidade – a Grande Muralha –, assim como sistemas de irrigação e agricultura avançados. Enquanto o Ocidente se encontrava na Idade Média, a China desenvolvia substancialmente seu artesanato, agricultura, manufaturas de tecidos, tintas, cerâmica, siderurgia, embarcações e intensificava seu comércio (Idem, 2003, p. 26). A pólvora, o ímã e a imprensa – três invenções que mudaram a modernidade – já eram conhecidas e utilizadas pelos chineses no momento de contato com os europeus (LYRIO, 2010, p. 17).

Enquanto as nações europeias se desenvolveram através de seus processos de acumulação capitalista a partir do fim do período feudal, a China ficou gradativamente para trás em termos de inovação tecnológica, capacidades econômicas e militares. Isso ficou especialmente evidente a partir do início do “século das humilhações” (1839-1949), período de ataques estrangeiros mais significativos da China moderna. Iniciado pelas Guerras do Ópio<sup>48</sup> (1839-1842 e 1856-1860), o território chinês foi

---

<sup>48</sup> Dentre uma série de fricções envolvendo as potências ocidentais e o governo chinês, a venda de ópio para a China se mostrava o ponto de desacordo mais significativo (KISSINGER, 2012, s.p.). O ópio era uma das únicas mercadorias ocidentais que apresentava boa aceitação por parte dos chineses (Idem, 2012). A partir de uma série de debates, a corte dos Qing decidiu pela proibição total do comércio de ópio na região, o que, a partir de 1839, implicou na apreensão das embarcações estrangeiras que continham ópio e na destruição dessas cargas (Idem, 2012). A partir de então, desavenças entre a corte da rainha Victória e a



repartido por Inglaterra, França, Rússia, Japão, Estados Unidos e outros<sup>49</sup> (POMAR, 2003, p. 31-32; KISSINGER, 2012, s.p.). A cada tentativa de resistência à influência externa, novos tratados desfavoráveis foram impostos ao governo imperial e constrangeram decisivamente sua capacidade de desenvolvimento de seus recursos (POMAR, 2003, p. 31-32).

O contexto de competição ultramarina entre os Estados desenvolvidos levou aos conflitos russo-chinês (1858); franco-chinês (1884-1885); sino-japonês (1894-1895); e sino-alemão (1898) após as Guerras do Ópio (POMAR, 2003, p. 32). Foi em tal período que a China perdeu o controle de Hong Kong e dos Novos Territórios para o Reino Unido; Qingdao se tornou uma possessão alemã; a França obteve um enclave em Guangdong (além de aumentar seu controle sobre o Vietnã); a ilha de Taiwan foi dominada e gerenciada pelo Japão; enquanto porções da Manchúria foram controladas primeiramente pelo Japão, posteriormente pela Rússia e, em seguida, novamente pelo Japão<sup>50</sup> (POMAR, 2003, p.32; KISSINGER, 2012, s.p.).

Foi a partir da subjugação externa que se intensificaram os constrangimentos à execução de políticas de desenvolvimento chinesas e que se desencadearam uma série de alterações da organização política

---

dinastia *Qing*, aliados a uma série de demandas de maior liberdade mercantil nos portos chineses por parte dos britânicos, desencadearam uma série de embates militares (Idem, 2012). Esses expuseram, à época, o grande poderio bélico ocidental (especialmente o inglês) e a fragilidade das tropas chinesas.

49 Além das novas possessões, tais nações passaram a desfrutar de vantagens alfandegárias sem precedentes; obtiveram indenizações de guerra; e seus cidadãos passaram a desfrutar do princípio da extraterritorialidade. Tal princípio afirmava que as leis da nação de origem de uma certa pessoa são aplicadas a esses indivíduos caso esses se encontrassem nos portos chineses (KISSINGER, 2012, s.p.).

<sup>50</sup> É importante ressaltar que, na ausência de forças armadas capacitadas, muitas dessas concessões foram realizadas pela tática milenar de “colocar bárbaros contra bárbaros” (KISSINGER, 2012, s.p.). Assim, por exemplo, imediatamente após o início dos conflitos entre a China e o Japão sobre a Coreia em 1895-96, os chineses chamaram os russos para intervirem na região em troca de uma série de concessões e favores (KISSINGER, 2012, s.p.). Mesmo assim, tal tática se mostrava perigosa. É importante ressaltar que, no decorrer da queda dos *Qing*, a China somente não foi repartida pelas potências ocidentais devido às discordâncias ocidentais acerca do melhor modo de exercer uma dominação compartilhada (POMAR, 2003, p. 39).

doméstica<sup>51</sup>. Paulatinamente, o império chinês ruiu a medida em que múltiplas reformas institucionais impostas transformaram a sociedade e o Estado para integrarem o sistema capitalista internacional. Nesse ponto, o descenso chinês nas hierarquias de nível de desenvolvimento internacionais ficou cada vez mais evidente. Ao mesmo tempo, a subjugação externa, o contato com as ideias ocidentais e o esgotamento do governo imperial contribuíram decisivamente para a emergência de grupos políticos que reivindicavam a libertação nacional e à retomada da primazia chinesa na Ásia e no mundo.

Nesse cenário, a formação e o crescimento do Guomintang (ou Kuomintang ou *Partido Social do Povo ou Partido Nacionalista do Povo*) e do Partido Comunista da China (PCCh) no primeiro quarto do século XX trouxeram modificações na organização política doméstica e no modo de se conceber o Estado chinês e sua relação com o mundo. Após um primeiro momento de alianças entre ambos os partidos<sup>52</sup>, a subsequente morte do líder do Guomintang, Sun Yat-sen, trouxe à tona uma série de desavenças entre esses grupos políticos. A partir dessas discordâncias, o Chiang Kai-shek, então novo dirigente máximo dos nacionalistas, aplicou um golpe de Estado que resultou no início da Guerra Civil Chinesa em 1927 (POMAR, 2003, p. 48). Tal conflito foi interrompido durante as sucessivas invasões nipônicas que ocorreram a partir de 1931 e foi restabelecido somente após o fim da Segunda Guerra Mundial.

A vitória dos comunistas e a expulsão dos nacionalistas remanescentes para Taiwan levou à conformação da República Popular da China (RPC) na parte continental em 1949. A despeito de se encontrar como um Estado soberano e sem invasores em seu território, os episódios de influência externa prosseguiram de maneira mais sofisticada do que

---

<sup>51</sup> A continuidade do “século das humilhações” foi extremamente severa não somente pela dominação estrangeira, mas também pelas disputas internas que frequentemente desmobilizavam a China frente a seus invasores. Nesse âmbito, concomitantemente aos ataques estrangeiros, o território chinês também se tornou palco de uma série de revoltas como as rebeliões de Taiping (1850-1864), Nain (1851-1858), Muçulmanos (1864-1873) e Boxers ou Yi Hoduan (1900-1901) (POMAR, 2003, p. 38). Essa série de acontecimentos foi significativa não somente para o fim da dinastia *Qing*, mas também para o fim do sistema de governo dinástico.

<sup>52</sup> Em pouco tempo, o PCCh se filiou à Terceira Internacional Comunista e sinalizou diálogo com o Guomintang. Em resposta, Sun Yat-sen estreitou laços com os comunistas chineses e com a recém-criada União Soviética<sup>52</sup> (Idem, 2003). Em 1924, tal união foi fortalecida com a eleição de membros do PCCh para órgãos dirigentes do Guomintang (Idem, 2003).

observados previamente. Os países centrais passaram a impor embargos econômicos por ainda apoiarem os membros do Guomintang mesmo após a cessão dos conflitos armados e devido à adesão chinesa ao regime comunista no contexto da Guerra Fria<sup>53</sup>. A partir desse isolamento internacional imposto, a política externa e as possibilidades de desenvolvimento da RPC foram demasiadamente prejudicadas.

Ao assumir o Estado chinês a partir do fim da guerra civil, o governo de Mao Zedong (1949-1976) teve de trabalhar para a retomada das capacidades econômicas para que houvessem ganhos na autonomia nacional e para que novas invasões fossem evitadas. Segundo Pomar (2003),

em 1950, com cerca de quinhentos milhões de habitantes, a China estava destruída. Suas ferrovias e rodovias encontravam-se sem condições de uso. As indústrias, além de poucas e atrasadas, encontravam-se inoperantes. Grande parte da colheita de outono havia se perdido e os estoques tinham sido transportados pelas tropas do Guomintang em fuga. Milhões de pessoas encontravam-se desempregadas. O novo governo tinha diante de si uma China à beira da anarquia, isolada e ameaçada militarmente (p. 83).

No plano doméstico, três grandes projetos correlacionados de sustentação das novas estruturas econômicas e sociais foram levados a cabo no decorrer da década de 1950 e no início dos anos 1960. Inicialmente, o governo maoísta criou o primeiro Plano Quinquenal (1953) a fim de planejar, organizar e estabelecer os níveis desejáveis de produção<sup>54</sup>. Posteriormente, num momento de questionamentos da

---

<sup>53</sup> Segundo Pomar (2003), pouco após a Guerra civil chinesa, “o país viu-se bloqueado pela 7ª esquadra dos EUA e pela maioria dos países do mundo, que retiraram da China seus embaixadores e seus bens e empresas e posicionaram-nos em Taiwan. Os EUA se opuseram ao reconhecimento do governo popular pela ONU e, logo depois, desencadearam a guerra da Coreia, na expectativa de sangrar as forças chinesas e propiciar o desembarque do Guomintang de regresso ao continente” (p.83).

<sup>54</sup> Os planos quinquenais se referiam a grandes projetos e estabelecimento de metas produtivas de organização econômica e social a serem executados a cada cinco anos. Inicialmente, o primeiro Plano Quinquenal (1953) iniciou a instalação de grandes complexos industriais e estipulou metas para a produção de aço e grãos (POMAR, 2003, p. 89-94). De acordo com Pomar (2003), o primeiro plano quinquenal teve de ser financiado a partir do trabalho excedente de camponeses já que as opções de financiamento externo eram prejudicadas pelo isolamento

condução política da China provindos do próprio Partido Comunista, Mao Zedong propôs o Movimento das Cem Flores (1957), um processo de retificação política que convidava o povo chinês ao debate e à crítica, além de estimular diversos movimentos culturais e artísticos a discutirem o processo revolucionário em curso<sup>55</sup>. Já no ano seguinte, o Grande Salto Adiante (1958-1960) foi anunciado a fim de acelerar e ampliar o processo revolucionário, sobretudo na indústria e na agricultura, nas questões ideológicas e na política externa<sup>56</sup> (KISSINGER, 2012, s.p.).

A despeito das transformações do espaço urbano e rural pelos grandes investimentos e esforços, essas políticas socioeconômicas – sobretudo o Grande Salto Adiante - apresentaram resultados modestos para suas ambições iniciais. Nos três anos posteriores ao início do Grande Salto Adiante, por exemplo, a China foi perpassada por uma de suas piores crises de fome, levando mais de 20 milhões de pessoas à morte (KISSINGER, 2012, s.p.).

Nesse contexto de dificuldades e instabilidade social, os debates sobre os rumos da construção socialista frequentemente voltavam à pauta

chinês e pela lenta recuperação econômica da URSS após a II Guerra Mundial (p. 89-90). Já em 1957, a China “[...] já possuía indústrias de produção de aço, metal-ligas, aviões, automóveis, equipamentos de geração de eletricidade e de minas e máquinas pesadas e de precisão” (POMAR, 2003, p. 90).

<sup>55</sup> Segundo Kissinger (2012), “os motivos exatos de Mao ter feito essa conchamação permanecem tema de discussão. A Campanha das Cem Flores costuma ser explicada tanto como um convite sincero para que o Partido rompesse seu isolamento burocrático e ouvisse diretamente o que o povo tinha a dizer quanto um estratagema para iludir seus inimigos e convencê-los a se identificar”.

<sup>56</sup> Por sua vez, sob o slogan de “mais, mais rápido, melhor, mais barato”, o Grande Salto Adiante, já no âmbito do segundo Plano Quinquenal, foi anunciado pelo comitê central do PCCh de maneira a refutar as prescrições soviéticas de desenvolvimento gradual e realocar o centro do comunismo mundial para a China (KISSINGER, 2012, s.p.). Para tal, buscava-se impulsionar a produção através da implementação de comunas pela unificação de diferentes cooperativas agrícolas (POMAR, 2003, P. 94-95). Para a fração do partido comunista mais ligada a Mao Zedong, tal processo representava o desenvolvimento do campo no processo de revolução socialista contínua, unindo-os com outros setores da sociedade, como os militares, estudantes, industriais e comerciantes (SPENCE, 1990, p. 579). Da mesma forma, o “grande salto” armou o campesinato através da criação da milícia popular em diversas localidades (Idem, 1990, p. 581). Também foi responsável pela difusão de atividades que previamente eram elitizadas, como a elaboração de poesias, música e contos (Idem, 1990). A organização descentralizada de seus projetos, no entanto, sofreu críticas, especialmente para aqueles que defendiam o planejamento e a alocação central dos recursos (Idem, 1990).

política na China e ameaçavam o processo revolucionário guiado pelo PCCh e a construção da nova República. Os crescentes questionamentos à condução governamental levaram Mao a reagir e instaurar a sua “Grande Revolução Proletária Cultural” – ou a Revolução Cultural<sup>57</sup>. Tal projeto, cujo objetivo mais amplo era eliminar os supostos inimigos domésticos do aprofundamento do comunismo na China, apresentou repercussões à política externa e ao modelo de inserção internacional chinês. Nesse contexto, os poucos diplomatas chineses ao redor do mundo – fruto dos embargos econômicos e do processo de isolamento imposto à China - foram convocados para que voltassem a Pequim para uma reeducação nos termos da Revolução Cultural (KISSINGER, 2012, s.p.).

A despeito dessas instabilidades internas, foi sob tal contexto doméstico que a RPC estabeleceu relações diplomáticas com os EUA e com diversas outras nações – inclusive com Estados latino-americanos (como será melhor visto a partir da seção posterior). O processo de

---

<sup>57</sup> Em meados da década de 1960, uma série de críticas à condução governamental da China escritas pelo historiador Wu Han e outros intelectuais levou Mao a acusar uma onda de “ideologia reacionária burguesa” que ascendia na China (SPENCE, 1990, p. 598-601, tradução nossa). Já no ano seguinte, o líder maior chinês anunciou a “Grande Revolução Proletária Cultural”. As lutas faccionais para a condução desse processo revolucionário dividiram, por um lado, o grupo de Jiang Qing, terceira esposa de Mao que, situada em Xangai, defendia uma via mais radical das modificações revolucionárias e culturais da China; e, por outra, a burocracia cultural de Pequim, que buscava prosseguir com sua condução dos assuntos culturais chineses (Idem, 1990, p. 603-604). Além desses grupos, figuras políticas do alto escalão como Liu Shaoqi, Deng Xiaoping, Chen Yun e Peng Zhen discordavam com Mao quanto ao ritmo e a direção do processo revolucionário (Idem, 1990). Por sua vez, o então ministro da defesa Lin Biao, prestigiado pela criação da bomba atômica chinesa e pela mobilização ideológica do Exército de Libertação Popular (ELP), argumentava em favor da ampliação do papel dos militares nos assuntos políticos, sobretudo nos culturais (Idem, 1990). Frente a tais pressões, Mao Zedong deu início à destruição da burocracia cultural chinesa no início de 1966, o que desencadeou mobilizações sociais diversas com frequentes escaladas de violência (Idem, 1990, p. 604-605). Ao fim do mesmo ano, todas as instituições de ensino foram fechadas para a luta revolucionária, enquanto os jovens foram incentivados a demolir prédios antigos, templos e obras de arte e atacar seus professores, administradores escolares, líderes partidários e até seus pais (Idem, 1990). À época, diversos membros do partido foram expulsos, incluindo até mesmo a nomes como Liu Shaoqi e Deng Xiaoping (Idem, 1990, p. 606). No plano econômico, a Revolução Cultural significou a proposição do fim das propriedades privadas, da volta do sistema de comunas e da eliminação dos mercados privados (Idem, 1990, p. 607).

reaproximação sino-estadunidense significou um ponto de inflexão significativo da inserção internacional chinesa. Isso porque foi a partir de tal acontecimento que a aproximação com a RPC se tornou socialmente aceitável e normativamente apropriada para muitos dos países ocidentais.

Após os falecimentos de Zhou Enlai, condutor oficial das relações externas, e Mao Zedong em 1976, Hua Kuofeng assumiu o governo chinês. À época, o novo líder não conseguiu apoio político para a prosseguir com as diretrizes designadas por Mao Zedong devido ao esgotamento da Revolução Cultural e à problemática situação econômica chinesa (POMAR, 2003, p. 102). Nesse cenário de dificuldades sociais crescentes e de intensificação das discussões políticas, Deng Xiaoping, previamente afastado pelo próprio Mao, reascendeu à cena política doméstica um mês antes do XI Congresso do Partido Comunista em 1977<sup>58</sup> (Idem, 2003, p. 103).

A partir da volta de Xiaoping, a estratégia e a retórica do PCCh se alteraram. O discurso com enfoque na luta de classes deu lugar a outro que priorizava as “quatro modernizações” (indústria, agricultura, defesa nacional e ciência e tecnologia) (Idem, 2003). Nesse contexto, Deng Xiaoping buscou o crescimento econômico e o desenvolvimento nacional como prioridades em detrimento ao projeto ideológico vigente até então (CARLETTI, 2013, p. 29). Nesse contexto, a política externa chinesa passou a ter um forte caráter pragmático, sendo assim, congruente com as políticas de reformas socioeconômicas coordenadas a partir do Estado no âmbito doméstico. A partir das novas conjunturas domésticas e de inserção externa, a RPC apresentava novas condições à condução do seu processo de desenvolvimento econômico planejado pelo Estado.

Com algumas das bases socioeconômicas ao desenvolvimento estabelecidas no período maoísta<sup>59</sup> e sob certas estruturas externas e

---

<sup>58</sup> Já sob forte influência de Deng, o Partido Comunista da China decretou oficialmente o fim da Revolução Cultural em tal ocasião (POMAR, 2003, p. 102).

<sup>59</sup> A despeito da instabilidade política e de planos econômicos que não alavancaram a China à condição de nação desenvolvida, a China maoísta conseguiu atingir um crescimento médio de 6% ao ano (LYRIO, 2010, p. 36). Além disso, foi sob o governo de Mao Zedong que as bases para a acumulação, reformas e processo de desenvolvimento posterior se tornaram possíveis (ARRIGHI, 2008, p. 374-375). Para tal, a desconcentração das terras, a construção coletiva da educação e a infraestrutura do campo foram aprimoradas durante o processo revolucionário chinês maoísta e contribuíram decisivamente para a liderança do setor primário no crescimento econômico do período 1980-83 (Idem, 2008; MEDEIROS, 2012, p. 2-3).

incentivos sistêmicos<sup>60</sup>, o projeto de desenvolvimento chinês de então foi operacionalizado de maneira *sui generis*. Isso porque foi concebido sob bases sociais próprias e se afastou consideravelmente dos preceitos recomendados pelas principais organizações internacionais de Bretton Woods, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional ou até mesmo dos Estados Unidos (ARRIGHI, 2008, p. 359-362). Além disso, o reestabelecimento dos contatos com os EUA e o papel de contenção à URSS desempenhado pela RPC foram importantes para a concretização das reformas no plano doméstico. Isso porque a inserção ao sistema capitalista internacional e uma maior liberdade de contatos políticos e econômicos com diversas nações foram possibilitadas e facilitadas.

A partir desses contextos, o processo de desenvolvimento chinês se baseou no gradualismo das reformas (o que as diferenciavam drasticamente de projetos prévios, como o Grande Salto Adiante) e na ação estatal; na expansão e na qualidade da educação; na subordinação dos interesses capitalistas ao interesse nacional; no estímulo à concorrência intercapitalista; na formação e ampliação de mercados domésticos; e na melhora das condições de vida nas áreas rurais (Idem, 2008, p. 366). A ênfase nas experiências de abertura local de áreas comerciais, como a realizada em *Guangdong*; além da descentralização das decisões econômicas com o objetivo de proporcionar maior autonomia às províncias e regiões específicas se mostraram

---

<sup>60</sup> As políticas de reforma e desenvolvimento empreendidas desde o fim da década de 1970 foram incentivadas e só se tornaram possíveis sob cenários externos específicos (MEDEIROS, 2012, p. 12-15). Inicialmente, a abertura do mundo às exportações chinesas aconteceu somente após o reestabelecimento dos contatos diplomáticos permanentes entre Washington e Pequim do começo da década de 1970 (Idem, 2012). Em segundo lugar, o aumento dos fluxos de IDE para a China e os superávits na balança comercial chinesa correspondem a um duplo movimento americano de contenções à URSS (Idem, 2012). Em terceiro lugar, a China obteve empréstimos de longo prazo a taxas abaixo das oferecidas pelo mercado com o governo do Japão e com bancos franceses, ingleses e japoneses (1979-1980) (Idem, 2012). Em quarto lugar, a China se beneficiou da realocação do capital produtivo japonês ocorrido em meados da década de 1980, que também se deslocou para Coreia do Sul, Hong Kong e Taiwan (Idem, 2012). Por fim, a alteração da política cambial americana de 1985 levou a diminuição dos déficits comerciais americanos com o Japão e com os Tigres Asiáticos, mas levou a aumentos crescentes dos mesmos déficits com relação à China (Idem, 2012). Após o fim da Guerra Fria, tais incentivos “a convite” foram drasticamente diminuídos (Idem, 2012).

características significativas ao modelo de desenvolvimento empreendido à época<sup>61</sup> (LYRIO, 2010, p. 39).

Num ambiente de reformas domésticas e abertura controlada pelo Estado, o tratamento chinês às empresas estrangeiras que viriam a investir em seu território se mostrou outra característica importante do seu processo de modernização econômica. Isso porque, em muitos países subdesenvolvidos, a entrada de empresas multinacionais viria a transformar consideravelmente as relações de trabalho, os espaços rurais e urbanos, os padrões de consumo e as relações de dependência para com as potências capitalistas. A despeito da pouca importância relativa para o crescimento global da China ao longo dos primeiros anos, as empresas estrangeiras foram introduzidas no espaço doméstico sob a condição de atenderem aos interesses nacionais e frequentemente eram inseridos nas Zonas Econômicas Especiais (ZEE) de modo a se associar a alguma companhia nacional, compartilhar seu conhecimento tecnológico e exportar toda sua produção<sup>62</sup> (POMAR, 2003, p. 116-117). Ao passo que as firmas chinesas ganhavam *know-how* e competitividade, o imenso mercado interno era aberto gradualmente a esses competidores externos<sup>63</sup>

---

<sup>61</sup> Para mais detalhes das políticas de desenvolvimento chinesas empreendidas a partir do processo de abertura econômica, ver por exemplo, Arrighi (2008), Medeiros (2012), Nonnenberg (2010) e Bock (2014).

<sup>62</sup> Segundo Nonnenberg (2010), a apropriação de conhecimento tecnológico só era possível na China à época pela ausência de leis de proteção à propriedade intelectual (p. 204-205). Mesmo assim, nas ZEEs tais empresas desfrutavam de “[...] incentivos fiscais, terrenos e edificações, além de poderem contar com o benefício de infraestrutura de energia e transporte e da localização ao lado de fornecedores e de outras indústrias semelhantes, bem como de centros de pesquisa, incubadoras de empresas e laboratórios de ponta” (NONNENBERG, 2010, p. 205). É nesse contexto que transbordamentos tecnológicos (*spillover*) ocorrem de modo a alterar substancialmente a pauta exportadora chinesa nos anos subsequentes.

<sup>63</sup> Por sua vez, para o capital estrangeiro, os interesses de investir na China e aceitar as condicionalidades a eles impostas existiam pelas características especiais que iam além da mera mão-de-obra barata, facilmente encontrável em países capitalistas fronteiriços à própria China. De acordo com Arrighi (2008), “a característica mais atraente, como argumentamos, foi a elevada qualidade dessa reserva [de mão-de-obra] em termos de saúde, educação e capacidade de autogerenciamento, combinada à expansão rápida das condições de oferta e demanda para a mobilização produtiva dessa reserva dentro da própria China. Além disso, essa combinação não foi criada pelo capital estrangeiro, mas sim por um processo de desenvolvimento baseado em tradições nativas – inclusive a tradição revolucionária que deu origem à RPC” (p. 357).



(Idem, 2003). Assim, apesar da entrada de diversas empresas ocidentais em certos espaços econômicos chineses, tal fato não representou a perda de controle do Estado sobre a organização econômica nacional, o que, em grande medida, perdura até os dias de hoje.

Nas últimas décadas, a RPC tem angariado vantagens competitivas sobre demais nações no que tange à competitividade de suas firmas e na atração de IDEs por uma série de fatores. De acordo com Arrighi (2008),  
[...] a principal vantagem competitiva dos produtores chineses não é o salário baixo por si só, mas o uso de técnicas que empregam mão-de-obra instruída e barata, em vez de máquinas e administradores caros. Um bom exemplo disso é a fábrica de automóveis Wanfeng, perto de Xangai, onde não “há um único robô à vista” (p. 370-371).

Além disso, a boa saúde, educação e capacidade de autogerenciamento também são fatores diferenciadores que explicam o caso de desenvolvimento da RPC (ARRIGHI, 2008, p. 357). Tais fatores se diferenciam das configurações econômicas e sociais diferentes das encontradas nos Estados latino-americanos. A despeito de também apresentarem salários médios inferiores aos dos países centrais, as nações latino-americanas frequentemente encontram dificuldades no financiamento da saúde e da educação da classe trabalhadora, assim como geralmente apresentam um modelo de gerenciamento empresarial e maquinário importado dos países centrais.

Outras características únicas do modelo de desenvolvimento chinês se encontram em seu modelo de Estado. Dessa forma, o processo de desenvolvimento chinês também é explicado pela forte ligação do sistema produtivo ao Estado; pelos altos índices de investimento nas infraestruturas econômicas; pela facilidade de acesso e abundância do crédito dos bancos estatais; pela manutenção da taxa de câmbio num nível desvalorizado; e pela estabilidade macroeconômica chinesa (BARBOSA, 2011, p. 297). Desde a propagação sistêmica da crise financeira internacional de 2007-2008, as autoridades chinesas se mostraram mais propensas a alterar com maior urgência algumas das preferências macroeconômicas (ACIOLY, PINTO e CINTRA, 2011, p. 312). Dentre as modificações previstas, destaca-se o interesse das autoridades por maior crescimento econômico via o consumo doméstico e um relativo decréscimo da importância do investimento para a formação do PIB. Assim, como afirmam Acioly, Pinto e Cintra (2011),

[...] as políticas fiscal e monetária chinesas configuradas após a crise e, sobretudo, o XII Plano Quinquenal (2011-2015), aprovado em 12 de

março de 2011 pela APN, não deixam dúvidas sobre a tentativa de o governo chinês ajustar o padrão de crescimento por meio do reforço de ampliação do consumo das famílias, sobretudo as de baixa renda, e da desconcentração regional dos investimentos para sustentar o crescimento de longo prazo e, ao mesmo tempo, reduzir as desigualdades (p. 312).

A diversificação produtiva e o *catch-up* de áreas produtivas específicas têm sido preocupações do Estado chinês desde os anos 1980. Ao menos duas tentativas principais de implementações de políticas públicas direcionadas a esses fenômenos foram tentadas por Pequim. Primeiramente, em 1981, os setores de agricultura, energia, tecnologia da informação e tecnologia espacial foram incentivados de maneira estratégica, mas exibiram resultados fracos à época (GONZÁLEZ, 2008, p. 156). Numa segunda tentativa, o governo chinês incentivou a formação de *clusters* e incubadoras empresariais e fundos de financiamento específicos através do programa TORCH iniciado em 1988. O principal objetivo de tal programa foi desenvolver dez setores industriais para formação de tecnologia de ponta e de produtos de alto valor agregado (Idem, 2008). Em meados da década de 1990, o sucesso de tal programa levou à sua ampliação às indústrias automotiva, de eletrônicos e telecomunicações, máquinas, petroquímica, química, siderúrgica e de construção civil (Idem, 2008).

Tais incentivos implicaram um processo de diversificação do parque produtivo chinês que se deu concomitantemente à busca estatal de produção de bens cada vez mais elaborados. Nesse contexto, conforme afirmam Cunha, Lélis e Bichara (2012), “[...] para além de “fábrica do mundo”, a China ambiciona ser fonte de inovações tecnológicas e geração de novos padrões de produção em consumo. O desafio em vigência, portanto, é transitar da etapa “*Made in China*” para a fase “*Designed and Made in China*”” (p. 214).

Como será visto no capítulo posterior, essas tendências de diversificação produtiva e de ampliação do componente tecnológico de seus produtos vêm apresentando consequências significativas para a América Latina. Isso porque a entrada de produtos chineses nos mercados latino-americanos vem causando desvios de comércio e acarretando em constrangimentos a muitas políticas de desenvolvimento industriais regionais. Tal cenário tem sido problemático porque, apesar da industrialização não ser necessariamente sinônimo de desenvolvimento, as indústrias são responsáveis pela geração de parcelas significativas de

emprego e renda e pela ativação de cadeias de produção subjacentes em muitas nações latino-americanas.

## **2.2. Relações sino-sul-americanas**

A finalidade do presente trabalho é verificar se o processo de reascensão chinesa e a intensificação das relações chinesas com diversos países sul-americanos alteraram a força e o sentido do processo de regionalização sul-americano. Na seção anterior, foi brevemente elucidado como o recente processo de desenvolvimento vem aumentando consideravelmente as capacidades econômicas chinesas e trazendo impactos significativos no sistema internacional – inclusive nos países sul-americanos. Na presente seção, busca-se apresentar um pouco do histórico das relações sino-sul-americanas, identificar em quais aspectos as relações entre a RPC e a região sul-americana vem se intensificando e como esse processo vem acontecendo.

As subseções dessa parte foram organizadas de maneira cronológica a fim de proporcionar ao leitor um acompanhamento sequencial do processo de intensificação das relações chinesas com a região. Por fim, cabe ressaltar que, a despeito do foco de análise do presente trabalho se dar sobre a região sul-americana, considerações dos demais países latino-americanos também serão realizadas nesta seção. Isso porque a política externa chinesa percebe a região latino-americana como um espaço geopolítico mais ou menos coerente e traça políticas para toda a região, como é o caso das diretrizes gerais sugeridas pelo *China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean*. De qualquer forma, toda vez que desenvolvimentos históricos específicos se mostrarem relevantes, o enfoque será dado aos países da América do Sul e aos desdobramentos dessa região.

### *2.2.1. Início das relações da América Latina com a República Popular da China*

Os primeiros contatos entre as sociedades chinesas e latino-americanas ocorreram no fim da predominância da dinastia *Ming* (1368-1644) e início do governo dos *Qing* (1644-1912). O início do relacionamento entre povos de regiões que hoje constituem a China e América Latina data do século XVI, quando populações chinesas já exportavam seda, porcelana e fio de algodão em troca de prata e outros itens com habitantes das regiões que futuramente seriam conhecidas como o México e o Peru (SHIXUE, 2008, p. 27). Similarmente, no século

XIX, a imigração de habitantes do sudeste da China para o trabalho em minas e plantações na AL e Caribe foi buscada por alguns países latino-americanos<sup>64</sup> (Idem, 2008; POMAR, 2003, p. 32; SPENCE, 1995, p. 217-218). Ainda no século XIX, algumas nações latino-americanas – dentre elas o Brasil – assinaram o Tratado de Amizade, Cooperação e Navegação com a China, prática comum no relacionamento chinês com diversas nações no contexto do “século das humilhações”.

Apesar desses gestos políticos incipientes, a aproximação entre a RPC e a América Latina não resultou em repercussões econômicas expressivas nesse período. Conforme visto na última seção, isso ocorreu não somente pelas distâncias geográficas, mas sobretudo pelos processos históricos de invasões e domínio estrangeiro sobre a China que duraram boa parte dos séculos XIX e XX. A emancipação de tal condição somente foi conseguida a partir da vitória comunista na guerra civil chinesa e a fundação da República Popular da China. Mesmo assim, a conjuntura política de confrontação aos países comunistas pelos ocidentais e as hostilidades sino-soviéticas trataram de isolar a China continental do sistema internacional – inclusive dos países latino-americanos. Nessa conjuntura, as relações da RPC com a região somente se iniciaram, de maneira mais profunda, a partir dos anos 1970.

Os primeiros episódios de reconhecimento mútuo e de contatos mais significativos com a região latino-americana, conforme mostra o Quadro 1, ocorreram, primeiramente, com a Cuba revolucionária (1960) e, posteriormente, com o Chile governado pelo socialista Salvador Allende (1970)<sup>65</sup> (SHIXUE, 2008, p. 30). Em 1961, uma aproximação brasileira com a RPC foi ensaiada na ocasião da visita do então vice-presidente João Goulart a Pequim sob o contexto de implementação da Política Externa Independente (PEI) por parte do Brasil. À época, a

---

<sup>64</sup> Para informações sobre as condições de trabalho dos chineses na América Latina, ver pp. 217-218 de Spence (1995).

<sup>65</sup> À época o premier Zhou Enlai afirmou à Fidel Castro que a “China iria prover toda a assistência necessária à luta do povo cubano por liberdade” (Idem, 2008, tradução nossa). Nesse contexto de maior interesse dos líderes chineses pela região, o *Institute of Latin American Studies* (ILAS) foi fundado em Pequim em 1961 (Idem, 2008). No mesmo ano, durante o episódio da invasão da Baía dos Porcos, marchas públicas em apoio ao regime de Fidel e contra o imperialismo americano foram realizadas em diversas cidades da China, enquanto o governo chinês denunciava o evento de maneira veemente por meios diplomáticos (Idem, 2008). Posteriormente, em 1964, Mao Zedong lança projetos de estudos da região em três renomadas instituições de ensino superior - a *Beijing University*, a *Renmin (People's) University* e a *Fudan University* (LANXIN, 2008, p. 46).

abertura de um escritório comercial da RPC no Brasil chegou a ser negociada (BIATO JÚNIOR, 2010, p. 39).

**Quadro 1 – Data de Estabelecimento das Relações Diplomáticas entre a RPC e alguns países da América Latina**

<b>Estado</b>	<b>Data de Estabelecimento de Relações Diplomáticas</b>
República de Cuba	28 de setembro de 1960
República do Chile	15 de dezembro de 1970
República do Peru	02 de novembro de 1971
Estados Unidos do México	14 de fevereiro de 1972
República da Argentina	19 de fevereiro de 1972
República Cooperativa da Guiana	27 de junho de 1972
República da Venezuela	28 de junho de 1974
República Federativa do Brasil	15 de agosto de 1974
República do Suriname	28 de maio de 1976
República do Equador	02 de janeiro de 1980
República da Colômbia	07 de fevereiro de 1980
República da Bolívia	09 de julho de 1985
República da Nicarágua	07 de dezembro de 1985
República Oriental do Uruguai	03 de fevereiro de 1988

Fonte: Nianlong (1990) *apud* Becard (2008)

Não obstante, as relações da China com Cuba e Chile - anteriores à aproximação chinesa com os EUA - se mostraram paralisadas por motivos distintos. No primeiro caso, afastamento sino-soviético do fim dos anos 1960 levou o regime de Fidel Castro a optar por quem seria seu principal aliado comunista. A escolha por uma maior aproximação com Moscou distanciou politicamente Pequim de Cuba, justamente o país que cultivava as melhores relações na região até então (LANXIN, 2008, p. 47). Além disso, um maior contato com o Chile, governado então pelo socialista Salvador Allende, foi limitado pela diplomacia estadunidense precisamente no momento de aproximação sino-americano no final dos anos 1960 (Idem, 2008). Em seguida, o golpe militar e a ascensão de Augusto Pinochet levaram a uma reorganização da política externa chilena que marginalizou as relações com a RPC, sobretudo no plano

econômico<sup>66</sup> (BERNAL-MEZA, 2003, p. 252; GACHÚZ, 2012, p. 134). Quanto ao Brasil, as fortes resistências internas e a iminência de um golpe militar impossibilitaram aprofundamento dessas relações no decorrer dos governos de Jânio Quadros e João Goulart (ALVES, 2011, p. 169).

As pressões americanas para que os países da região evitassem contato com as nações comunistas no contexto da primeira parte da Guerra Fria contribuíram significativamente para que essas relações não fossem estabelecidas até 1970 (SHIXUE, 2008, p. 28). De modo geral, o regime de Mao Zedong somente conseguiu se aproximar com a América Latina após a reconciliação sino-americana e à concomitante entrada da China continental em diferentes instituições da ONU. Ainda assim, essas relações encontraram uma série de resistências de grupos políticos domésticos na AL e, por isso, uma maior aproximação sino-sul-americana se mostrou politicamente custosa e normativamente inadequada em seus primeiros anos<sup>67</sup>.

O apoio estadunidense a golpes de Estado na América Latina minou, por mais algum tempo, a capacidade da RPC de aprofundar suas relações com a região, especialmente pelo caráter anticomunista de

---

<sup>66</sup> A ascensão de Augusto Pinochet no Chile levou ao abandono do universalismo da política exterior deste Estado. Em seu lugar, foi introduzida uma agenda de priorização das tratativas econômicas com os países desenvolvidos e de abertura aos mercados internacionais (BERNAL-MEZA, 2003, p. 252). A despeito dessa reorientação da política externa, a RPC permaneceu um aliado significativo do Chile no período. Tal relacionamento se mostrou importante sobretudo com o isolamento político chileno ocasionado pelas violações dos direitos humanos observadas no regime ditatorial de Pinochet (ALVAREZ, 1998, p. 42).

<sup>67</sup> Os governos latino-americanos frequentemente tinham que lidar com pressões domésticas contrárias a essa aproximação à RPC. No Brasil, por exemplo, o aprofundamento das relações com a RPC foi defendido, em grande medida, por uma configuração social emergente de empresários e segmentos do governo e foi questionada por aqueles ligados à doutrina de segurança nacional e ideologicamente engajados no enfrentamento do comunismo (VIZENTINI, 2004, p. 256). De maneira a justificar tal aproximação, o governo brasileiro frequentemente afirmava as vantagens políticas e comerciais que essa relação bilateral poderia proporcionar. Na dimensão política desse relacionamento, as respostas aos anseios do governo se mostraram exitosas. A RPC passou a representar um poderoso aliado em questões extremamente significativas à política externa brasileira de então. Havia, portanto, congruências nos posicionamentos brasileiros e chineses nos temas que envolviam energia nuclear, meio ambiente, direito ao mar, direitos humanos, além das respectivas ambições de conformação de uma Nova Ordem Econômica Internacional terceiro-mundista (VIZENTINI, 2004, p. 57-58).

muitos desses governos<sup>68</sup>. Gradualmente, o que passou a possibilitar maior contato com a China comunista foram as vantagens econômicas que esse tipo de relacionamento poderia impulsionar.

Os casos brasileiro e chileno são notáveis nesse sentido. No Brasil, os governos militares frequentemente buscavam ascender nas hierarquias do sistema internacional para atingir a posição de potência regional e global (FERREIRA, 2006, p. 120). Para tal, era imprescindível a concepção de modelos de inserção internacional que observassem o desenvolvimento econômico e a busca por autonomia nacional como meios de criação desse Brasil-potência – concepção que se encontrava em seu apogeu no governo Geisel, responsável pelo estabelecimento das relações diplomáticas com a RPC (Idem, 2006; CERVO e BUENO, 1992, p. 361). Nesse cenário, a procura de maiores relações com nações anteriormente marginalizadas pelas discordâncias ideológicas – a saber, as nações socialistas - foram paulatinamente operacionalizadas pela necessidade de se obter insumos a esse modelo de nação e de desenvolvimento que se buscava criar (FERREIRA, 2006, p. 120). No caso do Chile, a aproximação com a RPC nos anos 1970 se deu através de “[...] um consenso de esquerda e direita do espectro político em torno da ideia de que a República Popular da China representava uma realidade que transcendia a luta ideológica” (ALVAREZ, 1998, p. 41, tradução nossa).

O contexto internacional também foi importante para a aproximação da RPC com a América Latina na década de 1970. As profundas alterações nas estruturas do sistema internacional providas do desenrolar da Guerra Fria<sup>69</sup>, das contradições e limitações intrínsecas à

---

<sup>68</sup> As exceções a esse constrangimento foram as relações sino-brasileiras, reestabelecidas num governo militar, e as relações sino-mexicanas que se mantiveram importantes desde o momento da sua reaproximação. Desde os anos 1970, todos os presidentes brasileiros e mexicanos – a exceção dos brasileiros Geisel, Collor de Mello e Itamar Franco - viajaram oficialmente a Pequim (SECRETARÍA DE RELACIONES EXTERIORES Y DEL SERVICIO EXTERIOR MEXICANO, 2009, p. 6).

<sup>69</sup> Uma série de acontecimentos da Guerra Fria foram importantes ao cenário de profundas transformações na economia política global cujo estopim ocorreu no decorrer dos anos 1970. Ressalta-se, nesse sentido, a crise e a suspensão da paridade oficial do padrão dólar-ouro, as guerras árabes-israelenses; a ascensão econômica e projeção internacional da Alemanha Ocidental e do Japão; o acirramento das tensões entre os EUA e a URSS. Tais fatos auxiliaram em diversos eventos disruptivos internacionais, como em alta dos preços das *commodities*; propagação da inflação global devido às políticas de expansão dos

ordem internacional caracterizada por um “liberalismo enclausurado”<sup>70</sup> e do descenso do modelo fordista-keynesiano de relacionamento entre o Estado e a sociedade<sup>71</sup> desencadearam uma série de transformações que levaram a contratos sociais mais flexíveis<sup>72</sup> e a incertezas significativas quanto ao futuro do sistema internacional. Além de tais transformações

---

eurodólares e petrodólares; crescimento da circulação das divisas nos mercados financeiros globais; capitalização dos países pertencentes à Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP); além dos diversos movimentos de descolonização na África e na Ásia.

<sup>70</sup> À época dos respectivos estabelecimentos das relações diplomáticas da AL com a RPC, uma série de alterações importantes nas estruturas do sistema internacional passaram a afetar diretamente a situação externa e as perspectivas de desenvolvimento dos países latino-americanos. Anteriormente, por se situar numa posição pouco privilegiada nos acontecimentos da Guerra Fria, os países latino-americanos haviam se beneficiado menos do que demais nações desenvolvidas da ordem internacional de Bretton Woods (1945-1971). Essa era caracterizada, por sua vez, pela preponderância hegemônica dos Estados Unidos e por contratos sociais extremamente rígidos. Os países centrais organizaram a ordem internacional liberal pós-1945 de maneira a constringer a ação dos mercados pelos Estados (“*embedded liberalism*”) e sob um modelo fordista-keynesiano de relacionamento entre Estado e sociedade (RUGGIE, 1982, p. 393; HARVEY, 1989, p. 125-140). Em Bretton Woods, o compromisso internacional firmado pelos vitoriosos da II Guerra Mundial proporia a criação de normas e arranjos institucionais essencialmente multilaterais como forma de evitar a Grande Depressão, uma nova emergência de governos ultranacionalistas e a volta de medidas mercantilistas que dominaram o cenário econômico prévio (RUGGIE, 1982, p. 393). Assim, as normas acordadas em Bretton Woods permitiam a intervenção dos governos sobre os níveis de renda e emprego no âmbito doméstico em contraste com o padrão ouro, caracterizado pelos ajustes automáticos (Idem, 1982).

<sup>71</sup> O modelo fordista-keynesiano se referia a um contrato social rígido que previa a atuação do Estado como grande fornecedor das condições à reprodução capitalista e imputava às companhias a produção em larga escala com salários compatíveis ao consumo em massa. Essa configuração social foi mister à caracterização de uma revolução no sistema internacional. Para mais informações, ver pp. 125-140 de Harvey (1989).

<sup>72</sup> O “liberalismo enclausurado” e o fordismo-keynesiano deram lugar a um novo ordenamento internacional assinalado pela predominância de um regime cambial flexível sem lastro; pelo crescimento dos fluxos dos mercados financeiros; pelo processo de transnacionalização das firmas; pelo descenso do modelo de Estado intervencionista e a decorrente implementação de políticas econômicas de cunho neoliberal; e, por fim, por configurações mais flexíveis de relacionamento entre o capital, o trabalho e o Estado (RUGGIE, 2008, p. 3-4).



terem sido significativas ao esgotamento dos projetos de desenvolvimento dos países latino-americanos – sobretudo a industrialização fordista via substituição de importações -, elas proporcionaram dúvidas aos formuladores da política externa dessas nações. Nesse contexto, o aprofundamento das relações dos países latino-americanos com a RPC representaria uma novidade da inserção internacional dessas nações com a possibilidade de geração de benefícios econômicos e políticos. Isso porque, a despeito da instabilidade interna ocasionada pela Revolução Cultural, a China comunista apresentava expressivas taxas de crescimento médias de 6% ao ano. Além disso, à época, era um dos países-chave ao desenrolar da Guerra Fria e defendia muitas das bandeiras levantadas pelos países subdesenvolvidos frente aos países centrais – inclusive a democratização das organizações internacionais e do direito dos países periféricos ao desenvolvimento.

O estabelecimento das relações da RPC com alguns países latino-americanos igualmente se deu num contexto de ocorrência, por parte dos países latino-americanos, de políticas externas mais pragmáticas e menos ideológicas<sup>73</sup>. Desse modo, os países latino-americanos se voltavam à RPC de maneira a não somente estabelecer meras relações diplomáticas, mas também com o intuito de firmar parcerias econômicas e políticas propositivas e substantivas.

Novamente, o caso brasileiro foi significativo nesse sentido. À época do restabelecimento das relações diplomáticas sino-brasileiras, o governo Geisel praticou uma política externa caracterizada por um “pragmatismo ecumênico e responsável” ou por um “nacional-pragmatismo” (BECARD, 2008, p. 46; SPEKTOR, 2004, p. 191). Isso significava que, à época, o Brasil se propunha a evitar alinhamentos automáticos com os Estados Unidos, buscava diversificar seus parceiros e procurava angariar cada vez mais autonomia no cenário internacional a fim de levar adiante o projeto de desenvolvimento vigente (BECARD, 2008, p. 47). Assim, objetivava “[...] independência, autonomia e ‘flexibilidade’ em relação aos estreitos limites impostos pela estrutura do sistema internacional da Guerra Fria” (SPEKTOR, 2004, p. 195). O estabelecimento de relações diplomáticas e a busca frequente de maiores interações com a China comunista se mostrou congruente com essa

---

<sup>73</sup> Para Cervo e Bueno (1992), uma política externa pragmática significa “[...] não [...] eleger, teoricamente, áreas prioritárias de relações, e sim aceitá-las pelo que de concreto [podem] oferecer em decorrência das metas fixadas ao setor externo em termos de comércio, serviços, fluxos de capitais, de ciência e tecnologia (p. 366).

proposta mais ampla de política externa, justamente porque afirmava a presença autônoma do Brasil no sistema internacional, se propunha a buscar novas fontes internacionais de recursos escassos – como o petróleo –, assim como procurava abrir novos mercados às exportações brasileiras.

A despeito das diferenças sociais, históricas e econômicas das sociedades chinesa e latino-americanas, é significativo notar que, na década de 1970, a RPC e muitos países latino-americanos compartilhavam seu subdesenvolvimento. Para Vizentini (2004), ao menos nesse primeiro momento, as relações sino-brasileiras, por exemplo, eram caracterizadas pela sua horizontalidade, não havendo diferenças substanciais no nível de desenvolvimento de ambas as nações<sup>74</sup>. Nesse sentido, para o autor,

além da República Popular da China ser o maior e mais populoso país daquele continente, o fato de passar a ser o único país em desenvolvimento a situar-se no centro do sistema mundial de poder (membro permanente do CS da ONU e potência nuclear), propiciava ao Brasil a possibilidade de construir uma aliança estratégica com uma “potência diferente”, ampliando concretamente de forma inédita sua capacidade internacional de barganha. **Tratava-se da cooperação entre potências médias do Terceiro Mundo, que não envolviam laços de subordinação ou de dominação. Além disso, a progressiva abertura econômica do gigante asiático criava novas possibilidades de cooperação comercial** (VIZENTINI, 2004, p. 262, grifo nosso).

Por se situarem em situação similar ou levemente inferior ao Brasil no que tange à industrialização, diversificação produtiva, tamanho e qualidade das inovações e pujança econômica, é possível inferir que as relações chinesas com Argentina e México apresentavam poucos desníveis quanto ao desenvolvimento ao longo dos anos 1970. Por sua

---

<sup>74</sup> Barbosa (2011) reforça um ponto semelhante a esse. Segundo o autor, “[...] nos anos 1980, as pautas de exportação e importação da China eram muito similares às da maioria dos países latino-americanos (BARBOSA, 2011, p. 298). Por sua vez, González (2008) também afirma que “[...] o histórico da China desde os anos 1980 tem sido impressionante. Durante essa década, aproximadamente metade das exportações chinesas consistiam em petróleo e matérias-primas; na década de 1990 a maioria das suas exportações foram concentradas em vestuário e têxteis; e, desde a segunda metade dos anos 1990 autopeças e eletrônicos assumiram a liderança” (p. 156, tradução nossa).

vez, é possível também deduzir que as relações com os demais países latino-americanos se constituíam numa assimetria considerável. Sem dúvidas, o processo de desenvolvimento chinês liderado por Deng Xiaoping a partir do fim da década, além das crises da dívida latino-americana dos anos 1980 e o baixo crescimento da região ao longo dos anos 1990 ampliaram significativamente a distância dessas trajetórias de desenvolvimento e das assimetrias dos respectivos relacionamentos.

Se os níveis de desenvolvimento e características mais amplas de alguns de seus recursos constituíam-se mais ou menos de maneira similar, o mesmo não se pode dizer do modelo de relação Estado-sociedade chinês e daqueles presenciados na América Latina dos anos 1970. Na RPC, o controle do Estado sobre o encaminhamento dos processos econômicos e sociais era maior do que o observado nos países latino-americanos. Exemplo disso se mostrava o domínio que a RPC detinha sobre sua balança comercial. Segundo relato do embaixador brasileiro Marcelo Rafaelli de novembro de 1978, então chefe do Departamento Asiático do Itamaraty, as negociações com a China comunista eram únicas em seu gênero pelo seu controle dos produtos que exportava e importava. Conforme afirma Vizentini (2004),

[...] para fazer negócios com a China o governo brasileiro tinha de violentar algumas das suas normas básicas. Rafaelli afirmava que nenhum país era capaz de vender à China, mas era comprado pela China. Com isso, queria dar ideia do domínio total que os chineses costumavam exercer sobre suas transações. Eles eram juízes absolutos do que, quando e como iriam comprar de outros países. Não obedeciam sequer à lei da oferta e da procura, pois suas necessidades podiam ser rigorosamente contidas, segundo critérios políticos e econômicos especiais (p. 262).

### *2.2.2. Os Anos 1980 e as dificuldades de aprofundamento das relações sino-latino-americanas*

Os anos 1980 representaram um período extremamente difícil para a América Latina. Os processos de redemocratização ocorreram paralelamente a eclosão de uma série de crises das dívidas externas que se desenrolaram a partir do aumento das taxas de juros internacionais e da moratória mexicana. Além de prejudicar a capacidade de captação de investimentos no exterior, o endividamento das economias latino-americanas obrigou tais nações a negociarem o reescalonamento de seus

deveres internacionais numa situação de significativa vulnerabilidade externa. Nesse âmbito, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e demais instituições financeiras multilaterais passaram a pressionar uma agenda de reformas institucionais e de políticas econômicas – comumente contemplando austeridade fiscal, abertura comercial e privatizações - como condição à concessão de ajuda política e financeira, o que deflagrou sucessivos episódios de influência externa. Além disso, muitos dos países latino-americanos passaram a lidar com inflação alta, estagnação dos salários reais e aumento do desemprego. No campo político, a derrota argentina na guerra com o Reino Unido reforçou “[...] a percepção [...] de que estava se processando uma rearticulação do sistema internacional fortemente negativa para a autonomia dos países de porte médio do Terceiro Mundo” (VIZENTINI, 2004, p. 272).

No Brasil, por exemplo, a moratória da dívida externa decretada em 1983 trouxe outras duas consequências importantes. Primeiramente, os ministros e técnicos da área econômica passaram a lutar com o Itamaraty pelo monopólio das negociações externas (VIZENTINI, 2004, p. 277-278; CERVO e BUENO, 1992, p. 393-394). Além disso, a moratória alterou parcialmente a diretriz universalista da política externa brasileira para outra em que as tratativas com os países credores e organizações financeiras internacionais era central. Isso exemplifica o quanto a agenda de política externa dos países endividados da região era explicada pelos constrangimentos internacionais impostos a eles e o quanto a capacidade de autonomia política nacional se encontrava prejudicada.

Na década de 1980, as relações sino-latino-americanas se estagnaram. Isso ocorreu devido aos objetivos de desenvolvimento econômico da RPC que orientaram a prioridade de política externa para a construção de relações estáveis com os EUA e com demais países desenvolvidos no período (CARLETTI, 2013, p. 30). Nesse contexto, a intensificação das relações com os países desenvolvidos ocorreu a fim de atrair investimentos e tecnologia, assim como ampliar os mercados consumidores dos produtos chineses em regiões de alta renda agregada (ALVES, 2011, p. 171-172).

Do lado da América Latina, o afastamento sino-latino-americano dos anos 1980 aconteceu porque muitos países da região se encontravam paralisados politicamente com suas respectivas crises de dívida externa (ALVES, 2011, p. 171-172). Além disso, a adoção de políticas neoliberais por parte de alguns países da região durante a década – dentre eles, a Argentina liderada por Alfonsín – levou a uma priorização das relações com os países centrais. Duas exceções dessas tendências mais gerais de

afastamento entre a RPC e a AL foram as relações sino-brasileiras e sino-chilenas. Com relação à primeira, incrementos de escopo dos projetos de cooperação e nas trocas comerciais ao longo dos governos Figueiredo e Sarney foram levados a cabo<sup>75</sup>. Com relação ao Chile, a despeito da

---

<sup>75</sup> A gestão Figueiredo buscou o aprofundamento das relações com a China comunista como forma de auxiliar na solução da crise econômica brasileira vigente à época. Em 1982, por exemplo, ocorreu a primeira visita à RPC de um ministro das Relações Exteriores brasileiro - Ramiro Saraiva Guerreiro. Tal viagem teve o objetivo principal de promover a Braspetro, subsidiária da Petrobrás, como potencial exploradora de petróleo na costa chinesa<sup>75</sup> (ALVES, 2011, p. 170-171). No ano posterior, foi a vez do próprio presidente João Figueiredo viajar à RPC na ocasião da I Feira Industrial Brasileira em Pequim (VIZENTINI, 2004, p. 345-346). Em 1984, Wu Xueqian, então Ministro das Relações Exteriores da RPC veio ao Brasil para a assinatura de acordos de cooperação nuclear<sup>75</sup> (BECARD, 2008, p. 100). No que tange ao conteúdo dessas relações sino-brasileiras, o governo Figueiredo ficou caracterizado mais pela diversificação da agenda bilateral do que por ampliações nas trocas comerciais (VIZENTINI, 2004, p. 343). À época, uma série de acordos de colaboração científica e tecnológica em diversas áreas foram levados a cabo desde 1979. (ALVES, 2011, p. 170-171). Foi na década de 1980, por exemplo, que a China enviou uma série de missões técnicas para a vistoria de Itaipu e demais usinas brasileiras de modo a desenvolver suas próprias estruturas hidrelétricas através da importação da tecnologia brasileira de construção de grandes barragens (BIATO JÚNIOR, 2010, p. 37; VIZENTINI, 2004, p. 304). Além dessas visitas técnicas, foram observados, à época, processos cooperativos nas áreas de siderurgia, na construção conjunta de satélites de sensoriamento remoto e no desenvolvimento de recursos nucleares (BECARD, 2008, p. 83; VIZENTINI, 2004, p. 346). Além disso, no plano multilateral, uma série de posicionamentos comuns nas organizações internacionais e fóruns frequentemente colocavam a China e o Brasil em posições similares quanto a diversas questões globais. Já no governo Sarney, o Brasil passou - assim como na gestão Figueiredo - a buscar mais a RPC como parceiro internacional (CERVO e BUENO, 1992, p. 403). A partir de 1985, Brasil e China firmaram diversos entendimentos de consulta mútua para assuntos da política internacional (Idem, 1992). Ademais, prosseguiram com a cooperação no setor espacial a partir de pesquisas e projetos conjuntos, como a produção de um satélite de sensoriamento remoto de uso compartilhado (Idem, 1992; BECARD, 2008, p. 110). Além disso, acordos nas áreas de transportes, tecnologia industrial, fármacos e medicina tradicional, energia elétrica, assistência social e no setor de informática foram firmados nesse período<sup>75</sup> (BECARD, 2008, p. 111; CERVO e BUENO, 1992, p. 403). Nesse cenário, para Cervo e Bueno (1992), as relações com a China já eram comparáveis àquelas que o Brasil apresentava com a Alemanha, Japão e Estados Unidos durante a gestão Sarney (p. 403). Do lado da China, no entanto, as relações com

continuidade de implementação de uma política neoliberal no plano doméstico e de busca de incrementos nas relações com os países desenvolvidos, alterações marginais da política externa chilena levaram a um reexame das relações com a RPC. Desse modo, as relações sino-chilenas voltaram a se intensificar a partir de 1978, sobretudo, com a promessa de investimentos diretos chineses no setor de mineração chileno<sup>76</sup> (GACHÚZ, 2012, p. 134).

Dessa forma, pode-se afirmar que, nos anos 1980, a América Latina não exibia prioridade na agenda de política externa chinesa e o governo chinês sustentou um mero discurso pragmático de “cooperação sul-sul” em seu relacionamento com os países subdesenvolvidos (CARLETI, 2013, p. 30; MITCHELL, 2007, p. 110). Assim, as falas de liderança do Terceiro mundo exaltadas no primeiro período do regime de Mao Zedong foram substituídas para a negação de qualquer tipo de busca de comando do bloco de países subdesenvolvidos no sistema internacional. Sobre essas questões, Deng Xiaoping afirmou que:

[...] a China é simplesmente um membro do terceiro mundo. Muitos amigos dizem que a China é o líder do terceiro mundo. [...] nós não devemos ser o líder. Uma vez que tornamos o líder, as coisas darão errado. Hegemonia tem uma má reputação, assim como o líder do terceiro mundo. Dizer isso não é ser modesto. É a nossa consideração política real (CARLETTI, 2013, p. 30, tradução nossa).

A partir dos eventos ocorridos na Praça Tiananmen (Paz Celestial)<sup>77</sup> os países desenvolvidos passaram a aplicar uma série de

---

os países da América Latina eram secundárias à sua política externa<sup>75</sup> (BECARD, 2008, p. 99).

<sup>76</sup> A visita do ministro das Relações Exteriores chileno, Hernán Cubillos, a Pequim em 1978 foi significativa a essa alteração nas relações com a RPC. Na ocasião, foram assinados acordos de cooperação nas áreas econômica e comercial, ciência e tecnologia e em atividades culturais (GACHÚZ, 2012, p. 134).

<sup>77</sup> As manifestações que culminaram nos eventos da Praça Tiananmen em 1989 ocorreram nos meses anteriores e foram compostas por grupos sociais chineses, dos EUA e de Taiwan. Esses grupos buscavam influenciar o governo chinês a seguir um processo de abertura e subordinação ao sistema mundial semelhante ao da União Soviética (VISENTINI, 2011, p. 133). Mobilizações sociais diversas e contraditórias logo se transformaram em movimentos políticos de maior escopo de modo que se sobressaíram grupos específicos (Idem, 2011). Em tal cenário, os “novos empresários”, aqueles contra a corrupção e outros ultra reformistas, se organizaram em torno do ex-premiê Zhao num discurso que abrangia um

condenações e sanções à RPC que ocasionaram um momentâneo isolamento político a Pequim<sup>78</sup> (MITCHELL, 2007, p. 110; SHIXUE, 2008, p. 31). Nesse breve período, a situação política internacional chinesa se deteriorou a partir de uma série de eventos correlatos, como a queda do Muro de Berlim (novembro de 1989); o fim da República Democrática Alemã; a extinção de uma série de partidos comunistas no leste europeu; a independência de muitas nações que constituíam a URSS em 1991; e o fechamento do Partido Comunista Soviético (BECARD, 2008, p. 153-154). Nesse cenário, os poucos países socialistas que restavam tinham de lidar com uma enorme pressão da comunidade internacional e de setores das suas respectivas sociedades que reivindicavam a abertura política.

Não obstante, diferentemente do bloqueio econômico imposto à China durante o período maoísta, a RPC do fim dos anos 1980 já havia desenvolvido consideravelmente seus recursos econômicos e aspectos da sua autonomia política de modo a evitar que as influências externas impedissem ou limitassem significativamente o passo do seu desenvolvimento. Além disso, a importância econômica e política da RPC para o mundo e a resistência das elites chinesas foram fatores significativos para a superação dessas adversidades (VIZENTINI, 2003, p. 239). Como resultado desses fatores, de acordo com Becard (2008),

---

“movimento pela democracia” (Idem, 2011). O agrupamento popular na Praça Tiananmen representou o ponto máximo desse movimento que, ao cabo, acabou sendo violentamente reprimido pelo governo (Idem, 2011).

<sup>78</sup> Foi em tal situação que Deng Xiaoping sugeriu seus famosos princípios guias, que estabelecidos em vinte e quatro caracteres, afirmavam seis recomendações gerais que guiariam a condução do Estado e da diplomacia (Idem, 2008). Voltadas aos indivíduos que conduziam as instituições estatais, o premier recomendou: observar os eventos mundiais com uma mente calma (1); manter-se firme (2); confrontar as dificuldades com confiança (3); manter um perfil de atuação baixo (4); nunca assumir um papel de liderança (5); e, por fim, tomar ação sempre que necessário (6) (Idem, 2008). Tais princípios foram presentes em muitos discursos de Deng Xiaoping ao fim dos anos 1980 e início dos anos 1990 e simbolizavam suas estratégias mais amplas de lidar com as adversidades e incertezas propiciadas pela ordem internacional em transformação (Idem, 2008). De acordo com Shixue (2008), mesmo que tais seis princípios tenham sido a fundação da política externa da China no começo dos anos 1990, a balança entre a manutenção de um perfil baixo de atuação e a tomada de ação internacional vem sendo de difícil consenso entre os formuladores de políticas. Para o autor, as duas facções que, respectivamente, defendem cada uma dessas ideias frequentemente defendem atuações distintas no cenário internacional (SHIXUE, 2008, p. 32).

poucos meses após a crise de Tien-an-men, e antes mesmo de a China realizar qualquer concessão ao movimento democrático interno e às exigências das potências estrangeiras, estas começaram a suspender as sanções impostas ao país. O Japão, primeiro a anunciar, ao final de 1989, sua intenção de desbloquear créditos públicos à China, acreditava que o isolamento chinês poderia provocar instabilidade no Extremo Oriente. Logo em seguida, a França achou por bem autorizar alguns financiamentos públicos dirigidos à China, dando continuidade ao processo de inserção de suas principais empresas no mercado asiático. De sua parte, a China buscou ativar sua diplomacia aplicando medidas apaziguadoras, a partir de 1990, o que contribuiu para romper o isolamento em que se encontrava (p. 154).

Mesmo que as adversidades tenham sido superadas com certa rapidez, o episódio da praça Praça Tiananmen (Paz Celestial) trouxe consequências importantes para a América Latina. Isso porque, devido as condenações, sanções e isolamento político impostos por muitos países desenvolvidos, a RPC passou a buscar mais as relações com os países subdesenvolvidos (MITCHELL, 2007, p. 110; SHIXUE, 2008, p. 31). Foi em tal contexto, por exemplo, que a China divulgou sua “*going out policy*”, em que encorajou suas instituições financeiras e empresas a investirem globalmente de maneira diversificada, inclusive em países subdesenvolvidos (FREEMAN, 2015, p. 2).

Ao fim dos anos 1980, para a RPC e para a América Latina, as diferenças nas vantagens proporcionadas pelo ambiente internacional e a condução das respectivas políticas domésticas não poderiam ser mais diferentes. Aproveitando-se do recrudescimento da segunda Guerra Fria a partir do governo do presidente estadunidense Ronald Reagan, a RPC encontrou incentivos sistêmicos para a condução do seu processo de desenvolvimento econômico coordenado pelo Estado. Por sua vez, para a América Latina, o cenário externo foi crescentemente problemático pelo aumento das taxas de juros internacionais, pela escassez de crédito internacional e pelas recomendações neoliberais promovidas pelas instituições financeiras como solução da crise em que os países da região se encontravam. Além disso, os frequentes cenários domésticos de altos índices de inflação, forte desequilíbrio social e instabilidade política prejudicaram ainda mais a situação latino-americana de então. Em resumo, essas distintas trajetórias de desenvolvimento contribuíram



decisivamente para um relacionamento cada vez mais assimétrico entre a RPC e a América Latina nas duas décadas seguintes, justamente no período em que essas relações se intensificaram de maneira inédita.

### *2.2.3. A década de 1990: aproximação política e início da intensificação das relações econômicas entre a RPC e a América Latina*

Para a RPC, o novo cenário mundial do início da década de 1990 implicou o fim da sua importância como nação estratégica à contenção da URSS (VIZENTINI, 2003, p. 236-237). Decorrente disso, os incentivos sistêmicos ao seu projeto de desenvolvimento foram substancialmente reduzidos e as críticas à suposta rigidez do seu sistema político e às violações de direitos humanos – potencializadas pelos eventos da Praça Tiananmen – se agravaram. Apesar da ausência desses estímulos externos, a RPC conseguiu superar os constrangimentos impostos a ela após as manifestações domésticas do fim dos anos 1980 e avançou cada vez mais em sua constituição como potência regional e mundial.

Aos poucos, sua ascensão política e econômica não significou apenas o acréscimo substancial em seus recursos, na sua capacidade de influência externa e de exercício de autonomia. A partir de então, a China continental – de maneira cada vez mais articulada com diversas economias do leste asiático - crescentemente se constituiu na principal propulsora do crescimento econômico mundial. Nesse âmbito, cooperar economicamente com a RPC passava a se tornar necessário aos países que desejassem obter vantagens econômicas, sobretudo numa década caracterizada pelo baixo crescimento do PIB global. Além disso, as atitudes chinesas de menor confrontação, maior sofisticação e confiança e, por vezes, mais construtivas nas questões regionais e globais contribuíram significativamente para uma maior aproximação da RPC com diversos Estados durante a década de 1990<sup>79</sup> (BECARD, 2008, p. 215).

---

<sup>79</sup> Segundo Becard (2008), a exceção a essa tendência de uma política mais construtiva à ordem internacional se referiu ao relacionamento sino-americano. Para a autora, “[...] as relações mantidas entre China e Estados Unidos se desenvolveram de forma ainda mais instável e difícil ao longo dos últimos anos do século XX. Seja na área comercial, dos direitos humanos, de Taiwan ou da segurança internacional, os dois países demonstraram possuir diversos interesses contraditórios. Por sua vez, enquanto a China buscou incentivar a construção de um mundo multipolar, no qual a “hegemonia americana” seria diluída e dissolvida, os Estados Unidos procuraram exercer uma “liderança mundial”,

No que tange às relações com os países subdesenvolvidos, conforme afirmado anteriormente, a RPC passou a apresentar maior interesse no fortalecimento desses laços devido aos bloqueios e sanções internacionais impostos a ela ao fim dos anos 1980. Essas conjunturas levaram à intensificação das relações entre a RPC e a região latino-americana, sobretudo, com a Argentina, Cuba, México e Chile. Por sua vez, o relacionamento sino-brasileiro, que desfrutava até então de uma agenda altamente construtiva, passou a ser marginalizado pelo governo Collor de Mello em favorecimento das relações brasileiras com os países desenvolvidos. Posteriormente, as relações entre China e Brasil foram retomadas aos poucos pelos governos Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso<sup>80</sup>.

---

protegendo-se ao mesmo tempo de acusações, inclusive chinesas, de hegemonia” (p. 218). Para mais detalhes, ver pp. 218-221 de Becard (2008)

<sup>80</sup> A política externa brasileira do governo Fernando Collor de Mello (1990-1992) foi orientada de maneira a alinhar-se aos EUA e a reduzir o foco nas relações com os países subdesenvolvidos (VIZENTINI, 2003, p. 239; BECARD, 2008, p. 153; BIATO JÚNIOR, 2010, p. 50). Nesse contexto, as relações com os demais países subdesenvolvidos e com a RPC foram marginalizadas, à exceção daqueles da América do Sul. Isso ocorreu sob um contexto de substituição de um modelo de gestão do Estado nacional-desenvolvimentista para outro de maior abertura à intervenção do setor privado sem a exigência de muitas concessões dos mercados. Além disso, a concepção de uma diplomacia que perseguia a autonomia nacional como insumo e condição à matriz desenvolvimentista concebida nos anos 1930 foi suprida “[...] perante a aceitação do discurso globalizante do pós-Guerra Fria e a opção pela abertura à nova ordem neoliberal, a qual se acreditava ser inevitável e fundamental para alavancar a modernização do país” (BECARD, 2008, p. 152). A partir dessas concepções de política externa, o comércio chinês com muitos países sul-americanos se aproximou em níveis de importância comparáveis com o brasileiro (BIATO JÚNIOR, 2010, p. 53). Já no governo Itamar Franco (1992-1994), o processo cooperativo com a RPC foi paulatinamente recuperado pela substituição da preferência de relações com os países desenvolvidos estabelecida na administração Collor de Mello para outra de aprofundamento das relações com algumas nações selecionadas que poderiam proporcionar resultados comerciais positivos ao Brasil (BECARD, 2008, p. 208). O retorno do predomínio de um modelo de inserção que buscava a autonomia nacional e perseguia ganhos pela diversificação dos contatos internacionais – características pertinentes às gestões dos chanceleres Fernando Henrique Cardoso (1992-1993) e Celso Amorim (1993-1994) – também contribuíram para essa retomada dos desenvolvimentos das relações com a Ásia e mais especificamente à RPC. No período, por exemplo, foram firmados cerca de quinze atos internacionais, sobretudo nas áreas de economia, educação e ciência e tecnologia (BECARD, 2008, p. 187). Além disso, foi em 1993 que a Parceria Estratégica

Foi ao fim dos anos 1990, no entanto, que as relações entre a China e a América Latina se intensificaram de forma expressiva. À época, isso ocorreu por dois motivos conjunturais principais<sup>81</sup> (BECARD, 2008, p. 241). Primeiramente, cabe lembrar que, nesse período, já eram percebidos muitos dos resultados das políticas neoliberais implementadas em muitos países da região nos anos anteriores. Nesse cenário, a deterioração dos índices de emprego e distribuição de renda e o baixo crescimento econômico impulsionaram muitas nações latino-americanas a buscarem parceiros internacionais alternativos àqueles que preconizavam o receituário neoliberal<sup>82</sup> (LANXIN, 2008, p. 54). A RPC, nesse sentido, poderia ser uma das nações que auxiliariam a melhora dos indicadores socioeconômicos das nações da região pelas suas taxas expressivas de crescimento econômico e pela não imposição explícita de condicionalidades para a ajuda econômica. Em segundo lugar, o nível dos investimentos diretos externos caiu substancialmente em muitos países latino-americanos nesse momento, o que incentivou esses Estados a buscarem novas fontes dessa modalidade de investimentos – inclusive com a RPC (Idem, 2008).

Pela perspectiva da RPC, as viagens de autoridades de alto escalão – incluindo Jiang Zemin, Li Peng, Qiao Shi, Zhu Rongji, Li Ruihuan e Hu Jintao - à América Latina foram indicativos importantes do maior interesse chinês na região na década de 1990 (BECARD, 2008, p. 163). A partir do maior envolvimento com os países latino-americanos, a RPC buscava atingir três objetivos principais não necessariamente explícitos. Em primeiro lugar, em ao oferecer ajuda à região, Pequim esperava que os países latino-americanos atuassem de forma a dar respaldo político nos organismos multilaterais, aumentando assim, a capacidade chinesa de moldar a ordem internacional (Idem, 2008, p. 241). Em segundo lugar, a maior presença chinesa na América Latina serviria para limitar a ação da

---

sino-brasileira foi lançada de maneira a aprofundar essas relações e expandir as áreas de cooperação bilateral (BIATO JÚNIOR, 2010, p. 69).

<sup>81</sup> Segundo Becard (2008), “China e América Latina buscaram desenvolver as relações em todas as suas formas – nas áreas econômica, comercial, política e diplomática; no plano bilateral e multilateral, envolvendo organizações governamentais, empresas e sindicatos; no âmbito dos partidos e parlamentos – com vistas a fomentar os mais diversos mecanismos de diálogo” (p. 241).

<sup>82</sup> É importante rememorar que, nesse período, os Estados Unidos e as instituições de Bretton Woods - como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial – ainda sugeriam que o desenvolvimento latino-americano seria alcançado a partir da aceitação de muitos pressupostos neoliberais codificados no chamado Consenso de Washington.

República da China (Taiwan) na região, já que muitos países da região reconhecem politicamente Taiwan (e não a RPC) (Idem, 2008). Por fim, a China comunista buscou, na região, o fortalecimento dos laços externos e o acesso a recursos e insumos para a ampliação de escala e de escopo do seu processo de desenvolvimento vigente desde o fim dos anos 1970, assim como procurou novos mercados às suas exportações<sup>83</sup> (Idem, 2008).

Os investimentos chineses na América Latina – que haviam começado na década anterior através da *joint venture* sino-chilena *Beijing Santiago Tube Copper Company*<sup>84</sup> para produção de tubos de cobre – se expandiram em projetos pontuais. Em 1992, a compra da mineradora peruana *Hierro Peru* por uma das maiores empresas siderúrgicas da RPC, a *Shougang Corporation*, representou a principal aquisição chinesa na região dessa década<sup>85</sup> (BECARD, 2008, p. 182). À época, esse se constituiu no maior episódio de privatização da história peruana (Idem, 2008). Além disso, em 1997, a *China National Petroleum Corporation* venceu leilão para a exploração dos campos de petróleo de Intercampo e Caracoles na Venezuela (CNPC, 2015, s.p.). No Peru, a mesma CNPC obteve concessão para a extração de petróleo no campo de Talara em 1993 (GONZALEZ-VICENTE, 2012, p. 110-111). No período, esse foi o primeiro campo de petróleo estrangeiro sob controle de uma empresa estatal chinesa (Idem, 2012). De modo geral, no entanto, esses investimentos ainda se mostraram relativamente modestos caso comparados com os realizados pelos países centrais à mesma época ou confrontados com aqueles que a RPC viria a aportar na região nas décadas posteriores.

Na década de 1990, igualmente foram observados o aumento do interesse latino-americano nas relações com a RPC. Um bom indicativo disso foram as visitas oficiais de diversos políticos de alto escalão realizadas nessa época. Dentre as viagens de diversos representantes de Estado a Pequim, foram importantes as realizadas por Carlos Menem (1990 e 1995) e Fernando de la Rúa (2000), presidentes da Argentina; Alberto Fujimori, presidente do Peru (1991 e 1995); Patrício Alwin

---

<sup>83</sup> Cabe ressaltar que, dentre outros fatores, essa maior busca chinesa aos países latino-americanos ocorreu, de maneira conjuntural, no contexto da crise asiática, responsável por repercussões negativas às trocas comerciais e à taxa de crescimento do sudeste asiático.

<sup>84</sup> A *Beijing Santiago Tube Copper Company* foi fechada ao fim dos anos 1990 (ALVAREZ, 1998, p. 42).

<sup>85</sup> No Peru, a *Shougang Corporation* adotou o nome de *Hierro Peru Shougang*.

(1992), Eduardo Frei, presidente do Chile (1995); Carlos Salinas de Gortari (1993) e Ernesto Zedillo, (1996), presidentes do México; além do presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso (1995) (BECARD, 2008, p. 245-246; ALVAREZ, 1998, p. 43; SECRETARÍA DE RELACIONES EXTERIORES Y DEL SERVICIO EXTERIOR MEXICANO, 2009, p. 6). A admissão do Chile – país cuja economia se voltava à Ásia-pacífico – como membro da APEC (Fórum de Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico) em 1993 recebeu apoio da RPC e “[...] representou um marco para a política exterior chilena” (ALVAREZ, 1998, p. 43, tradução nossa). Em 1998, foi a vez do Peru ingressar no mesmo fórum. Mais recentemente, Colômbia e Equador solicitaram o apoio de Pequim para também serem membros da APEC (ELLIS, 2014, p. 45).

#### *2.2.4. A intensificação sem precedentes das relações entre a China e a América Latina no Século XXI*

O fortalecimento das relações sino-latino-americanas observado no fim da década de 1990 se ampliou ainda mais no decorrer dos anos 2000 até 2015. Nas questões políticas, a continuidade das visitas de alto escalão foi uma característica importante desse período. As viagens do presidente Hu Jintao - acompanhado por cerca de cento e cinquenta empresários - e do vice-presidente Zeng Qinhong à região latino-americana ocorridas, respectivamente, no fim de 2004 e no início de 2005 para a assinatura de acordos nas áreas de comércio, investimentos e cooperação sinalizaram o aprofundamento dos interesses chineses na região (BECARD, 2008, p. 251). Para Becard (2008), essas visitas de representantes chineses serviram para “[...] cortejar os governos latino-americanos e convencê-los a satisfazer interesses chineses políticos, diplomáticos e principalmente econômicos sobre a região” (p. 241). Foi nesse contexto em que as negociações sino-latino-americanas por recursos naturais e por *commodities* se intensificaram (VADELL, 2011, p. 60).

Muitas visitas de representantes de Estado latino-americanos à RPC também indicaram o interesse desses governos na aproximação com a China. A partir dos anos 2000, houve diversas viagens de chefe de Estado a Pequim, como as realizadas por Álvaro Uribe (2005), presidente da Colômbia; Luiz Inácio Lula da Silva (2004 e 2009) e Dilma Rousseff (2011), presidentes do Brasil; Ricardo Lagos (2001) e Michelle Bachelet (2008, 2009 e 2014), presidentes do Chile; Alan Garcia (2008), presidente do Peru; Vicente Fox (2001) e Felipe Calderón (2008), presidentes do

México; Néstor Kirchner (2004) e Cristina Kirchner (2015), presidentes da Argentina; além de Hugo Chávez (2008), presidente da Venezuela<sup>86</sup> (MOFCOM, 2007, s.p.). A mais emblemática dessas visitas foi a realizada pelo presidente brasileiro Lula da Silva a Pequim em maio de 2004. Isso porque, à época, nove ministros, seis governadores, um senador, dez deputados e mais de quatrocentos empresários viajaram na comitiva presidencial<sup>87</sup> (BECARD, 2008, p. 247). Para Becard (2008), com tal viagem, o governo brasileiro objetivava

[...] sinalizar aos chineses a enorme importância estratégica e comercial que o Brasil passou a conferir à China. A expectativa era que o maior estreitamento das relações bilaterais rendesse frutos consideráveis, nos prazos médio e longo, por meio do comércio bilateral e de investimentos chineses na infraestrutura do Brasil, principalmente no setor de transportes ferroviário e marítimo<sup>88</sup> (p. 247-248).

No período, tal visita serviu também para a inauguração do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC) com o objetivo de facilitar os negócios entre firmas brasileiras e chinesas (BECARD, 2008, p. 249-250). Além disso, a Petrobrás e a bolsa de valores BM&F abriram um

---

<sup>86</sup> Atenta-se para o grande número de visitas de diversas nações latino-americanas no contexto da crise financeira internacional de 2007-08.

<sup>87</sup> Na ocasião da visita da comitiva brasileira à RPC em maio de 2004, as conversas oficiais focaram em quatro temas principais. Foram elas: as questões de direitos humanos na China; a sondagem e solicitação brasileira de apoio à sua candidatura como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU (CSNU); o reconhecimento brasileiro do status de economia de mercado da China; além de outras colaborações em questões e instituições multilaterais (BECARD, 2008, p. 248). Muitas dessas questões foram incluídas no Comunicado Conjunto China-Brasil assinado ao término da viagem brasileira (Idem, 2008). Em tal documento, o governo brasileiro relevou as supostas violações de direitos humanos chinesas e afirmou que a RPC apresentou avanços nessa área (Idem, 2008). Por sua vez, a candidatura brasileira ao assento no CSNU não foi endossada pela RPC (Idem, 2008). Para mais detalhes da visita oficial brasileira à RPC, ver pp. 247-253 de Becard (2008).

<sup>88</sup> Ao longo do governo Lula da Silva ocorreu uma intensificação sem precedentes das relações sino-brasileiras. Nesse período, nove acordos bilaterais e quatorze contratos empresariais foram firmados (BECARD, 2008, p. 247). Para ver os diversos empreendimentos entre Brasil e China firmados ao longo dos anos 2000, ver pp. 247-253 de Becard (2008).

escritório cada, respectivamente, em Pequim e Xangai na mesma ocasião (Idem, 2008).

Os contatos políticos da China continental com a América Latina também foram aprofundados nas organizações internacionais, especialmente nos anos 2000. Desde 1997 aconteceram diversas reuniões entre a China e o MERCOSUL com a proposta de formação de uma área de livre comércio sob a iniciativa de Pequim em 2012<sup>89</sup> (SHIXUE, 2008, p. 35; PALACIOS e GUIMARÃES, 2012, s.p.). Em maio de 2004, a Organização dos Estados Americanos (OEA) aceitou a China como observador permanente (SHIXUE, 2008, p. 35; BECARD, 2008, p. 249). De maneira similar, a China igualmente obteve status de observador na Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), na Associação Latino-americana de Integração (ALADI), no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e no Parlamento Latino-americano (Parlatino) (Idem, 2008). Mais recentemente, a China e os países da Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC) constituíram o Foro China-CELAC<sup>90</sup>, cuja primeira reunião ocorreu em julho de 2014 em Pequim<sup>91</sup> (BLOG DO ITAMARATY, 2015, s.p.).

O comércio entre a RPC e diversos países da América Latina também cresceu em níveis expressivos a partir dos anos 2000. Conforme pode ser observado no Gráfico 1, a tendência de crescimento das exportações e importações de países selecionados da América Latina<sup>92</sup> com a RPC (eixo secundário no gráfico) se mostrou altamente correlata com as trocas das nações da região com o resto do mundo durante a segunda metade dos anos 1990 (eixo primário no gráfico). A partir dos

---

<sup>89</sup> Em visita à Argentina em junho de 2012, o primeiro-ministro Wen Jiabao declarou a intenção da China de firmar um acordo de livre-comércio com o MERCOSUL (PALACIOS e GUIMARÃES, 2012, s.p.). Conforme informa o site do Itamaraty, o status das negociações ainda se encontra na fase de “Diálogos Econômico-Comerciais”, ou seja, ainda não está efetivamente em negociação (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2015, s.p.).

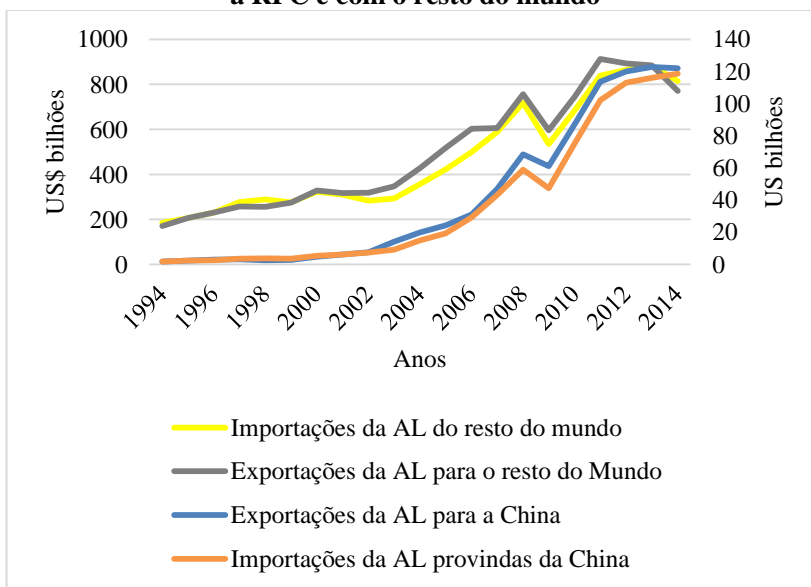
<sup>90</sup> Nesse âmbito, o Plano de Cooperação CELAC-China 2015-2019 prevê a colaboração em diversos temas e um fluxo de US\$500 bi em comércio e US\$250 bi em investimentos num prazo de dez anos (BLOG DO PLANALTO - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2015, s.p.).

<sup>91</sup> Mais informações e contextos históricos acerca das relações sino-latino-americanas serão abordadas no capítulo posterior.

<sup>92</sup> Para a criação deste gráfico, agregaram-se os valores das exportações e importações de Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

anos 2000 e mais precisamente após a crise financeira internacional de 2007-08, esse cenário se alterou consideravelmente. Isso porque as trocas dos países da região com a RPC cresceram relativamente mais do que o comércio com o resto do mundo no mesmo período, o que é evidenciado pela maior inclinação das linhas azul e laranja frente ao eixo horizontal do que as linhas amarela e cinza a partir de 2009.

**Gráfico 1 - Comércio de países selecionados da América Latina com a RPC e com o resto do mundo**



Fonte: Comtrade (2016). Elaborado pelo autor.

Além da maior proximidade política sino-latino-americana, o crescimento do comércio com a região latino-americana no período analisado pode ser explicado por alguns fatores. Primeiramente, as trocas sino-latino-americanas se intensificaram devido aos desdobramentos da ascensão econômica chinesa e a sua decorrente necessidade de aumento das importações de insumos ao seu parque produtivo e de maior procura de mercados para suas exportações. Em segundo lugar e relacionado ao primeiro fator, a entrada chinesa na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001 representou um ponto de inflexão da participação da RPC no regime de comércio internacional. A partir de então, a China passou por uma fortíssima redução das suas tarifas e começou a responder a supostas violações das normas de comércio internacionais de maneira

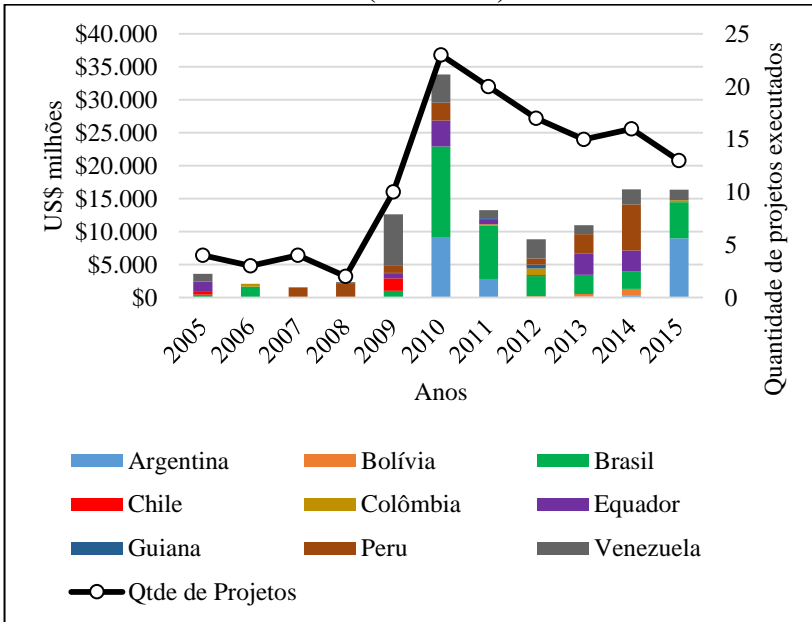


institucionalizada. Em terceiro lugar, a assinatura e ratificação de Tratados de Livre Comércio (TLCs) da China com Chile (2006), Peru (2009) e Costa Rica (2010) representaram propulsores ao aumento do comércio sino-latino-americano (VADELL, 2011, p. 69).

Cabe ressaltar que, além desses acordos, outras tratativas de liberalização comercial foram realizadas por Pequim e países latino-americanos nesse momento histórico. Conforme afirmado anteriormente, desde 1997, diversas reuniões entre a China e o MERCOSUL envolvendo questões comerciais ocorreram, tendo havido uma proposta de formação de uma área de livre comércio sob a iniciativa chinesa em 2012 (SHIXUE, 2008, p. 35; PALACIOS e GUIMARÃES, 2012, s.p). Além disso, após o relançamento das relações sino-colombianas realizado no mandato de Álvaro Uribe, as negociações para a formação de um acordo de livre comércio entre ambas as nações tiveram início em 2015 (MOFCOM, 2007, s.p.; MARCELINO, 2015, s.p. ).

Os fluxos de investimentos chineses na região são outro indicador econômico que apresentou crescimento expressivo nos últimos anos, sobretudo a partir de 2010. Conforme exhibe o Gráfico 2, de 2005 a 2015, os investimentos diretos provindos da RPC e os diversos contratos de construção assinados com empresas chinesas apresentaram uma ampliação considerável tanto no montante aportado (eixo primário no gráfico) quanto na quantidade de projetos executados (eixo secundário no gráfico), sobretudo a partir da crise financeira internacional de 2007-2008. Após atingir o pico em 2010 – momento em que foram alocados cerca de US\$35 bilhões em 23 projetos diferentes –, essas quantias apresentaram certa redução, apesar de não regressarem aos níveis anteriores à crise. De modo geral, esses investimentos foram alocados de maneira relativamente diversificada nos países sul-americanos, com certo destaque às maiores economias – Brasil e Argentina – e aos dois parceiros cujas economias são historicamente mais voltadas aos mercados asiáticos – Chile e Peru.

**Gráfico 2 - IDEs e Contratos de Construção chineses na América do Sul (2005-2015)**

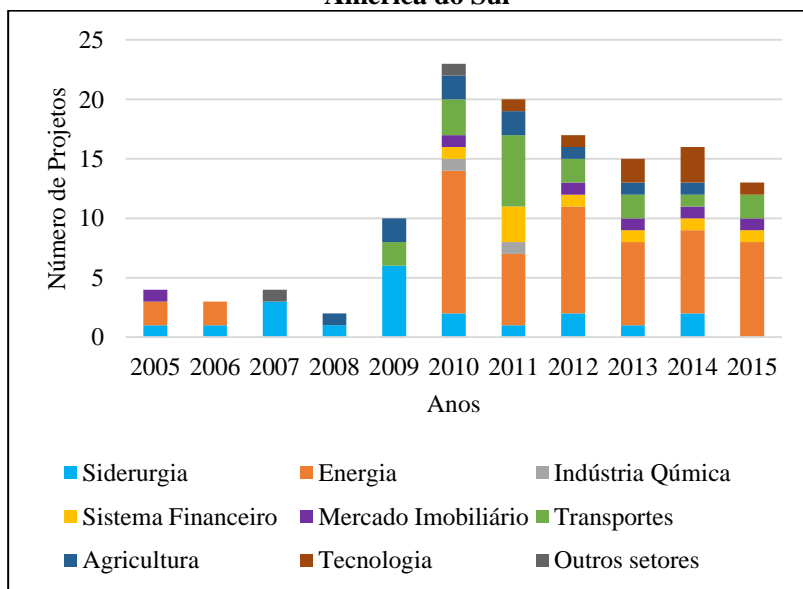


Fonte: American Enterprise Institute (2016). Elaborado pelo autor.

De acordo com o exposto no Gráfico 3, é igualmente importante ressaltar as diferenças de setor em que esses investimentos diretos externos e os contratos de construção chineses foram direcionados à América do Sul no período 2005-2015. Antes da crise financeira internacional de 2007-08, esses aportes foram realizados majoritariamente nas áreas de extração de matérias primas e no setor energético. Especialmente após o ano de 2010 – momento do ápice dos investimentos dessas modalidades na região – houve uma maior diversificação entre os setores de interesse chinês. Desde então, os IDEs e contratos de construção também foram alocados nas áreas de transporte; sistema financeiro e bancário; imóveis; tecnologia; produtos químicos e agricultura. Dentre esses setores, os investimentos em energia apresentaram certo destaque em todo o período analisado. Isso ocorreu num contexto de planejamento chinês de expansão do seu *know-how* sobre a produção e distribuição de diferentes matrizes energéticas. Assim, esses investimentos não focalizaram apenas no tradicional setor petrolífero, mas também foram expandidos para a indústria de gás natural

e, sobretudo, para a construção de hidrelétricas. A ampliação dos setores investidos na América do Sul mostra o quanto o dinamismo econômico chinês e o seu processo de diversificação produtiva exibiu impactos à economia sul-americana como um todo<sup>93</sup>.

**Gráfico 3 - Setores dos IDEs e Contratos de Construção chineses na América do Sul**



Fonte: American Enterprise Institute (2016). Elaborado pelo autor.

Cabe ressaltar, todavia, que apesar da ocorrência dessas tendências de ampliação e diversificação dos IDEs chineses na América do Sul, essa modalidade de investimento ainda é relativamente pequena se comparada aos números aportados pelos EUA e por países europeus na região. De acordo com a CEPAL (2013),

no geral, a China tornou-se um investidor direto significativo na América Latina, mas está longe de ser um dos maiores. Apenas em algumas

<sup>93</sup> Para mais informações e detalhamentos dos IDEs e contratos de construção de empreiteiras chinesas na região sul-americana, ver os Anexos 1 e 2 do presente trabalho. Ressalta-se também que os fluxos de IDEs dos países sul-americanos destinados à RPC apresentam valores aportados muito inferiores àqueles chineses investidos na América do Sul.

economias, como Equador ou (possivelmente) a República Bolivariana da Venezuela, a China poderia ser considerada entre as maiores fontes de IDEs. Os Estados Unidos (25% do total) e a União Europeia (40%) continuam a ser as maiores fontes de IDEs para a América Latina, e a participação da China e outras economias asiáticas continua a ser modesta (7%). Os investimentos chineses também são notavelmente ausentes no setor de serviços, que responde por cerca de metade do total de IDEs na América Latina. As únicas exceções são os bancos e companhias de navegação, que abriram subsidiárias na América Latina, principalmente para auxiliar nas relações comerciais com a China. Isso reflete a relativa falta de desenvolvimento do setor de serviços chinês, e o fato de que as empresas de serviços chineses estão focadas no mercado interno no momento (p. 11, tradução nossa).

Outros tipos de investimento também apresentaram reflexos para os países latino-americanos no período 2001-2015. Um dos principais instrumentos de diversificação dos investimentos e de busca de influência externa por parte da China nos anos 2001-2015 foram os seus Fundos Soberanos de Riqueza (FSR). Os FSRs são instrumentos financeiros usuais de países que acumulam grandes quantidades de reservas internacionais, divisas cambiais e/ou são grandes exportadores de *commodities*, especialmente petróleo e seus derivados. Os fundos chineses se diferenciam dos FSRs de outras nações pelos seus altos volumes de divisas (OURIQUES, VIEIRA e ARIENTI, 2013, p. 47). Os montantes disponíveis nos fundos chineses *SAFE Investment Company*, o *China Investment Corporation (CIC)* e no *National Social Security Fund (NSSF)* são estimados em cerca de US\$1,5 trilhão em ativos, o que representa cerca de 21% do total de todos os fundos soberanos de riqueza mundiais<sup>94</sup> (SOVEREIGN WEALTH FUND INSTITUTE, 2015, s.p.). Dentre esses fundos, o que exibiu maior atuação nos países da América Latina nesses anos foi o CIC. Tal fundo apresentou investimentos em grandes empresas, como a brasileira Vale, e em outras companhias transnacionais com atuação na região<sup>95</sup>.

---

<sup>94</sup> Exclui-se desse cálculo os montantes do FSR *Hong Kong Monetary Authority Investment Portfolio*, que somam pouco mais de US\$400 bilhões e estão sob administração da autoridade monetária de Hong Kong.

Para mais detalhes dos investimentos realizados pelos FSRs em diferentes companhias, ver pp. 47-49 de Ouriques, Vieira e Arienti (2013).

Processos de cooperação na área monetária também foram explorados nos relacionamentos sino-argentino e sino-venezuelano. Em 2015, a Argentina conseguiu um acordo de *swap* de US\$11 bi junto ao banco central chinês num contexto de queda das suas reservas internacionais e de dificuldades nas negociações da sua dívida externa com os Estados Unidos e com os chamados “fundos abutres” (PALACIOS, 2015, s.p.). No governo argentino de Maurício Macri, as medidas de liberalização dos controles cambiais só foram possíveis graças a um acordo de *swap* cambial com a RPC de pouco mais de US\$ 3 bi (REBOSSIO, 2015). Em 2015, foi a vez da Venezuela negociar um acordo de *swap* monetário com a RPC em valores estimados em US\$3 bi (PONS, 2015, s.p.).

Por sua vez, os bancos estatais chineses também apresentaram um papel relevante na América Latina nos anos 2001-2015. Ao concederem empréstimos expressivos, algumas instituições financeiras chinesas - especialmente o *China Development Bank* (CDB) e o *China Export-Import Bank* (China Ex-Im) – demonstraram um papel importante no financiamento do setor energético na região (GALLAGHER e IRWIN, 2015, p. 101-102). Apesar de tais aplicações apresentarem taxas de juros próximas às de mercado, os países latino-americanos se utilizaram mais dessas modalidades de empréstimos devido ao seu foco nas áreas de infraestrutura e em alguns tipos de indústria. Isso contrastou decisivamente com os paradigmas de desenvolvimento empregados por organizações como o BM ou o próprio BID para a região no mesmo período (Idem, 2015). Cabe ressaltar que os aportes financeiros dessas instituições financeiras chinesas, no período, superaram as cifras anualmente investidas pelo Banco Mundial (BM) ou pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) na região (Idem, 2015).

A Petrobrás, por exemplo, firmou, em 2009, um acordo de US\$10 bilhões junto ao CDB em troca de acordos de venda de barris de petróleo que durarão até 2019<sup>96</sup> (WU e WEI, 2014, p. 792). Num contexto de endividamento e crise da estatal brasileira, um acordo adicional de US\$ 5 bilhões e outro de US\$10 bilhões foram firmados, respectivamente, em 2015 e 2016 junto ao mesmo CDB (PETROBRÁS, 2015, s.p.; NOGUEIRA, 2016, s.p.). Além desses financiamentos, em 2014, o CDB também foi responsável pelo aporte de US\$4,7 bilhões para a construção

---

<sup>96</sup> Outros grandes receptores de investimentos de bancos comerciais chineses são o Equador (US\$7,3 bilhões) e a Venezuela (US\$42,5 bilhões) (WU e WEI, 2014, p. 792).

de duas usinas hidrelétricas na Patagônia<sup>97</sup> (ATAOLA e LOUGH, 2014, s.p.).

Vale destacar, por fim, que em conjunto com o Brasil, a RPC compôs, a partir de 2009, o fórum dos BRICS, cujos objetivos são coordenar as ações em organismos internacionais - sobretudo no G-20 e no CSNU - e formar uma agenda de cooperação entre seus membros em diversos temas<sup>98</sup> (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2015, s.p.). Mais recentemente, a China apresentou papel preponderante na construção e financiamento do Novo Banco de Desenvolvimento do grupo, cuja sede será em Shanghai; assim como em seu Arranjo Contingente de Reservas<sup>99</sup>. Tais instituições tendem a ampliar os investimentos no Brasil, assim como a proporcionar novas proteções à volatilidade dos sistemas monetário e financeiro internacionais.

### **2.3. Ascensão chinesa e intensificação das relações com a América do Sul: quais as consequências?**

Como o processo de desenvolvimento chinês coordenado pelo Estado e a maior presença da RPC na América Latina influenciaram os países da região? De modo geral, a mera ascensão chinesa e a intensificação das suas relações com a região ocasionaram alterações expressivas no comportamento de diferentes atores domésticos e dos Estados latino-americanos. Conforme observaram Bonilla e Milet (2015), [...] no nível do Estado e das políticas domésticas e no caso de todos países da região [latino-americana], a presença chinesa [...] impacta no desenvolvimento das suas economias e na estrutura política. Em vários casos transforma a

---

<sup>97</sup> Para diversos outros exemplos de concessão de empréstimos de bancos chineses para os setores de energia e de extração e transporte de recursos naturais e matérias primas, ver Gallagher e Irwin (2015).

<sup>98</sup> Os encontros informais de representantes de Brasil, Rússia, Índia e China (ainda sem a África do Sul) datam de 2006 (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2015, s.p.). Todavia, é somente em 2008 que a primeira reunião formal entre diplomatas e autoridades diversas ocorre (Idem, 2015). No ano posterior, reuniões de cúpula são conduzidas por chefes de Estado e de governo (Idem, 2015).

<sup>99</sup> Um exemplo da importância da China para essas instituições se refere a sua posição de investidor de US\$41 bilhões dos US\$100 bilhões disponíveis inicialmente no Arranjo Contingente de Reservas (RT, 2014, s.p.).

infraestrutura física (por exemplo, através do investimento no setor de petróleo, canais de navegação, portos, rodovias, hidrelétricas, etc. ); gera novos negócios, atores sociais e culturais que se expressam nos processos políticos individuais e nas agendas de decisão não apenas das chancelarias, mas [também] na política dos ministérios da produção, na política monetária, etc. [A presença chinesa na região] determina como são projetados e construídos todas as políticas comerciais [tanto] no mercado doméstico como no inter-regional, mas também em áreas de fronteira e nas relações com os grupos integração e vizinhos. Além disso, [ocorrem] alterações sérias e permanentes da estrutura dos processos políticos internos dos atores, seus interesses e instrumentos utilizados para fazer política (p. 12, tradução nossa).

Com uma percepção semelhante, Barbosa (2011) afirma que

[...] a China aparece como produto de uma aliança exitosa entre capital local, nacional e transnacional, estruturada no âmbito do estado, desorganizando por meio de seu dinamismo econômico, vertical e horizontal, as estruturas econômicas e sociais dos países do Norte e do Sul, e acarretando, por sua vez, um conjunto de reações. O resultado desse embate encontra-se, todavia, indefinido (p. 294).

De acordo com as interações históricas apresentadas nesse capítulo e com as observações supracitadas de Bonilla e Milet (2015) e Barbosa (2011), é possível inferir que a RPC apresentou, no período 2001-2015, relações crescentes de exercício de *poder estrutural*<sup>100</sup> com os países sul-

---

<sup>100</sup>Segundo Strange (1994, 1996), a disciplina de Relações Internacionais devota muita atenção a noção dahliana de poder que, por sua vez, trata o poder como a alteração do comportamento de um ator pela ação de outro (DAHL, 1957). Segundo a autora, o poder também apresenta uma outra dimensão – muito mais significativa ao funcionamento do sistema internacional contemporâneo – conceituada por ela como “poder estrutural” (STRANGE, 1994, p. 24-25). O exercício de poder estrutural, para Strange (1994, 1996), ocorre quando um ator molda e/ou determina as estruturas da economia política global em que os Estados, suas instituições políticas, seus empreendimentos econômicos e seus cientistas e profissionais operaram (Idem, 1994). Isso significa que o poder estrutural é exercido quando um ou alguns atores – tanto os Estados quanto o Mercado - conseguem influenciar a criação e manutenção de certas normas

americanos. Isso porque, dentre outros desdobramentos, a China crescentemente moldou o *framework* pelo qual os políticos e agentes privados latino-americanos operam; foi decisiva para a alteração dos interesses e expectativas de diversos atores políticos; e impactou de maneira substancial em muitos indicadores socioeconômicos das nações da América do Sul.

Outras consequências para a região nesse momento histórico são percebidas no nível macroeconômico. A reascensão e a maior presença chinesa na região são responsáveis por mudanças no comportamento do vigor econômico latino-americano exibido, sobretudo, ao longo dos anos 2000. Nesse sentido, como afirma Barbosa (2009), “vale lembrar que é justamente n[o] cenário de ascensão chinesa que as economias latino-americanas voltam a apresentar dinamismo econômico, pelo menos até a crise internacional, que se faz sentir sobre a região desde fins de 2008” (p. 212). Como será visto no capítulo posterior, o processo de reascensão chinesa e a intensificação das relações sino-sul-americanas também vem desencadeando variações substanciais nos termos de troca das nações sul-americanas e vem impactando a organização produtiva dos países da região.

Conforme visto na segunda seção do presente capítulo, a China continental foi um importante investidor nas infraestruturas da região num contexto de dificuldades de captações de empréstimos externos com as instituições financeiras internacionais ou com os países centrais. De acordo com Cunha, Lélis e Bichara (2012), o comportamento mais ativo da RPC nos investimentos na região latino-americana se deu com o objetivo de compensar a diminuição relativa do desempenho econômico dos países centrais no auge dos efeitos sistêmicos da crise financeira internacional de 2007-08. Nesse contexto, os investimentos chineses na AL procuraram, à época, facilitar a inserção chinesa na região a fim de garantir o suprimento dos recursos naturais, assim como ter um melhor

---

internacionais e domésticas que moldam o comportamento dos demais atores de formas específicas. Em outras palavras, o poder estrutural “[...] confere o poder de decidir como as coisas deverão ser feitas, o poder de moldar o *framework* no qual os Estados se relacionam uns com os outros, se relacionam com pessoas, ou se relacionam com interesses corporativos” (STRANGE, 1994, p. 25). De modo geral, para Strange (1994), o poder estrutural de diferentes instituições incide sobre quatro estruturas sociais inter-relacionadas entre si: a segurança; a produção; o crédito; e as ideias, crenças e conhecimentos. Nesse raciocínio, a autoridade política que apresentar controle sobre cada uma dessas estruturas será, então, responsável pela alteração de uma série de comportamentos dos outros atores, e por conseguinte, exercerá poder estrutural.



acesso a esses mercados que apresentavam uma tendência de contínuo crescimento (CUNHA, LÉLIS e BICHARA, 2012, p. 210). Vale lembrar que o apoio financeiro chinês às nações subdesenvolvidas foi um facilitador do acesso privilegiado chinês aos mercados e recursos naturais latino-americanos. Isso porque a China frequentemente não exige condicionalidades semelhantes às colocadas pelos governos centrais e instituições multilaterais - como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (Idem, 2012, p. 213).

Vale ressaltar que a despeito da RPC frequentemente pedir menos condicionalidades que os países centrais e as organizações financeiras internacionais, Pequim barganha por vantagens econômicas e/ou políticas ou recompensa a atuação de certos países pelas suas atitudes no cenário internacional. O apoio dos países latino-americanos às ações da diplomacia chinesa nos organismos multilaterais ou a mera aceitação tácita do envolvimento chinês na região como legítimo podem ser citados como contrapartidas aos seus investimentos na região. Além disso, a RPC exerceu poder em situações de busca de reconhecimento diplomático com alguns países da América Central e Caribe para a marginalização das relações dessas nações com a República da China (Taiwan)<sup>101</sup>.

---

<sup>101</sup> O maior número de países que reconhecem a República da China (Taiwan) como governo legal da China se encontra na América Latina. Assim, onze países da América Central (Belize, Costa Rica, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, El Salvador, República Dominicana, Haiti, Saint Kitts e Nevis e São Vicente e as Granadinas) e o Paraguai não apresentam relações diplomáticas permanentes e oficiais com a RPC (SHIXUE, 2008, p. 37). Desde os anos 1990, ações mais assertivas quanto à política de uma única China (“*one China policy*”) se intensificaram por parte da RPC (CARLETTI, 2013, p. 30). Tal política reivindica a retomada de Taiwan e demais ilhas sob posse do Guomindang e rejeita soluções de formação de “duas Chinas” ou de “uma China e uma Taiwan”<sup>101</sup>. Com o objetivo de assegurar suas reivindicações, o princípio de “uma nação, dois sistemas” foi introduzido pela RPC, apresentando certo êxito imediato com a reincorporação de Hong Kong em 1997 e Macau em 1999<sup>101</sup> (VISENTINI, 2011, p. 133). Ademais, o princípio da não interferência nos assuntos internos (um dos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica enunciados por Zhou Enlai em 1953) vem sendo cada vez mais exaltado pelos formuladores de política externa de maneira a não permitir que outras nações intervenham no tema. Além dessas medidas políticas, a China continental vem levando a cabo casos de exercício de poder deliberados a fim de marginalizar e isolar politicamente a República da China (Taiwan) no plano internacional. Em alguns casos na década de 1990, a RPC se utilizou do seu poder de veto no CSNU para impedir que operações de paz fossem levadas a cabo na Macedônia<sup>101</sup> e na Guatemala, além de impedir a extensão da operação de paz das Nações Unidas

Por sua vez, o *timing* dos investimentos chineses na região usualmente amplifica os efeitos políticos da alocação desses recursos. Isso porque algumas economias sul-americanas apresentam persistentes problemas fiscais, nas contas externas e de acúmulo de poupança doméstica e, portanto, não são capazes de investir em suas respectivas infraestruturas econômicas de maneira autônoma. Nesse cenário, o prosseguimento do fornecimento de investimentos chineses mesmo em situações políticas e econômicas problemáticas por parte dos países sul-americanos angaria legitimidade política à RPC. Dessa forma, a despeito de uma maior projeção da China na região e da existência de episódios de exercício de poder, os países sul-americanos (e, de modo geral, os subdesenvolvidos) costumam avaliar tal envolvimento como positivo (CARLETTI, 2013, p. 32). Assim, o aumento da presença chinesa na região não é questionado ou avaliado de maneira crítica pelos políticos, ao menos na esfera pública. Muito pelo contrário, os governantes latino-americano frequentemente atuam de maneira permissiva ou proativa aos maiores vínculos chineses com as nações e com as sociedades sul-americanas sem maiores questionamentos públicos.

Mesmo assim, muitas dessas relações de poder não passaram despercebidas por diferentes atores – sobretudo pelos Estados Unidos, os maiores críticos do maior envolvimento chinês com a América Latina (COYER, 2016). De maneira a esclarecer o seu maior relacionamento com a região latino-americana, o Conselho de Estado chinês publicou, em 2008, o *China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean* (THE STATE COUNCIL OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA, 2008). Tal publicação trata das diversas dimensões que perpassam o

---

no Haiti por esses países manterem relações oficiais com a República da China (Taiwan) (MITCHELL, 2007, p. 114). Em outros casos mais frequentes, incentivos econômicos vêm sendo conferidas àquelas nações que reconhecem politicamente a China comunista em detrimento a Taiwan. Assim, de maneira a aumentar a influência na região caribenha, a RPC vem se engajando em diversas estratégias de *statecraft* financeiro positivo, ou seja, aquelas destinadas a alterar o comportamento dos demais atores através da oferta de recompensas (ou seja, não fazendo uso de sanções). Para tal, a China ingressou no Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC) como um membro não regional (SHIXUE, 2008, p. 36). Nessa instituição, a China detém 5,64% das ações totais do banco, além de já ter contribuído com mais US\$7 milhões para o Fundo Especial de Desenvolvimento (CARIBBEAN DEVELOPMENT BANK, 2015). Além disso, em 2003, o Conselheiro de Estado da China Wu Yi visitou oito países caribenhos para assinar diversos acordos nas áreas de agricultura, energia e transferência tecnológica (SHIXUE, 2008, p. 36)

relacionamento da RPC com a AL – política, econômica, cultural e social – e enuncia uma série de princípios que supostamente pautam esse relacionamento<sup>102</sup>.

Tal documento afirma que a RPC e os países latino-americanos se encontram sob o mesmo estágio de desenvolvimento e enfrentam situações semelhantes em suas respectivas trajetórias ao desenvolvimento (THE STATE COUNCIL OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA , 2008). Assegura também o seu comprometimento com o estabelecimento de relações mutuamente benéficas (“*win-win strategy*”) e de desenvolvimento recíproco às partes envolvidas (Idem, 2008). Concomitantemente, afirma se basear nas forças de cada um para aumentar o progresso comum e intensificar as trocas comerciais e financeiras. Alega, nesse sentido, que a RPC vai procurar se relacionar com seus pares latino-americanos com “[...] espírito de equidade e benefício mútuo para expandir e balancear o comércio nos dois lados e melhorar a estrutura de comércio para atingir o desenvolvimento comum” (Idem, 2008, tradução nossa). Além disso, em tal documento foram dadas considerações positivas à conclusão de acordos de livre-comércio chineses com países e processos regionais de integração latino-americanos (Idem, 2008). Por fim, de maneira imprecisa, justifica a

---

<sup>102</sup> Escrito em inglês, tal documento não é direcionado apenas aos países latino-americanos, mas sobretudo aos Estados Unidos, os maiores críticos do aprofundamento das relações da China com a região. Na realidade, uma das principais preocupações do governo chinês é evitar consequências geopolíticas da sua expansão à América Latina, sobretudo em relação aos Estados Unidos (LANXIN, 2008, p. 52). Assim, nessa declaração, a China reafirma, dentre outras coisas, os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica enunciados por Zhou Enlai em 1953 como condutores da sua política externa, assegura seu comprometimento com o seu projeto de “desenvolvimento pacífico” e afirma seu comprometimento com a construção de um “[...] mundo harmonioso de paz e prosperidade comum” (THE STATE COUNCIL OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA , 2008, s.p., tradução nossa). No que tange ao seu relacionamento com a região latino-americana, o *China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean* anunciou a necessidade de aceitação da “*one China principle*” como base política para o estabelecimento de relações bilaterais (THE STATE COUNCIL OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA , 2008, s.p.). Para mais detalhes e considerações, ver o documento original em The State Council of the People's Republic of China (2008).

“cooperação amigável” da China com a América Latina como algo que tende a contribuir significativamente para “[...] a paz e para o desenvolvimento da humanidade” (Idem, 2008, tradução nossa).

Em suma, com tal documento, o governo chinês busca ressaltar o tom pragmático da sua política externa com a região latino-americana e trata dos aspectos que julga serem positivos nesse relacionamento. Conforme visto no presente capítulo, no entanto, é difícil caracterizar as relações sino-latino americanas de acordo com alguns dos pressupostos apresentados pelo *China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean*. A concepção de que os países latino-americanos e a China partem do mesmo nível de desenvolvimento e, em conjunto, buscarão o desenvolvimento dificilmente se verifica na realidade, sobretudo porque a RPC se encontra numa posição muito mais vantajosa nas cadeias de produção global, na diversificação produtiva e no domínio sobre patentes e processos que envolvem o desenvolvimento e uso de tecnologia avançada.

Além disso, a ideia de relações mutuamente benéficas (“*win-win strategy*”) e de desenvolvimento recíproco às partes envolvidas carece de maiores explicações. Isso porque, conforme será melhor visto no capítulo posterior, o maior envolvimento comercial entre a RPC e a América Latina envolve setores econômicos domésticos que se beneficiam e outros que são mais prejudicados. Os setores econômicos latino-americanos mais afetados pela concorrência chinesa são majoritariamente os industriais, especialmente os intensivos em mão de obra. Por outro lado, os produtos mais estimulados pela demanda chinesa foram basicamente aqueles intimamente ligados ao setor primário, justamente os menos dinâmicos. Nesse ponto há certa probabilidade de que relações de dependência, influência e/ou dominação sejam criadas a partir das trocas interestatais desiguais<sup>103</sup>. Isso significa que, a despeito das intenções

---

<sup>103</sup> Através do estudo das estratégias de comércio da Alemanha no período entre guerras, Hirschman (1980) demonstrou como as relações de comércio assimétricas podem conferir benefícios ao Estado com maiores capacidades econômicas. Enquanto o comércio entre um país com menos recursos e outro com mais capacidades pode representar uma grande porcentagem do comércio total do primeiro, para o último essa relação geralmente apresenta apenas uma fração das suas trocas internacionais. Essa relação assimétrica desencadeia, portanto, uma possibilidade de exploração por parte do Estado de maiores capacidades materiais para com o com menos recursos, visto que qualquer interrupção total ou parcial do comércio afeta mais o segundo do que o primeiro (HIRSCHMAN, 1980, p. 26-27)<sup>103</sup>. Ademais, para Hirschman (1980), o comércio internacional também frequentemente desencadeia episódios de influência sobre a política

supostamente positivas de aumento das trocas e liberalização do comércio, a própria estruturação de um comércio desigual tende a levar a desequilíbrios na capacidade de exercício de poder favorecendo o lado com mais recursos econômicos. Dessa forma, a ideia de que as relações entre a RPC e diferentes países sul-americanos possa se dar de maneira benéfica aos lados envolvidos dificilmente tende a se verificar na realidade a longo prazo.

Muitas dessas questões das relações políticas e econômicas entre a RPC e a América do Sul serão melhor aprofundadas no capítulo posterior. No caso a ser estudado, busca-se verificar se a ascensão chinesa e a intensificação das relações da RPC com diversos países sul-americanos – fenômenos descritos no presente capítulo - culminaram em variações na

---

doméstica de demais nações e, por consequência, na formação dos interesses privados e oficiais. O aprofundamento das relações comerciais e/ou a formação de um tratado de livre comércio entre um Estado com mais recursos econômicos e outro com menos, por exemplo, tende a alterar os mecanismos pelo qual o Estado com menores capacidades materiais percebe seus próprios interesses (HIRSCHMAN, 1980, p. 29). Especificamente, esses interesses tendem a convergir com o parceiro com maiores recursos econômicos visto que a participação no acordo tende a favorecer aqueles setores sociais domésticos que se beneficiam dessa nova configuração e marginalizar os demais nos Estados com menores capacidades econômicas (Idem, 1980; KIRSHNER, 2006, p. 149-150). Ao passo em que esse modelo de relação é sustentado e aprofundado, “[...] as relações de poder, interesses e incentivos entre firmas, setores e coalizões políticas no Estado de menores recursos econômicos irão crescentemente refletir essas novas realidades” (KIRSHNER, 2006, p. 150, tradução nossa). Quando utilizada de maneira deliberada pelo Estado com mais recursos, essa dinâmica implica “[...] numa especialização intensiva da economia do parceiro comercial que impede uma diversificação das exportações do parceiro para certas regiões e produtos” (HIRSCHMAN, 1980, p. 29). Por fim, os termos de troca representam outro aspecto importante para a conformação de relações de poder a partir do comércio para Hirschman (1980). Uma nação industrializada e com posse de recursos extensos e diversificados pode determinar o que exportar e escolher os países da qual importa seus insumos e outros produtos (HIRSCHMAN, 1980, p. 24-25). Ao possuir uma posição de vantagem competitiva em certos produtos de maior valor agregado, esse Estado pode direcionar seu comércio àqueles países que tem menos vantagens competitivas ou não produzem os mesmos artigos (Idem, 1980). A partir disso, essa relação de comércio tende a apresentar maior influência por parte dos países industrializados e com maiores capacidades econômicas sobre aqueles cujas economias são menos dinâmicas e/ou mais voltadas ao setor primário. Isso porque os primeiros passam a criar obstáculos à industrialização e/ou removem as indústrias existentes do segundo através de um processo de competição (Idem, 1980).

força e no sentido do processo de regionalização sul-americano no período 2001-2015.

### **3. DESDOBRAMENTOS DA REASCENSÃO CHINESA E DA INTENSIFICAÇÃO DAS RELAÇÕES SINO-SUL-AMERICANAS SOBRE A BALANÇA COMERCIAL, O CRESCIMENTO ECONÔMICO E AS CONDIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES SUL-AMERICANAS**

Conforme visto no capítulo anterior, a reascensão chinesa e a intensificação das suas relações com os países sul-americanos/latino-americanos apresentaram uma série de desdobramentos e consequências à região em muitas dimensões nas últimas décadas. Objetiva-se, no presente capítulo, explicar as consequências desses fenômenos sobre os termos de troca, o crescimento econômico e as condições de desenvolvimento das nações sul-americanas. Argumenta-se que, ao menos no período 2001-2015, tais impactos foram decisivos para os tipos de socializações que tais Estados exibiram entre si e, nesse sentido, apresentaram reflexos ao processo de regionalização sul-americano – objeto de análise do capítulo final.

Para cumprir sua finalidade, o presente capítulo foi dividido em três seções. Em cada uma delas, procura-se apresentar, respectivamente, como a reascensão chinesa e a intensificação das suas relações com os países sul-americanos exibiram impactos sobre os termos de troca, o crescimento econômico e as condições de desenvolvimento dos países sul-americanos.

### **3.1. O papel do processo de reascensão chinesa e da intensificação das relações sino-sul americanas na balança comercial e nos termos de troca dos países sul-americanos**

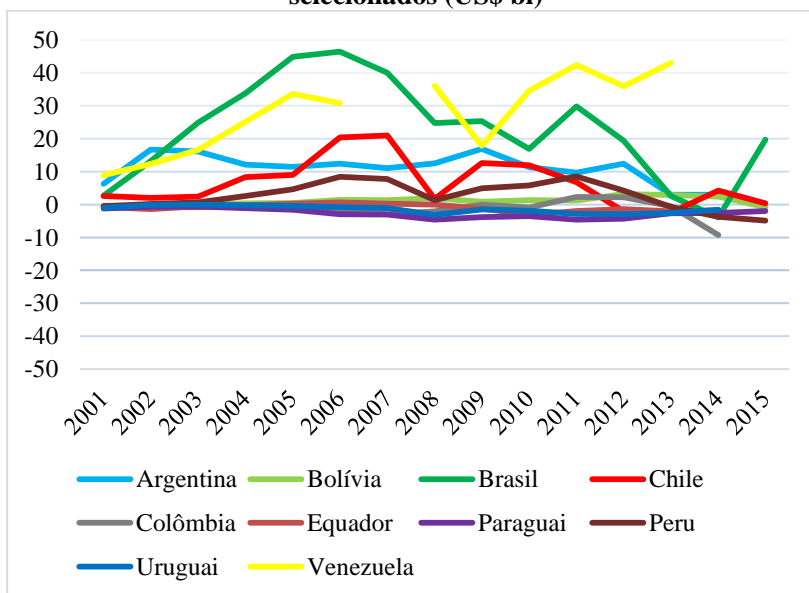
O saldo da balança comercial historicamente representa uma preocupação expressiva de setores da sociedade e dos governos dos países sul-americanos. Por serem majoritariamente exportadores de *commodities* e importadores de produtos industrializados e/ou itens de maior valor agregado, tais nações frequentemente dependem de níveis altos de preços das *commodities* e de crescimento da demanda agregada internacional para que apresentem superávits em sua conta de transações correntes. Caso isso não ocorra, é necessário que ajustes macroeconômicos sejam realizados para que viabilizem superávits na conta capital suficientemente grandes para que o resultado do balanço de pagamentos não seja negativo. Em situações em que os déficits no balanço de pagamentos se tornam persistentes, há crescimento da dívida externa, o que geralmente é um indicativo de maior vulnerabilidade externa e, em muitos casos, de menor autonomia das nações sul-americanas.

Nessa situação de problematização da situação externa, tais Estados geralmente são compelidos a buscarem novos jeitos de se inserir regionalmente e internacionalmente a fim de alterar essa configuração. A partir da perspectiva da lógica “da consequência”, tal cenário geralmente impulsiona buscas estatais por revisões dos processos de regionalização ou até mesmo pode resultar em comportamentos unilaterais ou não cooperativos por parte dos Estados insatisfeitos.

Conforme aponta o Gráfico 4, dois comportamentos principais podem ser observados na balança comercial dos países sul-americanos no período 2001-2015. Primeiramente, percebe-se que a maioria dessas nações apresentaram superávits comerciais expressivos em boa parte dos anos 2000. O alívio das contas externas nesses Estados foi importante tanto para o aumento do senso de autonomia dessas nações, quanto para o prestígio doméstico dos seus governos. Como será melhor trabalhado no capítulo subsequente, tais fatores foram importantes porque tal senso de autonomia permitiu a formatação de regionalismos altamente ambiciosos em seu escopo – como a UNASUL e a Alba – e foi importante para a reforma de outros já existentes – como o MERCOSUL.



**Gráfico 4 - Saldo da Balança comercial de países sul-americanos selecionados (US\$ bi)**



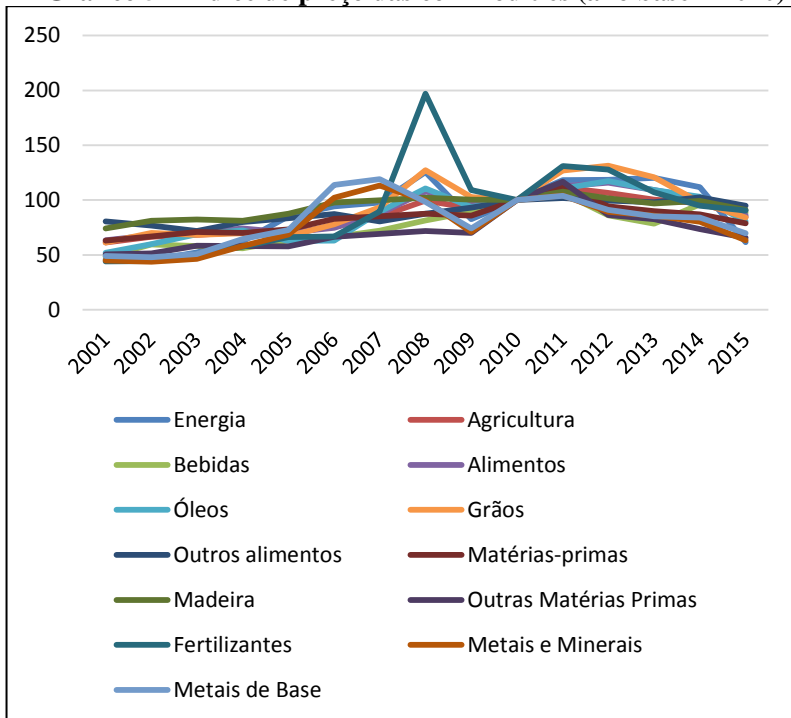
Fonte: Comtrade (2016). Elaborado pelo autor.

No entanto, a partir da crise financeira internacional de 2007-2008, a situação da balança comercial dos países sul-americanos se alterou substancialmente. Nesse cenário, as oscilações entre superávits e déficits se tornou maior ao menos até 2011. Após esse ano, a maioria dos países sul-americanos apresentou tendência de queda de seus superávits comerciais e em alguns casos foram observados saldos negativos em algumas balanças comerciais. Na região, a situação de piora da balança comercial global não foi verificada apenas com a Venezuela.

Os níveis de preço das *commodities* nos mercados internacionais exibem certa responsabilidade por algumas das tendências dos termos de troca das nações sul-americanas no período 2001-2015. Conforme aponta o Gráfico 5, esses preços se alteraram substancialmente nesse momento. De modo geral, existiu uma forte elevação desses valores entre 2002 e 2008. Já em 2009, uma queda significativa foi verificada, enquanto uma intensa recuperação dos níveis de preços se processou nos anos 2010-2012. No período 2012-2015, no entanto, uma nova tendência de queda levou os preços das *commodities* a níveis parecidos aos do começo dos anos 2000. Cabe ressaltar que as projeções do Fundo Monetário

Internacional indicam que os preços das *commodities* devem intensificar sua tendência de queda ao menos nos próximos cinco anos (IMF, 2016, s.p.).

**Gráfico 5 - Índice de preço das commodities (ano base = 2010)**



Fonte: World Bank (2016)

Outra explicação possível da deterioração da balança comercial de muitas nações sul-americanas na segunda metade dos anos 2000 é a suposta elevação propensão marginal a importar dos países latino-americanos, problema histórico na sua relação com economias mais dinâmicas. De acordo com essa argumentação, a cada acréscimo marginal da renda dessas nações existe uma inclinação maior a importar do que observado nas economias centrais. Nesse ponto, o acréscimo do PIB dessas nações verificado ao longo dos anos 2000 – aspecto a ser trabalhado na próxima subseção – poderia ter resultado numa taxa de crescimento das importações desses países superior a das suas exportações.

Mas qual foi o papel da RPC na configuração da balança comercial sul-americana ao longo dos anos 2001-2015? Inicialmente, é importante ressaltar o caráter exportador de *commodities* dos países sul-americanos e importador dos mais variados produtos chineses – sobretudo manufaturados<sup>104</sup>. Essas configurações são importantes porque os preços das *commodities* tendem a oscilar de acordo com certos eventos internacionais e com as expectativas dos agentes econômicos. Nesse aspecto, as nações sul-americanas são geralmente vulneráveis ao ambiente externo. Já a precificação dos produtos manufaturados frequentemente leva em conta o nível de sofisticação e do valor agregado desses itens no processo de produção. Desse modo, as oscilações dos preços existentes nos produtos exportados pelos países sul-americanos não são geralmente encontradas naqueles artigos geralmente exportados pela RPC.

Conforme aponta a Quadro 2, verificou-se um crescimento expressivo da participação da RPC no total do comércio exterior dos países sul-americanos no período 2001-2013<sup>105</sup>. Nota-se que as importações dos países sul-americanos contemplaram cada vez mais os artigos produzidos na RPC nesse momento histórico. Esse aspecto é importante porque elucida o quanto o processo de reascensão chinesa verificado até então tendeu a atingir os mais diferentes mercados nacionais sul-americanos<sup>106</sup>.

---

<sup>104</sup> Pela grande quantidade de Gráficos e Quadros exibidos nesse capítulo, optou-se por exibir a pauta de exportações e importações no Anexo 3 do presente trabalho.

<sup>105</sup> Os valores dos anos 2014 e 2015 não foram encontrados para todos os países analisados na mesma base de dados. Dessa forma, preferiu-se efetuar análise até o último ano com todos os valores presentes na mesma base de dados.

<sup>106</sup> Nesse sentido, o Paraguai, por exemplo, não possui relações diplomáticas oficiais com a RPC e, mesmo assim, exibiu quase 15% do total das suas importações providas da China. Por sua vez, Peru e Uruguai – os países que mais importam da RPC – exibiram, respectivamente, cerca de 20% e 25%, do total das suas importações providas da RPC em 2013.

**Quadro 2 – Participação da RPC no total comercializado pelos países sul-americanos**

	<b>Participação da RPC no total das importações sul-americanas (2001)</b>	<b>Participação da RPC no total das importações sul-americanas (2013)</b>	<b>Participação da RPC no total das exportações sul-americanas (2001)</b>	<b>Participação da RPC no total das exportações sul-americanas (2013)</b>
<b>Argentina</b>	2,16%	11,42%	6,30%	8,26%
<b>Bolívia</b>	0,57%	4,35%	0,71%	5,28%
<b>Brasil</b>	2,32%	14,82%	4,22%	22,66%
<b>Chile</b>	4,35%	17,09%	8,08%	26,16%
<b>Colômbia</b>	1,67%	11,60%	0,21%	6,10%
<b>Equador</b>	1,76%	-	0,52%	2,86%
<b>Paraguai</b>	7,28%	14,35%	0,13%	0,50%
<b>Peru</b>	7,30%	19,75%	2,41%	14,29%
<b>Uruguai</b>	9,18%	25,63%	3,12%	21,18%
<b>Venezuela</b>	1,75%	6,89%	0,89%	29,19%

Fonte: Comtrade (2016). Elaborado pelo autor.

A concentração das exportações sul-americanas no mercado chinês também é outro aspecto relevante do período 2001-2013. Países como Brasil, Chile, Uruguai e Venezuela apresentaram mais de um quinto do total das suas exportações direcionadas à RPC em 2013. Conforme afirmado previamente, esse fenômeno é preocupante, sobretudo pela necessidade da continuidade do dinamismo chinês para a ocorrência de melhora nos termos de troca dos países sul-americanos. A Argentina, por sua vez, apresentou nos mercados regionais e nos países centrais os seus principais destinos comerciais e, por isso, seu crescimento da participação das vendas ao mercado chinês foi aquém dos seus vizinhos. Por não apresentar relações diplomáticas oficiais com a RPC, o Paraguai

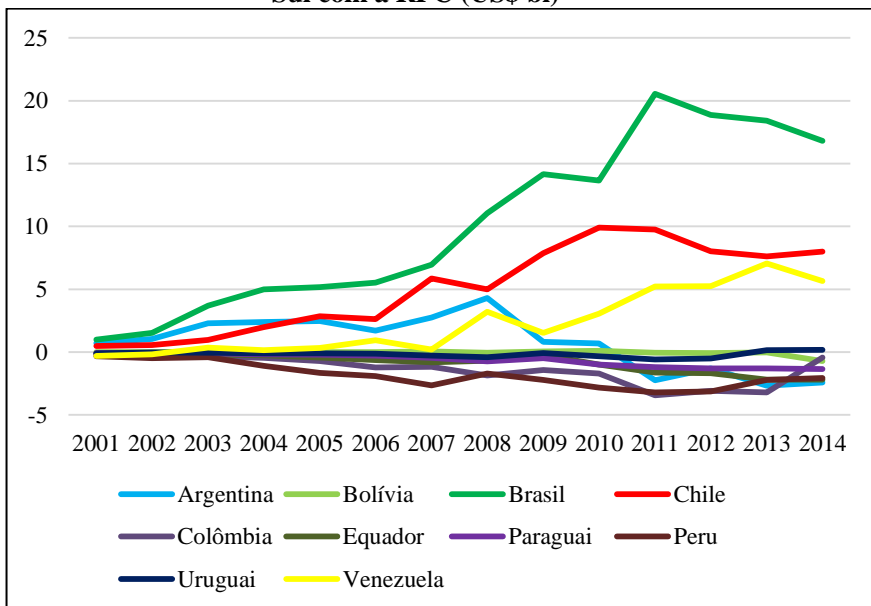
igualmente não exibiu aumentos muito substanciais da participação do mercado chinês na totalidade de suas exportações<sup>107</sup>.

Conforme pode ser observado no Gráfico 6, os países sul-americanos exibiram três características principais em suas respectivas balanças comerciais ao longo do período 2001-2014 no seu relacionamento com a RPC. Primeiramente, Brasil, Chile e Venezuela apresentaram superávits expressivos no comércio com a RPC ao longo desses anos. Para o Brasil, por exemplo, isso significou certo alívio na sua tendência à déficit comercial total (conforme visto no Gráfico 4) verificada a partir da crise financeira internacional de 2007-08. A Argentina, por sua vez, iniciou a década de 2000 com superávits comerciais significativos com a RPC, mas após o desenrolar da crise financeira internacional de 2007-08, passou a demonstrar déficits cada vez mais significativos no seu comércio bilateral com a RPC. Por fim, todos os demais países sul-americanos exibiram déficits comerciais que foram paulatinamente ampliados ao longo dos quatorze anos analisados, o que aumentou as dificuldades nas contas externas. Em algumas nações, como o Peru e Equador, por exemplo, ao fim do período analisado, o montante do déficit no comércio com a RPC é muito similar ao total do déficit comercial total que essas nações exibem.

---

<sup>107</sup> Cabe ressaltar que as importações e exportações chinesas para os países selecionados na Quadro 2 se situaram em 2015 abaixo de 1% do total das trocas comerciais da China. A exceção dentre esses foi o Brasil. Com essa nação, a RPC apresenta pouco mais de 2% das relações comerciais totais. Isso, dentre outras coisas, evidencia o quanto o comércio sino-latino-americano, de modo geral, é muito mais significativo aos países da região do que para a China continental.

**Gráfico 6 - Saldo da Balança Comercial de países da América do Sul com a RPC (US\$ bi)**



Fonte: Comtrade (2016). Elaborado pelo autor.

A importância do comércio sino-sul-americano para o resultado geral da balança comercial das nações da América do Sul foi muito mais expressiva após a crise financeira internacional de 2007-2008, sobretudo após 2011. Nesse cenário, a paralisação momentânea das economias centrais tornou a RPC mais assertiva na sua busca por mercados relativamente dinâmicos que, à época, poderiam, em tese, sustentar o seu nível de crescimento econômico. A partir desse marco temporal, as respostas do Estado chinês tenderam a colocar a América Latina como um importante destino da sua internacionalização, inclusive no que tange à diversificação das suas exportações e ampliação dos mercados regionais subexplorados (Idem, 2012). Isso resultou numa maior pressão sobre a balança comercial dos países sul-americanos e na intensificação da competição de firmas chinesas com muitas indústrias nacionais latino-americanas (CUNHA, LÉLIS e BICHARA, 2012, p. 210).

Como se pode observar a partir da Quadro 3, o comércio sino-sul-americano apresentou, na maioria dos casos, pouca representação para o resultado total da balança comercial dessas nações *no período 2001-2011*. Isso porque o índice de correlação entre o resultado da balança comercial

sul-americana total e o resultado da balança comercial sino-sul-americana em tais anos aproximou-se, em várias situações, de valores negativos ou próximos a zero. Isso pode ser explicado por dois motivos principais. Primeiramente, cabe lembrar que há um controle chinês sobre suas compras e vendas externas decorrente do grande domínio do Estado sobre a economia. Nesse cenário, a RPC pode se dispor a ajudar na melhora das contas externas de seus aliados políticos, especialmente em períodos de crescimento da demanda mundial pelas exportações chinesas.

**Quadro 3 – Índice de Correlação entre o Resultado da Balança Comercial Sul-Americana com o mundo e o Resultado da Balança Comercial sino-sul-americana**

	2001-2004	2005-2008	2009-2011	2012-2014
<b>Argentina</b>	0,436	0,269	0,708	0,988
<b>Bolívia</b>	0,497	-0,37	0,052	0,88
<b>Brasil</b>	0,979	-0,993	0,806	0,848
<b>Chile</b>	0,949	-0,044	-0,545	0,472
<b>Colômbia</b>	-0,366	0,589	-0,925	-0,962
<b>Equador</b>	-0,41	0,202	0,414	0,915
<b>Paraguai</b>	0,209	0,946	0,545	-0,676
<b>Peru</b>	-0,963	-0,588	-0,925	-0,97
<b>Uruguai</b>	0,548	0,919	0,98	0,736

Fonte: Comtrade (2016). Elaborado pelo autor.

Em segundo lugar, a literatura especializada também aponta outro aspecto importante. Nota-se que, a despeito dos preços das *commodities* seguirem tendências mais ou menos conjuntas ao longo do tempo, a dispersão de alguns de seus valores é algo importante também a ser considerado. Nesse aspecto, alguns países sul-americanos – dentre eles o Brasil - conseguiram apresentar superávits comerciais com a RPC após a crise financeira internacional de 2007-08 especialmente pelo efeito da “loteria de commodities” (BARBOSA, 2011, p. 286). Tal termo denota as dotações dos recursos que são característicos a cada nação. Assim, cada *commodity* necessita de processos produtivos anteriores e posteriores distintos; enfrenta diferentes tipos de elasticidade na demanda; e, por fim, pode ou não ser substituída sinteticamente (GONZÁLEZ, 2008, p. 151). No relacionamento com a RPC, esses fatores vêm sendo importantes

porque os países sul-americanos “vencedores” nessa “loteria” tendem a apresentar melhoras na situação de suas trocas bilaterais do que em relação aos “perdedores” (BARBOSA, 2011, p. 286). Essa hipótese, no entanto, parece ser menos significativa. Isso porque países com pautas exportadoras e importadoras semelhantes – como Chile e Peru – apresentam resultados amplamente diferentes nas suas respectivas balanças comerciais com a RPC<sup>108</sup>.

Conforme exhibe Quadro 3, diferentemente da década anterior, o índice de correlação entre os resultados das balanças comerciais dos países sul-americanos com o mundo e com a RPC foi altíssimo no período 2012-2014, apresentando apenas exceções nos casos do Paraguai<sup>109</sup> da Colômbia<sup>110</sup> e Peru. De modo geral, essa alta correlação corrobora a hipótese de Cunha, Lélis e Bichara (2012) de que a maior assertividade chinesa sobre a região no contexto pós crise financeira global resultou, dentre outras coisas, em deterioração nos termos de troca dos países sul-americanos. Cabe lembrar também que, conforme exibido no Gráfico 5, foi a partir de 2012 que os preços das *commodities* nos mercados internacionais iniciaram uma tendência de queda significativa. Desse modo, nesse período específico, a maior busca chinesa por mercados que sustentassem o seu crescimento econômico e a diminuição dos preços dos seus produtos exportados implicaram significativamente a piora dos resultados das balanças comerciais de muitos países sul-americanos.

---

<sup>108</sup> Conforme afirmado anteriormente, os principais produtos presentes nas pautas de importação e exportação dos países sul-americanos com a RPC encontram-se no Anexo 3 do presente trabalho.

<sup>109</sup> O índice de correlação dos respectivos resultados das balanças comerciais tende a ser baixo com o Paraguai pelo fato desse país não exibir exportações significativas à RPC, sobretudo, por não haver reconhecimento político formal e relações diplomáticas estabelecidas entre ambos os Estados.

<sup>110</sup> A Colômbia é tipicamente uma nação que, por muito tempo, exibiu paralização em suas relações com a RPC. Foi somente a partir de meados dos anos 2000, sob o governo Uribe, que as relações bilaterais foram relançadas. De modo geral, a economia colombiana continua muito mais atrelada aos EUA do que à RPC. Isso é evidenciado a partir da Quadro 2, em que se pode constatar que cerca de 11% das importações e 6% das exportações colombianas são destinadas à RPC.



### **3.2. O papel do processo de reascensão chinesa e da intensificação das relações sino-sul americanas sobre o crescimento econômico das nações da América do Sul**

Assim como os resultados da balança comercial, o nível de crescimento econômico usualmente é um importante indicativo do sucesso de um certo modelo de inserção externa. A partir de um *framework* que envolva a lógica “da consequência”, é de se esperar que os Estados que não exibam níveis satisfatórios de atividade econômica passem a buscar revisões do modo pelo qual estão inseridos internacionalmente e regionalmente. Dessa forma, as nações insatisfeitas procuram renegociar os termos previamente acordados regionalmente ou ainda podem adotar comportamentos não cooperativos com os países vizinhos.

À primeira vista, todavia, o nível de crescimento econômico não parece ser uma variável responsável das variações na força e no sentido do processo de regionalização sul-americano. Diferentemente do resultado das balanças comerciais de muitos países sul-americanos, os índices de crescimento econômico dessas nações se mantiveram relativamente estáveis durante o período 2001-2014. Conforme pode ser observado na Quadro 4, a maioria dos países sul-americanos conseguiu sustentar taxas expressivas de aumento do seu PIB ao longo desses anos. Até mesmo com a crise financeira internacional de 2007-08, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai e Uruguai conseguiram manter ou ampliar suas taxas de crescimento econômico. A princípio, portanto, a sustentação do crescimento das economias sul-americanas em níveis relativamente altos não seria a justificativa para supostas revisões e renegociações do processo de regionalização sul-americano.

**Quadro 4 – Taxa Média de Crescimento Econômico de nações sul-americanas (2001-2014)**

	2001-2006 (%)	2007-2011 (%)	2012-2014 (%)
Argentina	3,61	4,83	1,42
Bolívia	3,19	3,61	5,76
Brasil	3,15	4,16	1,60
Chile	2,51	4,42	4,76
Colômbia	3,89	3,51	5,02
Equador	5,43	3,81	4,63
Paraguai	2,56	5,67	6,00
Peru	3,73	5,68	6,01
Uruguai	0,67	4,91	4,02
Venezuela	4,35	1,87	2,04

Fonte: World Bank (2015). Elaborado pelo autor.

Cabe ressaltar, todavia, que essa é uma leitura parcial sobre o papel da variação do crescimento econômico nas alterações do processo de regionalização sul-americano. Isso porque os incentivos a se repensar a inserção regional foram relativamente altos especialmente pelo baixo crescimento das economias brasileira e argentina. Vale lembrar que, de acordo com o primeiro capítulo, muitas economias sul-americanas competem entre si em terceiros mercados, especialmente por produzirem basicamente *commodities*. Por serem as maiores e mais complexas economias da região, Brasil e Argentina são justamente as que mais adquirem produtos dos seus respectivos vizinhos. Desse modo, essas nações representam, em certa medida, as principais propulsoras da intensidade do comércio regional. Logo, quaisquer reduções nos seus respectivos desempenhos econômicos frequentemente ocasionam diminuição das suas importações – inclusive dos seus parceiros regionais. A desvalorização cambial brasileira processada com mais intensidade a partir de setembro de 2014 também contribuiu decisivamente para que as exportações dos parceiros regionais ao Brasil fossem significativamente reduzidas. A partir desse cenário, num contexto de dificuldades das exportações regionais para Argentina e Brasil, a insatisfação com os encaminhamentos regionais de muitos países sul-americanos, em tese, se intensificaria.

Apesar desses resultados, considera-se que o processo de reascensão chinesa e da intensificação das relações sino-sul-americanas

apresentaram estímulos sobre os resultados do crescimento econômico dos países da região, ao menos no curto prazo. Em estudo recente, Cesa-Bianchi *et al.* (2011) se utilizam de modelagem macroeconômica para afirmar que a RPC é o país que mais vem alterando os ciclos de negócios latino-americanos. Em média, para os autores, o desempenho econômico chinês aumentou em cerca de três vezes as suas repercussões sobre o crescimento dos países sul-americanos desde meados da década de 1990 (CESA-BIANCHI, PESARAN, *et al.*, 2011, p. 4). Segundo os autores, isso explica, em grande medida, como as economias latino-americanas conseguiram sustentar um nível de crescimento expressivo no cenário pós-crise financeira global (Idem, 2011).

As tendências de médio e longo prazo do processo de reascensão chinesa e da intensificação das suas relações com os países sul-americanos não necessariamente ocasionam crescimento econômico dos países da região. Isso ocorre por três motivos principais. Primeiramente, o maior atrelamento dos ciclos de negócios latino-americanos com o desempenho econômico da RPC significa que o crescimento do PIB das nações da região depende cada vez mais do aumento da demanda chinesa por seus produtos. Nesse ponto, caso a demanda se estabilize ou diminua, os reflexos ao aumento do PIB sul-americano tendem a ser significativos.

Em segundo lugar, cabe lembrar que os preços das *commodities* encontram-se em queda, de acordo com o Gráfico 5 e com previsões do IMF (2016). Isso significa menor valor pela mesma quantidade de produto primário exportado à RPC e, portanto, menor crescimento econômico. Por fim, conforme será melhor visto na próxima subseção, as importações de manufaturados chineses vêm ocasionando desvios de comércio, maior concorrência a muitas indústrias locais e limitações importantes à implementação de políticas de desenvolvimento industrial. Nesses aspectos, o crescimento econômico das nações sul-americanas tende a ser substancialmente estrangido, ao menos no médio e longo prazos.

### **3.3. O papel do processo de reascensão chinesa e da intensificação das relações sino-sul americanas na organização produtiva regional**

Nas seções anteriores, foram apresentadas algumas considerações sobre a balança comercial e o crescimento econômico dos países sul-americanos no período 2001-2015. Conforme exibido previamente, os déficits comerciais com a RPC impactaram significativamente para o resultado de piora da balança comercial de muitas nações da região, sobretudo após 2011. No que tange ao crescimento econômico sul-

americano, a RPC foi responsável por grande parte dos estímulos de curto prazo verificados nesses anos. A ocorrência de baixos crescimentos econômicos em países como Argentina e Brasil – *paymasters* do regionalismo sul-americano – resultaram em diminuição das importações de parceiros regionais. A presente seção se dedicará aos impactos da reascensão chinesa e da intensificação das relações sino-sul-americanas sobre a organização produtiva regional com enfoque aos supostos desvios de comércio e limitações aos projetos de desenvolvimento industriais. Assim como as outras duas variáveis analisadas neste capítulo, acredita-se que, sob um *framework* da lógica “da consequência”, é de se esperar que as nações procurem revisões dos seus acordos regionais ou adotem comportamentos não cooperativos em situações de perda da sua capacidade de desenvolvimento de políticas industriais.

À primeira vista, é difícil afirmar que os governos da região perceberam a intensificação das relações com a China como uma forma de constrangimento à capacidade implementação de certas políticas de desenvolvimento nacionais no período 2001-2015. De modo geral, as relações entre muitos países latino-americanos com a RPC foram caracterizadas, pelo menos no decorrer dos anos 2000, pela euforia e entusiasmo por parte dos governos da região<sup>111</sup>. Nesse contexto, conforme exposto no Capítulo 2, diversas agendas cooperativas foram implementadas por muitos países latino-americanos em seus respectivos relacionamentos com a China continental e poucos questionamentos a maior presença chinesa na América Latina foram feitos por essas nações. Na realidade, esse cenário de otimismo com as relações sino-sul-americanas observado na primeira década do século XXI ocorreu por uma série de motivos.

Primeiramente, conforme observado previamente, a demanda chinesa por *commodities* fomentou tanto o crescimento econômico da região quanto estimulou melhoras nos termos de troca de muitos países nos anos 2000. Em segundo lugar, decorrente desse crescimento econômico e da melhora da situação das contas externas, muitas nações latino-americanos adquiririam certa autonomia frente aos países desenvolvidos. Tal autonomia proporcionou, dentre outras coisas, condições de implementação de agendas de política econômica que se afastaram do receituário neoliberal. Em terceiro lugar, a RPC é geralmente reconhecida como um Estado que não impõe processos de

---

<sup>111</sup> Vale ressaltar que em países cuja estruturação produtiva é essencialmente competidora da chinesa – caso do México – é difícil afirmar que a maior presença chinesa na região latino-americana gerou muitas expectativas animadoras.

liberalização comercial ou exige condicionalidades políticas explícitas em seus relacionamentos com as nações sul-americanas. De certa forma, isso é substancialmente diferente do tipo de relacionamento que as nações da região exibiram historicamente com os países colonizadores e desenvolvidos.

Ademais, a entrada dos produtos industrializados chineses com preços geralmente menores que seus concorrentes frequentemente auxilia na contenção dos índices de inflação no nível macroeconômico e produtos mais baratos para empresários e consumidores em geral. Para alguns autores até mesmo a eventual maior competição de alguns setores industriais não representou, no decorrer dos anos 2000, um problema em si. De acordo com Blázquez-Lidoy, Rodríguez e Santiso (2006), por exemplo,

quando nós comparamos a América Latina com outros países emergentes, e particularmente aqueles localizados na Ásia, nós observamos que a competição chinesa não é um problema em termos gerais. Assim, nós podemos concluir que existem poucos, se algum, custo do ponto de vista do comércio. Na realidade, muitos países latino-americanos estão testemunhando um incrível aumento nas suas exportações para a China (p. 19, tradução nossa).

De fato, o processo de reascensão chinesa e o maior engajamento desse país com a América do Sul proporcionou uma série de estímulos às economias da região, mas tais benefícios foram consideravelmente superestimados frente aos custos. Conforme apontado previamente, de acordo com Cunha, Lélis e Bichara (2012), a crise financeira internacional de 2007-2008 parece ter sido um momento importante para a inflexão dos resultados obtidos a partir do relacionamento bilateral sino-latino-americano. Desde então, os custos envolvidos na relação assimétrica da região com a China, já existentes em períodos anteriores, se tornaram mais aparentes. Desse modo, os mesmos fatores que contribuíram à euforia dos anos 2000 se deterioraram consideravelmente por algumas razões.

Primeiramente, conforme já observado, as próprias estruturações dos respectivos comércios bilaterais sino-latino-americanos ajudaram na deterioração das balanças comerciais dos segundos, especialmente a partir de 2011. As maiores oscilações dos preços das *commodities* nos mercados internacionais – variável interveniente do modelo de análise do presente trabalho - contribuiu, ao menos em parte, para que o valor das exportações de muitas nações latino-americanas fosse diminuído.

Em segundo lugar, conforme já mencionado, a paralisação momentânea das economias centrais no contexto da crise financeira internacional de 2007-2008 tornou a RPC mais assertiva na sua busca por mercados que sustentassem o seu crescimento econômico. Nesse contexto, a América Latina se tornou um importante destino da internacionalização chinesa, especialmente na diversificação das suas exportações e na ampliação das quantidades exportadas (CUNHA, LÉLIS e BICHARA, 2012, p. 210). Essa a alteração da postura chinesa com as nações sul-americanas acarretou em maior competição a muitas indústrias latino-americanas (Idem, 2012).

Além disso, foi diminuída a capacidade de competição das economias latino-americanas mais complexas – a saber, Brasil e México (Idem, 2012, p. 211). Para Cunha, Lélis e Bichara (2012), tal fenômeno representou uma ameaça para o “[...] o esforço [latino-americano] de décadas para a conformação de estruturas produtivas mais densas e diversificadas” (Idem, 2012, p. 212).

Em terceiro lugar, os processos internacionais de liberalização competitiva de cada setor também foram eventos importantes para a maior concorrência chinesa com produtores sul-americanos. Assim, em 2005, o fim do Acordo de Têxteis e Vestuário acarretou no fim das cotas de importação de produtos têxteis e outras barreiras tarifárias e não-tarifárias impostas multilateralmente (GONZÁLEZ, 2008, p. 159). A partir de tal marco, a proteção estatal desse tipo de indústria contra a competição estrangeira – especialmente a defesa contra diferentes produtores asiáticos - tornou-se muito mais difícil. Também é problemático o fato de que a indústria de eletrônicos, a qual a RPC vem cada vez mais se especializando e na qual alguns países latino-americanos apresentam montadoras, já foi, em grande medida, liberalizada nos anos 1990 (Idem, 2008, p. 160). Esses reflexos já vêm sendo sentidos na região, sobretudo no que tange ao fechamento e reorganização das empresas desse setor<sup>112</sup>.

Do ponto de vista das nações sul-americanas industrializadas – especialmente Brasil e Argentina -, essas dinâmicas supracitadas vêm causando problemas crescentes à implementação de políticas industriais. Isso porque, apesar de se concentrar apenas em alguns setores, a pressão competitiva chinesa sobre as indústrias sul-americanas tende a crescer a partir do processo de diversificação de seu parque produtivo e da busca

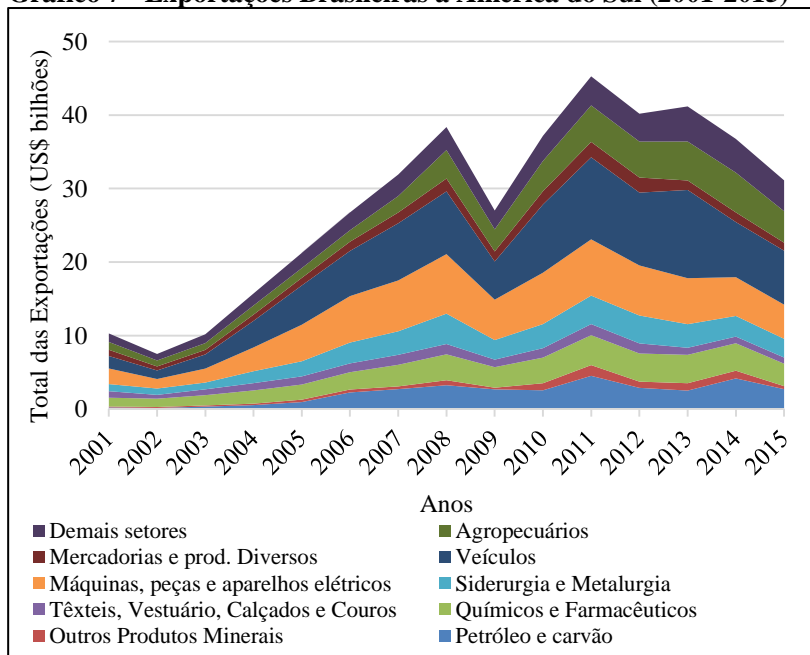
---

<sup>112</sup> Em 2014, por exemplo, a fábrica da Intel - maior produtora mundial de microprocessadores - foi fechada na Costa Rica (MURILLO, 2014, s.p.). A empresa manterá apenas seu centro de serviços e pesquisas no país.

por novos mercados para seus artigos. Além disso, no caso específico de Brasil e Argentina, cabe lembrar que as perspectivas de implementação de políticas produtivas se mostram diametralmente diferentes das apresentadas pela RPC. Isso porque, desde a década de 1980, essas nações vêm apresentando tendência de perda de dinamismo nas indústrias intensivas em escala e mão-de-obra, assim como vêm concentrando sua pauta exportadora em poucos produtos (CUNHA, LÉLIS e BICHARA, 2012, p. 226-228).

O caso brasileiro é representativo dessa argumentação. No espaço sul-americano, a maior competição entre firmas brasileiras e chinesas vem ocasionando perdas de fatias de mercado importantes à geração emprego e renda no Brasil e desarticulando cadeias produtivas regionais. Conforme pode ser observado a partir do caso brasileiro no Gráfico 7, desde o início do século XXI, as exportações brasileiras aos países da América do Sul se situaram num grau de complexidade e diversificação muito superior ao observado nas exportações brasileiras à RPC (consultar Anexo 3 para comparação).

**Gráfico 7 - Exportações Brasileiras à América do Sul (2001-2015)**



Fonte: AliceWeb (2016)

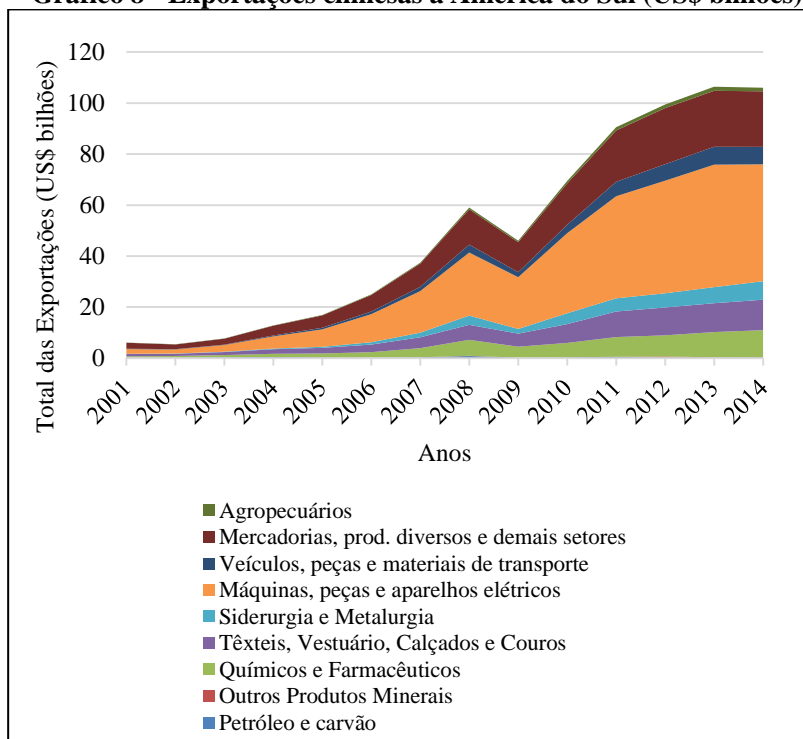
Em termos absolutos, observa-se uma tendência de crescimento das exportações às nações sul-americanas desde o começo desde 2002. Tal tendência se sustentou até 2008, quando os efeitos sistêmicos da crise financeira internacional diminuíram os fluxos internacionais de comércio. Após 2009, verificou-se um novo aumento das exportações à América do Sul que durou até 2011 – ponto máximo dos valores apresentados no período 2001-2015. Após 2011, as exportações brasileiras em termos absolutos voltaram a cair, assim como a participação relativa dos setores abordados pelo gráfico. De modo geral, todavia, ainda não se observa o desaparecimento de setores específicos da pauta exportadora, mas apenas diminuições relativas no total exportado<sup>113</sup>.

Por sua vez, as vendas chinesas à América do Sul foram problemáticas ao Brasil tanto pelo seu efeito volume quanto pela diversificação dos setores que vem se inserindo na região. Percebe-se que, de modo geral, a pauta de exportações chinesas à região sul-americana não apresentou muitos produtos pertencentes ao setor primário em sua composição no período 2001-2014. Suas exportações concentraram-se, portanto, nos setores de máquinas e aparelhos elétricos; têxteis, vestuário, calçados e couros; siderurgia e metalurgia; veículos, peças e materiais de transporte; e na indústria de químicos e produtos farmacêuticos. A despeito da diferenciação no nível dos produtos, a RPC vem competindo na América do Sul nos cinco setores aos quais o Brasil também apresenta certo dinamismo nos mercados doméstico e regional.

---

<sup>113</sup> A ocorrência da desvalorização cambial brasileira iniciada em meados de 2014 apresenta a possibilidade de amenizar, ao menos no curto prazo, a situação das exportações brasileiras em setores específicos. Todavia, argumenta-se que, a longo prazo, a concorrência chinesa com produtores brasileiros tende a se acirrar. Isso porque a ascensão chinesa, seu processo de diversificação econômica e a intensificação das suas relações com os países latino-americanos são fatores estruturais ao sistema internacional contemporâneo.



**Gráfico 8 - Exportações chinesas à América do Sul (US\$ bilhões)**

Fonte: World Trade Organization (2016) e Comtrade (2016)

Conforme pode ser verificado nos Gráficos 7 e 8, desde o início do século XXI até o contexto da crise financeira internacional de 2007-2008, tanto o Brasil quanto a RPC apresentaram crescimento absoluto das suas exportações à região. Ademais, em ambos os países, os principais setores de suas respectivas pautas exportadoras desfrutaram de crescimento nesse período. No decorrer da crise, todavia, ambos os países exibiram oscilações nos seus respectivos níveis de exportação para a América do Sul. Todavia, é mister notar que, a partir de 2011, as vendas chinesas à região continuaram a crescer, enquanto as brasileiras apresentaram declínio no mesmo período.

Dinâmica semelhante pode ser notada caso essa análise seja levada ao nível dos setores econômicos. Isso porque os cinco agrupamentos de produtos mais significativos da pauta exportadora chinesa para a América do Sul vêm exibindo índices de crescimento expressivos desde 2009 (ver Gráfico 8). Entretanto, todos os principais setores das exportações

brasileiras mostraram redução em seus valores no período 2011-2015. Em suma, as exportações chinesas estão avançando em espaços anteriormente ocupados por fornecedores brasileiros tanto na economia brasileira quanto no restante da América do Sul (LÉLIS, CUNHA e LIMA, 2012, p. 58).

A partir desse cenário, verifica-se, no Brasil e na Argentina, o reforço de duas tendências que provinham desde os anos 1980. Primeiramente, já que o controle sobre as importações chinesas de manufaturados é politicamente e economicamente custoso, observa-se uma maior necessidade das exportações de produtos primários brasileiros a fim de equilibrar a balança comercial. Em segundo lugar, a perda de dinamismo da indústria de transformação vem ocasionando problemas ao Brasil e a outras nações industrializadas latino-americanas pelo importante papel que essas firmas desempenham na geração de emprego e renda e na ativação de cadeias produtivas subjacentes.

Dessa forma, conforme aponta Barbosa (2011), apesar dessas dinâmicas não terem ocasionado até o presente momento um processo de desindustrialização generalizado, a maior competição entre empresas brasileiras e chinesas provoca duas pressões ao Brasil e à América do Sul. Por um lado, há uma maior dificuldade de diversificação da indústria regional pela concorrência chinesa (BARBOSA, 2011, p. 296-297). Por outro lado, o avanço chinês na região dificulta a vinda de investimentos diretos externos a esses países já que esses investimentos poderiam ser melhor alocados na própria RPC – Estado cujas vantagens econômicas em se produzir são superiores às sul-americanas (Idem, 2011). Tal caso é ainda mais problemático ao Brasil e à Argentina se considerado que essas economias encontram dificuldades expressivas de crescimento econômico, sobretudo desde 2012, e já apresentavam fortes deficiências competitivas no relacionamento com as nações desenvolvidas.

Cabe lembrar, por fim, que essa estruturação do comércio bilateral sino-sul-americano é complementada pelos fluxos de investimentos e empréstimos chineses à região já abordados no Capítulo 2. Por demandarem cada vez mais tais auxílios financeiros, os governos sul-americanos tendem a não problematizar publicamente o maior engajamento chinês com a região e os custos mais aparentes dessa relação. Desse modo, os crescentes investimentos chineses na região compelem os países da região a evitar o conflito franco com a RPC como uma estratégia de política externa.

Nesse cenário, a abertura de painéis na Organização Mundial do Comércio (OMC) tem historicamente representado um jeito de muitos países latino-americanos de enfrentarem a concorrência chinesa pelos

mercados regionais sem apresentar indisposição política excessiva com Pequim (INTERNATIONAL BAR ASSOCIATION, 2010, p. 17). Desde que entrou como membro da OMC, no entanto, a RPC vem se utilizando de estratégias para angariar o reconhecimento multilateral do seu status de economia de mercado<sup>114</sup>. A declaração de tal status necessariamente limita os instrumentos nacionais de defesa econômica com a China e torna mais difícil a abertura de painéis na OMC<sup>115</sup>.

Os cenários de concorrência crescente pelo mercado sul-americano e de constrangimentos à ação política dos governos da região vem implicando, nos últimos anos, maior vulnerabilidade e menor autonomia às nações sul-americanas industrializadas – sobretudo ao Brasil – na sua relação com a RPC. Isso porque os países da região enfrentam custos cada vez mais altos para a alteração do *framework* do seu relacionamento com China continental. Assim, a paulatina reorganização produtiva industrial originada pelo efeito RPC vem tornando cada vez mais difícil, às nações sul-americanas, a implementação de políticas de diversificação industrial e de ganho de competitividade nos espaços doméstico e regional.

---

<sup>114</sup> Vale ressaltar que países sul-americanos como Chile, Venezuela e Peru já deram o status de economia de mercado à RPC. Para angariar o reconhecimento como economia de mercado no âmbito da OMC, a RPC frequentemente tem se utilizado de *statecrafts* econômicos e positivos com os mais diversos países. No caso brasileiro, por exemplo, a RPC ofereceu benefícios à Embraer e facilitou a importação de soja em 2004 para obter o reconhecimento brasileiro (VADELL, 2011, p. 69; BECARD, 2008, p. 247). Brasil e Argentina, por sua vez, assinaram memorandos de entendimento sobre o assunto em meados dos anos 2000, mas ainda não internalizaram essas decisões em seus respectivos ordenamentos jurídicos (INTERNATIONAL BAR ASSOCIATION, 2010, p. 16). Assim como os países europeus, Brasil e Argentina esperam barganhar por maiores concessões antes de conferirem tal status à RPC. Em 2004, por exemplo, o Brasil chegou a demandar a realização de reformas no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) que levassem à inclusão de um assento permanente ao Brasil em troca do reconhecimento brasileiro do status chinês de economia de mercado (BECARD, 2008, p. 249).

<sup>115</sup> De acordo com Vadell (2011), esse reconhecimento implica dar à RPC, “[...] as condições de utilizar as regras plenas da OMC, em vez de obrigá-la a sujeitar-se às regras especiais para economias que não sejam de mercado. Isto é, eventuais litígios comerciais devem ser levados à OMC e evitar que um país aplique represálias comerciais ou medidas *antidumping* unilateralmente contra a China. Na prática, isso significa que as possibilidades de utilizar instrumentos de defesa comercial contra a entrada de produtos chineses diminuem e aumentam os empecilhos – ou os custos – para a abertura de painéis contra a China” (p. 69).

Além disso, certas dinâmicas de complementariedade regional e a estruturação das cadeias produtivas de alguns setores tendem a ser alteradas em prejuízo a segmentos do parque industrial regional. Para Pecequillo (2013), por exemplo, a tendência de desarticulação das indústrias regionais é uma estratégia intencional de Pequim. Segundo a autora,

[...] existe uma relativização da importância dos laços políticos e econômicos regionais, a partir do desvio de comércio para a China e a troca de dependência Norte-Sul com os Estados Unidos por uma nova dependência Sul-Sul com a China. A substituição dos fluxos intrarregionais de comércio e complementariedade entre as nações sul-americanas também reduz a possibilidade de adensamento político local via arranjos de integração ou alianças *ad hoc*. A China, neste sentido, repete uma tática conhecida dos Estados Unidos em suas projeções de poder em escala regional: busca tornar-se o principal parceiro individual de cada país, para excluir a influência dos demais poderes, em particular das principais potências regionais, o Brasil e os Estados Unidos. No caso da América do Sul, basicamente, esta tendência ocorre no setor econômico, mas que, como indicado, implica na diminuição de alternativas políticas autóctones (PECEQUILLO, 2013, p. 110-111).

Conforme foi observado na presente seção, as externalidades que estimularam melhoras nos termos de troca e maior autonomia frente aos países centrais ao longo dos anos 2000 para muitos países sul-americanos se deterioraram decisivamente após a crise financeira internacional de 2007-2008. Os estímulos de curto prazo chineses ao crescimento econômico sul-americano prosseguiram, mas as perspectivas de médio e longo prazo não são tão otimistas pela ocorrência de desvio de comércio e limitações importantes a implementações de políticas industriais. Na seção posterior, será argumentado que tanto os estímulos chineses mais aparentes na década de 2000 quanto as pressões competitivas manifestadas de forma mais clara a partir dos anos 2010-2015 implicaram variações na força e no sentido processo de regionalização sul-americano.

#### **4. HISTÓRICO DO COMPORTAMENTO DAS DINÂMICAS REGIONAIS: ANALISANDO AS VARIAÇÕES NA FORÇA E NO SENTIDO DO PROCESSO DE REGIONALIZAÇÃO SUL-AMERICANO**

De acordo com o exposto no primeiro capítulo, o processo de regionalização sul-americano é resultado de socializações particulares das nações da região sob cenários e contextos específicos. Nas Relações Internacionais, a ação dos Estados é explicada a partir de dois modelos teóricos principais: as lógicas “da consequência” e da “adequação”. A primeira dessas lógicas afirma que a ação dos Estados ocorre através de escolhas racionais com a finalidade de exibir consequências ótimas dados os seus interesses. Já a segunda lógica procura explicar a ação dos Estados de acordo com o que é normativamente apropriado, o que em outras palavras significa que as normas serão seguidas pelos Estados porque é a coisa certa a ser feita.

Cada uma dessas lógicas apresenta decorrências próprias ao estudo do processo de regionalização. De acordo com a lógica “da consequência”, é de se esperar que os Estados busquem a regionalização de maneira racional como um meio de alcançarem fins substantivos, como o aumento do nível de crescimento econômico; melhoras dos termos de troca; aprimoramento das condições de desenvolvimento; aumento da captação de investimentos externos; e, por fim, aumento do senso de segurança. Ao passo em que algum desses objetivos não se concretize de maneira satisfatória, é esperado que os Estados descontentes passem a negociar no nível regional em busca de melhora dos termos políticos e econômicos previamente acordados. Caso as negociações não apresentem resultados expressivos, os Estados insatisfeitos tendem a adotar estratégias de não cooperação ou até mesmo podem revisar seus modos de inserção internacional e regional. Dessa forma, o processo de regionalização tende a perder sua força e, em situações extremas, pode alterar seu sentido e transformar-se num processo de “desregionalização”.

Já para as perspectivas que se guiam pela lógica “da adequação”, o processo de regionalização ocorre quando existem normas sociais vigentes que recomendam esse tipo de ação. Nessa abordagem, além das normas sociais disponíveis ou criadas, seriam investigadas as socializações dos Estados que dão origem a identidades, interesses e comportamentos particulares que culminam no reforço, indiferença ou rejeição a um determinado processo de regionalização. Para essa vertente são as estruturas intersubjetivas socialmente construídas que dão significado às estruturas materiais e, por isso, os resultados das

socializações são altamente contingentes, o que prejudica consideravelmente a capacidade de predição.

O segundo capítulo, por sua vez, procurou apresentar as variáveis independentes do presente trabalho: a reascensão chinesa e a intensificação das relações sino-sul-americanas. Já no capítulo subsequente, sugeriu-se que tais fenômenos alteraram substancialmente as balanças comerciais, os níveis de crescimento econômico e as condições de implementação de políticas de desenvolvimento das nações sul-americanas. No presente capítulo, busca-se exibir o quanto essas variáveis impactaram a socialização dos Estados da América do Sul e, dessa forma, repercutiram sobre seu processo de regionalização. Para tal, procura-se averiguar a ação desses Estados e as repercussões no processo de regionalização de acordo com as lógicas “da consequência” e “da adequação”.

Para cumprir seu objetivo, o presente capítulo foi dividido em duas partes. Na primeira seção, procura-se tratar do comportamento regional nos séculos XIX e XX, anteriores à intensificação das relações dessas nações com a RPC. Na seção subsequente, busca-se exibir o quanto processo de regionalização sul-americano foi alterado em função das diferentes socializações de seus membros nos contextos da reascensão econômica chinesa e do maior engajamento político-econômico sino-sul-americano a partir dos anos 2000. Nessa parte do trabalho, serão apresentados alguns casos que caracterizam as variações na força e no sentido do processo de regionalização sul-americano.

#### **4.1. Comportamento das dinâmicas regionais sul-americanas anteriores à intensificação das relações com a China (Sécs. XIX-XX)**

Por muito tempo, as relações do Brasil com seus vizinhos da América hispânica foram majoritariamente constituídas por dinâmicas de baixa coesão no Cone Sul e certa indiferença no âmbito amazônico. Ao herdarem a disputa histórica sobre o domínio da bacia do rio da Prata das nações ibéricas, Brasil e Argentina – as maiores economias regionais de então – frequentemente buscavam alianças com os países desenvolvidos para perseguirem a condição de hegemonia regional e, dessa forma, se sobressaírem política e economicamente de seus vizinhos (CERVO e BUENO, 1992, p. 36). Por sua vez, os EUA e o Reino Unido, inseridos em seus próprios problemas, comumente evitavam intervenções militares abertas em favor de Brasil ou Argentina e, dessa forma, atuavam ora como intermediários diplomáticos, ora como financiadores dos conflitos regionais<sup>116</sup>. Nesse cenário, uma situação de rivalidade, desconfiança e desagregação entre os países do Cone Sul – cujas expressões máximas ocorreram nas guerras da Cisplatina (1825-1828) e do Paraguai (1864-1870) - perdurou ao menos por um século<sup>117</sup>.

Cabe ressaltar, todavia, que a despeito do predomínio do cenário de dispersão política regional, as primeiras ideias de agregação da região foram verificadas ao longo do século XIX. Nesse período, duas doutrinas

---

<sup>116</sup> Segundo Cervo e Bueno (1992), as disputas na Prata foram possibilitadas pela pouca pressão exercida pelos países centrais. De acordo com os autores, “[...] o quadro internacional, no que se refere ao exercício da potência, atravessava um período de distração [...]. Com efeito, entre 1840 e 1848, a Europa entrava em crise, sofrendo os efeitos do novo elã revolucionário, que culminou em 1848; os Estados Unidos engajavam a expansão territorial acelerada e, finalmente, os europeus se dirigiam à Ásia. Entre 1851 e 1871, a Europa enfrentava três guerras internas, Estados Unidos e China ocupavam-se com suas guerras civis, e o Japão, com sua revolução modernizadora. As repúblicas latino-americanas do Pacífico envolviam-se na guerra contra a Espanha, e o México estava à mercê da aventura francesa. Dessa forma, a dispersão das forças no cenário internacional abriu no Prata um espaço de manobra para o Brasil (CERVO e BUENO, 1992, p. 97).

<sup>117</sup> De perspectiva brasileira, Cervo e Bueno (1992) fazem uma divisão mais precisa acerca das dinâmicas de cooperação e conflito regionais. Para os autores, “entre 1822 e 1889, a política brasileira para os países da Bacia do Prata passou pelas seguintes fases: a) tentativa de cooperação e entendimento para defesa das independências (1822-4); b) guerra da Cisplatina (1825-28); c) política de neutralidade (1823-43); d) passagem da neutralidade à intervenção (1844-52); presença brasileira ativa (1851-64); f) retorno à política intervencionista (1864-76); g) retraimento vigilante (1877-89) (CERVO e BUENO, 1992, p. 97).

de regionalização prevaleceram nas Américas – uma hemisférica e a outra latino-americana. A primeira delas, o monroísmo (ou Doutrina Monroe), declarado ainda em 1823, foi o principal projeto estadunidense de relacionamento com o restante do continente por décadas<sup>118</sup>. Em meados do século XIX, no entanto, tal doutrina já era majoritariamente percebida como uma fundamentação ao expansionismo de Washington sobre os países latino-americanos (CERVO e BUENO, 1992, p. 127). Já a segunda dessas perspectivas - o bolivarianismo -, aparente no Congresso do Panamá (1826) e em encontros posteriores<sup>119</sup> buscava criar um ideário de união dos povos latino-americanos que procurava contrabalancear as divisões territoriais ocasionadas pelos processos de independência nacional (Idem, 1992, p. 128).

Ambas as iniciativas sofreram grande resistência dos governos brasileiro e argentino que, apesar de apoiarem projetos de unidade latino-americana, exibiam uma leitura realista das relações internacionais e, portanto, desconfiavam de projetos regionais liderados por outras nações como instrumentos de manutenção da ordem regional. Dessa forma, foi somente no fim do século XIX que o pan-americanismo tomou novo fôlego a partir da iniciativa americana de organização do Congresso de Washington (1889). Tal iniciativa foi consubstanciada pelo aumento da importância e pelo acréscimo das capacidades econômicas e políticas estadunidenses. Cabe lembrar, por exemplo, que foi nesse momento histórico em que ocorreram as guerras hispano-americanas pelo controle colonial de territórios na América Central e Caribes. Nesse contexto, verificou-se um alinhamento de muitos governantes latino-americanos com Washington que viria a ser observado ao menos até as primeiras décadas do século XX (Idem, 1992, p. 130).

No Brasil, as atuações dos representantes externos – especialmente o Barão do Rio Branco e Joaquim Nabuco – foram importantes para a formação de relações especiais com os Estados Unidos (CERVO e BUENO, 1992, p. 168-174). Esse contato privilegiado, todavia, não

---

<sup>118</sup> A Doutrina Monroe é um tipo de ideário coletivo baseado no discurso do presidente estadunidense James Monroe (1817-1825) que preconizava que ameaças ao hemisfério americano deveriam ser entendidas como um perigo aos Estados Unidos. Dessa forma, os Estados Unidos indicavam que as Américas eram sua área exclusiva de influência. Em discurso, o próprio presidente Monroe afirmou: "devemos considerar qualquer tentativa da parte deles [europeus] de estender seu sistema para qualquer parte desse hemisfério como um perigo para a nossa paz e segurança" (TEIXEIRA, 2014, p. 115).

<sup>119</sup> Os congressos posteriores ao do Panamá foram os de Lima (1847, 1864) e Santiago (1856).



passou despercebido pelos outros governos regionais. A agenda cooperativa estabelecida entre EUA e Brasil à época aumentou o receio dos países sul-americanos de uma dominação brasileira com apoio estadunidense na América do Sul<sup>120</sup>. Tal temor ocasionou uma série de tratativas regionais e de declarações brasileiras de negação de suas supostas pretensões hegemônicas na América do Sul. No período, esses diálogos regionais resultaram na conformação do Pacto do ABC por Argentina, Brasil e Chile em 1915.

Apesar desses gestos incipientes de maior agregação política das três principais economias da América do Sul, tal cenário durou pouco e trouxe repercussões importantes à região. O Pacto ABC causou, nos demais Estados da região, preocupações de dominação externa e de influência por parte de Brasil, Chile e Argentina nos litígios das demais nações sul-americanas envolvendo questões territoriais (CERVO e BUENO, 1992, p. 177-178). Dessa forma, a intensificação do processo de regionalização dos principais países do Cone Sul não significou necessariamente maior congregação política para a totalidade da América do Sul. A Guerra do Chaco (1932-1935) entre Paraguai e Bolívia pela disputa de um território rico em petróleo foi um exemplo de como a América do Sul ainda não se encontrava politicamente e economicamente congregada em torno de ideias e políticas públicas compartilhadas.

Cabe notar que até esse período, as economias sul-americanas comercializavam majoritariamente com os países desenvolvidos, especialmente os EUA e a Europa. Nesse contexto, relações de complementariedade, interdependência e indispensabilidade econômica no interior da região sul-americana – possíveis subsídios à intensificação do processo de regionalização sul-americano - foram pouco observadas até então. Tal cenário começou a se alterar a partir dos processos de industrialização levados a cabo por Vargas no Brasil (1930-1945) e Perón na Argentina (1946-1952). Isso porque, a cada nova etapa desses processos de industrialização, o mercado regional passava a ser cada vez mais importante para as exportações brasileiras e argentinas. O conteúdo nacionalista da política doméstica desses governos também levou a alterações nas respectivas políticas externas argentina e brasileira. Dessa

---

<sup>120</sup> A Argentina, país mais crítico dessa aproximação brasileiro-americana, acusou o Brasil de ações imperialistas na incorporação do Acre e observou com temor a elevação da representação diplomática americana no Rio de Janeiro à condição de embaixada (CERVO e BUENO, 1992, p. 176). Nesse cenário, a política externa brasileira buscou apoio com Uruguai, Paraguai e Chile para conter eventuais pretensões argentinas de expansão no Cone Sul.

forma, os alinhamentos do Brasil aos EUA e da Argentina a certos países europeus foram substituídos por princípios mais autonomistas de inserção internacional que contemplavam maior uso de estratégias de barganha na política externa. Apesar da busca de uma política externa menos engajada com os países desenvolvidos, o nacionalismo econômico e político trouxe consigo as desconfianças históricas recíprocas das principais nações da América do Sul.

No pós-II Guerra Mundial, os EUA aproveitaram a conjuntura de destruição física e de fragilidade econômica dos países europeus – antigos influenciadores da política latino-americana - para conceberem a Organização dos Estados Americanos (OEA) em 1948. Tal instituição regional passaria a servir como um instrumento estadunidense de atração de seus vizinhos do Sul para sua zona de influência. Num primeiro momento, os Estados Unidos não propuseram iniciativas regionais de conteúdo econômico visto que a liberalização comercial multilateral através do GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade*) supostamente serviria aos países latino-americanos como ferramenta de desenvolvimento e de atração de investimentos (LIMA, 2013, p. 179-180).

A ausência de investimentos internacionais na América Latina estimulou o governo brasileiro de Juscelino Kubitschek, caracterizado pelo seu projeto de desenvolvimento associado aos países centrais, a propor a Operação Pan-Americana (OPA) ao governo estadunidense. Tratava-se de uma nova formatação de regionalismo hemisférico de caráter econômico que procurava atrair investimentos aos países latino-americanos semelhantes aos destinados a Europa e Japão através do Plano Marshall e do Banco Mundial (CERVO e BUENO, 1992, p. 258-260). Os resultados, todavia, foram modestos. Fruto desses esforços brasileiros, o Banco Interamericanos de Desenvolvimento (BID) foi criado como ferramenta de investimento americano na região. Todavia, o BID não contemplou plenamente as demandas dos governos latino-americanos (Idem, 1992).

Nesse cenário de insatisfação com a assistência econômica estadunidense para a América Latina, foram fundados em 1960 a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC)<sup>121</sup> e o

---

<sup>121</sup> Na América do Sul, a ALALC contemplou desde a sua fundação Brasil, Argentina, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai, além do México como representante norte-americano (CERVO e BUENO, 1992, p. 261). A ALALC foi posteriormente denominada Associação Latino-Americana de Integração (ALADI).

Mercado Comum Centro Americano (MCCA). De características anti-hegemônicas e, portanto, separados dos EUA, esses esquemas de regionalismo se basearam nas teorias cepalinas de desenvolvimento e industrialização como guia normativo à ação estatal (LIMA, 2013, p. 179). Embora os resultados tenham sido modestos à época, a ALALC, por exemplo, preveu a implementação generalizada de modelos de substituição de importações por seus membros, assim como a estabilidade macroeconômica e o aumento do intercâmbio comercial regional (LIMA, 2013, p. 179; CERVO e BUENO, 1992, p. 261). Ao menos no campo das ideias, a ALALC representou o primeiro projeto de maior agregação sul-americano para Brasil, Argentina, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai - além do México como representante exterior à América do Sul - que contemplava a autonomia regional frente às potências centrais.

Como resposta a esses desdobramentos latino-americanos e à Revolução Cubana (1959), o governo americano de John Kennedy anunciou a Aliança para o Progresso em 1961. No entanto, os investimentos desse projeto se mostraram modestos e indicaram muito mais uma tentativa de estabilização social que evitaria a adesão latino-americana ao socialismo do que um programa de auxílio ao desenvolvimento econômico (LOUREIRO, 2013, p. 549).

Com o insucesso da Aliança para o Progresso em atrair algumas nações latino-americanas para a trajetória política americana de combate ao comunismo, os Estados Unidos passaram a apoiar grupos opositoristas de direita de muitos desses Estados, além de incentivar e atuar em uma série de golpes militares na região. Nesse contexto, as incipientes boas relações entre os muitos países sul-americanos que haviam conformado projetos como a ALALC e o MCCA passaram a ser prejudicadas pelo caráter nacionalista de muitos dos novos governos.

No contexto dos golpes militares na América Latina, as relações argentino-brasileiras - historicamente fundamentais a maior unidade sul-americana - apresentaram forte deterioração, a despeito da prioridade que os condutores da política externa do regime militar brasileiro afirmavam dar à América Latina (VIZENTINI, 2004, 276-277). Dessa forma, o período de intensificação da cooperação bilateral nos mandatos de João Goulart (1961-1964) e Arturo Frondizi (1958-1962) foi substituído pela volta de um relacionamento de rivalidade durante os governos Castelo Branco (1964-1967) e Costa e Silva (1967-1969) para com os líderes militares argentinos. Tal rivalidade foi alavancada pelo forte crescimento econômico brasileiro, pelo temor argentino de atitudes hegemônicas brasileiras na região e por tensões ocasionadas pelos planos brasileiros de construção da usina hidrelétrica de Itaipu com o Paraguai (VIZENTINI,

2004, p. 154-155). Na administração Médici (1969-1974), uma agenda cooperativa bilateral com a Argentina foi buscada para a superação da rivalidade. À época, essa busca brasileira por uma maior aproximação com Buenos Aires partia da percepção brasileira de que a economia argentina apresentava, de maneira relativa, cada vez menos importância regional, enquanto o Brasil exibia indicadores de crescimento do PIB expressivos (Idem, 2004). A resistência argentina à implementação de Itaipu, no entanto, impediu significativamente maiores entendimentos entre ambas as nações durante as gestões Médici e Geisel<sup>122</sup> (Idem, 2004).

Na América andina, a tentativa de institucionalização de um processo de regionalização verificada desde o fim dos anos 1960 se consolidou com a conformação do Pacto Andino<sup>123</sup>. Nesse caso, a despeito de um senso de identidade regional já ter sido mobilizado desde o século XIX a partir da ideia de Pátria Grande de Simon Bolívar, as condições periféricas dessas economias limitaram decisivamente sua capacidade de apresentar uma maior coesão regional. Assim, a baixa complementariedade econômica intrarregional e a maior necessidade de estabelecimento de relações comerciais extrarregionais, além dos diferentes tipos de inserção internacional e política externa contribuíram para que esse projeto rendesse poucos frutos, ao menos até a década de 1990 (TAMAYO e MARTINEZ, 2012, p. 45-46). A saída do Chile do Pacto Andino em 1977, justificada pela incompatibilidade das políticas

---

<sup>122</sup> O governo argentino alegava, dentre outras coisas, que a construção de Itaipu inviabilizaria a implementação das usinas de Yaciretá-Apipé e Corpus, também planejadas para serem concebidas em conjunto com o Paraguai nas proximidades da tríplice fronteira. Como ferramentas de contestação do projeto paraguaio-brasileiro, os diplomatas argentinos exigiam o princípio da consulta prévia antes de qualquer construção na região, enquanto os representantes brasileiros não viam tal necessidade por se basearem, na ocorrência de qualquer externalidade negativa, no princípio da responsabilidade por danos causados (VIZENTINI, 2004, p. 294). Por sua vez, o governo argentino frequentemente postergava o processo de negociação acerca da utilização dos recursos hídricos da sub-bacia do Rio Paraná a despeito das vontades brasileiras de construção imediata de Itaipu. Tal situação foi definitivamente resolvida somente com o Acordo Tripartite Itaipu-Corpus de 1979.

<sup>123</sup> Inicialmente, o Pacto Andino abrangia Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia e Chile como membros. O Chile se retirou em 1977, enquanto a Venezuela fez o mesmo em 2006. Cabe ressaltar que, nos anos 1990, o Pacto Andino passou por algumas reformas e foi renomeado Comunidade Andina (CAN). Dentre essas reformas, estabeleceu-se uma zona livre de comércio na região.

tarifárias e de captação de investimentos estrangeiros, representou um exemplo da fragilidade institucional regional andina à época (FAZIO e PARADA, 2004, p. 13).

A partir do fim dos anos 1970, diversos subespaços na América do Sul apresentaram experiências de maior unidade regional, o que pode ser explicado por fatores estruturais e internos aos países latino-americanos. A alta dos juros internacionais e a emergência de regimes flexíveis de acumulação<sup>124</sup> provocaram queda dos indicadores de desenvolvimento sociais, aumento da inflação, incapacidade do Estado de investir em infraestrutura e programas sociais, marginalização no comércio internacional, perda de dinamismo industrial e dívida interna e externa em diversos países da América Latina (SEITENFUS, 1992, p. 119).

Nesse cenário, o esgotamento do modelo de substituição de importações como propulsor ao desenvolvimento latino-americano exigiu mudanças nas escolhas políticas dos governantes da região. Certas configurações oriundas da ascensão de governos conservadores nos países centrais e o recrudescimento das tensões da Guerra Fria passaram a atingir a América Latina no decorrer da década de 1980 e foram decisivas à sua maior agregação regional. Dessa forma, de acordo com Cervo e Bueno (1992),

a crise da dívida externa, a esterilização do diálogo Norte-Sul, a intervenção norte-americana na América Central e no Caribe, a contraofensiva inglesa sobre as Malvinas com apoio dos Estados Unidos, as retaliações econômicas impostas pelo Norte contra a Argentina, entre outros elementos, contribuíram para unir o continente latino-americano. Não se sabe bem quando, mas a América Latina passou a falar com voz própria, a revelar uma consciência política coletiva, a posicionar-se com coerência. Atestam-no os “consensos” (Viña del Mar, Cartagena, Contadora e Apoio), novos órgãos (SELA, ALADI, Conferência de Cúpula), novas experiências de cooperação (Bacia do Prata, Pacto Andino, Pacto Amazônico) [...] (p. 406-407).

Duas agendas políticas não necessariamente excludentes entre si predominaram na região como propostas de solução das crises estruturais dos países latino-americanos. Primeiramente, os governos tinham a opção de ceder às crescentes pressões das agências de financiamento

---

<sup>124</sup> Para mais informações, consultar as notas de rodapé número 71, 72 e 73.

multilaterais e dos EUA para a adoção de políticas neoliberais. Nesse cenário, as nações latino-americanas exibiram uma agenda de privatizações, liberalização do comércio e diminuição do papel do Estado na condução direta das políticas de desenvolvimento em favor da maior intervenção dos mercados e a aceitação da flexibilização das relações entre capital, trabalho e Estado. Salvo algumas adaptações próprias, esse caminho foi majoritariamente escolhido pelo Chile, que a partir do governo Pinochet priorizou as relações com as economias mais abertas e dinâmicas do Pacífico em detrimento às relações e projetos regionais com as nações sul-americanas<sup>125</sup>.

A segunda opção disponível às nações latino-americanas era intensificação dos processos de regionalização. Dessa forma, esses Estados passariam a lidar de maneira mais coesa com os fortes constrangimentos externos e com a instabilidade socioeconômica no âmbito doméstico. Em alguns casos, as transformações do sistema internacional e as condições socioeconômicas e situações políticas específicas de cada nação criaram estímulos à intensificação do processo de regionalização sul-americano.

Na região amazônica, por exemplo, propostas de gerenciamento internacional dos recursos amazônicos emergiram ao longo dos anos 1970 – sobretudo influenciadas pela conjuntura de aumento dos preços das *commodities* nos mercados internacionais. Nesse contexto, em 1978, Brasil, Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Equador, Guiana e Suriname assinaram o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) com o objetivo primordial de garantir a soberania dos Estados sobre a região e seus recursos<sup>126</sup> (SILVA, 2013, s.p.).

Na Bacia do Prata, a cooperação entre Brasil e Argentina – historicamente vista como essencial à estabilidade e à união de toda América do Sul – foi também justificada por muitos fatores internos e externos à região. Dessa forma, as divergências nas questões hidrográficas envolvendo o uso do Rio Paraná foram resolvidas com a reaproximação de Brasília à Buenos Aires nas gestões de João Figueiredo

---

<sup>125</sup> Outras nações latino-americanas como Argentina, Brasil e México também aderiram à agenda neoliberal em períodos e de formas específicas. Todavia, o caso chileno é representativo desse tipo de inserção externa pela continuidade dessa concepção de Estado e de inserção internacional pelos governos democráticos que assumiram posteriormente ao regime ditatorial.

<sup>126</sup> Em 1998, tais países assinaram um Protocolo de Emenda ao TCA que criou a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OCTA) com sede em Brasília (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, 2016).

(1979-1985) e de Jorge Videla (1976-1981)<sup>127</sup>. A partir do Acordo Tripartite Itaipu-Corpus (1979), Brasil e Argentina firmaram uma série de atos de cooperação, intensificaram a ocorrência de visitas de Estado e posicionaram-se similarmente acerca de distintos eventos internacionais, como representou o apoio brasileiro à causa argentina das Malvinas<sup>128</sup> (Idem, 2004, p. 295-296).

A partir dos governos Raúl Alfonsín (1983-1989) na Argentina e José Sarney (1985-1990) no Brasil, a cooperação entre tais nações se intensificou num ritmo mais acelerado. Em 1986, a Ata para a Integração Brasileiro-Argentina e a Comissão de Execução do Programa de Integração Brasileiro-Argentina foram referências na concepção um processo de cooperação amplo e diversificado que visualizava, ao menos no plano ideacional, projetos de desenvolvimento conjunto entre ambas as nações<sup>129</sup>. Essa intensificação do processo de regionalização foi

---

<sup>127</sup> Nesse período foi assinado o Acordo Tripartite Itaipu-Corpus (1979) que representou um marco histórico dessa reaproximação (VIZENTINI, 2004, pp. 276-277; 295-296). Nesse contexto, o presidente João Figueiredo afirmou em discurso ao Congresso em março de 1980: “o Brasil assume integralmente a sua condição de país latino-americano. Acredita que, em conjunto, as nações latino-americanas devem buscar as mais aperfeiçoadas formas de integração regional, que permitem, não só acelerar o desenvolvimento e o intercâmbio entre elas, com o realismo e a atenção às potencialidades e necessidades de cada país, senão também que lhe facilite a presença mais homogênea nas negociações econômicas com os países desenvolvidos” (VIZENTINI, 2004, p. 276).

<sup>128</sup> Em maio de 1980, por exemplo, Figueiredo realizou a primeira visita de um presidente brasileiro à Argentina desde 1935 (VIZENTINI, 2004, p. 295). Tal visita foi retribuída quatro meses depois pelo então presidente argentino Jorge Videla (Idem, 2004, p. 298). Além disso, no contexto da moratória da dívida externa brasileira, em 1983, Brasil e Argentina passaram a estimular o comércio bilateral através da diminuição de barreiras com a não necessidade de pagamento dessas trocas em moeda conversível (VIZENTINI, 2004, p. 301-302). Isso mostrava o quanto ambas as nações já se mostravam mais propensas à cooperação do que previamente.

<sup>129</sup> A partir dessa Ata, foram escolhidas doze áreas de atuação prioritária dessa política conjunta. Eram esses: “[...] setor de bens de capital; comércio de trigo; complementação do abastecimento alimentar; expansão do comércio bilateral; criação de empresas binacionais; financiamento do comércio; fundo de investimentos; produção e consumo de energia; desenvolvimento da biotecnologia; promoção de estudos econômicos conjuntos; informação e assistência em caso de acidentes nucleares e [...] cooperação na indústria aeronáutica” (CERVO e BUENO, 1992, p. 410). Seitenfus (1992) argumenta que,

fundamentada tanto num ideal de união de duas nações que passavam por processos de redemocratização quanto pela noção de que compartilhavam constrangimentos externos que limitavam suas respectivas ações no sistema internacional (SEITENFUS, 1992, p. 117). Cabe ressaltar que, à época, o governo uruguaio se aproximou politicamente de Brasil e Argentina através da adesão ao Programa de Integração Brasileiro-Argentina e, desde então, se tornou parte do processo de regionalização em curso (CERVO e BUENO, 1992, p. 410).

Com o fim da Guerra Fria, as duas principais agendas políticas de superação das crises estruturais que perpassavam os países latino-americanos – o neoliberalismo e o regionalismo – convergiram para a criação do “regionalismo aberto”<sup>130</sup>. Na América Latina, três agrupamentos principais dessa modalidade de regionalismo foram constituídos por diferentes países ao longo dos anos 1990. Em primeiro lugar, o México se uniu à iniciativa de área de livre comércio entre EUA e Canadá e em 1994 ingressou no NAFTA (*North America Free Trade Agreement*). Essa aproximação mexicana aos seus vizinhos do Norte tornou os distintos modelos de inserção internacionais das nações latino-americanas ainda mais heterogêneos e limitou severamente a capacidade de coesão regional em torno da totalidade da América Latina. Dessa forma, a aproximação mexicana com os EUA teve reflexos às perspectivas de regionalização do governo brasileiro. A partir de então, Brasília passou a enfatizar mais a América do Sul como espaço da sua identidade política do que o fazia previamente<sup>131</sup> (LIMA, 2013, p. 175).

---

à época, essa aproximação ainda se baseava num ideal cepalino de busca de maior eficiência e alocação de recursos das respectivas economias (p. 120).

<sup>130</sup> Conforme já afirmado na Introdução, o termo “regionalismo aberto” foi cunhado pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) em 1994. Consiste numa estratégia de inserção regional e internacional num sistema internacional caracterizado pela globalização. Baseado no esgotamento do modelo de substituição de importações vigente até a década de 1980 em alguns países latino-americanos, o regionalismo aberto prevê a formação de acordos de livre comércio intrarregionais e a administração coletiva de acordos comerciais com outros blocos econômicos e demais membros extrarregionais. Em termos históricos, a aceitação e recomendação do modelo de “regionalismo aberto” pela CEPAL significou um ponto de inflexão do pensamento da organização acerca do modelo de desenvolvimento recomendado aos países da América Latina. Para mais informações acerca do regionalismo aberto, consultar CEPAL (1994).

<sup>131</sup> Ainda em 1993, por exemplo, em meio ao processo de adesão do México ao NAFTA, o governo brasileiro propôs a discussão de uma área de livre comércio



No Cone Sul, os governos Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Carlos Menem (1989-1999) proporcionaram alterações de rota do processo de reaproximação argentino-brasileiro que provinha desde as gestões de Figueiredo e Videla (VIZENTINI, 2003, p. 240). A adesão desses governantes à agenda neoliberal levou a uma concepção de regionalismo que, assim como na Comunidade Andina de Nações (CAN), observava a liberalização comercial e a criação de uma Tarifa Externa Comum como instrumentos de desenvolvimento econômico. Por sua vez, a adesão de Uruguai e Paraguai ao processo em curso se deu, sobretudo, pelo seu interesse de acesso privilegiado aos mercados brasileiro e argentino e pela possibilidade de captação de investimentos diretos externos (IDEs). Nesse cenário, o MERCOSUL foi fundado através do Tratado de Assunção em 1991 e, desde sua criação, apresentou resultados expressivos de aumento dos fluxos de comércio intrarregional e extrarregional e de atração de IDEs, ao menos nos anos 1990. Nessa década, o processo de regionalização foi estimulado pelo incremento significativo dos fluxos comerciais, pela maior complementação produtiva - muitas das vezes institucionalizadas em torno de acordos setoriais, como o regime automotivo - e pela necessidade de acesso aos mercados nacionais dos países vizinhos.

O relançamento da Comunidade Andina (CAN) – o terceiro exemplo de “regionalismo aberto” da América Latina – ocorreu concomitantemente à formação de um acordo de livre comércio que passou a vigorar em 1993 e à instituição da tarifa externa comum dois anos depois (CAN, 2016, s.p.). Apesar das reformas na institucionalidade regional, a heterogeneidade dos membros desse regionalismo, os problemas domésticos particulares a cada Estado e os distintos modelos de inserção internacional se mostraram limitadores ao desenvolvimento da CAN.

Na Colômbia, por exemplo, a internalização das normas da CAN ocorreu paralelamente a fortes instabilidades socioeconômicas ocasionadas pelo combate entre forças militares e narcotraficantes/grupos guerrilheiros<sup>132</sup>. A partir do governo de Andrés Pastana (1999-2002), a internacionalização desse conflito doméstico propiciou um maior

---

na América do Sul (e não na América Latina) em uma das reuniões do Grupo do Rio (ALMEIDA e CHALOULT, 1999, p. 156).

<sup>132</sup> Em 1995, por exemplo, as FARC dominavam quase 60% dos municípios colombianos (VILLA e OSTOS, 2005, p. 5-6). Para piorar o cenário de enfraquecimento relativo do Estado colombiano, a economia nacional entrou em períodos de recessão em meados dos anos 1990 (Idem, 2005).

engajamento colombiano com os Estados Unidos em temas políticos, econômicos e de segurança (VILLA e OSTOS, 2005, p. 7). Dessa forma, o modelo de inserção externa colombiano passou a ser orientado cada vez mais para a manutenção de relações econômicas com Washington, o que dificultou cada vez mais a capacidade de formação de políticas regionais com as nações sul-americanas. De modo parecido com o Chile, o Peru passou por uma série de reformas neoliberais no governo de Alberto Fujimori (1990-2000) e buscou ampliação das parcerias com os países do Pacífico em detrimento das nações sul-americanas. Com essa agenda política em vigência, o Peru recusou o compartilhamento da sua tarifa externa com os membros da CAN, mantendo assim a soberania sobre sua política tarifária.

Esses três modelos de regionalismos apresentam contribuições expressivas ao debate teórico sobre as regiões, regionalismos e processos de regionalização. Isso porque tais projetos foram constituídos em períodos de pouca autonomia dessas nações, o que a princípio contrariaria a tese de que a intensificação de processos de regionalização somente seria possível em períodos de autonomia estatal. Todavia, percebe-se que as questões normativas – frequentemente exaltadas pelos construtivistas que se apoiam na lógica “da adequação” – desempenham um papel decisivo no entendimento dos regionalismos formados no início da década de 1990. Pode-se perceber, por exemplo, que o tipo de regionalismo conformado na América Latina nesse período não necessariamente desafiava os preceitos da ordem internacional coordenada pelos Estados Unidos verificado no pós-Guerra Fria.

Dessa forma, é necessário entender que, a despeito dos constrangimentos sistêmicos impostos às nações da região, os Estados Unidos foram incentivadores desses regionalismos latino-americanos por acreditarem que esse seria um dos caminhos à associação de diferentes nações sul-americanas na Iniciativa para as Américas do governo George Bush e, posteriormente, na proposta de Área de Livre Comércio das Américas (Alca) da administração Bill Clinton. Igualmente importante se mostrou o respaldo que a CEPAL (1994) e organizações internacionais importantes como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional exibiram sobre os processos de regionalização que multiplicavam pelo sistema internacional. A partir desse *framework*, os governantes dos Estados sul-americanos conseguiam justificar suas ações de regionalização como forma de se adequarem a certas normas sociais propagadas por essas organizações. Em outras palavras, pode-se afirmar que as políticas de regionalização empreendidas por esses Estados nesse

período eram socialmente adequadas dado o ideário coletivo existente no sistema internacional<sup>133</sup>.

O engajamento de importantes países latino-americanos a essas propostas de liberalização comercial hemisférica - como o Chile e o México - contribuíam para a ideia estadunidense de que os demais países latino-americanos, um por um, iriam aderir às suas iniciativas de regionalização das Américas<sup>134</sup>. Todavia, a percepção de muitas nações de que a Alca representava uma ameaça aos parques produtivos regionais passou a transformar o processo de regionalização e os regionalismos sul-americanos em formatos cada vez mais anti-hegemônicos, algo que foi efetivamente consolidado a partir dos anos 2000.

Em suma, observa-se algumas tendências acerca das experiências de regionalismo empreendidas pelos países sul-americanos do século XIX até o fim do século XX. Inicialmente, no período analisado, percebe-se um maior predomínio de identidades e comportamentos regionais de rivalidade e desconfiança do que de amizade e cooperação. Na maior parte do tempo, o processo de regionalização foi, portanto, pouco explorado por essas nações. Na realidade, a despeito dos ideais de agregação sul e latino-americanos que remontam desde o século XIX, os regionalismos sul-americanos emergiram em situações específicas, sobretudo após os anos 1970.

É importante destacar o papel que os Estados Unidos historicamente apresentaram para a consecução de regionalismos nos seus vizinhos do Sul. No período abordado, os EUA foram protagonistas na busca de agregações hemisféricas a partir de projetos como a Doutrina Monroe, a OEA, a Aliança para o Progresso, a Iniciativa para as Américas e a Alca. Em outros momentos, o governo americano foi incentivador e legitimador de muitos dos processos de formação de dinâmicas regionais, como no caso do breve Pacto ABC e, num momento inicial, dos regionalismos abertos dos anos 1990. Em outros casos, através de exercícios de poder claros, Washington fomentou uma maior desagregação regional sul-americano tanto através do financiamento das guerras sul-americanas do século XIX quanto pelo apoio logístico, financeiro e outros incentivos à ascensão de governos nacionalistas e/ou de direita durante a Guerra Fria.

---

<sup>133</sup> Esse exemplo elucidava a importância do debate racionalista-constitutivista para o entendimento das regiões, processos de regionalização e regionalismos.

<sup>134</sup> O Chile, por exemplo, recusou convite do MERCOSUL em 1990 por apresentar mais interesse na conformação da proposta americana da Iniciativa para as Américas (FAZIO e PARADA, 2004, p. 14).

Além disso, de modo difuso, o aumento das taxas de juros americanas e o processo de ajustamento subsequente de muitas nações latino-americanas ocasionaram impactos importantes à socialização dos Estados sul-americanos e, dessa forma, causaram variações expressivas na coesão regional dos Estados sul-americanos. A partir dos anos 1980, o compartilhamento das mazelas sociais e constrangimentos aos governos foram importantes subsídios às ideias de maior unidade regional no Cone Sul e na região andina. Em outros casos – como no Chile e, em menor medida, no Peru – a adoção da agenda neoliberal desagregou essas nações do seu entorno geopolítico em favor das relações com os países do Pacífico – majoritariamente os EUA e o Leste Asiático.

Na Colômbia, a emergência da política americana de guerra às drogas incidiu diretamente sobre os países ofertantes de narcóticos. Nesse âmbito, as pressões americanas para a extinção dos produtores levaram ao aumento das tensões entre o Estado colombiano e os grupos guerrilheiros. À medida em que os confrontos se intensificaram, a perda de controle estatal sobre as guerrilhas ligadas ao narcotráfico evidenciou a fragilidade institucional do Estado e abriu a oportunidade para o controle da situação pela via da intervenção externa. Nesse cenário, a maior aproximação aos Estados Unidos não somente nos temas de segurança, mas também na economia política, levaram a um relativo afastamento da Colômbia dos seus vizinhos sul-americanos. A despeito dos modelos de inserção internacional desses países passarem a se orientar para o Pacífico, o Brasil ainda conseguiu firmar um acordo de tarifas preferenciais com os membros da CAN em 1999, o que, em parte, amenizou o “afastamento” desses do entorno político sul-americano.

Por fim, é importante ressaltar que muitos desses fatores contribuíram para a incapacidade da regionalização da totalidade dos países sul-americanos até o início do século XXI. Uma das principais características dos regionalismos desse período foram a sua fragmentação dentro do espaço da América do Sul/América Latina e a sua sobreposição temática. Como será argumentado na seção posterior, a partir da década seguinte, muitas alterações no sistema internacional – sobretudo a ascensão chinesa e a intensificação das suas relações com os países sul-americanos – passaram a cada vez mais influenciar as socializações dos Estados sul-americanos e o andamento do processo de regionalização sul-americano. Nesse contexto, sob certas socializações e a partir de normas sociais específicas, tais fatores contribuíram para o crescimento econômico e para melhorias nos termos de troca das nações sul-americanas que possibilitaram ganhos de autonomia frente aos países centrais e, conseqüentemente, maior espaço de manobra para a agregação

regional em boa parte da década de 2000. A partir da crise financeira internacional de 2007-2008, esse cenário se alterou substancialmente. Isso porque a maior procura chinesa pelo espaço sul americano, as frequentes oscilações dos preços das *commodities* e a diversificação produtiva chinesa implicaram alterações nas socializações dessas nações e, dessa forma, em problemas para o aprofundamento do processo de regionalização.

#### **4.2. Comportamento das dinâmicas regionais sul-americana no decorrer da intensificação das relações com a China (2001-2015)**

A década de 2000 foi marcada pela intensificação sem precedentes do processo de regionalização sul-americano em torno de várias iniciativas majoritariamente lideradas por Brasil e Venezuela. Tal período foi caracterizado pela crença generalizada de que, após dois séculos como entidades políticas independentes, os Estados sul-americanos finalmente haviam convergido politicamente para a criação de normas e instituições regionais que guiarão seu comportamento uns com os outros. Para Pecequillo (2013), foi justamente nesse período em que as “[...] transformações sociais, políticas, econômicas e estratégicas [...] trouxeram um renascimento da região como espaço geopolítico e geoeconômico” (p. 101).

Conforme indica o Modelo de Análise (Figura 1) exibido no primeiro capítulo, a intensificação do processo de regionalização sul-americano é explicada, em seu nível mais aparente, pelas socializações levadas a cabo dos Estados da região sul-americana. Assim, cabe ressaltar que, num cenário de incapacidade da agenda neoliberal de gerar crescimento sustentado, distribuição de renda e políticas sociais efetivas, uma série de grupos de oposição assumiram os governos sul-americanos ao fim dos anos 1990 e no decorrer da década de 2000. Tais governos passaram a alterar substancialmente a orientação externa de seus respectivos Estados e, dessa forma, impactaram decisivamente nos tipos de socializações regionais.

No Brasil, por exemplo, a despeito da estabilidade macroeconômica verificada desde a implementação do Plano Real, a baixa atividade econômica e a concentração de renda foram importantes para a ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT). Já na Argentina, após décadas de aplicação de políticas neoliberais e da implementação de um regime cambial de *currency board*, uma grave crise econômica despontou em 2001 e levou Néstor Kirchner à Casa Rosada em 2003 após sucessivos governos provisórios e forte

instabilidade político-econômica. Na Venezuela, uma tentativa de golpe ao presidente Hugo Chávez em 2002 ocasionou a polarização da política doméstica e o aprofundamento dos discursos bolivariano e de esquerda do governo chavista.

A ascensão desses três governantes também foi fator importante de sustentação política para que as oposições ganhassem as eleições no Uruguai com Tabaré Vázquez (2005), na Bolívia com Evo Morales (2006), no Equador com Rafael Correa (2007) e no Paraguai com Fernando Lugo (2008). Apesar da heterogeneidade da orientação política desses governantes, destaca-se a implementação de agendas que previam a superação regional do neoliberalismo; o retorno à primazia do Estado na coordenação e condução da política econômica; a implementação de políticas de inclusão social; e, por fim, a revisão das políticas externas dos Estados (LIMA, 2013, p. 181).

Além da posse de governantes com posições minimamente convergentes sobre os encaminhamentos regionais, algumas alterações sistêmicas importantes na configuração das estruturas de segurança e produção foram importantes aos tipos de regionalismos que se constituíram na década de 2000. Nesse contexto, conforme visto na seção anterior, o cenário internacional tornou-se mais favorável às nações sul-americanas do que percebido previamente. Isso porque, a partir dos ataques terroristas de 11 de setembro, o governo estadunidense de George W. Bush privilegiou, em sua política externa, um maior interesse à região eurásiana, ao combate ao denominado “eixo do mal”<sup>135</sup>, à Guerra Global contra o Terrorismo (GWT) e às subseqüentes invasões ao Afeganistão e Iraque. Nesse cenário, as relações com os países latino-americanos ficaram em segundo plano, o que ficou evidenciado pelo abandono da iniciativa da Alca em meados dos anos 2000<sup>136</sup> para a busca de formação

---

<sup>135</sup> Para o governo americano, o “eixo do mal” se referia aos principais Estados que ameaçavam a segurança nacional americano e contemplava Irã, Iraque e Coreia do Norte.

<sup>136</sup> Pecequillo (2013) apresenta uma outra perspectiva sobre o assunto. Para ela, a relativa falta de apoio de segmentos significativos da sociedade, da classe política e das empresas americanas aos projetos de liberalização hemisféricos também contam como importantes variáveis explicativas ao fracasso da Alca. Para a autora, “[...] desde o governo Bill Clinton (1993/2000), os norte-americanos haviam recuado na agenda hemisférica e nem mesmo George Bush pai (1989/1992) implementara sua pauta “americana” plenamente” (PECEQUILO, 2013, p. 103). Para mais informações, ver pp. 103-104 de Pecequillo (2013).

de arranjos comerciais bilaterais *ad hoc*<sup>137</sup>. A ausência de iniciativas hemisféricas dos EUA permitiu que Venezuela e Brasil operacionalizassem seus respectivos projetos de regionalismos sem muitos empecilhos políticos provindos dos EUA (PECEQUILO, 2013, p. 105).

Além disso, a menor presença relativa de Washington na América do Sul possibilitou uma margem para que a RPC, conforme já observado neste trabalho, se aproximasse politicamente de muitos países da região para o incremento de seus fluxos de investimento e comércio. Cabe lembrar que as demandas chinesas por produtos primários, assim como as instabilidades político-econômicas no Oriente Médio, auxiliaram no aumento dos preços das *commodities* nos mercados internacionais. Dessa forma, a alta dos preços dos produtos da pauta exportadora de muitas nações sul-americanas resultou em melhorias nos termos de troca dessas nações e, em alguns casos, em estímulos ao seu crescimento econômico. A partir dessas configurações, acréscimos na percepção de autonomia de muitos países sul-americanos contribuíram decisivamente para que houvesse espaço de manobra para a criação e reforma de regionalismos, muitos deles com características antiamericanas.

A partir desses cenários, ao longo dos anos 2000, os novos governantes foram responsáveis pela reforma de regionalismos já existentes - como o MERCOSUL - e pela criação de novas instituições e fóruns de agregação regional - como a Alba, a UNASUL e a CELAC. O MERCOSUL, por exemplo, foi fortalecido pelo aumento do comércio intrabloco e dos investimentos diretos (IDEs) recebido pelos seus membros na maior parte dos anos 1990. Alguns problemas de coesão política regional foram desencadeados a partir da desvalorização cambial brasileira de 1999 e da crise argentina de 2001. Tais eventos prejudicaram sistematicamente as capacidades argentinas de captação de investimentos e de exportação ao mercado brasileiro. À época, uma série de litígios importantes entre os membros do bloco, especialmente envolvendo questões comerciais, conformaram um importante momento de crise

---

<sup>137</sup> O principal desses arranjos bilaterais *ad hoc* de exercício de poder americano foi, sem dúvidas, a Iniciativa Contra as Drogas na Colômbia (Plano Colômbia). A “guerra às drogas” estadunidense retomada ao fim dos anos 1990 levou à criação do Plano Colômbia com o objetivo de dar suporte logístico e financeiro a esse país em troca do fortalecimento estatal para o combate aos narcotraficantes e grupos guerrilheiros.

política regional<sup>138</sup>. Nesse cenário, a ascensão de governantes de bom relacionamento político no Brasil e na Argentina permitiu a reestruturação do MERCOSUL em termos diferentes do que observados até então.

Especialmente sob a iniciativa brasileira, as ideias que constituíam o MERCOSUL como processo de regionalização foram alteradas. A partir do começo dos anos 2000, tal regionalismo passou a exibir mais a intervenção dos governos e instituições no desenvolvimento econômico regional do que o processo de “regionalismo aberto” presenciado até então. Com essa nova concepção sobre o regionalismo, os Estados membros não contemplaram apenas um relacionamento comercial nos moldes anteriores, mas também buscaram criar políticas públicas que focassem nas dimensões sociais e de investimento nas infraestruturas socioeconômicas do bloco. Para tal, foram firmados acordos de temáticas diversas sob o arcabouço institucional do MERCOSUL, como os hidrográficos<sup>139</sup>; migratórios<sup>140</sup>; em matéria de Direitos Humanos<sup>141</sup>; parlamentares<sup>142</sup>; e de Ciência e Tecnologia<sup>143</sup>. Além desses projetos, foram concebidos fundos estruturais que visavam a uma distribuição mais equânime dos ganhos do processo de regionalização, como o Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM). O documento final do Consenso de Buenos Aires (2003) representou um marco dessa mudança estratégica ao afirmar a

---

<sup>138</sup> O mais famoso desses litígios se refere ao “Caso das Papeleiras” que envolveu uma disputa entre Argentina e Uruguai na captação de investimentos de indústrias de papel e celulose. Para mais informações, ver pp. 71-72 de CIDADE (2013).

<sup>139</sup> Como, por exemplo, o Grupo *ad hoc* Aquífero Guarani (Decisão 25/2004 do CMC).

<sup>140</sup> Projetos de Acordos contra o Tráfico Ilícito de Migrantes (Decisão 37/2004 do Conselho do Mercado Comum)

<sup>141</sup> Ressalta-se aqui a criação da Reunião de Altas Autoridades Sobre Direitos Humanos no MERCOSUL (Decisão 40/2004 do CMC), o destacado Protocolo de Assunção sobre Compromisso com a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos do MERCOSUL (Decisão nº17/2005 do CMC), a criação do Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos, com sede em Buenos Aires (Decisões 14/2009 e 12/2010 do CMC) e a criação da Reunião de ministras e Altas Autoridades da Mulher (Dec. 24/2011 do CMC).

<sup>142</sup> Lembra-se da criação e do desenvolvimento do Parlamento do MERCOSUL (Decisões 49/2004 e 23/2005 do CMC).

<sup>143</sup> Como, por exemplo, a Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Ciência, Tecnologia e Inovação no MERCOSUL (Decisão 05/2004 do Conselho do Mercado Comum).



(...) convicção de que o MERCOSUL não é somente um bloco comercial, mas, ao contrário, constitui um espaço catalisador de valores, tradições e futuro compartilhado. Dessa forma, nossos Governos estão trabalhando para fortalecer o através do aperfeiçoamento de suas instituições nos aspectos comerciais e políticos e da incorporação de novos países

Os novos grupos dirigentes também foram responsáveis pela concepção da primeira organização internacional tipicamente sul-americana. Sob iniciativa brasileira, a UNASUL foi criada em 2008 com o objetivo de fortalecer os mecanismos de cooperação e articulação política regional (VIGEVANI e RAMANZINI JR, 2014, p. 519). Apesar das esperanças iniciais brasileiras de conformação de uma área de livre comércio sul-americana, a UNASUL foi concebida como uma organização internacional de caráter político-estratégico. À época, as diferenças nos modelos de inserção internacional implicaram a impossibilidade de formatação de um regionalismo que também tratasse de matérias produtivas e comerciais.

Desde 2008, a UNASUL vem sendo um importante fórum de discussões de questões militares, energéticas, logísticas e de infraestrutura, na área da saúde pública e nos temas de segurança no que concerne ao espaço sul-americano (LIMA, 2013, p. 182). Assim como o “novo MERCOSUL”, a UNASUL representou a superação da agenda do “regionalismo aberto” pela inserção de novos tipos de cooperação política na agenda regional. No entanto, sua configuração original estritamente política denota a persistente incapacidade de atração de países como o Chile, Colômbia e Peru para as dinâmicas produtivas e comerciais regionais. Tais países apresentam um nível de tarifação muito abaixo das demais nações sul-americanas e, portanto, sua inserção a um esquema de regionalismo como o MERCOSUL é extremamente difícil pela necessidade de reconfiguração dos seus respectivos modelos de inserção internacional e política econômica<sup>144</sup>.

Outra iniciativa regional importante criada no período foi a Alba. Concebida em 2004, tal organização consiste em um regionalismo pós-liberal e bolivariano sob a liderança venezuelana. Assim como outros regionalismos latino-americanos criados no mesmo momento histórico,

---

<sup>144</sup> Cabe ressaltar, no entanto, que o Acordo de Complementação Comercial nº 58 entre o MERCOSUL e o Peru afirma que acordos de livre comércio com membros externos à ALADI devem ser comunicados às respectivas partes e renegociações e compensações de eventuais prejuízos tenham de ocorrer.

tal organização procura conformar uma agenda de protagonismo do Estado na coordenação dos projetos de desenvolvimento econômico, assim como diminuir as assimetrias entre os Estados que a compõem e erradicar a pobreza (LIMA, 2013, p. 185). Dessa forma, seus membros sul-americanos – Venezuela, Equador e Bolívia<sup>145</sup> – assumiram, portanto, uma agenda essencialmente antiamericana e antiliberal. A economia venezuelana, no entanto, apresenta limitações próprias ao desenvolvimento da Alba. A baixa diversificação produtiva e a concentração das suas exportações no setor petrolífero impedem sua capacidade de realizar laços de interdependência econômica fortes com demais nações latino-americanas. Além disso, tais características restringem substancialmente a capacidade venezuelana de crescimento econômico em tempos de baixa dos preços das *commodities* e, dessa forma, reprimem seus anseios de projeção internacional (PECEQUILO, 2013, p. 105).

A Comunidade de Estados Latino Americanos e Caribenhos (CELAC) foi outro regionalismo criado na década de 2000. Anteriormente chamada de Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC), a CELAC foi inicialmente concebida em 2008 a partir da conjuntura de crise econômica estadunidense. Nesse ano, o Brasil congregou, pela primeira vez na história, uma reunião de todos os países latino-americanos sem a presença de um ator externo à região através da CALC (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES BRASILEIRO, 2016, s.p.). Dois anos após tal encontro, decidiu-se pela união do CALC ao Grupo do Rio para a conformação da CELAC. Tal instituição tem o objetivo primordial de estabelecer projetos de cooperação para o desenvolvimento e de conformar um *locus* de concertação política regional (Idem, 2016).

A exclusão dos Estados Unidos e do Canadá da CELAC representa um contraponto político significativo à OEA. É expressivo apontar que a criação da CELAC ocorreu num contexto de persistência da marginalização de Cuba da OEA e de continuidade do bloqueio econômico estadunidense à Havana. Tais fatores serviram de motivação normativa para que a CELAC fosse inicialmente concebida. Outro ensejo importante à criação dessa organização foi a aproximação de outros Estados com as nações latino-americanas no decorrer dos anos 2000 – dentre eles, a China. Conforme afirmado no capítulo anterior, desde 2014,

---

<sup>145</sup> Além desses, Cuba, Dominica, Antígua e Barbuda, Nicarágua, São Vicente e Granadinas constituem a Alba.

o foro CELAC-China vem sendo um importante espaço de atuação regional chinesa, assim como de negociação e discussão de investimentos de Pequim para a AL (BLOG DO PLANALTO - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2015, s.p.).

Na Comunidade Andina das Nações, o processo de diversificação dos modelos de inserção internacional dos países da região verificado desde a década de 1970 atingiu seu ápice nos anos 2000 e influenciou cada vez mais a trajetória histórica desse regionalismo, ao menos até 2015. Além das já citadas orientações externas de Chile, Colômbia e Peru se encaminharem cada vez mais à Ásia-Pacífico, a Venezuela e a Bolívia têm aprofundado seus laços com o MERCOSUL<sup>146</sup>. As incertezas políticas ocasionadas a partir da morte de Hugo Chávez, todavia, deixam em aberto o futuro da CAN e das dinâmicas regionais andinas. Isso porque grupos de direita ganham força na atual conjuntura política venezuelana, o que pode ocasionar maior cooperação e alinhamento com a Colômbia no âmbito regional e com os Estados Unidos no cenário internacional.

Diferentemente do observado durante boa parte dos anos 2000, o desenvolvimento do processo de regionalização sul-americano tomou novos rumos a partir das consequências regionais da crise financeira internacional de 2007-2008. Num primeiro momento, a manutenção dos governos das nações sul-americanas e das identidades regionais foram aspectos que contribuíram para o aprofundamento do processo de regionalização, ao menos nos temas essencialmente políticos e de segurança.

As instituições regionais criadas ao longo dos anos 2000 ainda apresentaram funcionalidade e impactaram na estabilização regional, cumprindo, portanto, um papel importante para o aumento do processo de regionalização. Nesse sentido, tão logo foi concebida, a UNASUL teve que lidar com a crise separatista do Pando na Bolívia; a crise entre Colômbia e Venezuela de 2010<sup>147</sup>; as revoltas da polícia nacional equatoriana no mesmo ano; além de controlar as instabilidades políticas domésticas venezuelanas em 2014 (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES

---

<sup>146</sup> A Bolívia ainda se encaminha para ser um membro do MERCOSUL, o que depende apenas de ratificações nos congressos de Brasil e Paraguai (REBOSSIO, 2015, s.p.).

<sup>147</sup> Tal crise foi desencadeada a partir das denúncias colombianas de existência de grupos guerrilheiros ligados às FARC em território venezuelano no âmbito da OEA. Assim como em 2008, Chávez emitiu um sinal de “alerta máximo” nas fronteiras e rompeu por cerca de vinte dias as relações com Bogotá (JARDIM, 2010, s.p.).

EXTERIORES BRASILEIRO, 2016, s.p.). Além disso, tanto o MERCOSUL quanto a UNASUL foram responsáveis pela suspensão do Paraguai dessas organizações no episódio de deposição do presidente Fernando Lugo em julho de 2012, o que foi feito com base nos dispositivos legais previstos pelo Protocolo de Ushuaia e do Protocolo Adicional ao Tratado Constitutivo da UNASUL sobre compromisso com a Democracia.

Todavia, a crise fronteiriça entre Colômbia, Venezuela e Equador de 2008 – provavelmente o litígio sul-americano mais sério do século XXI - foi solucionada no âmbito da OEA em detrimento das instituições regionais sul-americanas<sup>148</sup>. A solicitação das partes envolvidas para que tal conflito fosse solucionado na OEA exibiu, de certa forma, a incapacidade política e institucional da região sul-americana de resolver seus próprios problemas. Além disso, tal episódio igualmente elucidou o quanto o processo de regionalização sul-americano apresenta debilidades oriundas dos tipos de socializações historicamente verificados.

Conforme afirmado no capítulo anterior, a crise financeira internacional de 2007-08 representou um momento de inflexão importante para os resultados da inserção externa de muitos países sul-americanos. Isso porque foi nesse cenário em que a China aumentou sua assertividade sobre a América do Sul, os preços das *commodities* exibiram oscilação significativa e, decorrente desses processos, muitas balanças comerciais regionais se deterioraram. Dessa forma, a ascensão chinesa e a intensificação das suas relações com os países sul-americanos relativizaram as relações de interdependência e dependência regionais. Isso porque os parceiros maiores – Brasil e Argentina – enfrentaram sérios problemas de crescimento econômico a partir de 2011, o que contribuiu para a diminuição das suas importações dos países vizinhos. Nesse contexto, as pressões competitivas chinesas sobre certos setores

---

<sup>148</sup> Cabe lembrar que a UNASUL foi constituída dois meses após tal episódio e, portanto, não poderia servir como locus de resolução desse conflito. Tal crise foi desencadeada pelo assassinato, em território equatoriano, de Raúl Reyes, um dos líderes das FARC, pelo exército colombiano. Nesse contexto, o presidente Hugo Chávez chegou a afirmar que caso o mesmo ocorresse em território venezuelano, isso significaria “motivo de guerra” (EREDIA, 2008, s.p.). Chávez também ordenou o fechamento da embaixada colombiana em Caracas, anunciou o encerramento das atividades da embaixada venezuelana em Bogotá e encaminhou dez batalhões de tanques à fronteira venezuelana com a Colômbia (Idem, 2008, s.p.). Assim como o presidente venezuelano, o presidente equatoriano Rafael Correa fechou sua embaixada em Bogotá e expulsou o embaixador colombiano no Equador.

industriais regionais tenderam, no médio e longo prazo, a problematizar tanto o crescimento econômico, a geração de emprego e renda regional quanto as perspectivas de implementação de políticas de desenvolvimento industrial regionais. Em resumo, a reascensão chinesa e a intensificação das relações sino-sul-americanas contribuíram para a percepção de diminuição da autonomia de muitas nações sul-americanas.

Nesse contexto, foram observadas discussões acerca de novos modos de inserção internacional dos países da região, assim como posições divergentes sobre os encaminhamentos necessários à solução dos constrangimentos externos e internos impostos aos projetos regionais. Conforme afirmado no primeiro capítulo, as perspectivas racionalistas que se guiam pela lógica “da consequência” afirmariam que as dificuldades em se chegar a um denominador comum em negociações regionais levariam a comportamentos unilaterais e/ou não cooperativos por alguns países da região.

Nesse cenário, nos temas de comércio e investimentos, verificou-se certa estagnação dos processos internos de regionalização com tendências à emergência de dispersão de países da região para a consecução de alianças e projetos com membros extrarregionais - inclusive com a China. Muitos países do MERCOSUL, por exemplo, ainda não apresentam incentivos materiais para renunciar ao referido bloco regional e adotar modelos de inserção similares ao chileno. Em outros casos, os Estados podem não achar socialmente adequado abandonar alguns regionalismos sul-americanos para se engajarem em outros tipos de política externa. Seja qual for o caso, as pressões dentro do MERCOSUL para que haja maior liberalização comercial com membros extrarregionais foram fenômenos cada vez mais presentes no cotidiano político regional, sobretudo na primeira parte da década de 2010.

O Uruguai, por exemplo, um dos membros mais descontentes com os resultados do MERCOSUL, pressionou por maiores aberturas do bloco regional, sobretudo desde a primeira administração de Tabaré Vázquez. Para aumentar seu poder de barganha regional, o governo uruguaio ensaiou a assinatura de acordos de liberalização comercial à revelia dos demais membros do MERCOSUL. Em 2007, por exemplo Montevideú firmou, com os Estados Unidos, o *U.S.-Uruguay TIFA Protocol on Trade Facilitation*. Segundo Malamud (2011), tal acordo “[...] deixou em aberto a decisão uruguaia de adotar uma política de inserção internacional ao estilo chileno, [ou seja], através da formação de múltiplos acordos bilaterais, em vez de se associar exclusivamente a um bloco regional” (p. 13, tradução nossa). Já o Paraguai vem pressionando o bloco por

liberalizações comerciais intra e extra bloco desde que regressou ao MERCOSUL após o episódio de ruptura da ordem democrática que afastou Fernando Lugo da presidência. (MATOSO, 2015, s.p.).

Em outros casos, iniciativas unilaterais de adesão a processos de liberalização comercial sem muitas preocupações com as repercussões regionais também ocorreram. O Peru assinou seu acordo de livre comércio com a RPC em 2010 um ano após o início da operacionalização de tratado similar com os EUA (MOURA E SOUZA, 2010, s.p.). Insatisfeito com a situação, o Brasil afirmou que iria cobrar compensações tarifárias do governo peruano, especialmente porque o governo peruano deveria renegociar seus acordos tarifários com o MERCOSUL caso se envolvesse em algum acordo de livre comércio com membros exteriores à ALADI<sup>149</sup> (Idem, 2010). À época, no entanto, a diplomacia do ex-presidente Alan García se esquivou de quaisquer reuniões com os países da região (Idem, 2010). Na Colômbia, após o relançamento das relações sino-colombianas feito na administração Uribe, as negociações para a formação de um acordo de livre comércio entre ambas as nações tiveram início em 2015 (MOFCOM, 2007, s.p.; MARCELINO, 2015, s.p.). Tal atitude corrobora ainda mais o “afastamento” político colombiano da região sul-americana.

Em um contexto de maiores exportações chinesas à América do Sul, de deterioração da balança comercial de muitos países sul-americanos e de queda do preço das *commodities*, as negociações multilaterais e bilaterais, que estavam há muito tempo paradas voltaram à pauta no MERCOSUL<sup>150</sup>. Assim, num cenário de problematizações crescentes da inserção externa de algumas nações sul-americanas, as ideias características ao “regionalismo aberto” voltaram a ganhar força nesse bloco regional. No plano multilateral, ao menos até 2015, foram discutidas, no MERCOSUL, propostas de liberalização comercial com a União Aduaneira Euroasiática (UAE) (Rússia, Belarus e Cazaquistão); com a Aliança do Pacífico (México, Peru, Chile, Colômbia e Costa Rica) e com a União Europeia (KIDD, 2014, s.p.). Já bilateralmente, tratados com Tunísia; Líbano; Coreia do Sul; e Paquistão foram estudados pelos membros desse regionalismo, mas até o presente momento, não foram

---

<sup>149</sup> Tal reivindicação brasileira está em acordo com o Acordo de Complementação Econômica nº 58 assinado e ratificado por membros do MERCOSUL e Peru (BRASIL, 2005).

<sup>150</sup> Até o presente momento, o último tratado de livre comércio foi o firmado com Israel em 2009.

implementados<sup>151</sup> (Idem, 2014). Dentre todos esses acordos, as propostas que foram mais debatidas no período foram a MERCOSUL-Aliança do Pacífico e a MERCOSUL-UE.

No que tange ao acordo MERCOSUL-Aliança do Pacífico, todos os membros do MERCOSUL têm apresentado interesse em sua concretização e não existem problemas muito grandes para sua operacionalização<sup>152</sup> (MENDONÇA, 2015, s.p.). No entanto, ao menos até 2015, Argentina e Venezuela se mostraram mais reticentes com a conclusão do acordo MERCOSUL-União Europeia e com as propostas de alterações substanciais do modelo de inserção internacional desse bloco regional sul-americano.

Após um vazamento de documentos do Itamaraty ocorrido em 2014, ficaram evidentes as tensões e dificuldades de implementação da área de livre comércio MERCOSUL-UE devido às discordâncias dos membros do bloco. De um lado, a Venezuela rejeitou desde o princípio a realização do acordo e se retirou das tratativas (ROZEMBERG e MAKUC, 2016, s.p.). A Argentina, por sua vez, apresentava receio de que suas exportações ao Brasil sofressem com a maior concorrência dos produtos europeus e, por isso, se viu inicialmente prejudicada por tal acordo (LANDIM, 2014, s.p.). Para a solução desse problema, Paraguai e Uruguai sugeriram a implementação de um cronograma de liberalização diferenciado para cada país, o que daria maiores prazos de desgravação tarifária à Argentina (Idem, 2014). Tal proposta, no entanto, foi recusada pelo governo de Cristina Kirchner sob a alegação de que os ritmos diferenciados de liberalização eram “incompatíveis com o aprofundamento da integração do bloco” (Idem, 2014).

O governo brasileiro, por sua vez, alterou seus interesses envolvendo sua inserção internacional e a política regional. Conforme afirmado anteriormente, nos anos 2000, o Brasil era o principal entusiasta do modelo de regionalismo coordenado pelo Estado implementado pelo mandato do presidente Lula da Silva. Diferentemente do seu antecessor, a política externa brasileira do mandato de Dilma Rousseff passou a

---

<sup>151</sup> Vale ressaltar que existe uma impossibilidade técnica de assinatura de acordo de livre comércio com a RPC pelo reconhecimento exclusivo do Paraguai a Taiwan (República da China) em detrimento a China continental (MALAMUD, 2011, p. 12).

<sup>152</sup> Já existem tratados de livre comércio do MERCOSUL com Chile (1996) e do Uruguai com o México (2004). Ademais, o MERCOSUL apresenta acordos de complementação econômica com o Peru (ACE-58), México (ACE-54 e ACE-55) e Colômbia (ACE-59).

endossar as tratativas regionais de formação de acordo de livre comércio com a UE. Em discurso recente, a presidenta Rousseff afirmou que "este acordo abre para a União Europeia [...] todo o mercado da América do Sul e certamente, a partir daí, funcionará como uma plataforma para o restante do continente" (FONSECA, 2015, s.p.). No plano doméstico brasileiro, a Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), importante ator a ser considerado na formulação da política externa dessa nação, apoiou essa postura do governo por acreditar que tal acordo proporcionaria "[...] estímulo na estratégia de integração nas cadeias globais de valor", assim como fomentaria "[...] os investimentos recíprocos e as transações de serviços" (FIESP, 2014, s.p.). Nesse acordo, a expectativa da FIESP é de um crescimento de 12% das exportações brasileiras à União Europeia num primeiro momento. Vale ressaltar, no entanto, que a FIESP também alerta "[...] a importância de observar a sensibilidade de alguns segmentos da indústria brasileira, adotando-se listas de exceção e cronogramas diferenciados de desgravação" (Idem, 2014).

No caso específico do Brasil, para além das baixas taxas de crescimento econômico, a maior competição com a indústria chinesa parece ter sido um fator mobilizador importante para a alteração do modo de inserção regional e internacional no decorrer das gestões do Partido dos Trabalhadores. Cabe lembrar, nesse sentido, que o governo Lula foi assertivo na construção do espaço sul-americano como foco da sua política externa e firme na recusa de assinatura da ALCA, assim como na rejeição das negociações com a União Europeia. Conforme apontam Boito Jr. e Berringer (2013),

[...] o arquivamento da proposta da ALCA, o adiamento das negociações do Mercosul com a União Europeia e das negociações da Rodada Doha fazem parte da política dos governos Lula de garantir uma proteção do Estado à grande burguesia interna em disputa com o capital estrangeiro. O fortalecimento da integração da América Latina e o aprofundamento das relações com os estados dependentes contribuíram para que a grande burguesia interna brasileira pudesse também se expandir e de certa forma concorrer com o capital imperialista.

De acordo com Singer (2015), no entanto, o primeiro mandato da presidenta brasileira Dilma Rousseff apresentou mudanças na orientação da inserção externa devido a alterações das preferências de atores domésticos importantes. De acordo com o autor,



No início de 2011, os produtivistas apresentaram-se ao público por meio de documento assinado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Força Sindical, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. De acordo com o texto Brasil do diálogo, da produção e do emprego, a “crescente reprimarização da pauta de exportação”, a “substituição da produção doméstica por produtos e insumos industriais importados” e a “expressiva queda do conteúdo nacional na produção” fez acender “uma luz amarela” e empurrou os parceiros para a ação conjunta. Convém assinalar a singularidade do acontecimento. Embora se note a ausência da Confederação Nacional da Indústria no acordo, convém observar que, mesmo no contexto da desconcentração industrial em curso desde os anos 2000, São Paulo continuava a ser o maior parque fabril do país (SINGER, 2015, p. 58).

Nesse contexto de aumento das pressões competitivas externas sobre a indústria nacional, as ideias de formatação de acordos de liberalização comercial com os países centrais ganharam força no Brasil e passaram a mobilizar os atores sociais supracitados. Concomitante a esse processo, opiniões de rejeição ao MERCOSUL cresceram, inclusive entre ministros do segundo mandato da presidenta Rousseff. Nesse cenário, passaram a ser exaltadas argumentações que abrangiam a suposta marginalização brasileira das cadeias globais de valor. Singer (2015) sintetiza bem esses fenômenos. Segundo o autor,

ao que parece, a iniciativa da TTIP (Transatlantic Trade and Investment Partnership) encontrou boa repercussão nos meios industriais brasileiros. Pedro Passos, presidente do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), que vem se batendo pela reinclusão do Brasil nas cadeias produtivas globais, argumenta que “o isolamento internacional do Brasil poderá se aprofundar caso o país não se integre à tendência de mega-acordos, desencadeada em 2011 com o lançamento da TPP (Trans-Pacific Partnership), que envolve Estados Unidos e outros onze países de três continentes, e com a TTIP, reunindo EUA e União Europeia”. De acordo com a visão ocidentalista, o Mercosul não seria suficiente para tirar o Brasil do isolamento.

Não por acaso, dois ministros de Dilma 2 emitiram em 2015 declarações contra o Mercosul e a favor de reaproximação com os Estados Unidos. Roberto Mangabeira Unger, da Secretaria de Assuntos Estratégicos, afirmou que “o Mercosul é um corpo sem espírito” e que com os Estados Unidos “podemos fazer acordos sob vários aspectos”. Armando Monteiro, ministro do Desenvolvimento e ex-presidente da CNI, disse que os Estados Unidos “representam a maior oportunidade para o incremento das exportações brasileiras” e defendeu não ficar amarrado só ao Mercosul. Vale recordar que, em 2003, os setores adiantados da indústria brasileira haviam apoiado a orientação lulista de bloquear a Alca e investir no relacionamento Sul-Sul, criando vínculo privilegiado com o Mercosul e a China. No final de 2013, entretanto, o presidente da Confederação Nacional da Indústria, Robson Andrade, falando a empresários norte-americanos em Denver, afirmou que o Brasil deveria fechar acordo de livre-comércio com os Estados Unidos, deixando o Mercosul em segundo plano. Segundo esclarece o presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), Humberto Barbato, “mudamos o posicionamento. Há dez anos éramos refratários. [...] Agora estamos isolados, o Brasil está fora das cadeias de valor, daqui a pouco estaremos parecidos com países da antiga Cortina de Ferro” (SINGER, 2015, p. 63-64).

A partir desse cenário de transformação das percepções brasileiras sobre seu modelo de inserção externa, Argentina e Venezuela ficaram isoladas, ao menos até 2015, em suas respectivas políticas externas de exaltação do espaço regional sul-americano. Todavia, as recentes modificações na estruturação política em Buenos Aires e Caracas tendem a alterar o conteúdo da política regional dessas nações. Na Argentina, a ascensão de Mauricio Macri à Casa Rosada no final de 2015 levou a uma nova orientação da inserção internacional desse país e ao resgate de ideias que guiam sua concepção de regionalismo. Desse modo, a vontade de liberalização da economia argentina já é percebida em seus discursos. Para Macri, o MERCOSUL necessita de “vitalidade” por ter sido historicamente “postergado, dilatado e interferido” pelos governantes da região (TERRA BRASIL, 2015). Em entrevista ao grupo de

comunicações português RFI em fevereiro de 2016, Macri afirmou que “é uma nova época da relação da Argentina com o mundo” (RFI, 2016, s.p.). Além disso, acrescentou que esperava que, o acordo de livre comércio entre o MERCOSUL e a União Europeia, altamente rejeitado pelas gestões dos Kirchner, fosse concretizado em trinta dias (Idem, 2016). Por sua vez, a vitória de grupos opositores de direita nas últimas eleições parlamentares na Venezuela e a impossibilidade de reeleição do presidente boliviano Evo Morales representam outros fatores que podem trazer uma maior convergência regional em torno da agenda de “regionalismo aberto” num futuro próximo.

A partir dessas tendências, três preocupações principais emergem acerca das perspectivas do processo de regionalização sul-americano. Primeiramente, o modelo de “regionalismo aberto” procurado por muitos governos tende a exacerbar a característica de subdesenvolvimento do processo de regionalização sul-americano. Isso porque a abertura econômica ao sistema capitalista internacional pode levar essas nações a dependerem cada vez mais de estímulos sistêmicos - como variações positivas nos preços das *commodities* e/ou crescimento no nível de demanda internacional dos produtos sul-americanos – para que ocorram momentos de maior autonomia propícios à intensificação do processo de regionalização.

Em segundo lugar, muitos governantes sul-americanos têm demonstrado interesse na inserção de suas economias nos grandes projetos de liberalização em curso, como o *Transatlantic Trade and Investment Partnership* (TTIP) e o *Trans-Pacific Partnership* (TPP), o que ocasiona problematizações para a intensificação do processo de regionalização sul-americano. O TTIP, por exemplo, é um acordo de liberalização entre Estados Unidos e União Europeia que objetiva, segundo Pecequilo (2013), “[...] fechar os espaços internos de cada um dos dois parceiros à China e retomar competitividade nos demais mercados” (p. 113). Nesse sentido, os EUA e a UE buscam, com tal projeto, recuperar mercados perdidos para a RPC nas últimas décadas – dentre eles, o mercado sul-americano. Dessa forma, as nações da região terão que lidar não apenas com a intensificação das relações sino-sul-americanas observadas no Capítulo 2, mas igualmente com uma renovação do interesse das economias desenvolvidas na América do Sul.

Por sua vez, o *Trans-pacific Partnership* (TPP), projeto de formação de área de livre comércio e de reposicionamento das forças armadas americanas, engloba países da Ásia-Pacífico e apresenta o objetivo principal de contrapor a expansão chinesa nessa região (PECEQUILO, 2013, p. 113). Em discussões desde 2008, o TPP foi

assinado em fevereiro de 2016 e contempla, dentre os países sul-americanos, o Chile e o Peru. Muitas associações de empresários sul-americanas têm defendido a tese de que as políticas econômicas empreendidas nas últimas décadas marginalizaram as economias sul-americanas nas cadeias globais de valor e que, portanto, os países da região deveriam se inserir nesses acordos supracitados. Para justificar essa opção política, os casos do Chile, Peru, Colômbia e México – justamente as nações que abdicaram de maiores envolvimento com o entorno latino-americano - frequentemente são exaltados por empresários, *think tankers* e segmentos da sociedade dos demais países sul-americanos. Cabe lembrar, por exemplo, que as nações andinas desfrutaram de crescimento econômico expressivo mesmo no período de queda dos preços das *commodities* a partir de 2012. Dessa forma, a atual conjuntura internacional e os interesses de alguns grupos domésticos sul-americanos são aspectos relevantes para o entendimento dos desdobramentos futuros do processo de regionalização sul-americano.

Por fim, uma terceira preocupação do futuro do processo de regionalização na América do Sul é a atuação recente da diplomacia chinesa. Historicamente, a RPC tem se aproveitado de momentos de perda da capacidade de ação coletiva na região para influir na política regional maneira intencional. Vale ressaltar, nesse sentido, que, por vezes, o exercício de poder chinês não é meramente resultado indireto do seu processo de reascensão ou da sua intensificação supostamente despreziosa do relacionamento com os países sul-americanos. Vadell (2011), por exemplo, aponta um recente episódio que evidenciou o quão disposta está a RPC em não perder suas frações dos mercados sul-americanos. De acordo com o autor,

[...] os produtos industrializados oriundos da China ameaçam o setor industrial da Argentina e, ao mesmo tempo, ameaçam a indústria brasileira, que perde mercado no país vizinho, criando atritos entre ambos os parceiros regionais. A título de ilustração, vale a pena lembrar um recente episódio envolvendo negociações comerciais entre a Argentina e o Brasil justamente para tentar equacionar esse problema. No dia 26 de março de 2010, em um encontro em Brasília, o Secretário de Comércio Exterior do Brasil, Welber Barral, e o subsecretário de Política e Gestão Comercial do Ministério da Produção da Argentina, Eduardo Bianchi, acordaram posições em conjunto em face da política comercial da China para a região. As

duas maiores economias da região deram o pontapé inicial para levar adiante uma iniciativa de integração das cadeias de produção e uma política comercial e de proteção industrial comum em relação à China, com uma intenção de promover produtos brasileiros e argentinos também de maneira conjunta. Esse acontecimento mostra, em grande medida, a preocupação dos setores industriais de ambos os países frente à impossibilidade de competir com os produtos chineses. Pouco teve que se esperar para uma resposta chinesa. No dia 3 de abril de 2010, a decisão da RPC de frear o ingresso de óleo de soja de origem argentino por razões sanitárias criou uma rispidez nas relações bilaterais que estava amadurecendo, não só por meras razões conjunturais do comércio internacional, mas também por razões estruturais, que também se remontam as trajetórias históricas do desenvolvimento da Argentina e do Brasil. Ambos os países, mas principalmente o Brasil, conseguiram formar setores industriais de peso, cujos interesses refletem-se na estrutura do Estado e na elaboração das políticas públicas e, portanto, na sua política externa. A partir de 2008 e 2009, no meio da crise econômica, o conflito de interesses latente saltou à luz (VADELL, 2011, p. 74).

Em resumo, o presente capítulo apresentou como a piora dos termos de troca, a deterioração do crescimento econômico de países-chave como Brasil e Argentina e os constrangimentos aos projetos de desenvolvimento industrial de países sul-americanos estimularam, sobretudo a partir da crise financeira internacional, algumas nações buscarem renegociar e pressionar por novos termos para o processo de regionalização sul-americano. No MERCOSUL, as divisões e tensões ficaram claras entre Argentina e Venezuela, de um lado, e os demais membros do bloco, de outro, pelas propostas de abertura comercial. Nos países andinos - à exceção da Bolívia - as orientações externas à Ásia-Pacífico foram consolidadas em detrimento ao aprofundamento do processo de regionalização sul-americano.

Argumentou-se que, através do seu processo de reascensão econômica e de intensificação das relações com as nações sul-americanas, a RPC passou a influenciar cada vez mais nos resultados da balança comercial, no nível de crescimento e nas condições de desenvolvimento

das nações sul-americanas. Enquanto o “efeito China” contribuiu para a melhora dos termos de troca num primeiro momento, a partir da crise financeira internacional de 2007-08, a maior assertividade chinesa sobre a região num contexto de maior oscilação dos preços das *commodities* contribuiu significativamente para a percepção de piora nos indicadores socioeconômicos. Mesmo os estímulos chineses de curto prazo ao crescimento econômico sul-americano verificados ao longo de todo o período 2001-2015 tenderam a se enfraquecer no médio e longo prazos frente à maior concorrência da indústria chinesa com as sul-americanas. A maior competição industrial e ocorrência de desvios de comércio também implicaram uma crescente incapacidade de implementação de políticas de desenvolvimento industrial na América do Sul. Dessa forma, num futuro próximo, as repercussões do “efeito China” sobre o regionalismo sul-americano não serão necessariamente positivas como foram nos anos 2000 e tendem a afetar sobretudo o Brasil, justamente o país que apresentou o maior interesse na intensificação do processo de regionalização sul-americano na última década.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho, procurou-se verificar se o processo de reascensão chinesa e a intensificação das relações sino-sul-americanas estimularam variações na força e no sentido do processo de regionalização na América do Sul ao longo do período 2001-2015. Na introdução foi proposta uma hipótese à pergunta de pesquisa com dois encaminhamentos distintos.

Inicialmente, foi sugerido que sob um cenário de alta do preço das *commodities* nos mercados internacionais, a reascensão chinesa e a intensificação das relações sino-sul-americanas auxiliariam no aumento do crescimento econômico sul-americano e em melhoras nos termos de troca de muitos países da região. Propôs-se que durante boa parte dos anos 2000, esses fatores foram importantes para que houvesse um aumento na percepção de autonomia dos governos dessas nações que, por sua vez, possibilitou a essas mobilizarem ideias de agregação regional que resultaram numa maior coesão regional. Nesse primeiro momento, os impactos dos desvios de comércio e de constrangimentos à implementação de políticas de desenvolvimento nacionais – fatores prejudiciais à coesão regional – teriam sido amenizados pelos referidos acontecimentos.

Num segundo momento, no entanto, foi indicado que a partir da crise financeira internacional de 2007-08, a RPC teria intensificado a procura de mercados para seus produtos nas regiões periféricas – inclusive na América do Sul. Num contexto de maior oscilação dos preços das *commodities* nos mercados internacionais, os impactos da reascensão chinesa e da intensificação das relações sino-sul-americanas teriam sido negativos aos respectivos resultados da balança comercial de muitas nações sul-americanas. Além disso, os desvios de comércio provenientes do maior relacionamento com a RPC em alguns setores - essencialmente as indústrias intensivas em mão de obra – causaram constrangimentos à implementação de políticas de desenvolvimento que pudessem alavancar o crescimento econômico e melhorar os termos de troca, especialmente ao Brasil. Nesse momento, a autonomia de algumas nações sul-americanas ficou expressivamente prejudicada e, para alguns membros, a percepção de que o processo de regionalização deveria tomar novos rumos ficou mais evidente. Nesse aspecto, ações unilaterais com países extrarregionais e divergências sobre os encaminhamentos das dinâmicas econômicas ficaram mais evidentes. Tais fatores contribuíram significativamente para a perda da força do processo de regionalização

sul-americano nos anos de auge da crise internacional de 2007-08 até 2015.

De fato, observou-se que a hipótese do presente trabalho se confirmou. Para alcançar essa conclusão, o presente trabalho seguiu alguns passos principais. No primeiro capítulo, procurou-se apresentar algumas das principais explicações das origens e encaminhamentos de um processo de regionalização nas Relações Internacionais. A partir dessa exposição, buscou-se fazer algumas considerações acerca do processo de regionalização sul-americano, sobretudo as decorrências da centralidade do Estado na criação e condução desse fenômeno, assim como a característica de subdesenvolvimento das nações que compõem esse processo de regionalização. De modo geral, foi argumentado que os Estados sul-americanos apresentam expectativas históricas na participação de seus regionalismos. Essas nações esperam aumentar seu crescimento econômico (1); melhorar seus termos de troca (2); ampliar suas condições de desenvolvimento (3); captar mais investimentos externos (4); e aumentar seu senso de segurança (5). Igualmente, foi afirmado que todos esses fatores não necessariamente seriam, *a priori*, oferecidas por todos regionalismos. Mesmo assim, sob a perspectiva da lógica “da consequência”, é de se esperar que em situações de piora dessas dimensões, os países buscam negociar, no âmbito regional, os termos previamente acordados a fim de buscarem reformas no processo de regionalização que garantam resultados externos melhores. De acordo com essa mesma lógica, as nações insatisfeitas podem passar a tomar ações unilaterais e/ou não-cooperativas com a região em situações de insucesso dessas negociações regionais. Com esses fatores em mente, um modelo de análise foi criado de modo a contemplar o quanto o processo de reascensão chinesa e a intensificação das relações sino-sul-americanas impactaram em três dos cinco fatores materiais supracitados, a saber, nos termos de troca, no nível de crescimento econômico e nas condições de desenvolvimento das nações sul-americanas.

Já no segundo capítulo, as variáveis independentes do modelo de análise - o processo de reascensão chinesa e a intensificação das relações sino-sul-americanas - foram melhor explanados de maneira a descrevê-las qualitativamente. De modo geral, esses fenômenos impactaram decisivamente sobre os encaminhamentos políticos sul-americanos, sobretudo a partir dos anos 2000 em muitas dimensões socioeconômicas.

Por sua vez, no Capítulo 3, foram exibidos os respectivos comportamentos das balanças comerciais, do crescimento econômico e das condições de implementação de políticas de desenvolvimento industriais na América do Sul no período 2001-2015. Para tal, foram



avaliados quantitativamente e/ou qualitativamente os impactos do processo de reascensão chinesa e a intensificação das relações sino-sul-americanas sobre todas essas variáveis. Constatou-se que o efeito China foi muito mais significativo sobre a balança comercial dos países menores da região e sobre as condições de desenvolvimento de Brasil e Argentina. O crescimento econômico sul-americano, por sua vez, recebeu estímulos positivos de curto prazo provenientes da maior demanda chinesa pelos produtos sul-americanos nesse período. Todavia, também foi ponderado que não se deve superestimar o “efeito China” sobre o aumento do PIB dos países região. Isso porque no médio e longo prazos, os constrangimentos à implementação de setores industriais tendem a limitar os mecanismos de crescimento das economias sul-americanas por causa da maior concorrência entre firmas chinesas e sul-americanas.

Por fim, no último capítulo, foram apresentadas as variações na força e no sentido do processo de regionalização sul-americano. Para tal, deu-se enfoque a como a reascensão chinesa e a intensificação das relações sino-sul-americanas influenciaram as alterações do processo de regionalização da América do Sul. Inicialmente, foram expostos um breve histórico das dinâmicas regionais do século XIX e XX, ou seja, anteriores ao maior engajamento dessas nações com a RPC. Em suma, constatou-se que algumas das ideias e normas de agregação foram concebidas ainda no século XIX, mas, por uma série de motivos, os períodos de rivalidade e desconfiança se sobrepuseram aos de maior unidade regional. Conforme foi observado no referido capítulo, a intensificação do processo de regionalização sul-americano se intensificou de maneira incipiente a partir do fim da II Guerra Mundial e mais expressivamente com o fim da Guerra Fria.

Posteriormente, averiguou-se que o processo de regionalização sul-americano foi intensificado de maneira inédita na década de 2000. Nesse período, procurou-se mostrar o quanto isso foi possível sob um cenário externo extremamente singular ao qual a RPC apresentou papel fundamental na sua construção. Posteriormente, a partir da piora dos indicadores socioeconômicos exibidos ao longo do trabalho, foi observado aumento dos processos não cooperativos, atitudes unilaterais por parte de algumas nações com membros extrarregionais e, portanto, um enfraquecimento no processo de regionalização sul-americano. Concomitantemente, foram verificados alguns estímulos à ocorrência de um processo de “desregionalização”, sobretudo provenientes de alguns Estados andinos com maior propensão ao estabelecimento de relações com as nações localizadas na Ásia-Pacífico.

Algumas questões ainda permanecem pouco esclarecidas por este trabalho sobre o futuro do processo de regionalização sul-americano, sobretudo a influência de grupos políticos domésticos e de frações da sociedade civil que já são observados na atual conjuntura. Dessa forma, as supostas alterações das preferências do empresariado brasileiro com relação ao modelo de inserção internacional ressaltadas brevemente ao fim do Capítulo 4 ainda devem ser estudadas com mais profundidade. Desde a maior abertura dos países latino-americanos ao sistema internacional neoliberal ocorrida a partir do último quarto do século XX, os principais grupos de empresários têm exibido interesse crescente na política externa de suas nações e, dessa forma, vêm impactando decisivamente em seu conteúdo – inclusive quanto aos encaminhamentos do processo de regionalização sul-americano.

Em trabalhos recentes, Boito Jr. e Berringer (2013), Vigevani e Ramanzini Jr. (2014) e Singer (2015) têm se dedicado ao estudo de frações da classe da burguesia e/ou grupos de empresários para entender as alterações nas orientações desses agrupamentos nos modelos de desenvolvimento e inserção internacional do Estado brasileiro. A despeito das discordâncias entre esses autores, todos eles indicam que existem diferenças e mutações significativas nos interesses e nas preferências de setores do empresariado brasileiro nos últimos anos.

Correlacionado a esse tema, uma outra variável a ser melhor explorada em futuras pesquisas são as alterações nas ideias e nas normas que, de acordo com a lógica “da adequação”, guiam a ação dos Estados. Tem sido notório, especialmente na última década, o esforço de políticos, pensadores, grandes grupos midiáticos e de frações da sociedade de caracterizarem o processo de regionalização sul-americano como um fenômeno antiquado, de apequenamento da política externa nacional e limitador da ação externa brasileira, ao menos na atual conjuntura. Esses termos têm ganhado repercussão particular a partir da recente nomeação de José Serra ao cargo de ministro das Relações Exteriores. De acordo com várias entrevistas dadas a diferentes grupos midiáticos, Serra é conhecido pela sua insatisfação com o estágio de União Aduaneira incompleta do MERCOSUL e frequentemente afirma que a volta à fase de Área de Livre Comércio é mais desejosa pela liberdade de formação de acordos de livre comércio sem necessidade de negociações coletivas com os membros do bloco.

Por fim, outra linha investigativa que merece maior atenção em trabalhos futuros é a que atribui o enfraquecimento do processo de regionalização sul-americano ao baixo perfil da política externa brasileira do governo Dilma Rousseff. Essa perspectiva é analisada, por exemplo,

por Pecequillo (2015), que afirma que, nessa gestão, a política externa brasileira tem sido meramente reativa e pouco proativa, além de ter havido um vácuo de liderança regional por parte do Brasil. Independentemente da inclusão dessas três variáveis na análise dos desdobramentos do processo de regionalização sul-americano, é importante ressaltar que a reascensão chinesa e a intensificação das relações sino-sul-americanas tendem a continuar como fatores importantes à socialização das nações sul-americanas e, dessa forma, ainda devem exibir consequências sobre o processo de regionalização sul-americano.



## REFERÊNCIAS

- ACIOLY, L.; PINTO, E. C.; CINTRA, M. A. M. China e Brasil: Oportunidades e Desafios. In: LEÃO, R. P. F.; PINTO, E. C.; ACIOLY, L. **A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos**. Brasília: IPEA, 2011. Cap. 8, p. 307-350.
- ALMEIDA, P. R. D.; CHALOULT, Y. Avanços da regionalização nas Américas: cronologia analítica. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 42, n. 2, p. 145-160, 1999.
- ALVAREZ, A. S. Chile mira hacia China: Relaciones de una nueva era. **Estudios Internacionales**, Santiago, v. 31, n. 121-122, p. 37-53, 1998.
- ALVES, A. C. **China's Oil Diplomacy: Comparing Chinese Economic Statecraft in Angola and Brazil**. 2011. 238f. Tese (Doctor of Philosophy) - Department of International Relations of the London School of Economics for the degree of Doctor of Philosophy, London, 2011.
- AMERICAN ENTERPRISE INSTITUTE. China Global Investment Tracker. **Site da American Enterprise Institute**, 2016. Disponível em: <<https://www.aei.org/china-global-investment-tracker/>>. Acesso em: 25 Fevereiro 2016.
- AMERICAN INSTITUTE IN TAIWAN. AIT Introduction. **Site da American Institute in Taiwan**, 2015. Disponível em: <<http://www.ait.org.tw/en/ait-introduction.html>>. Acesso em: 16 Novembro 2015.
- ANDREWS, D. M. (Ed.). **International Monetary Power**. Ithaca e London: Cornell University Press, 2006a.
- ANDREWS, D. M. Power, Statecraft, and International Monetary Relations. In: ANDREWS, D. M. **International Monetary Power**. Ithaca e London: Cornell University Press, 2006b. Cap. 1, p. 7-30.
- ARMIJO, L. E.; KATADA, S. N. Theorizing the Financial Statecraft of Emerging Powers. **New Political Economy**, London, n. 1, p. 42-62, Janeiro 2014a.
- ARMIJO, L. E.; KATADA, S. N. New Kids on the Block: Rising Multipolarity, More Financial Statecraft. In: ARMIJO, L. E.; KATADA, S. N. **The Financial Statecraft of Emerging Powers: Shield and Sword in Asia and Latin America**. London: Palgrave Macmillan, 2014b. Cap. 1, p. 1-20.
- ARRIGHI, G. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. Tradução de Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2008.
- ASEAN. ASEAN Member States. **Site da Association of Southeast Asian Nations**, 2015a. Disponível em: <<http://www.asean.org/asean/asean-member-states>>. Acesso em: 24 Novembro 2015.

ASEAN. ASEAN Plus Three Cooperation. **Site da Association of Southeast Asian Nations**, 2015a. Disponível em: <<http://www.asean.org/news/item/asean-plus-three-cooperation-2>>. Acesso em: 24 Novembro 2015.

ASIAN INFRASTRUCTURE INVESTMENT BANK. What is the Asian Infrastructure Investment Bank? **Site do AIIB**, 2015. Disponível em: <<http://www.aiib.org/html/aboutus/AIIB/>>. Acesso em: 02 Dezembro 2015.

ATAOLA, J.; LOUGH, R. China vai emprestar US\$7,5 bi à Argentina para projetos de energia e ferrovias. **Site da Reuters Brasil**, 2014. Disponível em: <<http://br.reuters.com/article/idBRKBN0FN1UM20140718>>. Acesso em: 17 Fevereiro 2016.

AXELROD, R.; KEOHANE, R. O. Achieving Cooperation under Anarchy: Strategies and Institutions. **World Politics**, v. 38, n. 1, p. 226-254, 1985.

BAILES, A. J. K.; DUNAY, P. The Shanghai Cooperation Organization as a regional security institution. In: ALYSON J. K. BAILES, P. D. P. G. E. M. T. **The Shanghai Cooperation Organization**. Stockholm: Stockholm International Peace Research Institute, 2007. Cap. 1, p. 1-27.

BALDWIN, D. **Economic Statecraft**. Princeton: Princeton University Press, 1985.

BALDWIN, D. Power and International Politics. In: CARLSNAES, W.; RISSE-KAPPEN, T.; SIMMONS, B. A. **Handbook of International Relations**. London: SAGE Publications Ltd, 2013. Cap. 9, p. 273-297.

BARBOSA, A. D. F. China e América Latina na Nova Divisão Internacional do Trabalho. In: LEÃO, R. P. F.; PINTO, E. C.; ACIOLY, L. **A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos**. Brasília: IPEA, 2011. Cap. 7, p. 269-306.

BARNETT, M.; DUVALL, R. Power in International Politics. **International Organization**, Cambridge, v. 59, n. 1, p. 39-75, 2005.

BAUMBACH, M. **Sanções do Conselho de Segurança: Direito Internacional e prática brasileira**. Brasília: FUNAG, 2014.

BBC. Estatal chinesa compra 7 companhias energéticas brasileiras por US\$ 1 bi. **Site da BBC**, 2010. Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/12/101221\\_china\\_compra\\_energia\\_brasil\\_mdb.shtml](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/12/101221_china_compra_energia_brasil_mdb.shtml)>. Acesso em: 3 Dezembro 2015.

BECARD, D. S. R. **O Brasil e a República Popular da China: Política Externa Comparada e Relações Bilaterais (1974-2004)**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

BECARD, D. S. R. **O Brasil e a República Popular da China: Política Externa Comparada e Relações Bilaterais (1974-2004)**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

BELTRÁN, H. A Grade Trading signs contract to restart Hiparsa. **Site da BN Americas**, 2004. Disponível em: <[http://www.bnamericas.com/en/news/mining/A\\_Grade\\_Trading\\_signs\\_contract\\_to\\_restart\\_Hiparsa](http://www.bnamericas.com/en/news/mining/A_Grade_Trading_signs_contract_to_restart_Hiparsa)>. Acesso em: 19 Fevereiro 2016.

BENNETT, A. Case Study Methods: Design, Use, and Comparative Advantages. In: WOLINSKY, D. F. S. A. Y. **Cases, Numbers, Models: International Relations Research**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2002. Cap. 2, p. 19 - 55.

BERNAL-MEZA, R. Política Exterior de Argentina, Chile y Brasil - perspectiva comparada. In: SARAIVA, J. F. S. **Foreign policy and political regime**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), 2003. Cap. 9, p. 237-276.

BIATO JÚNIOR, O. **A Parceria Estratégica Sino-Brasileira: Origens, Evolução e Perspectivas (1993-2006)**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

BLOG DO ITAMARATY. Reunidos pela primeira vez, países da CELAC e China lançam um amplo programa de cooperação. **Site do Itamaraty**, 2015. Disponível em: <<http://blog.itamaraty.gov.br/24-brasil-china/106-reunidos-pela-primeira-vez-celac-e-china-lancam-um-amplo-programa-de-cooperacao>>. Acesso em: 02 Dezembro 2015.

BLOG DO PLANALTO - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Grupo Celac-China decide ampliar investimentos mútuos a US\$ 250 bilhões em dez anos. **Blog do Planalto - Presidência da República**, 2015. Disponível em: <<http://blog.planalto.gov.br/grupo-celac-china-decide-ampliar-investimentos-mutuos-a-us-250-bilhoes-em-dez-anos/>>. Acesso em: 2 Dezembro 2015.

BOITO JR., A.; BERRINGER, T. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 21, n. 47, p. 31-38, Setembro 2013.

BONILLA, A.; MILET, P. Introducción: Los Impactos de China en Las Relaciones Internacionales de America Latina y Caribe. In: SORIA, A. B.; GARCÍA, P. M. **China en América Latina y el Caribe: Escenarios estratégicos subregionales**. San José: FLACSO, 2015. p. 9-22.

CARIBBEAN DEVELOPMENT BANK. About CDB - Peoples Republic of China. **Site do Caribbean Development Bank**, 2015. Disponível em: <<http://www.caribank.org/about-cdb/member-countries/nonregional-members/china>>. Acesso em: 4 Novembro 2015.

CARLETTI, A. A China, os BRICS e os países em desenvolvimento. **Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 20-37, jul-dez 2013.

CEPAL. **El Regionalismo Abierto en America Latina y el Caribe: La Integracion Economica al Servicio de la Transformacion Productiva con Equidad**. Comissão Economica para America Latina y el Caribe. Santiago, p. 109. 1994.

CEPAL. **Chinese foreign direct investment in Latin America and the Caribbean**: China-Latin America cross-council taskforce. Summit on the Global Agenda - World Economic Forum. Abu Dhabi: CEPAL. 2013. p. 1-20.

CERVO, A. L.; BUENO, C. **História de Política Exterior do Brasil**. 1ª. ed. São Paulo: Editora Ática, 1992.

CESA-BIANCHI, A. et al. China's emergence in the world economy and business cycles in Latin America. **IDB working paper series**, n. 266, Setembro 2011.

CHINA RAILWAY INTERNATIONAL GROUP. Project name : Venezuelan Northern Plain Railway. **Site da China Railway International Group**, 2016. Disponível em: <<http://www.crecgi.com/en/?resultsshow/tp/507/id/5.html>>. Acesso em: 19 Fevereiro 2016.

CNPC. CNPC in Venezuela. **Site da CNPC**, 2015. Disponível em: <[http://www.cnpc.com.cn/en/Venezuela/country\\_index.shtml](http://www.cnpc.com.cn/en/Venezuela/country_index.shtml)>. Acesso em: 17 Fevereiro 2016.

COHEN, B. The International Monetary System: Diffusion and Ambiguity. **International Affairs**, London, v. 3, n. 84, p. 455-470, 2008.

COHEN, B. J. The Macrofoundation of Monetary Power. In: ANDREWS, D. M. **International Monetary Power**. Ithaca: Cornell University Press, 2006. Cap. 2, p. 31-50.

COHEN, B. J. **International Political Economy: An Intellectual History**. Princeton: Princeton University Press, 2008.

COHEN, B. J. **Money, Power, Authority**. FLACSO-ISA Joint International Conference. Buenos Aires: [s.n.]. 2014. p. 18.

COSTA, L. B. D. **Ascensão da China: Uma Análise do Contexto Internacional e o Processo de Crescimento Econômico Chinês**. Florianópolis: Monografia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2014.

COX, R. W. Social Forces, States and World Orders. **Millennium - Journal of International Studies**, London, p. 126-155, 1981. ISSN: 1477-9021.

COYER, P. Undermining America While Washington Sleeps: China In Latin America. **Site da Forbes**, 2016. Disponível em: <<http://www.forbes.com/sites/paulcoyer/2016/01/31/undermining-america->



while-washington-sleeps-china-in-latin-america/#48a895996694>. Acesso em: 30 Junho 2016.

CUNHA, A. M.; LÉLIS, M. T. C.; BICHARA, J. D. S. O Brasil no Espelho da China: tendências para o período pós-crise financeira global. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 208-236, Maio-Agosto 2012.

DAHL, R. The Concept of Power. **Behavioral Science**, Baltimore, v. II, n. 3, p. 201-215, Julho 1957.

DINAN, D. Foreword. In: HAAS, E. **The Uniting for Europe: Political, Social and Economic Forces: 1950-1957**. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2004. p. IX-XII.

DREZNER, D. Bad Debts: Assessing China's Financial Influence in Great Power Politics. **International Security**, Cambridge, v. 34, n. 2, p. 7-45, 2009.

ELLIS, R. E. Latin America's Foreign Policy as the Region Engages China. **Security and Defense Studies Review**, Washington, v. 15, p. 41-59, 2014.

EMBAIXADA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA NO BRASIL. China exporta trens-bala à Argentina. **Site da Embaixada da República Popular da China no Brasil**, 2014. Disponível em: <<http://br.china-embassy.org/por/szxw/t1254975.htm>>. Acesso em: 17 Fevereiro 2016.

EVANS, P. B.; RUESCHEMEYER, D.; SKOCPOL, T. (Eds.). **Bringing the State Back In**. Cambridge, New York, Oakleigh e Madrid: Cambridge University Press, 1985.

FAWN, R. 'Regions' and their study: wherefrom, what for and whereto? **Review of International Studies**, v. 35, p. 5-34, Fevereiro 2009.

FAZIO, H.; PARADA, M. El Proceso de Aislamiento Económico de Chile de la Región. **Revista de Sociología - Facultad de Ciencias Sociales - Universidad de Chile**, Santiago, n. 18, p. 13-36, 2004.

FEARON, J.; WENDT, A. Rationalism v. Constructivism: a Skeptical View. In: CARLSNAES, W.; RISSE, T.; SIMMONS, B. **Handbook of International Relations**. 1ª. ed. London, Thousand Oaks e New Delhi: SAGE Publications, 2002. Cap. 3, p. 52-72.

FERREIRA, T. S. H. A ruína do consenso: a política exterior do Brasil no governo Figueiredo (de 1979 a 1985). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. II, n. 49, p. 119-136, 2006.

FINNEMORE, M.; GOLDSTEIN, J. **Back to Basics: State Power in a Contemporary World**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

FINNEMORE, M.; GOLDSTEIN, J. Puzzles about Power. In: FINNEMORE, M.; GOLDSTEIN, J. **Back to Basics: State Power in a Contemporary World**. Oxford: Oxford University Press, 2013. Cap. 1, p. 3-17.

FORTUNE. Global 500. **Site da Fortune**, 2015. Disponível em: <<http://fortune.com/global500/>>. Acesso em: 16 Setembro 2015.

FREEMAN, C. Introduction. In: FREEMAN, C. P. **Handbook on China and Developing Countries**. Cheltenham e Northampton: Routledge, 2015. p. 1-20.

GACHÚZ, J. C. Chile's Economic and Political Relationship with China. **Journal of Current Chinese Affairs**, Hamburg, v. 41, n. 1, p. 133-154, 2012.

GALLAGHER, K. P.; IRWIN, A. China's Economic Statecraft in Latin America: Evidence from China's Policy Banks. **Pacific Affairs**, Vancouver, v. 88, n. 1, Março 2015.

GILPIN, R. **War and Change in World Politics**. New York: Cambridge University Press, 1981.

GONZÁLEZ, F. E. Latin America in the Economic Equation—Winners and Losers: What Can Losers Do? In: ROETT, R.; PAZ, G. **China's Expansion into the Western Hemisphere**. Washington: Brookings Institution Press, 2008. Cap. 7, p. 148-169.

GONZALEZ-VICENTE, R. The Political Economy of Sino-Peruvian Relations: A New Dependency? **Journal of Current Chinese Affairs**, Hamburg, v. 41, n. 1, p. 97-131, 2012.

HAAS, E. B. **The Uniting of Europe: Political, Social and Economic forces, 1950-1957**. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2004.

HARVEY, D. **The Condition of Postmodernity: an Enquiry into the Origins of Cultural Change**. Cambridge e Oxford: Blackwell, 1989.

HELLEINER, E. **States and the reemergence of global finance: from Bretton Woods to the 1990s**. Ithaca: Cornell University Press, 1996.

HELLEINER, E. Below the State: Micro-Level Monetary Power. In: ANDREWS, D. **International Monetary Power**. Ithaca e London: Cornell University Press, 2006. Cap. 4, p. 72-90.

HELLEINER, E.; KIRSHNER, J. The Politics of China's International Monetary Relations. In: HELLEINER, E.; KIRSHNER, J. **The Great Wall of Money: Power and Politics in China's International Monetary Relations**. Ithaca: Cornell University Press, 2014. p. 15-37.

HETTNE, B. The New Regionalism Revisited. In: SÖDERBAUM, F.; SHAW, T. M. **Theories of New Regionalism: A Palgrave Reader**. Basingstoke e New York: Palgrave Macmillan, 2003. Cap. 2, p. 22-42.

HIRSCHMAN, A. O. **National Power and the Structure of Foreign Trade**. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1980.

HOFFMANN, S. Obsolete or Obsolete? The Fate of the Nation-State and the Case of Western Europe. **Daedalus**, v. 95, n. 3, p. 862-915, 1966.

HURRELL, A. Explaining the Resurgence of Regionalism in World Politics. **Review of International Studies**, Aberystwyth, v. 21, n. 4, p. 331-358, Outubro 1995.

IMF. IMF Primary Commodity Prices. **Site do International Monetary Fund**, 2016. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/np/res/commod/index.aspx>>. Acesso em: 27 Março 2016.

INTERNATIONAL BAR ASSOCIATION. **Anti-dumping investigations against China in Latina America**. London: IBA, 2010.

JUSTO, M. Conheça os principais investimentos chineses na América Latina. **Site da BBC**, 2014. Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/05/140505\\_investimentos\\_china\\_venezuela\\_fl](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/05/140505_investimentos_china_venezuela_fl)>. Acesso em: 4 Dezembro 2015.

KELLY, L.; PINCHUK, D.; KORSUNSKAYA, D. India, Pakistan to join China, Russia in security group. **Site da Reuters**, 2015. Disponível em: <<http://in.reuters.com/article/2015/07/11/china-russia-india-pak-sco-idINKCN0PK20520150711>>. Acesso em: 24 Novembro 2015.

KEOHANE, R. O. The demand for international regimes. **International Organization**, Cambridge, v. 36, n. 2, p. 325-355, 1982.

KEOHANE, R. O. Theory of World Politics: Structural Realism and Beyond. In: KEOHANE, R. O. **Neorealism and its critics**. New York: Columbia University Press, 1986. Cap. 7, p. 158-203.

KIHARA, L.; SIEG, L. Japan unveils \$110 billion plan to fund Asia infrastructure, eye on AIIB. **Site da Reuters**, 2015. Disponível em: <[http://www.reuters.com/article/2015/05/21/us-japan-asia-investment-idUSKBN00617G20150521#SPapQPAfrDV\\$WUXg.97](http://www.reuters.com/article/2015/05/21/us-japan-asia-investment-idUSKBN00617G20150521#SPapQPAfrDV$WUXg.97)>. Acesso em: 03 Dezembro 2015.

KIRSHNER, J. Currency and Coercion in the Twenty-First Century. In: ANDREWS, D. M. **International Monetary Power**. Ithaca e London: Cornell University Press, 2006. Cap. 7, p. 139-161.

KISSINGER, H. **Sobre a China**. Tradução de Cássio de Arantes Leite. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2012. Formato Digital em ePUB.

KRAPOHL, S. **New Institutionalism Meets International Political Economy: A New Approach to the Study of Regional Integration Dynamics In- and Outside**

of Europe. Working Paper Prepared for Presentation at the GARNET Conference 'The European Union in International Affairs'. Brussels: [s.n.]. 2008. p. 26.

KRAPOHL, S.; FINK, S. Different Paths of Regional Integration: Trade Networks and Regional Institution-Building in Europe, Southeast Asia and Southern Africa. **Journal of Common Market Studies**, London, v. 51, n. 3, p. 472-488, 2013.

LANXIN, X. An Alternative Chinese View. In: ROETT, R.; PAZ, G. **China's Expansion to the Western Hemisphere: implications for Latin America and the United States**. Washington: Brookings Institution Press, 2008. Cap. 3, p. 44-58.

LASSWELL, H. D.; KAPLAN, A. **Power and Society: A Framework for Political Inquiry**. New Haven: Yale University Press, 1950.

LAUFER, R. Argentina-China: New Courses for an Old Dependency. **Latin American Policy**, Cambridge, v. 4, n. 1, p. 123-143, 2013.

LÉLIS, M. T. C.; CUNHA, A. M.; LIMA, M. G. D. Desempeño de las exportaciones de China y el Brasil hacia América Latina, 1994-2009. **Revista CEPAL**, Santiago, n. 106, p. 57-77, Abril 2012.

LIMA, M. R. S. D. Relações Interamericanas: A nova agenda sul-americana e o Brasil. **Lua Nova**, São Paulo, n. 90, p. 167-201, 2013.

LOUREIRO, F. P. Dois pesos, duas medidas: os acordos financeiros de maio de 1961 entre Brasil e Estados Unidos durante os governos Jânio Quadros e João Goulart (1961-1962). **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 2, p. 547-576, Agosto 2013.

LYRIO, M. C. **A ascensão da China como potência: fundamentos políticos internos**. Brasília: FUNAG, 2010.

MALAMUD, A. Regional integration in Latin America: comparative theories and institutions. **Sociología**, v. 44, 2004.

MALAMUD, A. A Leader Without Followers?: The Growing Divergence Between the Regional and Global Performance of Brazilian Foreign Policy. **Latin American Politics and Society**, Miami, v. 53, n. 3, p. 1-24, 2011.

MALAMUD, A.; GARDINI, G. L. Has Regionalism Peaked? The Latin American Quagmire and its Lessons. **The International Spectator: Italian Journal of International Affairs**, v. 47, n. 1, p. 116-133, 2012.

MANSFIELD, E. D.; MILNER, H. V. The Political Economy of Regionalisms: an overview. In: MANSFIELD, E. D.; MILNER, H. V. **The Political Economy of Regionalisms**. New York, Chichester: Columbia University Press, 1997. Cap. 1, p. 1-19.

MANSFIELD, E. D.; MILNER, H. V. The New Wave of Regionalism. **International Organization**, Cambridge, v. 53, n. 3, p. 589-627, 1999.

MARCELINO, U. China e Colômbia vão negociar um Tratado de Livre-Comércio. **Site da Exame**, 2015. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/china-e-colombia-va0-negociar-um-tratado-de-livre-comercio>>. Acesso em: 17 Fevereiro 2016.

MARCH, J. G.; OLSEN, J. P. The Institutional Dynamics of International Political Orders. **International Organization**, Cambridge, v. 52, n. 4, p. 943–969, 1998.

MARINI, R. M. **América Latina**: dependência e integração. São Paulo: Brasil Urgente, 1992.

MARINI, R. M. Dos momentos en la integración latinoamericana. **El Día Latinoam. y Canadá**, 1993.

MASTANDUNO, M. Economic Statecraft. In: SMITH, S.; HADFIELD, A.; DUNNE, T. **Foreign Policy**: Theories, Actors, Cases. Oxford e New York: Oxford University Press, 2008. Cap. 10, p. 171-188.

MATTLI, W. **The Logical of Regional Integration**: Europe and Beyond. Cambridge, New York e Melbourne: Cambridge University Press, 1999.

MDIC. Tratado de Assunção. **Site do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio**, 1991. Disponível em: <[http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl\\_1270491919.pdf](http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1270491919.pdf)>. Acesso em: 20 Junho 2016.

MEDEIROS, C. A. Notas Sobre o Desenvolvimento Econômico Recente na China. **Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**, São Paulo, p. 1-16, 2012.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL. BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. **Site do Ministério das Relações Exteriores do Brasil**, 2015. Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/index.php?Itemid=436&catid=159&id=3672&lang=pt-BR&option=com\\_content&view=article](http://www.itamaraty.gov.br/index.php?Itemid=436&catid=159&id=3672&lang=pt-BR&option=com_content&view=article)>. Acesso em: 25 Novembro 2015.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL. Comércio Internacional - Acordos extrarregionais do MERCOSUL. **Site do Ministério das Relações Exteriores do Brasil**, 2015. Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=695:acordos-extrarregionais-do-mercosul&catid=140&lang=pt-BR&Itemid=593](http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=695:acordos-extrarregionais-do-mercosul&catid=140&lang=pt-BR&Itemid=593)>. Acesso em: 03 Dezembro 2015.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL. Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). **Site do Ministério das Relações Exteriores do Brasil**, 2016. Disponível em:

<[http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=691&catid=146&Itemid=434&lang=pt-BR](http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=691&catid=146&Itemid=434&lang=pt-BR)>. Acesso em: 29 Março 2016.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, T. P. R. O. C. Chairman Mao Zedong's Theory on the Division of the Three World and the Strategy of Forming an Alliance Against an opponent. **Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China**, 2014. Disponível em: <[http://www.fmprc.gov.cn/mfa\\_eng/ziliao\\_665539/3602\\_665543/3604\\_665547/t18008.shtml](http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/ziliao_665539/3602_665543/3604_665547/t18008.shtml)>. Acesso em: 01 Novembro 2015.

MITCHELL, D. J. China and the Developing World. In: BERGSTEN, C. F., et al. **The China Balance Sheet in 2007 and beyond**. Washington: Center for Strategic and International Studies e Peterson Institute for International Economics, 2007. Cap. 6, p. 109-131.

MOFCOM. Presidente Uribe realiza visita de estado a China. **Oficina del Consejero Económico-Comercial de la Embajada de la República Popular da China**, 2007. Disponível em: <<http://co2.mofcom.gov.cn/article/headnews/200504/20050400034577.shtml>>. Acesso em: 17 Fevereiro 2016.

MORAVCSIK, A. Taking Preferences Seriously: A Liberal Theory of International Politics. **International Organization**, Cambridge, Outono 1997. 513-553.

MORAVCSIK, A. **The Choice for Europe: Social Purpose and State Power from Messina to Maastricht**. Ithaca e New York: Cornell University Press, 1998.

MORAVCSIK, A.; SCHIMMELFENNIG, F. Liberal Intergovernmentalism. In: WIENER, A.; DIEZ, T. **European Integration Theory**. 2ª. ed. [S.l.]: Oxford University Press, 2009. Cap. 4, p. 67-90.

MORGENTHAU, H. **Politics Among Nations: The Struggle for Power**. 1ª. ed. New York: Alfred A. Knopf, 1948.

MORGENTHAU, H. **Política entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz**. Tradução de Oswaldo Biato. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2003.

NEW ZEALAND FOREIGN AFFAIRS AND TRADE. Text of the Trans-Pacific Partnership. **Site do New Zealand Foreign Affairs and Trade**, 2016. Disponível em: <<https://www.mfat.govt.nz/en/about-us/who-we-are/treaty-making-process/trans-pacific-partnership-tpp/text-of-the-trans-pacific-partnership/>>. Acesso em: 17 Fevereiro 2016.

NIANLONG, H. (Ed.). **Diplomacy of Contemporary China**. Hong Kong: New Horizon Press, 1990.

NOGUEIRA, M. Petrobras assina compromisso com banco chinês para financiamento de US\$10 bi. **Site da Reuters**, 2016. Disponível em:

<<http://br.reuters.com/article/businessNews/idBRKCN0VZ2W9>>. Acesso em: 27 Março 2016.

NONNENBERG, M. J. B. China: Estabilidade e Crescimento Econômico. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 201-218, abril-junho 2010.

O GLOBO. Estatal chinesa Sinochem compra fatia de 40% em campo de petróleo no Brasil por US\$ 3 bi. **Site de O Globo**, 2010. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/estatal-chinesa-sinochem-compra-fatia-de-40-em-campo-de-petroleo-no-brasil-por-us-3-bi-3005444>>. Acesso em: 03 Dezembro 2015.

ODELL, J. Case Study Methods in International Political Economy. In: WOLINSKY, D. F. S. A. Y. **Cases, Numbers, Models: International Relations Research Methods**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2002. p. 390.

OLSON, M. **The Logic of Collective Action: Public Goods and the Theory of Groups**. Cambridge e London: Harvard University Press, v. CXXIV, 2002.

OURIQUES, H. R. **As Relações entre Brasil e China no Século XXI: "Rumo a um Sul Global?"** 4º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais. Belo Horizonte: [s.n.]. 2013.

OURIQUES, H. R.; VIEIRA, P. A.; ARIENTI, P. F. F. O Fundo Soberano Chinês como instrumento da estratégia de desenvolvimento. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, São Paulo, p. 31-62, Outubro 2013.

PAÉZ, Á. CORRUPTION-PERU: Parliament Investigates PetroTech Sale. **Site da Interpress Service News Agency**, 2009. Disponível em: <<http://www.ipsnews.net/2009/02/corruption-peru-parliament-investigates-petrotech-sale/>>. Acesso em: 17 Fevereiro 2016.

PALACIOS, A. A China 'desembarca' na Argentina. **Site do Jornal O Estado de São Paulo**, 2015. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,a-china-desembarca-na-argentina-imp-,1621423>>. Acesso em: 17 Fevereiro 2016.

PALACIOS, A.; GUIMARÃES, M. China propõe acordo de livre comércio com países do Mercosul. **Site da Folha de São Paulo**, 2012. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,china-propoe-acordo-de-livre-comercio-com-paises-do-mercosul-imp-,891557>>. Acesso em: 03 Dezembro 2015.

PECEQUILO, C. S. A América do Sul como espaço geopolítico e geoeconômico: o Brasil, os Estados Unidos e a China. **Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 100-115, Julho-Dezembro 2013.

PECEQUILO, C. S. Brasil, 2016: uma Agenda de Desafios. **Mundorama**, Brasília, Dezembro 2015.

PETROBRÁS. We have signed a US\$5 billion funding agreement with China Development Bank. **Site da Petrobrás**, 2015. Disponível em: <<http://www.petrobras.com/en/magazine/post/we-have-signed-a-us-5-billion-funding-agreement-with-china-development-bank.htm>>. Acesso em: 03 Dezembro 2015.

POLLACK, M. A. Rational Choice and UE Politics. In: KNUD ERIK JØRGENSEN, M. A. P. E. B. R. **Handbook of European Union Politics**. [S.l.]: SAGE, 2006. Cap. 2, p. 31-55.

POMAR, W. **A Revolução Chinesa**. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

PONS, C. Exclusive: Venezuela and China in talks for currency swap - sources. **Site da Reuters**, 2015. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/us-venezuela-china-idUSKCN0SV2LK20151106>>. Acesso em: 17 Fevereiro 2016.

PREBISCH, R. Reflexiones sobre la Integración Económica Latinoamericana. **Revista de Economía y Estadística**, v. 6, n. 1, p. 175-188, 1962.

REBOSSIO, A. Macri só consegue a ajuda da China para salvar o peso argentino. **Site do El País Brasil**, 2015. Disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/27/internacional/1451250863\\_783895.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/27/internacional/1451250863_783895.html)>. Acesso em: 17 Fevereiro 2016.

RILLEY, J. **China's Economic Statecraft: turning wealth into power**. Lowy Institute for International Policy. Sydney, p. 23. 2013.

RISSE, T. Social Constructivism and European Integration. In: WIENER, A.; DIEZ, T. **European Integration Theory**. Oxford: Oxford University Press, 2009. Cap. 8, p. 67-90.

ROETT, R.; PAZ, G. (Eds.). **China's Expansion to the Western Hemisphere: implications for Latin America and the United States**. Washington: Brookings Institution Press, 2008.

ROETT, R.; PAZ, G. Introduction: Assessing the Implications of China's Growing Presence in Western Hemisphere. In: ROETT, R.; PAZ, G. **China's Expansion to the Western Hemisphere: implications for Latin America and the United States**. Washington: Brookings Institution Press, 2008. Cap. 1, p. 1-26.

ROMERO, S. China's Ambitious Rail Projects Crash Into Harsh Realities in Latin America. **Site do The New York Times**, 2015. Disponível em: <[http://www.nytimes.com/2015/10/04/world/americas/chinas-ambitious-rail-projects-crash-into-harsh-realities-in-latin-america.html?\\_r=0](http://www.nytimes.com/2015/10/04/world/americas/chinas-ambitious-rail-projects-crash-into-harsh-realities-in-latin-america.html?_r=0)>. Acesso em: 19 Fevereiro 2016.

ROSALES, R. A. Brasil y Perú acaparan la IED china en América Latina. **Site do El Economista**, 2015. Disponível em: <<http://eleconomista.com.mx/economia-global/2015/02/15/brasil-peru-acaparan-ied-china-america-latina>>. Acesso em: 4 Dezembro 2015.



ROSE, G. Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy. **World Politics**, Cambridge, v. 51, p. 144-172, 1998.

RT. BRICS establish \$100bn bank and currency pool to cut out Western dominance. **Site da Russia Today**, 2014. Disponível em: <<https://www.rt.com/business/173008-brics-bank-currency-pool/>>. Acesso em: 25 Novembro 2015.

RUGGIE, J. G. International Regimes, Transactions, and Change: Embedded Liberalism in the Postwar Economic Order. **International Organization**, Cambridge, v. 36, n. 2, p. 379-415, Primavera 1982.

RUGGIE, J. G. What Makes the World Hung Together?: Neo-utilitarianism and the Social Constructivist Challenge. **International Organization**, Cambridge, v. 52, n. 4, p. 855-885, 1998.

RUGGIE, J. G. Introduction: Embedding Global Markets. In: RUGGIE, J. G. **Embedding Global Markets: An Enduring Challenge**. Hampshire e Burlington: Ashgate, 2008. p. 2-9.

SALOMÓN, M.; PINHEIRO, L. Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 56, n. 1, 2013.

SCHMIDT, B. C. Competing Realist Conceptions of Power. **Millennium - Journal of International Studies**, London, v. 33, n. 3, p. 523-550, 2005.

SEAMAN, T. S&P: Peru sale would leave China Fishery with no 'meaningful operations'. **Undercurrent News | Seafood news from beneath the surface**, 2016. Disponível em: <<https://www.undercurrentnews.com/2016/01/06/sp-peru-sale-would-leave-china-fishery-with-no-meaningful-operations/>>. Acesso em: 17 Fevereiro 2016.

SECRETARÍA DE RELACIONES EXTERIORES Y DEL SERVICIO EXTERIOR MEXICANO. **Manual de Organización de la Embajada de México En China**. Secretaría de Relaciones Exteriores y del Servicio Exterior Mexicano. [S.l.], p. 54. 2009.

SEITENFUS, R. Considerações sobre o Mercosul. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 6, n. 16, p. 117-131, Dezembro 1992.

SHIXUE, J. Relações de investimento entre Brasil e China em direção ao século XXI. In: GUIMARÃES, S. P. **Brasil e China: Multipolaridade**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2003. Cap. 21, p. 407-434.

SHIXUE, J. The Chinese Foreign Policy Perspective. In: ROETT, R.; PAZ, G. **China's Expansion to the Western Hemisphere: implications for Latin America and the United States**. Washington: Brookings Institution Press, 2008. Cap. 2, p. 27-43.

SINGER, A. Cutucando Onças com Varas Curtas: O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). **Novos Estudos**, n. 102, p. 43-71, Julho 2015.

SKOCPOL, T. Bringing the State Back In: Strategies of Analysis in Current Research. In: EVANS, P. E.; RUESCHEMEYER, D.; SKOCPOL, T. **Bringing the State Back In**. Cambridge, New York, Oakleigh e Madrid: Oxford University Press, 1985. Cap. 1, p. 3-43.

SÖDERBAUM, F. Introduction: Theories of New Regionalism. In: SÖDERBAUM, F.; SHAW, T. M. **Theories of New Regionalism: A Palgrave Reader**. Basingstoke e New York: Palgrave Macmillan, 2003. Cap. 1, p. 1-21.

SÖDERBAUM, F.; SHAW, T. M. (Eds.). **Theories of New Regionalism: A Palgrave Reader**. Basingstoke e New York: Palgrave Macmillan, 2003.

SOUZA, N. A. D.; SILVA, L. M. N. D. M. E. Integração Contemporânea da América Latina: Teoria e Prática. **Monções - Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v. 3, n. 2, p. 144-165, jan-jun 2013.

SOVEREIGN WEALTH FUND INSTITUTE. Sovereign Wealth Fund Rankings. **Site do Sovereign Wealth Fund Institute**, 2015. Disponível em: <<http://www.swfinstitute.org/sovereign-wealth-fund-rankings/>>. Acesso em: 03 Dezembro 2015.

SPEKTOR, M. Origens e direção do Pragmatismo Ecumênico e Responsável (1974-1979). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 47, n. 3, p. 191-222, 2004.

SPENCE, J. **The Search for Modern China**. 1ª. ed. New York e London: W. W. Norton & Company, 1990.

SPENCE, J. **Em Busca da China Moderna: quatro séculos de história**. Tradução de Tomás Rosa Bueno e Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SPRINZ, D. F.; WOLINSKY-NAHMIAS, Y. Introduction: Methodology in International Relations Research. In: SPRINZ, D. F.; WOLINSKY-NAHMIAS, Y. **Models, Numbers and Cases: Methods for Studying International Relations**. Ann Arbor: Michigan University Press, 2004. Cap. 1, p. 1-16.

STEIL, B.; LITAN, R. E. **Financial Statecraft: The Role of Financial Markets in American Foreign Policy**. New Haven e London: Yale University Press, 2006.

STEINFELD, E. The Chinese Post Crisis Emergence on the Global Stage. In: MACINTYRE, A. J.; PEMPEL, T. J.; RAVENHIL, J. **Crisis as Catalyst: Asia's Dynamic Political Economy**. Ithaca: Cornell University Press, 2008. Cap. 9, p. 183-205.

- STRANGE, S. Reviewed Work: Economic Statecraft by David A. Baldwin. **International Journal**, Toronto, v. 41, n. 4, p. 896-898, Outono 1986.
- STRANGE, S. Toward a Theory of Transnational Empire. In: CZEMPIEL, J. N. R. E. E. O. **Global Changes and Theoretical Challenges**. Lexington: Lexington Books, 1989.
- STRANGE, S. **States and Markets**. 2ª. ed. New York: Pinter, 1994.
- STRANGE, S. **The Retreat of the State: The Diffusion of Power in World Economy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- TAMAYO, G. A. P.; MARTINEZ, E. D. M. La comunidad andina: cohesión interna e intereses individuales de los Estados miembros. In: OLIVEIRA, R. P. D.; NOGUEIRA, S. G.; MELO, F. R. **América Andina: integração regional, segurança e outros olhares**. Campina Grande: Editora da Universidade Estadual da Paraíba - EDUEPB, 2012. Cap. 2, p. 43-58.
- TEIXEIRA, C. G. P. Uma política para o continente - reinterpretando a Doutrina Monroe. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 57, n. 2, p. 115-132, Dezembro 2014.
- TERRA BRASIL. Macri aposta em aproximação entre Mercosul e Aliança do Pacífico. **Site do Terra Brasil**, 2015. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/mundo/america-latina/macri-aposta-em-aproximacao-entre-mercosul-e-alianca-do-pacifico,6db29432a49c9403440c31df8c46f9cfa2cbau5h.html>>. Acesso em: 20 Março 2016.
- THE STATE COUNCIL OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. Oficial Publications: China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean. **Site do Conselho de Estado da República Popular da China**, 2008. Disponível em: <[http://www.gov.cn/english/official/2008-11/05/content\\_1140347.htm](http://www.gov.cn/english/official/2008-11/05/content_1140347.htm)>. Acesso em: 07 Dezembro 2015.
- VADELL, J. A China na América do Sul e as implicações geopolíticas do Consenso do Pacífico. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 19, p. 57-79, 2011.
- VIGEVANI, T.; CEPALUNI, G. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 273-335, Dezembro 2007.
- VIGEVANI, T.; RAMANZINI JR.,. Autonomia, Integração Regional e Política Externa Brasileira: Mercosul e Unasul. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 517-552, 2014.
- VIGEVANI, T.; RAMANZINI JR., H. Pensamento Brasileiro e Integração Regional. **2010**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, p. 437-487, Julho/Dezembro 2010.

VILLA, R. D.; OSTOS, M. D. P. As relações Colômbia, países vizinhos e Estados Unidos: visões em torno da agenda de segurança. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 48, n. 2, p. 86-110, Dezembro 2005.

VISENTINI, P. G. F. A Novíssima China e o Sistema Internacional. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 19, p. 131-141, novembro 2011.

VIZENTINI, P. F. **A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985)**. 2ª. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

VIZENTINI, P. G. F. As Nações Unidas na visão brasileira e chinesa: políticas externas comparadas (1945-2000). In: GUIMARÃES, S. P. **Brasil e China: Multipolaridade**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2003. Cap. 12, p. 215-246.

WEVER, O. The Sociology of a Not So International Discipline: American and European Developments in International Relations. **International Organization**, v. 52, n. 4, p. 687-727, 1998.

WALTZ, K. **Theory of International Politics**. Reading: Addison-Wesley Publishing Company, 1979.

WALTZ, K. International politics is not Foreign Policy. **Security Studies**, London, v. 6, n. 1, p. 54-57, 1996.

WANG, T. Chinese Oil Firms Combine To Conquer. **Site da Forbes**, 2008. Disponível em: <[http://www.forbes.com/2008/08/19/china-oil-peru-markets-equity-cx\\_tw\\_0819markets38.html](http://www.forbes.com/2008/08/19/china-oil-peru-markets-equity-cx_tw_0819markets38.html)>. Acesso em: 17 Fevereiro 2016.

WARLEIGH-LACK, A. Towards a Conceptual Framework for Regionalisation: Bridging 'New Regionalism' and 'Integration Theory'. **Review of International Political Economy**, London, v. 13, n. 5, p. 750-771, Dezembro 2006.

WATT, N.; LEWIS, P.; BRANIGAN, T. US anger at Britain joining Chinese-led investment bank AIIB. **Site do The Guardian**, 2015. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/us-news/2015/mar/13/white-house-pointedly-asks-uk-to-use-its-voice-as-part-of-chinese-led-bank>>. Acesso em: 02 Dezembro 2015.

WELITZKIN, P. Brazil sole nation in LatAm to join AIIB. **Site do China Daily USA**, 2015. Disponível em: <[http://usa.chinadaily.com.cn/business/2015-04/07/content\\_20012811.htm](http://usa.chinadaily.com.cn/business/2015-04/07/content_20012811.htm)>. Acesso em: 03 Dezembro 2015.

WENDT, A. Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics. **International Organization**, Cambridge, v. 46, n. 2, p. 391-425, 1992.

WENDT, A. Collective Identity Formation and the International State. **The American Political Science Review**, v. 88, n. 2, p. 384-396, Junho 1994.

- WENDT, A. Identity and Cultural Change in International Politics. In: LAPID, Y.; KRATOCHWIL, F. **The Return of Culture and Identity in IR Theory**. Boulder e London: Lynne Rienner Publishers, 1996. Cap. 3, p. 47-64.
- WENDT, A. Driving with the Rearview Mirror: On the Rational Science of Institutional Design. **International Organization**, Cambridge, v. 55, n. 4, p. 1019-1049, 2001.
- WIENER, A.; DIEZ, T. (Eds.). **European integration theory**. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- WIVEL, A. Explaining why state X made a certain move last Tuesday: Tuesday: the promise and limitations of realist foreign policy analysis. **Journal of International Relations and Development**, Ljubljana, n. 8, p. 355-380, 2005.
- WOHLFORTH, W. C. **The Elusive Balance: Power and Perceptions During the Cold War**. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1993.
- WORLD BANK. Commodity Markets. **Site do The World Bank**, 2016. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/en/research/commodity-markets>>. Acesso em: 27 Março 2016.
- WORLD DATA BANK. Exports and Imports of goods and services (current US\$). **Site do World Bank**, 2015. Disponível em: <<http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=world-development-indicators#>>. Acesso em: 04 Dezembro 2015.
- WU, F.; WEI, K. D. From Financial Assets to Financial Statecraft: the case of China and emerging economies of Africa and Latin America. **Journal of Contemporary China**, London, v. 23, n. 89, p. 781–803, Março 2014.



**ANEXO 1 – INVESTIMENTOS DIRETOS EXTERNOS CHINESES NA AMÉRICA DO SUL (2005-2015)**

<b>Ano</b>	<b>Mês</b>	<b>Empresa Investidora</b>	<b>Montante investido (US\$ milhões)</b>	<b>Tamanho da cota</b>	<b>Parte Sul-Americana da Transação</b>	<b>Setor</b>	<b>Subsetor</b>	<b>País</b>
2005	Fevereiro	MinSiderurgia	\$550	50%	Codelco	Siderurgia	Cobre	Chile
2005	Setembro	CNPC and Sinopec	\$1.420		EnCana	Energia	Petróleo	Equador
2006	Setembro	Sinopec	\$430	50%	Omimex	Energia	Petróleo	Colômbia
2007	Dezembro	MinSiderurgia and Jiangxi Cobre	\$450	100%	Northern Peru Cobre	Siderurgia	Cobre	Peru
2007	Fevereiro	Zijin, China Nonferrous, and Xiamen C&D	\$190	45%, 35%, 20%	Monterrico	Siderurgia	Cobre	Peru
2007	Junho	Chinalco	\$790	100%	Peru Cobre	Siderurgia	Cobre	Peru
2008	Maio	Chinalco	\$2.160			Siderurgia	Cobre	Peru
2009	Dezembro	CIC	\$500		CVRD (Vale)	Siderurgia	Ferro	Brasil
2009	Novembro	Wuhan Iron and Ferro	\$400	22%	MMX Mineração	Siderurgia	Ferro	Brasil
2009	Dezembro	Shunde Rixin and MinSiderurgia	\$1.910	70%		Siderurgia	Ferro	Chile

2009	Dezembro	China Sistema Ferroviário and Construção and China Nonferrous	\$650	100%	Corriente Resources	Siderurgia	Cobre	Equador
2009	Fevereiro	Shougang	\$990			Siderurgia	Ferro	Peru
2009	Maio	Najinzhao	\$100	100%	Cardero	Siderurgia	Ferro	Peru
2010	Junho	Shaanxi Chemical	\$1.010			Químicos		Argentina
2010	Dezembro	Sinopec	\$2.470		Occidental Petroleum	Energia		Argentina
2010	Março	CNOOC	\$3.100	50%	Bridas	Energia		Argentina
2010	Maio	Sinochem	\$3.070	40%	StatPetróleo	Energia	Petróleo	Brasil
2010	Maio	State Grid	\$1.720	100%	Plena Transmissoras	Energia		Brasil
2010	Outubro	Sinopec	\$7.100	40%	Repsol	Energia	Petróleo	Brasil
2010	Dezembro	CIC	\$200		BTG Pactual	Finanças	Investimento	Brasil
2010	Março	East China Mineral Exploration and Development Bureau (Jiangsu)	\$1.200		Bernardo de Mello Itaminas	Siderurgia	Ferro	Brasil
2010	Fevereiro	Sany Heavy	\$200			Imóveis	Construção	Brasil



2010	Agosto	Chery Auto	\$400			Transportee	Automóveis	Brasil
2010	Novembro	CNPC and Sinopec	\$610			Energia	Petróleo	Equador
2010	Outubro	MinSiderurgia	\$2.500			Siderurgia	Cobre	Peru
2010	Abril	CNPC	\$900		PDVSA	Energia	Petróleo	Venezuela
2011	Junho	Heilongjiang Beidahuang Nongken	\$1.510		Cresud	Agricultura		Argentina
2011	Fevereiro	CNOOC	\$330		ExxonMobil	Energia	Petróleo	Argentina
2011	Junho	ICBC	\$680	75%	Standard Bank	Finanças	Setor Bancário	Argentina
2011	Novembro	ICBC	\$100	5%	Standard Bank	Finanças	Setor Bancário	Argentina
2011	Julho	Chery Auto	\$170		Socma	Transportee	Automóveis	Argentina
2011	Março	Chongqing Grain	\$910			Agricultura		Brasil
2011	Novembro	Sinopec	\$4.800	30%	Galp Energia	Energia		Brasil
2011	Abril	ICBC	\$100			Finanças	Setor Bancário	Brasil
2011	Agosto	Taiyuan Iron, CITIC, BaoFerro	\$1.950	15%	CBMM	Siderurgia		Brasil
2011	Abril	ZTE	\$200			Tecnologia	Telecom	Brasil
2011	Agosto	JAC Motors	\$100	20%	SHC	Transportee	Automóveis	Brasil

2011	Maio	Chery Auto	\$200			Transportee	Automóveis	Venezuela
2012	Maio	State Grid	\$940		ACS	Energia		Brasil
2012	Maio	China Construção Bank	\$200	100%	WestLB	Finanças	Setor Bancário	Brasil
2012	Novembro	CIC	\$460	33%	Prosperitas	Imóveis	Propriedade	Brasil
2012	Setembro	Lenovo	\$150	100%	Digibras and Dual	Tecnologia		Brasil
2012	Outubro	JAC Motors	\$450			Transportee	Automóveis	Brasil
2012	Setembro	BAIC	\$300			Transportee	Automóveis	Brasil
2012	Fevereiro	Xinjiang Goldwind	\$190		Mainstream Renewable Power	Energia	Alternativo	Chile
2012	Fevereiro	Sinochem	\$980		Total	Energia	Gás Natural	Colômbia
2012	Março	Bosai	\$100			Siderurgia	Alumínio	Guiana
2012	Junho	China Sistema Ferroviário Engineering	\$410		C.V.G. Ferrominera Orinoco	Siderurgia	Ferro	Venezuela
2013	Outubro	CNOOC	\$120	10%	Total and Wintershall	Energia	Gás Natural	Argentina
2013	Abril	COFCO	\$320			Agricultura		Brasil
2013	Dezembro	Three Gorges	\$130			Energia	Hidrelétrica	Brasil
2013	Dezembro	Three Gorges	\$250	50%	Jari	Energia	Hidrelétrica	Brasil

2013	Outubro	CNOOC and CNPC	\$1.280	10%, 10%	Petrobras, Shell, and Total	Energia	Petróleo	Brasil
2013	Outubro	China Construção Bank	\$720	74%	Banco Industrial e Comerical	Finanças	Setor Bancário	Brasil
2013	Junho	Xugong Construção Machinery	\$200			Imóveis	Construção	Brasil
2013	Abril	China Sistema Ferroviárioway Construção and China Nonferrous	\$2.040		Mirador	Siderurgia	Cobre	Equador
2013	Novembro	CNPC	\$2.890		Petrobras	Energia		Peru
2013	Setembro	Sinopec	\$1.400		PDVSA	Energia	Petróleo	Venezuel a
2014	Dezembro	Three Gorges	\$140	49%	EDP	Energia	Alternativo	Brasil
2014	Fevereiro	Three Gorges	\$390	33%	Terra Novo	Energia	Hidrelétrica	Brasil
2014	Agosto	China Construção Bank	\$720	72%	Banco Industrial and Comercial	Finanças	Setor Bancário	Brasil
2014	Julho	Sany Heavy	\$300			Imóveis	Construção	Brasil
2014	Julho	ZTE	\$100			Tecnologia	Telecom	Brasil
2014	Junho	CNPC	\$3.000	30%	Refineria del Pacifico	Energia	Petróleo	Equador

2014	Abril	MinSiderurgia, Suzhou Guoxin, and CITIC	\$6.990	63, 22, 15%	Glencore	Siderurgia	Cobre	Peru
2015	Fevereiro	China Launch and Tracking Control General	\$300			Tecnologia		Argentina
2015	Agosto	Three Gorges	\$490		Triunfo Participacoes	Energia		Brasil
2015	Maio	BYD	\$100			Energia	Alternativo	Brasil
2015	Outubro	ICBC	\$2.000		Petrobras	Energia	Petróleo	Brasil
2015	Maio	China Communication s Bank	\$170	80%	Banco BBM AS	Finanças	Setor Bancário	Brasil
2015	Novembro	HNA	\$460	24%	Azul Linhas Aereas Brasileiras	Transportee	Aviação	Brasil

**ANEXO 2 – CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO DE EMPRESAS CHINESAS EXECUTADOS NA AMÉRICA DO SUL**

<b>Ano</b>	<b>Mês</b>	<b>Investidor</b>	<b>Montante investido (US\$ milhões)</b>	<b>Tamanho da cota</b>	<b>Parte da Transação</b>	<b>Setor</b>	<b>Subsetor</b>	<b>País</b>
2005	Dezembro	CITIC	\$430		Brasil Power	Energia	Carvão	Brasil
2005	Novembro	CITIC	\$1.190			Imóveis	Construção	Venezuela
2006	Novembro	CITIC	\$340		Thyssen Krupp and CVRD	Siderurgia	Ferro	Brasil
2006	Abril	Sinopec	\$1.290		Petrobras	Energia	Gás	Brasil
2007	Março	Sinomach	\$110			Utilidades		Venezuela
2008	Julho	Sinomach	\$140			Agricultura		Venezuela
2009	Outubro	China Communications Construction	\$100			Transporte	Transporte naval	Brasil
2009	Março	Sinomach	\$170		GuySuCo	Agricultura		Guiana
2009	Julho	China Sistema Ferroviário Engineering	\$7.500			Transporte	Sistema Ferroviário	Venezuela
2009	Dezembro	Sinomach	\$310			Agricultura		Venezuela
2010	Julho	Sinomach	\$2.470			Transporte	Sistema Ferroviário	Argentina

<b>Ano</b>	<b>Mês</b>	<b>Investidor</b>	<b>Montante investido (US\$ milhões)</b>	<b>Tamanho da cota</b>	<b>Parte da Transação</b>	<b>Setor</b>	<b>Subsetor</b>	<b>País</b>
2010	Outubro	Guangxi Road and Bridge	\$100			Transporte	Automóveis	Equador
2010	Agosto	Gezhouba	\$670		Hidropaute	Energia	Hidrelétrica	Equador
2010	Dezembro	Three Gorges	\$250	40%		Energia	Hidrelétrica	Equador
2010	Junho	SinoHidrelétrica	\$2.300		CocaSinclair	Energia	Hidrelétrica	Equador
2010	Junho	Three Gorges	\$210			Utilidades		Peru
2010	Setembro	Sinomach	\$960		Venezuela National Electric Power Company	Energia	Carvão	Venezuela
2010	Maio	SinoHidrelétrica	\$1.040			Energia	Gas	Venezuela
2010	Dezembro	Gezhouba	\$290			Agricultura		Venezuela
2010	Dezembro	Sinomach	\$1.070			Agricultura		Venezuela
2011	Outubro	Sinomach	\$240			Energia	Carvão	Colômbia
2011	Dezembro	Harbin Electric	\$480		Celec	Energia	Hidrelétrica	Equador

Ano	Mês	Investidor	Montante investido (US\$ milhões)	Tamanho da cota	Parte da Transação	Sector	Subsector	País
2011	Outubro	Power Construção Corp	\$220		Celec	Energia	Hidrelétrica	Equador
2011	Dezembro	Harbin Electric	\$100			Energia	Petróleo	Equador
2011	Novembro	China Communications Construção	\$140			Transporte	Aviação	Guiana
2011	Outubro	China Communications Construção	\$260		Bolivarian Ports	Transporte	Transporte naval	Venezuela
2011	Setembro	China Communications Construção	\$320		Ferrominera Orinoco	Transporte	Transporte naval	Venezuela
2011	Novembro	China Communications Construção	\$460		Petroquímica de Venezuela	Chemicals		Venezuela
2012	Março	Sinomach	\$170		San Buenaventura Sugar	Agricultura		Bolívia

Ano	Mês	Investidor	Montante investido (US\$ milhões)	Tamanho da cota	Parte da Transação	Sector	Subsector	País
2012	Março	State Grid	\$550		Copel	Energia		Brasil
2012	Setembro	China Sistema Ferroviário Railway Engineering	\$510		Sithe Global	Energia	Hidrelétrica	Guiana
2012	Março	China Energia Engineering	\$900		Energia Azul	Energia	Hidrelétrica	Peru
2012	Fevereiro	Power Construção Corp	\$300		PDVSA	Energia	Petróleo	Venezuela
2012	Junho	Wison	\$930		PDVSA	Energia	Petróleo	Venezuela
2012	Julho	State Grid	\$1.310		Venezuela National Electric	Energia		Venezuela
2013	Outubro	Sinomach	\$100			Transporte	Sistema Ferroviário	Bolívia
2013	Outubro	China Aerospace Science and Tecnologia	\$300		Tupac Katari	Tecnologia	Telecom	Bolívia
2013	Janeiro	Three Gorges	\$390			Transporte	Automóveis	Equador



<b>Ano</b>	<b>Mês</b>	<b>Investidor</b>	<b>Montante investido (US\$ milhões)</b>	<b>Tamanho da cota</b>	<b>Parte da Transação</b>	<b>Setor</b>	<b>Subsetor</b>	<b>País</b>
2013	Julho	Harbin Electric	\$600		Celec	Energia	Hidrelétrica	Equador
2013	Fevereiro	Sinomach	\$250			Tecnologia	Medical	Equador
2014	Julho	State Construção Engineering	\$350			Agricultura		Argentina
2014	Abril	Power Construção Corp	\$110			Transporte	Automóveis	Bolívia
2014	Agosto	China Sistema Ferroviário w ay Construção	\$580			Transporte	Automóveis	Bolívia
2014	Junho	Power Construção Corp	\$240		ENDE	Energia	Hidrelétrica	Bolívia
2014	Fevereiro	State Grid	\$970	51%	Electrobras	Energia		Brasil
2014	Fevereiro	Power Construção Corp	\$240		Hidorequinocio	Energia	Hidrelétrica	Equador
2014	Abril	Chinalco	\$500		Venalum	Siderurgia	Aluminum	Venezuela

<b>Ano</b>	<b>Mês</b>	<b>Investidor</b>	<b>Montante investido (US\$ milhões)</b>	<b>Tamanho da cota</b>	<b>Parte da Transação</b>	<b>Setor</b>	<b>Subsetor</b>	<b>País</b>
2014	Fevereiro	Power Construção Corp	\$480	80%	Camargo Correa	Transporte	Automóveis	Venezuela
2014	Agosto	Dongfang Electric	\$1.310		Corpoelec	Energia	Hidrelétrica	Venezuela
2015	Março	Power Construção Corp	\$300			Energia	Alternative	Argentina
2015	Fevereiro	China Energia Engineering	\$3.660	60%	EISA	Energia	Hidrelétrica	Argentina
2015	Novembro	China National Nuclear	\$4.700		Nucleoeletrica	Energia	Nuclear	Argentina
2015	Maio	China Electronics Corporation	\$100			Imóveis	Construção	Brasil
2015	Julho	State Grid	\$2.200			Energia		Brasil
2015	Setembro	China Communications Construção	\$260			Transporte	Automóveis	Colômbia

<b>Ano</b>	<b>Mês</b>	<b>Investidor</b>	<b>Montante investido (US\$ milhões)</b>	<b>Tamanho da cota</b>	<b>Parte da Transação</b>	<b>Setor</b>	<b>Subsetor</b>	<b>País</b>
2015	Janeiro	China Energia Engineering	\$1.620			Energia		Venezuela

**ANEXO 3 – PRINCIPAIS PRODUTOS DA PAUTA IMPORTADORA E EXPORTADORA DOS PAÍSES SUL-AMERICANOS COM A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA (RPC)**

**Gráfico 9 - Três principais produtos importados da RPC por países latino-americanos selecionados (2014)**

